

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



Relatório do Reitor 2017/2018

plano e relatório anual das atividades académicas da UAL

Índice

Introdução.....	1
1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação	6
1.1. Atividade pedagógica e científica.....	8
1.1.1. Cursos conferentes de grau	8
1.1.2. Cursos não conferentes de grau	45
1.1.3. O papel do Conselho Científico	50
1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico	54
1.1.5. A Biblioteca, Serviços Editoriais e Atividade de Extensão	56
1.1.6. O Provedor do Estudante	59
1.2. As atividades de Investigação	62
1.3. O corpo docente	80
2. Representação da UAL	142
3. A internacionalização da UAL.....	153
4. A inserção dos estudantes da UAL na sociedade.....	160
5. Avaliação/Acreditação	165
6. Perspetivas estratégicas e plano de ação	178
6.1. Enquadramento das perspetivas estratégicas	181
6.2. Os problemas dos Departamento/Cursos.....	191
6.3. Avaliação e Acreditação.....	202
6.4. O Reforço da Investigação	208
6.5. A colaboração interuniversitária e a internacionalização	218
6.6. A ligação à Sociedade Civil	221
6.6. Os Apoios Internos à UAL	223

Anexo 1 – Cursos que conferem grau	A-1
Anexo 2 - Cursos não conferentes grau	A-17
Anexo 3 – Conselho Científico	A-35
Anexo 4 – Conselho Pedagógico	A-39
Anexo 5 – Relatório das atividades da Biblioteca	A-43
Anexo 6 - Serviços Editoriais e atividades de extensão.....	A-79
Anexo 7 – Relatório das atividades do Provedor do Estudante	A-87
Anexo 8 – Relatório de Atividades das Unidades de I&D.....	A-93
Anexo 9 – Lista dos docentes com carga horária atribuída	A-105
Anexo 10 – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações.....	A-117
Anexo 11 – Doutoramentos na UAL (2017/2018)	A-161
Anexo 12 – Representações do Reitor	A-165
Anexo 13 – Protocolos, convénios e parcerias	A-171
Anexo 14 - GRI Gabinete de Relações Internacionais	A-177
Anexo 15 - Gabinete de Inserção Profissional.....	A-185
Anexo 16 – Relatório de Autoavaliação do Gabinete da Qualidade	A-195
Anexo 17 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2017/2018.....	A-207
Anexo 18 – Avaliação da proposta DL 38/2018 de 14-02-2018 e da Nota do Conselho de Ministros de 15-02-2018	A-211

Introdução

A redação de mais um relatório relativo a um novo ano letivo, neste caso 2017/2018, é sempre um desafio, pois a ideia de rotina ameaça instalar-se à medida que os anos decorrem. A tentação do já “famoso” “copy-paste” face a anos precedentes é inevitável, de modo que, para esconjurar essa tentação, há que procurar não se afastar demasiado da estrutura quase normalizada de anos precedentes, sem o que a leitura histórica da evolução da UAL e a sempre natural comparação (às vezes perigosa e pouco rigorosa, dadas as influências conjunturais que podem ocorrer num dado ano, com grande assimetria face à tendência natural e médio e longo-prazo) com o ano ou os anos precedentes fica em causa mas, do mesmo passo, libertar-se do conteúdo do passado e olhar para o ano em causa, com “olhos” não obnubilados por “véus” do passado.

É esse o espírito com que o presente relatório foi escrito, não olhando para os relatórios precedentes senão para garantir estruturas comparáveis e para confrontar dados estatísticos entre os anos diferentes.

Começa-se por lembrar, por nunca ser demais fazê-lo, já que o “esquecimento” deste ponto permanece muito agudo mesmo, ou sobretudo, entre as entidades públicas, que este relatório é o Relatório do Reitor e não da UAL, dado o facto de a Administração e Gestão serem da responsabilidade da Entidade Instituidora (CEU), pelo que este relatório deve ser lido em conjugação com o Relatório e Contas da CEU, bem como com o Plano e Orçamento, no último caso com particular acuidade no capítulo 6 deste relatório, relativo às perspetivas estratégicas e plano de ação.

Aliás, essa conjugação de leitura mais não será que um ato de realismo e de conformação com o funcionamento e a estratégia da UAL, porque a Administração da CEU e o Reitor, respeitando em absoluto as respetivas competências, sempre têm pautado os seus comportamentos pela busca da melhor concretização dos objetivos e das obrigações da UAL para todos os seus “stakeholders” e para a sociedade

portuguesa em geral, não se furtando, como o exige o respeito e a confiança, a opinarem sobre as questões não especificamente ligadas às suas competências, mas aceitando sempre as decisões daqueles a quem compete assumi-las.

O Reitor reconhece e agradece ao Conselho de Administração da CEU toda a abertura de espírito que nele tem encontrado, conduzindo a uma conjugação de esforços e a resultados que, de outro modo, não seriam possíveis.

Um dos mais importantes resultados é a consolidação da UAL e o seu reconhecimento da sociedade e do meio universitário português como uma instituição do ensino superior confiável e crescentemente valorizada, como o mostra o número crescente de estudantes e da qualidade desses mesmos estudantes.

O Reitor tem tido a possibilidade de verificar esse reconhecimento crescente dos méritos da UAL e esse facto, mais do que o confortar, lança-lhe um desafio que resulta da consciência de que é muito difícil obter o reconhecimento do mérito e da imagem (real e não “fake”) de uma instituição, mas é muito fácil e rápido destruir esse reconhecimento e essa imagem.

E esse é o desafio da UAL que o ano 2017/2018 revelou com clareza e, por isso, o Reitor procurou fazer deste relatório uma “arma” da luta contra a instalação, não ocultando os pontos positivos (e são muitos) alcançados, mas relevando, porventura com um peso que muitos poderão achar exagerado, os pontos maus ou mesmo menos bons, porque é preciso continuar a lutar para os superar, para que a tal destruição do reconhecimento e da imagem da UAL não ocorram.

Por isso, tudo o que pareça (e tantas vezes o é) crítica a alguma situação ou comportamento, não tem por objetivo “apontar o dedo” ou punir, mas sim para identificar problemas e resolvê-los em conjunto, superando deficiências que, temos de aceitar, sempre existirão.

Enquadrado o espírito do relatório, ele não se afasta, estruturalmente, dos anteriores, mantendo os mesmos 6 capítulos, com os mesmos títulos, mas com conteúdos, por vezes, algo diferentes.

Assim, no 1º capítulo descreve-se e comenta-se o conjunto de atividades pedagógicas, científicas e de investigação, uma subdivisão que, como é explicado na introdução desse capítulo, subverte, por vezes, o rigor de uma divisão de um capítulo em subcapítulos, dada a interpenetração que, por vezes, se verifica nos assuntos tratados em cada um deles.

Em particular, neste relatório, deu-se grande relevância ao capítulo dos docentes, pelas razões que se aduzem na introdução do capítulo mas há, desde já, a acrescentar, uma preocupação com o conseqüente eventual exagero no pormenor da avaliação do comportamento e da sua “performance” já que, centrando-se ao nível dos departamentos e dentro deles nos cursos, não quis fugir, sem óbvia identificação de qualquer docente ou unidade letiva, a apontar casos preocupantes nestes dois domínios, dado o peso que más performances nestes casos têm no aproveitamento e satisfação dos estudantes, bem como no reconhecimento e imagem da UAL. Esta opção não deve ser desligada das preocupações de avaliação e acreditação da UAL, quer institucional, quer de cada um dos seus cursos, quer do bom comportamento dos docentes e das atividades de investigação, que tendo dado passos em frente, está ainda longe do desejável, sendo condição inalienável para esse reconhecimento e imagem da UAL e para o seu crescimento sustentado e sustentável.

Os capítulos seguintes, nomeadamente o 2 (Representação da UAL), o 3 (Internacionalização da UAL) e 4 (Inserção dos estudantes da UA na sociedade), são descrições das atividades desenvolvidas nesses campos, particularmente as atividades de representação do Reitor (o 2), as diversas atividades de internacionalização, com evidência particular dos programas Erasmus+, sem esquecer a grande percentagem de estudantes normais provindos de países lusófonos, que conferem à UAL uma internacionalização de raízes bem diferenciadas (o 3) e o acompanhamento, que tem de ser melhorado, dos estudantes da UAL na sua inserção na sociedade, pois sendo eles os principais “embaixadores” da UAL, devem ser ajudados a desempenhar um papel, ao mesmo tempo que desempenham a sua missão na sociedade em que se inserem (o 4).

O Capítulo 5, Avaliação/Acreditação, não deve ser lido isoladamente de todos os capítulos anteriores, apesar de estar descrito com base na necessidade de operacionalizar e responder adequada e prontamente aos requisitos de qualidade que são sustentáculo dessa avaliação e, em consequência, da devida acreditação.

Finalmente o Capítulo 6 olha para os desafios a que há que responder nos vários campos de ação da UAL, tendo por base as observações críticas feitas ao longo do relatório, ao mesmo tempo que se procura enquadrar tudo isso na evolução das leis e dos regulamentos que regem o ensino superior e a investigação em Portugal, definindo em particular as condições de acreditação, numa altura em que se antecipa uma potencial perturbação nas regras atuais, fruto de um apressado diploma (o Reitor não tem qualquer dúvida, como prova no decorrer do relatório) saído no meio das férias do ano letivo (o Decreto-Lei nº 65/2018 de 16 de agosto).

A atenção prestada a este diploma e, também, e sobretudo, ao relatório “OECD Review of Higher Education Research and Innovation”, em cuja elaboração e recomendações está, alegadamente, fundamentado uma boa parte desse diploma.

Em consequência, e tendo em vista o peso que esse diploma tem no desenvolvimento do ensino e da investigação, este relatório excede, em alguns pontos, designadamente no subcapítulo relativo aos docentes (1.3) e, mais especificamente, no capítulo de “perspetivas Estratégicas e Planos de Ação (6), o que é o conteúdo habitual de um relatório anual do Reitor. Contudo, os desafios e, sobretudo, os equívocos que esses documentos encerram e as ameaças e incertezas que daí resultam não só para a UAL mas também para o Ensino Superior Privado e Cooperativo e até para o público (de facto, estatal), motivaram uma reflexão prévia sobre esses potenciais efeitos.

O Reitor não quer terminar a sua introdução sem agradecer a todos os que contribuíram para o conteúdo deste relatório e que vão sendo referenciados ao longo do texto, cabendo aqui um agradecimento muito especial à Anabela Cunha, que mais do que reproduzir o documento colabora, como é habitual, na produção da informação, a que acrescentou, como é seu timbre, uma pressão constante (aliviando o Reitor de

o fazer, mas assumindo o Reitor a responsabilidade] para que os elementos necessários ao relatório fossem entregues em condições e a tempo.

1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação

Este capítulo é o corpo central deste relatório porque compreende todas as atividades nucleares da UAL, incluindo caracterizações dos ciclos de estudo e dos respetivos cursos, dos estudantes e, com maior extensão, dos docentes, dadas as exigências impostas neste campo para que os cursos universitários possam ser devidamente acreditados, bem como a universidade no seu conjunto.

A subdivisão em 3 subcapítulos tem algo de arbitrário já que não há um critério claro subjacente que a justifique. Assim, optou-se por um primeiro subcapítulo sob o título atividade pedagógica e científica, um segundo sobre as atividades de investigação e um terceiro sobre o corpo docente. Perante esta enumeração, fácil é reconhecer que o critério de partição de um conjunto conducente a uma classificação rigorosa dos seus subconjuntos não é respeitado, pois é evidente que a conjugação destes três subcapítulos dois a dois está longe de ser um conjunto vazio.

A opção pelo primeiro subcapítulo incorpora toda a ação pedagógica e uma pequena parte da área científica, prefigurada na inclusão do Conselho Científico.

O título de “Atividades de Investigação” do segundo subcapítulo é excessivo para o seu conteúdo, pois aborda fundamentalmente as atividades estruturadas em órgãos de investigação no contexto da UAL, não incluindo, portanto, quer as atividades de investigação inerentes à concretização dos ciclos de estudos apresentados no primeiro subcapítulo, quer as atividades específicas de cada docente que são incluídas no subcapítulo 1.3 dedicado ao corpo docente, procurando, assim, uma avaliação mais integrada deste corpo, impondo-se, portanto, que uma leitura global da investigação da UAL não se restrinja ao ponto 1.2.

Já o primeiro subcapítulo (1.1) tem uma estrutura que abarca, praticamente, todo o funcionamento “escolar” da UAL, pondo em evidência as características e intervenções dos vários corpos e dos diferentes cursos, neste se incluindo num ponto especial (1.1.2) os cursos não conferentes de grau que, como aí se explicará, crescem em importância no contexto da UAL e são um elo relevante de ligação à sociedade civil e

ao objetivo de aperfeiçoamento de certas valências de profissionais que desejam atualizar, melhorar ou mesmo diversificar os seus conhecimentos para melhor inserção na sociedade ou mesmo pela vontade e pelo gosto do conhecimento.

Para isso o ponto 1.1 espraia-se por seis tópicos diferentes, relativos não só a esses cursos (1.1.2), mas, basicamente e antes de tudo, aos cursos e aos ciclos conferentes de grau (1.1.1). Para o funcionamento adequado destes são fundamentais, no campo científico, o Conselho Científico da UAL (1.1.3), que incorpora representantes de todos os departamentos e de unidades de investigação, tendo um papel central na definição dos currícula e, sobretudo, nos segundos e terceiros ciclos, designadamente na aprovação de orientadores de dissertações e de teses e nomeação de júris de provas públicas, atuando em ligação com as comissões científicas dos departamentos e, no campo pedagógico, o Conselho Pedagógico (1.1.4), que integra paritariamente representantes dos docentes e dos estudantes que, em ligação com os departamentos e respetivos conselhos escolares, se pronunciam sobre problemas de natureza pedagógica, com particular relevância para aos regimes de avaliação de conhecimentos.

A referência (1.1.5) à Biblioteca é óbvia neste contexto, porque ela deve ser sinal da busca de conhecimentos, direcionada ou autónoma, por parte dos estudantes e também dos docentes, aliando-se, pela sua natureza, aos Serviços Editoriais e Atividades de Expansão.

Por último, mas não menos relevante, aborda-se o papel do Provedor do Estudante (1.1.6), crucial na defesa e na construção de um bom ambiente na UAL, antecipando e evitando naturais conflitos e propondo soluções para situações mais complexas, sempre com enorme grau de prudência, isenção e equidade.

1.1. Atividade pedagógica e científica

1.1.1. Cursos conferentes de grau

Tal como se refere no relatório do ano letivo precedente (2016/2017) “A apreciação da evolução de uma instituição e, em particular, das suas atividades, reclama uma certa estabilidade metodológica e de apresentação para que o cotejo intertemporal seja possível, sem embargo do cuidado retrato da situação atual e, sobretudo, de eventuais alterações significativas ocorridas no espaço temporal a que o relatório se refere”.

O Reitor, ao ler e reproduzir estas considerações, não põe em causa, para o ano letivo 2017/2018 a estrutura dos relatórios precedentes, designadamente neste capítulo, continuando a chamar a atenção para o conjunto dos quadros do Anexo 1 – Cursos que conferem grau) que procuram, de modo quase exaustivo, descrever quantitativamente em pormenor as principais características dos diversos cursos, nos três ciclos de estudos, nem a análise comparativa diferencial com o ano precedente.

Contudo, é exatamente esta comparação global com o ano precedente e, mais extensamente, com os anos precedentes que, desde logo, obriga a salientar uma variação na “dimensão” do conjunto dos estudantes dos 3 ciclos de estudos. Com efeito, a comparação entre o número de estudantes inscritos apresentado no Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2017/2018) do Anexo 1, com o mesmo quadro do ano letivo precedente, evidencia um crescimento global de 14,4%, muito devido aos primeiros ciclos e Mestrado Integrado de Arquitetura¹ (14,9%) e em menor grau nos segundos ciclos (14,4%), com os terceiros ciclos a apresentarem um crescimento pouco significativo (3,5%).

Este crescimento, claramente superior ao que se verificou nos últimos anos, é acompanhado de outras alterações estruturais que serão apontadas nos pontos seguintes deste subcapítulo, mantendo o formato dos anos precedentes.

¹ O Mestrado Integrado de Arquitetura é apresentado em conjunto com os primeiros ciclos. Por isso, sempre que se referirem os primeiros ciclos, está incorporado esse mestrado, a menos que se identifique este em situações específicas.

Antes disso, deve pôr-se em relevo que os primeiros ciclos representam 81,4% do conjunto dos estudantes, os segundos ciclos 15,0% e os terceiros ciclos apenas 3,6%. É exatamente esse crescimento significativo, que não é homotético entre os cursos e se situa fundamentalmente nos novos alunos dos primeiros anos dos primeiros ciclos (crescimento notável de 41%), que justifica uma alteração na designação do primeiro ponto deste capítulo que passa a ser:

1.1.1.1. Estrutura e demografia dos ciclos de estudos

Nos relatórios anteriores deu-se particular relevância, pelo menos nos títulos, à distribuição dos estudantes por idades, tendo em atenção que idades diferentes exigem, provavelmente, abordagens pedagógicas diferentes, até porque muitas vezes correspondem a conhecimentos e experiências muito variadas dos estudantes que frequentam os mesmos anos dos diversos cursos, designadamente os relativos aos primeiros ciclos.

Sem embargo de a UAL não esquecer esta preocupação pedagógica, até pelo seu contínuo empenho na promoção da qualificação de pessoas que não frequentaram ou completaram cursos de nível superior nas idades “normais”, o crescimento verificado tem sido particularmente acentuado nos primeiros anos dos ciclos por gente mais jovem, provindo diretamente do ensino secundário, o que pode obrigar a um reequacionamento de organização pedagógica, designadamente nalguns cursos.

Em particular, e ainda situando-nos no conjunto dos estudantes, é impressionante a presença de estudantes mais jovens nos primeiros ciclos da UAL. Como nota mais marcante basta referir que, enquanto o número total de estudantes dos primeiros ciclos da UAL entre 2014/2015 e 2017/2018 cresceu 25,4% (uma média anual de 7,84%), o número de estudante com uma idade inferior a 20 anos cresceu 8,18 vezes (uma média anual de 101,5%). A esta média não corresponde, contudo, um crescimento uniforme, já que há um primeiro grande “salto” entre 2014/2015 e 2015/2016 (de 5,2% do total passou-se a 17,5%), um crescimento muito atenuado em 2016/2017 (de 17,5% para 21,0%), com um novo e relevante “salto” em 2017/2018 em

que a quota de estudantes com uma idade inferior a 20 anos atingiu 33,8%, isto é, já ultrapassou um terço.

Esta alteração é ainda mais impressionante quando se olha para os números absolutos. Com efeito, no ano letivo 2014/2015 apenas 82 (!) estudantes tinham uma idade inferior a 20 anos, enquanto no ano letivo de 2017/2018 esse número passou a ser de 671 (!).

É óbvio que estas alterações têm de ter efeitos sobre a abordagem pedagógica que, além do mais, tem de ser diferenciada entre os vários cursos, pois a alteração etária não é homotética.

Esta alteração é também muito visível na relação (ver Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência (2017/2018) do Anexo 1) entre estudantes do horário pós-laboral e estudantes do horário diurno. No total da UAL 66%, isto é, cerca de dois terços, são de estudantes diurnos e apenas 34% do pós-laboral, uma alteração com alguma relevância face ao ano letivo precedente e radicalmente diferente do ano letivo 2014/2015, em que a repartição era praticamente igualitária. E note-se ainda que esta alteração face ao ano precedente não resulta de uma diminuição de estudantes no pós-laboral (que até aumentou um pouco de cerca de 2,5%) mas de uma grande subida do diurno, obviamente responsável pelo tal aumento da faixa etária até aos 20 anos.

E se essa alteração é clara já no conjunto da UAL ela é, como era de esperar, mais evidente para os primeiros ciclos, em que apenas 27,6% são estudantes do ensino pós-laboral e, portanto, 72,4% são do ensino diurno, que também é consequência de um maior crescimento dos primeiros ciclos face aos outros dois ciclos de estudos, como já foi referido.

Ainda no campo dos estudantes com idades inferiores a 20 anos, há que salientar diferenças significativas entre os diversos cursos (ver Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2017/2018) do Anexo 1 – Cursos que conferem grau).

No caso dos primeiros ciclos, o mais “jovem” é, manifestamente, o curso de Ciências da Comunicação, em que mais de metade dos estudantes (57,9%) tem uma idade

inferior a 20 anos. Aliás, essa prevalência dos mais jovens é ainda mais clara na “estrutura” dos cursos, com base nessa idade.

Assim, sendo os estudantes de Ciências da Comunicação “apenas” 11,8% do total dos estudantes do primeiro ciclo (ver Quadro 1 do Anexo 1 – Cursos que conferem grau) eles representam 20,3% dos estudantes com idade inferior a 20 anos. A relativa “juventude” desse curso é ainda mais evidente quando se consideram as faixas etárias seguintes, salientando-se que 86% dos estudantes desse curso têm idade inferior a 23 anos, uma percentagem bem superior a qualquer dos outros cursos dos primeiros ciclos, com exceção de Gestão do Desporto (84,9%), mas que é resultado de ser um curso em que estiveram a funcionar ainda apenas os dois primeiros anos do ciclo.

Em sentido radicalmente oposto encontram-se os cursos dos primeiros ciclos de Administração de Unidades de Saúde e Informática de Gestão, em que mais de metade dos estudantes (56,8% e 54,7%) tem idades iguais ou superiores a 28 anos. Muito perto destes estão ainda os cursos de História (48,0%) e Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (45,8%).

Se considerarmos os estudantes com idades iguais ou superiores a 23 anos verificamos que, com exceção dos 4 cursos já acima referidos, nenhum apresenta mais de metade dos estudantes nessas faixas etárias, sendo de salientar que os cursos de Economia (25,4%) e Gestão (31,9%) são os que, para além de Ciências da Comunicação e Gestão do Desporto, menor número de estudantes têm nessas faixas etárias.

Esta clara heterogeneidade de idades entre os estudantes dos diversos cursos que, em princípio, correspondem a formações e experiências diferenciadas à entrada na UAL e durante a sua frequência, impõe uma atenção particular, por parte dos diferentes departamentos, a adaptações pedagógicas que são difíceis e exigentes, mas sem as quais não haverá a necessária e exigida eficiência pedagógica que deve distinguir esta universidade.

Voltando aos primeiros ciclos, o curso de Direito continua a ter o maior contingente de estudantes (29,5%) (Quadro 1 do Anexo 1 – Cursos que conferem grau), seguido de

Gestão (19,2%), de Ciências da Comunicação (11,8%), que se afirma como 3º curso do primeiro ciclo neste critério, com Engenharia Informática (10,2%) e Psicologia (8,4%) a manterem posições significativas.

Entre os cursos de menor dimensão neste critério estão Relações Internacionais (3,8%) com uma acentuada subida, de saudar, no ano letivo de 2017/2018 (basta verificar que os estudantes inscritos pela primeira vez representam 44,7% do total de inscritos), Economia (2,7%) que mantém e até acelera ligeiramente a sua renovada implantação na UAL, Gestão do Desporto (2,7%) mas apenas com dois anos de funcionamento, sendo que em 2017/2018 duplicaram as entradas face ao ano precedente, Administração de Unidades de Saúde (2,2%), também com apreciável subida de entradas face ao ano precedente, Informática de Gestão (2,1%), também a recuperar posições perdidas, História (1,3%), praticamente rejuvenescida (o número de novos estudantes representa 60% do total de inscritos nesse primeiro ciclo) e, finalmente, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (1,2%), um curso que tem de ser aposta estratégica da UAL para fortalecer a sua componente tecnológica, mas que tem sido difícil arrancar com uma expressão minimamente aceitável. A esperança da sua futura afirmação alicerça-se, no entanto, no facto de 75% dos seus estudantes se terem inscrito pela primeira vez no ano letivo de 2017/2018, embora o seu nível etário revele que não se trata ainda de uma opção entre os mais novos.

Esta avaliação do “stock” de estudantes nos diversos cursos dos primeiros ciclos não pode, nem, deve esconder, tal como, aliás, já se observou no parágrafo precedente, as tendências verificadas no caso do acesso de novos estudantes, designadamente aos primeiros anos.

Neste particular caso, não pode deixar de se evidenciar que o curso de Gestão ultrapassou, embora só ligeiramente (147 contra 145) o curso de Direito, assumindo, assim, uma relevância crescente no âmbito da UAL, reforçada, aliás, pelo notável crescimento do seu mestrado que ultrapassa claramente o de Direito no que diz respeito a novos estudantes (38 contra 22).

Este facto, associado aos crescimentos dos cursos de Economia, Gestão de Unidades de Saúde, Gestão do Desporto e até de Informática de Gestão, acentuam esse crescimento potencial da área de Ciência Económicas e Empresariais na UAL, que tem de levar a uma estratégia concertada de consolidação da área, o que, naturalmente, imporá uma afirmação do segundo ciclo e uma abertura à concretização de um terceiro ciclo, tendo até em atenção as exigências formais relativamente aos terceiros ciclos para o reconhecimento de uma universidade.

Continuando na lógica de observação do que se passou em 2017/2018 relativamente a novas entradas, o Quadro 7 - Alunos matriculados pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes (2017/2018), do Anexo 1 – Cursos que conferem grau) mostra que pelo concurso institucional da UAL entraram para os primeiros anos 383 estudantes (54,6% do total), sendo os restantes provenientes dos concursos especiais, 280 (39,9%), dos concursos para maiores de 23 anos, 30 (4,3%), de titulares de cursos superiores e 9 (1,3%) de estudantes internacionais.

Estes números refletem a já referida heterogeneidade de formação dos estudantes que se matricularam pela primeira vez nos primeiros anos dos primeiros ciclos, salientando-se a já mencionada atenção à atração de estudantes que não frequentaram na idade “normal” cursos universitários, bem como a ainda incipiente (mas não nula) atração de estudantes internacionais.

De referir, ainda, 36 estudantes que se matricularam pela primeira vez em resultado de mudança do par instituição/curso, dos quais 31 no primeiro ano e 5 nos anos seguintes, havendo ainda 14 estudantes de entre os maiores de 23 anos (e estes são um regresso à universidade) e 8 de titulares de cursos superiores que se inscreveram em anos mais adiantados.

Saúda-se ainda o regresso de 64 estudantes (41 dos quais em Direito).

No que toca à diferenciação dos concursos de entrada pelos diferentes cursos, um elemento não despiciendo para a perspetiva da abordagem pedagógica, foi claríssimo o peso dos “maiores de 23 anos” em Arquitetura (10 contra nenhum pelo concurso institucional, provindo os outros 5 de titulares de cursos superiores e 1 de mudança

do par instituição/curso), Administração de Unidades de Saúde (20 pelos “maiores de 23 anos” e apenas 1 pelo concurso institucional), Engenharia Eletrónica e Telecomunicações (17 pelos “maiores de 23 anos” e apenas 1 pelo concurso institucional, reforçando as preocupações já atrás expressas sobre este curso).

Com grande equilíbrio entre os dois tipos de entrada aparecem os cursos de Economia, Engenharia Informática, Informática de Gestão, Psicologia e História.

Com relativa predominância do concurso institucional face aos dos “maiores de 23 anos” aparecem Direito (90/54), Gestão (78/56) e Relações Internacionais (20/14).

Com clara maioria de entrada por via dos concursos institucionais aparecem, como era de esperar, face às características demográficas já avaliadas, Ciências da Comunicação (80/16) e Gestão do Desporto (27/6).

Continuando na caracterização dos novos estudantes da UAL o Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de estudos e Mestrado Integrado em Arquitetura (2017/2018)), do Anexo 1, evidencia alguns dados que não podem passar em claro. Desde logo para assinalar que, apesar do significativo crescimento, globalmente ainda há espaços a preencher.

Assim, o número de candidaturas, apesar de ter crescido relativamente ao ano letivo anterior (crescimento de 15,7%), não atingiu ainda o número de vagas totais (ficou-se por 95,4% das vagas) e, conseqüentemente, apesar do já salientado grande crescimento do número de entradas para o primeiro ano pela primeira vez (701), elas representam ainda apenas 81% do número de vagas disponibilizadas.

Mas os dados do Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de estudos e Mestrado Integrado em Arquitetura (2017/2018) - evidenciam bem uma heterogeneidade entre os cursos, com o número de candidatos a exceder o número de vagas (embora por margens relativamente pequenas) nos cursos de Ciências da Comunicação, Direito, Economia, Engenharia Informática, Informática de Gestão, Psicologia e Relações Internacionais, mas com Administração de Unidades de Saúde e sobretudo Arquitetura e Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações a ficarem bem longe das vagas abertas, estando História equilibrado.

Quando se passa ao número de inscritos, aquele que, afinal, define realmente o número de novos estudantes dos primeiros anos da UAL, o número de vagas disponíveis apenas foi atingido em História (número de vagas muito baixo – 15) e Informática de Gestão (25), embora Ciências da Comunicação (97/100), Gestão (145/150), Engenharia Informática (70/75), Psicologia (65/70) e Relações Internacionais (32/35) estejam muito próximos do número de vagas disponíveis.

Mais preocupante são Administração de Unidades de Saúde (21/40) e, sobretudo, de novo, Arquitetura (16/55) e Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (18/60), tanto mais que são dois cursos que, por razões distintas, são cruciais na estrutura e na afirmação da UAL.

Arquitetura pelo prestígio reconhecidamente alcançado e que vem perdendo uma clara dinâmica de atração, sobretudo para o primeiro ano, que não se tem conseguido inverter nos últimos anos, sendo certo que o contexto global da sociedade relativamente à atratividade dos cursos de arquitetura em nada tem ajudado.

Pelo contrário, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações encontrou bom acolhimento no contexto global da sociedade e, como já se referiu, é uma aposta da UAL na componente tecnológica. É certo que é um curso criado muito recentemente na UAL, pelo que terá de ser devidamente acarinhado, até porque, reconhecidamente, a concorrência é muito forte.

Mas há outro ponto positivo que ressalta dos números apresentados nesse Quadro 6: a média das notas do primeiro aluno colocado em cada curso foi de 14,6 valores, uma subida substancial relativamente ao ano precedente (média de 13,0).

Se isto é positivo, porque evidencia a presença de estudantes com bom desempenho no secundário, por outro lado, intensifica a necessidade de responder pedagogicamente a esse facto, tanto mais que a média geral dos inscritos apenas teve uma ligeira subida e as médias dos últimos colocados manteve-se praticamente estável.

Isto significa maior heterogeneidade na generalidade dos cursos, designadamente em Gestão e Direito, com Economia e Engenharia Informática e História com mais equilíbrio entre os admitidos.

Ainda no campo dos novos estudantes importa lançar um olhar sobre “os maiores de 23 anos”, na medida em que podem contribuir para uma maior diferenciação entre os estudantes dos primeiros anos.

O Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos (2017/2018), do Anexo 1, dá uma visão completa do panorama de entrada destes estudantes na UAL no ano letivo 2017/2018.

Apresentaram-se a provas de avaliação 453 candidatos, uma enorme subida relativamente ao ano letivo anterior, em que apenas se apresentaram 133. Contudo, a taxa de admissões baixou muito também em 2017/2018, pois só 286 estudantes (63,1%, ou seja, menos de dois terços) foram admitidos, enquanto no ano precedente essa taxa atingiu 89%.

É interessante notar que o maior número de estudantes que entraram por esta via é de Gestão (56) (19,6% dos total), exatamente mais 2 que Direito (54), sendo de salientar pela sua expressão no total de estudantes do primeiro ano do curso, os cursos de Engenharia Informática (35/70, 50%) e Psicologia (31/65, 47,7%) entre os cursos de maior dimensão.

Contudo, nos cursos de menor dimensão, há situações ainda mais marcantes ou mesmo extremas, como é o caso de Engenharia Eletrónica e Telecomunicações (17/18), Administração de Unidades de Saúde (20/21) e ainda, embora em menor grau, mas mantendo a maioria dos “maiores de 23 anos”, Informática de Gestão (15/25) e Arquitetura (10/16).

Estes dados são uma clara evidência da necessidade diferenciada de abordagem pedagógica não só entre os diversos cursos, mas mesmo dentro de cada curso.

Um outro dado importante deste Quadro 8 é a subida da média, embora com a mesma moda (13), em relação ao ano precedente, que passou de 12,7 a 13,6, sinais claros de um maior enviesamento de notas superiores à moda no ano letivo 2017/2018, como é

flagrante no gráfico de barras que se apresenta nesse Quadro 8 e que é, também, indicador de uma provável melhor preparação dos estudantes que entraram.

Mas, também aí, há claras diferenças entre os cursos, com Ciências da Comunicação, Direito, Gestão, Informática de Gestão, Psicologia e Relações Internacionais a não terem qualquer estudante com nota inferior à moda (13).

Em sentido contrário, Economia, Gestão do Desporto e Administração de Unidades de Saúde têm uma maioria de classificações inferiores à moda.

Em situação mediana, mas não confortável, aparecem, de novo, Engenharia Eletrónica e Telecomunicações e Arquitetura em que sendo 13 a classificação prevalecente, apresentam maior número de notas inferiores à média do que superiores, o que, para além das preocupações “quantitativas” que vêm sendo expressas no relatório, há que adicionar também alguma preocupação quanto à qualidade dos estudantes admitidos.

É altura de passar aos segundos ciclos, com o Mestrado Integrado de Arquitetura a servir de charneira, dado o volume de informações e de observações já feitas sobre ele.

No Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2017/2018), do Anexo 1, estão referidos os 8 mestrados que acrescem ao Mestrado Integrado em Arquitetura.

Não considerando este, estavam globalmente inscritos 365 estudantes, cerca de 14,4% mais que no ano letivo precedente. Contudo, a estrutura de frequência do ciclo mudou significativamente. Assim, enquanto no ano letivo precedente havia 187 inscritos na parte escolar (58,6%) e 132 (41,4%) na realização de dissertações (124) ou provas equivalentes (8), no ano letivo de 2017/2018 praticamente todos os estudantes estavam a frequentar o curso de mestrado e apenas 5 (!) estavam inscritos para realização da dissertação.

O número de estudantes inscrito pela primeira vez, 187 (118 nos primeiros anos e 69 nos segundos anos) cresceu 49,6%, sendo o maior contingente o de Direito, devido ao grande número de estudantes que se inscreveram no segundo ano (58), já que no primeiro ano o maior número de novos inscritos foi em Gestão (38), com Psicologia Clínica e de Aconselhamento a seguir (23), antes de Direito (22).

Globalmente, e não considerando os 5 estudantes inscritos na dissertação, Direito continua a ter o maior contingente de estudantes (43,3%), seguido de Gestão (21,1%) e de Psicologia Clínica e de Aconselhamento (17,2%), o que significa que estes 3 mestrados representam 81,6% do conjunto de estudantes dos segundos ciclos, o que evidencia uma grande concentração nestas áreas, deixando apenas 18,4% para os 5 restantes.

Entre estes, os de maior frequência total são os da área de Relações Internacionais (29 estudantes ao todo, 16 em Relações Internacionais e 13 em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais) seguidos de História, Arqueologia e Património (12) e igual número em Engenharia e Tecnologia Informática, sendo este número mais interessante na medida em que funcionou pela primeira vez o primeiro ano.

O menos frequentado (com exceção do de Psicologia que está descontinuado) é o de Comunicação Aplicada que, assim, não evidencia o dinamismo dos primeiros ciclos desta área, sendo importante avaliar porquê, de modo a dar-lhe maior expressão.

As comparações com o ano precedente ratificam esta avaliação deste mestrado, ao contrário dos relativos à área de Relações Internacionais com um interessante crescimento relativo.

Do ponto de vista dos estudantes há que salientar um relativo rejuvenescimento, sobretudo na faixa dos menores de 23 anos, já que no ano letivo 2016/2017 os estudantes dessa faixa etária representavam apenas 10,7% do total, enquanto em 2017/2018 já são 18,9% do total. Contudo, a faixa seguinte, 25 a 28 anos, tem menor representação relativa (17,0%) em 2017/2018 que em 2016/2017, o que faz com que a percentagem, claramente maioritária, de estudantes com 28 ou mais anos tenha decrescido pouco (de 67,7% para 64,1%).

Há uma clara diferenciação entre os cursos, estando grande parte deles perto da média de 18,9% do total de estudantes na faixa dos 20-23 anos. As maiores discrepâncias são, no que toca às maiores percentagens, em Comunicação Aplicada (55,6% dos estudantes) e em Psicologia Clínica e de Aconselhamento (32,8%),

enquanto as percentagens mais baixas se verificam em Direito (13,8%) e Relações Internacionais (15,4%), para não falar de História, Arqueologia e Património que não tem qualquer estudante nesta faixa etária.

Já para os estudantes com 28 ou mais anos História, Arqueologia e Património apresenta a maior percentagem relativa (91,7%), seguida de Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (76,9%), com Direito também com grande representação nesta faixa etária (73,6%).

Com menos de metade dos estudantes nesta faixa etária estão apenas Comunicação Aplicada, Relações Internacionais e Psicologia Clínica e de Aconselhamento.

Estas diferenças etárias serão porventura menos relevantes para a estruturação dos cursos mas não o serão, por certo, no que toca à orientação de dissertações, estágios ou trabalho de projeto.

Passando, por fim, aos terceiros ciclos, cujo crescimento e diversificação urge assegurar, verificámos uma estabilidade nos números dos estudantes (89 em 2017/2018 e 86 em 2016/2017). Contudo este resultado é, em termos dinâmicos, enganador e preocupante, pois resulta de em 2017/2018 só se terem inscrito pela primeira vez 21 estudantes, quando no ano precedente se tinham inscrito 38. A manutenção do número total apenas se deve ao facto de haver uma maior concentração na realização da tese (46 em 2017/2018 contra 31 em 2016/2017), compensando-se, assim, a quebra de entradas.

Estes valores globais escondem, todavia, certas discontinuidades entre os 3 doutoramentos da UAL, já que em 2016/2017 houve uma entrada “anormal” de estudantes para o doutoramento em História (12, um dos quais para o segundo ano do curso, outro diretamente para a realização da tese), enquanto no ano letivo de 2017/2018 não se verificou qualquer entrada neste doutoramento. Portanto a quebra de entradas não é tão significativa nos outros dois doutoramentos no que respeita aos primeiros anos, até aumentou (de 9 para 14, sendo 8 em Direito e 6 em Relações Internacionais, Geopolítica e Geoeconomia).

Globalmente Direito é preponderante, representando 60,9% dos estudantes a realizar as suas teses e 55,8% a frequentar o curso de doutoramento, ou seja, 58,4% do conjunto dos estudantes. A parte restante é praticamente dividida ao meio entre os outros dois doutoramentos.

Parece evidente que tem de haver uma evolução clara nos terceiros ciclos sob pena de a UAL não se poder afirmar como uma universidade.

Contudo, há que reconhecer que as exigências formais em termos de docentes e orientadores de estágio e dos níveis de investigação são um desafio que não pode e, de facto, nem deve, ser vencido isoladamente, já que tal impõe dimensões de produção de publicações que não são facilmente atingíveis por uma pequena universidade isoladamente.

Aliás, as propostas mais recentes sobre a evolução do ensino superior são claras relativamente à reorientação das universidades. Como é assunto de prioridade estratégica, o Reitor voltará ao assunto no capítulo final, integrando, aliás, as várias considerações que se vão fazendo nesta matéria ao longo de todo o relatório.

Para uma caracterização final global do ano letivo 2017/2018 no que toca ao conjunto de estudantes importa ainda abordar três temas: o número de estudantes inscrito por género (Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por ano e por género (2017/2018) do Anexo 1), o conjunto de estudantes internacionais (Quadro 10 - Distribuição dos alunos por nacionalidade (2017/2018) do Anexo 1) e os estudantes com o estatuto de trabalhador estudante (Quadro 12 - Distribuição dos alunos com estatuto de trabalhador estudante (2017/2018) do Anexo 1) e os estudantes no Programa de Acumulação de Conhecimentos (PAC) (Quadro 9 - Alunos inscritos, no Programa de Acumulação de Conhecimentos (2017/2018) do Anexo 1) estes, não integrando ainda os ciclos de estudos universitários mas, ao abrigo da legislação, procurando obter créditos ligados às disciplinas dos cursos universitários, enquanto aguardam a concretização da sua entrada efetiva nos diversos ciclos do ensino superior, através da superação das condições de acesso não obtidas até à altura da sua inscrição nesse programa.

Estes quatro pontos visam atingir uma melhor caracterização do conjunto de estudantes que frequentam a UAL.

No que diz respeito ao género dos estudantes inscritos nos ciclos de estudos da UAL, manteve-se a ligeira predominância feminina (52,5%), embora com ligeira queda em percentagem face ao ano precedente (53,2%).

Contudo, no caso dos cursos dos primeiros ciclos, há um crescimento da ordem dos 74,8% do número de estudantes do género masculino que frequentam os primeiros anos, enquanto o menor crescimento do género feminino, embora também muito claro (32,2%), o que tem como resultado que, no conjunto do total dos cursos, há uma ligeira supremacia do género masculino sobre o feminino, apenas no conjunto dos primeiros anos e nos doutoramentos.

Embora, a partir dos dados disponíveis, não se possa afirmar com clareza que a entrada de novos estudantes no ano letivo de 2017/2018 teve uma composição em que houve alguma prevalência do masculino, já que o número total de estudantes referido contém também as retenções nos primeiros anos, a diferença, numérica no acréscimo do total de estudantes dos primeiros anos entre o masculino e o feminino (59) permite que essa hipótese possa ter plena confirmação na realidade.

Se tal se deve a uma tendência ou a uma mera situação conjuntural, devida, por exemplo, ao grande crescimento dos “maiores de 23 anos” relativamente ao ano precedente é algo que fica em aberto.

De notar ainda, neste contexto, a situação particular do Mestrado Integrado de Arquitetura em que há 54,6% de estudantes do género masculino, uma clara subida da percentagem face ao ano precedente, muito como resultado da frequência do quinto ano em que o número de estudantes do género masculino duplica o do feminino, ao contrário do ano letivo precedente, em que havia praticamente uma paridade. Aliás, ao contrário do conjunto dos primeiros ciclos, a frequência dos primeiros anos desde curso é quase paritária, mas mantendo-se uma ligeira supremacia do género feminino.

Nos primeiros ciclos são de predominância muito clara do género feminino os cursos de Ciências da Comunicação (72,8%), Administração de Unidades de Saúde (68,2%) e, em menor grau mas ainda significativamente, Psicologia (63,3%), Direito (60,2%) e Relações Internacionais (56,6%).

Em contrapartida são de claro domínio do género masculino Engenharia Electrónica e de Telecomunicações (95,8%), Engenharia Informática (85,2%) e Informática de Gestão (83,4%) e menos clara, embora ainda significativa, Economia (60,4%) e História (60%). Gestão aparece numa posição singular de praticamente igualdade de géneros (49,5%/50,5%).

Esta distribuição reflete também tendências bem conhecidas da sociedade, designadamente a pouca apetência feminina para as áreas tecnológicas, embora os números da UAL exagerem essa tendência, havendo aqui algum campo para crescimento. Aliás, é curioso o enorme domínio feminino em Ciências da Comunicação, em que a utilização de tecnologias é crescente (é certo que “utilização” e não “produção”) faria pressupor um maior equilíbrio entre os géneros.

No que diz respeito aos segundos ciclos, mantêm-se, até com peso superior (57,8%), a supremacia do género feminino, com uma diferenciação entre os cursos que quase reproduz o que se passa nos primeiros ciclos. Mantém-se e até se agrava o peso feminino em Comunicação Aplicada (77,8%) mas que é ultrapassada por Psicologia Clínica e de Aconselhamento, em que a subida relativa do género feminino é notável (82,8%), mantendo-se também a supremacia feminina em Relações Internacionais (62,4%) e, mais atenuadamente, em Direito (56,6%). Em contrapartida Engenharia Informática e de Telecomunicações é quase totalmente masculino (91,7%), sendo a supremacia de masculino também refletida em História (58,4%) e, sem surpresa, apesar de ser da área das Relações Internacionais, em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (61,6%), enquanto Gestão mantém, neste caso com rigor, a paridade dos géneros (50/50).

Quanto aos terceiros ciclos o número de estudantes (89) não permite uma análise estatística com um mínimo de acuidade. Por isso a análise dos dados relativos ao

terceiro ciclo evidencia a situação atual em que os números absolutos devem prevalecer sobre as percentagens, o que, convém não esquecer, se deve aplicar também a todos os cursos, pelo que algumas das considerações feitas para os primeiros e os segundos ciclos em termos percentuais devem ser cuidadosamente complementadas pela leitura do Anexo 1 – Cursos que conferem grau.

Tendo isso em atenção verifica-se que dos 89 estudantes dos terceiros ciclos 58 são do género masculino e 31 do feminino, o que reflete uma inversão da situação relativa aos dois géneros face aos primeiros e segundos ciclos.

Para tudo isso pesa a flagrante inversão no terceiro ciclo de Direito (claramente o maior dos três cursos desse ciclo na UAL) em que há 38 estudantes do género masculino e apenas 14 do género feminino.

Abusando do uso das percentagens, temos nesta distribuição 73,1% do género masculino quando nos outros dois ciclos esta percentagem está sempre bem abaixo dos 50%. Será interessante procurar razões para esta inversão como, por exemplo, concorrência forte de outros doutoramentos, baixa taxa na sociedade portuguesa de escolhas de doutoramentos das mulheres com segundos ciclos em Direito optarem por doutoramentos, ou fazê-lo mais tarde por razões familiares, etc.

Nos outros dois doutoramentos esse desequilíbrio não é acentuado, caso de Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, ou não existe mesmo, como é o caso de História.

Passando agora ao aspeto da internacionalização no que toca à presença de estudantes não portugueses (e não incluindo aqui os estudantes Erasmus+ que são tratados no ponto específico da internacionalização) verifica-se no Quadro 10 - Distribuição dos alunos por nacionalidade (2017/2018) - do Anexo 1, que 642 estudantes não portugueses frequentaram os ciclos de estudo da UAL em 2017/2018, isto é, cerca de 26,3%, uma percentagem ligeiramente inferior à do ano precedente (28,7%), não porque o número desses estudantes tenha diminuído (subiu até ligeiramente (4,7%) em relação ao ano precedente), mas porque, como já foi

suficientemente salientado, aumentou significativamente o número de estudantes portugueses.

Estão representados 25 países, embora com uma enorme heterogeneidade, já que 14 deles têm menos de 4 estudantes e, destes, 9 têm apenas um estudante.

É claro que não deixa de ser interessante esta presença, por pequena que seja, mas é mais relevante pelas exigências de organização pedagógica e científica que exige a presença quantitativamente mais marcante.

E neste aspeto Angola continua a marcar uma posição maioritária já que 352 (54,8% dos estudantes não portugueses são angolanos, com os brasileiros, tal como anteriormente, a serem, de muito longe, os mais representados a seguir aos angolanos, com 191 estudantes (29,8%), o que significa que o conjunto de angolanos e brasileiros representa 84,5% de todos os estudantes não portugueses. Se a isto acrescentarmos 35 estudantes provindos de outros países lusófonos (como Cabo Verde com o maior número (14) e Moçambique ainda com um número relativamente pequeno (8)), teremos que a lusofonia representa 90% (!) dos estudantes não portugueses da UAL, acentuando esta característica na expressão da internacionalização da UAL.

Relativamente às outras nacionalidades, há 46 estudantes da União Europeia (com grande peso da Itália (21), com uma presença específica e exclusiva no Mestrado Integrado de Arquitetura, uma situação singular e continuada face às outras frequências), sendo de assinalar uma interessante presença de estudantes da Colômbia (4), Federação Russa (3) e China (2).

Assinale-se também uma fraca presença de estudantes espanhóis (7), tal como da América Latina (não contando o Brasil), com a exceção da Colômbia.

Estrategicamente, e dado o forte empenho do desenvolvimento das relações ibero-americanas, poderá haver aqui campo estratégico de crescimento.

Esta descrição global esconde, no entanto, uma acentuada diferença entre os 3 ciclos de estudos.

Assim, 64,5% estão inscritos nos primeiros ciclos ou Mestrado Integrado de Arquitetura, 29,9% em segundos ciclos e 5,6% em terceiros ciclos.

É interessante notar que esta estrutura tem diferenças acentuadas face ao conjunto dos estudantes da UAL e ainda mais acentuadas se considerarmos só os estudantes portugueses da UAL. Nestes a estrutura é de 87,4% nos primeiros ciclos ou Mestrado Integrado de Arquitetura, 9,6% nos segundos ciclos e 2,9% nos terceiros ciclos.

Esta diferença mostra duas realidades que se conjugam: uma que é a de que os estudantes portugueses da UAL estão em muito grande maioria nos primeiros ciclos, com os segundos e terceiros ciclos com fraca representatividade (12,5% no total), o que é um bom indicador das necessidades estratégicas a reorientar nestes campos; a segunda é o peso dos estudantes estrangeiros, e muito particularmente dos brasileiros, nos segundos e terceiros ciclos.

Tendo em atenção o grande peso de estudantes angolanos e brasileiros na UAL, justifica-se uma atenção especial a estes dois grupos. E a primeira ideia a retirar-se é a muito diferente estrutura de frequência dos 3 ciclos de estudos pelos dois grupos. Assim, enquanto dos estudantes angolanos 76,4% frequentam os primeiros ciclos ou Mestrado Integrado de Arquitetura, 21,6% os segundos ciclos e 2% os terceiros ciclos, dos estudantes brasileiros só 30,9% frequentam os primeiros ciclos ou Mestrado Integrado de Arquitetura, 55% frequentam os segundos ciclos e 14,1% os terceiros ciclos, ou seja, os estudantes brasileiros concentram-se maioritariamente nos segundos e terceiros ciclos e com uma expressão muito relevante em cada um desses dois ciclos. De facto o conjunto de estudantes brasileiros dos segundos ciclos representa 28,8% do total de estudantes desses ciclos na UAL (percentagem ainda mais expressiva no segundo ciclo de Direito (45,9%) e significativa em Gestão (25,6%) e mais ainda nos terceiros ciclos (30,3%), com uma percentagem de 44,2% no terceiro ciclo de Direito.

Aliás, no caso dos segundos ciclos, o conjunto de estudantes brasileiros e angolanos representa 49,6%, isto é, praticamente metade de todos os estudantes desses ciclos,

com clara predominância em Direito (69,8%), isto é, mais de dois terços e 51,3%, isto é, ligeiramente mais de metade em Gestão.

No caso dos primeiros ciclos, os estudantes brasileiros têm uma presença em número mais significativo em Direito e também em Arquitetura, espalhando-se em números reduzidos pela generalidade dos outros cursos.

Já os angolanos, apesar do seu grande peso em Direito (117 estudantes), isto é, 43,5% dos estudantes angolanos dos primeiros ciclos, e em Gestão (46), isto é, 17,1% desses estudantes, e, conseqüentemente, com um peso não despreciando nos primeiros ciclos desses cursos da UAL, com os conseqüentes desafios pedagógicos e científicos que se põem à sua integração, tanto mais que a grande maioria desses estudantes vem ao abrigo de transferências e não por via dos concursos de acesso à UAL.

Para além disso, os estudantes angolanos têm uma expressão numérica com algum significado em quase todos os outros cursos dos primeiros ciclos da UAL, designadamente nas engenharias e, em termos relativos, face ao número de estudantes desses cursos, em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações e em Economia, o que, nestes cursos, torna mais urgente uma cuidadosa preparação pedagógica de integração.

Já os estudantes da União Europeia escolhem prioritariamente as licenciaturas, sendo curiosa a presença de 4 estudantes espanhóis em Psicologia. Nos mestrados, saliência para 2 holandeses em Direito e de 1 grego nos doutoramentos (este em História).

Finalmente, é interessante comparar as estruturas de frequência dos cursos dos primeiros e segundos ciclos dos estudantes estrangeiros com o conjunto geral dos estudantes da UAL.

Esse cotejo revela dados importantes que mais não faz que reforçar uma reflexão pedagógica que tem sido aflorada insistentemente ao longo deste relatório.

Assim, o conjunto de estudantes estrangeiros tem uma representação mais que proporcional à sua dimensão no primeiro ciclo de Direito (mas algo inferior em Gestão), em Arquitetura (neste caso 49,5%, isto é, praticamente metade dos

estudantes são estrangeiros, o que acentua o problema de recrutamento de portugueses), e ainda em Relações Internacionais.

Mas, para além de Arquitetura (aqui muito devido a ser um Mestrado Integrado), grande saliência tem de ir para Economia (29 estudantes portugueses, 24 não portugueses, 21 dos quais angolanos) e Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (13 portugueses e 11 não portugueses), a exigirem, por isso, especialmente o último pelas diversas razões já apontadas atrás, particular cuidado e atenção.

Estes dados são, quer do ponto de vista pedagógico, quer do ponto de vista estratégico de recrutamento, de importância que não pode ser menorizada.

No caso dos segundos ciclos e como já foi oportunamente apontado, a presença de não portugueses, especialmente brasileiros, mas também de angolanos, é fundamental para o seu funcionamento, mas deixa bem evidente a fraca capacidade de mobilização de estudantes portugueses para esses ciclos na UAL.

A maior evidência está em Direito, com 44 estudantes portugueses e 115 não portugueses, a maioria dos quais brasileiros, Relações Internacionais com 3 portugueses para 13 não portugueses, com expressão significativa de angolanos (6) e ainda Gestão com 32 estudantes portugueses e 40 não portugueses.

Mas, mais do que mostrar a preocupação pela não atração de portugueses, há que relevar, sem deixar de estudar atentamente, a capacidade de atrair os não portugueses, o que exige capacidade de sustentabilidade dessa atração, ou seja, a criação continuada de uma resposta pedagógica e cientificamente adequada às capacidades e aos objetivos desses estudantes.

Finalmente, dentro dos ciclos de estudos da UAL (Ver Quadro 12 - Distribuição dos alunos com estatuto de trabalhador estudante (2017/2018) do Anexo 1) uma atenção deve ser dada aos estudantes com o estatuto de trabalhador estudante pelas suas condições especiais e atendendo a que é um número não despidendo, sendo cerca de 12,7% do total dos estudantes e 15,5% dos estudantes do primeiro ciclo (308 estudantes), pois só 3 frequentam os segundos ciclos e nenhum os terceiros ciclos.

Embora em números absolutos Direito (84) e Gestão (68) sejam os cursos mais frequentados por estes estudantes (ou seja quase metade), em termos relativos, isto é, tendo em atenção o peso que estes estudantes têm no conjunto de cada um dos cursos, uma vez mais o curso de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações tem uma posição singular, com 54,2% dos estudantes nesta condição, o que, de novo, traz desafios à sua orientação pedagógica e ao acompanhamento dos estudantes. Em menor grau, mas com peso ainda significativo, está o curso de Administração de Unidades de Saúde em que 31,8% (quase um terço) têm essa condição de trabalhador estudante.

Sendo esta condição legalmente admitida e acolhida na universidade, é importante que a sua situação seja devidamente enquadrada, não só especialmente nos cursos em que o seu peso relativo é relevante, mas também naqueles em que o seu número é importante. Mas, em todos os cursos, há que ter atenção especial este grupo de estudantes, cuja eficiência formativa deve ser devidamente acompanhada, tendo em atenção a sua situação particular.

É de notar que muitas vezes esses estudantes entendem que podem (ou devem mesmo) fazer os seus cursos ao ritmo dos colegas. Sem embargo de reconhecer a possibilidade de alguns excecionalmente o conseguirem, deve realçar-se, e fazer entender a esses estudantes, que tal não é possível, sob pena de se considerar que os “estudantes normais” andam a perder o seu tempo ao dedicarem-se (quando o fazem) inteiramente à concretização dos seus cursos.

1.1.1.2. Eficiência formativa

Tal como reiteradamente se tem feito em relatórios precedentes, as universidades (e todas as instituições, afinal) devem ter preocupação pela avaliação da sua “performance” para poder cotejar os resultados obtidos com os esperados e, sobretudo, com a utilização dos recursos disponíveis, no sentido de procurar a melhoria contínua.

Assim, neste subcapítulo procura-se, fundamentalmente, avaliar a eficiência da atividade ensino/aprendizagem, cujos indicadores serão sempre discutíveis, sobretudo porque os contextos mudam.

Por exemplo, se as médias de entrada dos estudantes na universidade melhoram, em princípio, será de supor que a performance melhorará, quaisquer que sejam os indicadores escolhidos. Contudo, isso só é verdade em situação estática, podendo, claramente, ser posto em causa num contexto dinâmico, em consequência das eventuais mudanças ocorridas.

É bem conhecida a frase “a quem muito dá, muito se pede”, o que quer dizer que se os estudantes apresentam melhor qualidade (se esta se pode medir pelas classificações obtidas) não é infrequente que os docentes mais exijam, com reflexos não infrequentes nas classificações que outorgam. Por outro lado, quando a qualidade geral é mais baixa, há uma tendência a relativizar e a atribuir aos “melhores dos menos maus” uma classificação que não seria, provavelmente, atribuída a uma mesma “performance” de um aluno num ambiente de qualidade mais elevada.

Acresce a tudo isso que a “performance” não é só dependente da qualidade (e do comportamento) dos estudantes, mas também, e significativamente, da qualidade dos docentes, do seu empenho e disponibilidade, bem como ainda da organização geral dos ciclos de estudo, do apoio logístico, do acesso adequado às tecnologias disponíveis, da dimensão das turmas, entre outros.

Este último fator é, por vezes, minorizado, mas é de importância curial, como refere o “OECD Review of Higher Education, Research and Innovation: Portugal” (2018), na página 162:

“... non-academic professional positions (in financial management, facilities management, marketing, etc.) in Portuguese higher education institutions tend to have a lower status and fewer resources attached to them than equivalent positions in higher education institutions in many other OECD countries. As qualified professional staff with adequate authority and resources are crucial to the development and implementation of effective institutional strategies, this comparative under-resourcing is problematic.”

Tendo em atenção todas estas variáveis que condicionam a “performance” final da atividade ensino/aprendizagem, entende o Reitor, à semelhança do que tem feito nos relatórios precedentes, que há duas métricas, obviamente dependentes de todas a

condições atrás expostas que, quantitativamente, permitem uma aproximação fatural e minimamente consistente ao problema: o número de anos para concretização de cada curso, em cada ciclo, e as médias finais dos cursos.

O Quadro 4 - Eficiência formativa nos 3 ciclos (com base no número de anos para conclusão dos respetivos cursos) (2016/2017) - do Anexo 1, fornece informação de base para esta avaliação.

Como se vê pela referência ao Quadro, a eficiência formativa diz respeito ao que se passou e concluiu em relação ao ano letivo precedente (2016/2017), porque, dado o facto de haver em dezembro exames especiais para estudantes em condições de acabarem os respetivos cursos, não é possível disponibilizar atempadamente os dados globais relativos a 2017/2018, situação que, entretanto, foi ultrapassada, de modo a que no ano letivo de 2018/2019 já será possível avaliar coetaneamente a situação, recuperando, do mesmo passo, o ano de 2017/2018.

O facto, já devidamente salientado, de esta avaliação dever ser dinâmica não diminui o seu alcance e o seu interesse, embora um pouco desfasada no tempo.

Globalmente concluíram os seus cursos 426 estudantes nos 3 ciclos, praticamente o mesmo número de estudantes do ano precedente (425), com um ligeiro aumento nos diplomados dos primeiros ciclos, uma perda ligeira nos segundos ciclos e uma queda grande (em termos relativos) nos terceiros ciclos, fundamentalmente devido aos vários doutoramentos descontinuados.

Nesse conjunto, os dois primeiros indicadores globais de cada uma das métricas atrás assinaladas são: 70% do conjunto dos estudantes dos 3 ciclos de estudos concluem os seus cursos no que podemos designar por “tempo normal” (entendendo por este tempo aquele que corresponde ao número de anos previsto para cada curso, sem perda de qualquer ano); a média geral dos diplomados de todos os ciclos de estudos da UAL foi de 13,4 valores.

O primeiro dos valores (70%) evidencia uma clara melhoria face ao ano precedente (65,5%) (tendo o cuidado de avaliar a “melhoria” com a prudência que as modificações

contextuais aconselham), não se verificando igual melhoria na média global que passou de 13,5 (no ano precedente) para 13,4.

Contudo tal como se mostrou em relatórios dos anos letivos precedentes, estas métricas escondem grandes assimetrias, não só entre os 3 ciclos mas também, e muito, entre os cursos de cada ciclo.

Situando-nos, agora, na primeira métrica, verificamos que a percentagem de estudantes que terminou os seus cursos no “tempo normal” foi, para os primeiros ciclos, de 76,9% (de novo uma melhoria significativa face ao ano precedente – 70,5%), caindo essa percentagem para 33,8% nos segundos ciclos (bem abaixo do na precedente – 47,2%) e 50% nos terceiros ciclos, um valor bem acima do ano precedente (27,8%), mas que não tem grande sentido, dadas as observações sobre os cursos descontinuados concluídos no ano precedente, para além do reduzido número de doutoramentos concluídos (6).

Entende-se, contudo, que a avaliação desta métrica temporal aos estudantes que concluem dentro do “tempo normal” aliena o que se passa com estudantes que levaram mais tempo a concluir os seus cursos, porque é neste grupo (e naqueles que desistiram ou abandonaram, que será referido adiante) que se devem, também e futuramente, centrar as preocupações pedagógicas com vista à sua recuperação e aumento de rendimento.

Neste contexto, um outro indicador é o da percentagem de estudantes que terminaram os seus cursos em um ano a mais que o “tempo normal”, algo que, sem ser desejável, não é particularmente perturbador em termos de rendimento, em particular se se tiverem em conta as eventuais fragilidades à entrada na universidade que tiveram de ser supridas.

Utilizando este indicador, verifica-se que no conjunto dos 3 ciclos, 87,8% dos estudantes concluíram os seus cursos (bem acima dos 78,4% do ano precedente), com diferenças entre os ciclos. Para os primeiros ciclos essa percentagem foi de 89,8% e para os segundos ciclos 78,4%, invertendo-se essas posições relativamente ao ano precedente.

Há, porém, um indicador que não pode deixar de ser evidenciado, pelo que representa de “fracasso” indiscutível do processo ensino/aprendizagem, independentemente de haver situações pessoais e/ou profissionais que o possam explicar.

Por exemplo, no caso dos estudantes com o estatuto de trabalhador-estudante, que estão integrados nestes indicadores, poder-se-á não considerar como “normal” o tempo atrás definido, dadas as circunstâncias que rodeiam o seu processo de ensino/aprendizagem.

Mas, mesmo para esses, o tal indicador de “fracasso” poder-se-á, salvo raras exceções, aplicar-se: trata-se da percentagem de estudantes que terminam os seus cursos em 3 ou mais anos para além do “tempo normal”.

Para o conjunto dos ciclos de estudos, essa percentagem foi de 4,7% (um total de 20 estudantes no conjunto dos 426) bem abaixo dos 11% (46 em 425) verificados no ano precedente.

Essa melhoria verifica-se essencialmente nos primeiros ciclos (3,9% contra 11,0% no ano precedente), ultrapassando, em boa parte, a referência feita no relatório relativo ao ano precedente que se cita:

“... sendo particularmente grave a percentagem de estudantes que levam três ou mais anos que o “normal” a concluir o primeiro ciclo (11,0%), o que parece inaceitável e exigindo medidas pedagógicas urgentes de remedeio.”

Se esta melhoria resulta de um maior esforço de acompanhamento desses casos ou de uma mera circunstância, só se poderá avaliar em função da sustentabilidade desse resultado e até, desejavelmente, do seu anulamento, correspondendo à irradicação dessa situação.

Vale por isso a pena identificar, atempadamente, os casos de potencial atraso e acompanhá-los pedagogicamente. Esta preocupação, tal como se refere no relatório do ano letivo precedente, tem particular relevância nos terceiros ciclos, e vale a pena citar de novo:

“... em razão de um inaceitável arrastamento da concretização das suas teses, aliás, em geral de menor qualidade do que aquelas que cumprem razoavelmente os prazos previstos.”

Feita esta apreciação global, vale a pena observar o que se passa nos diversos cursos dos 3 ciclos de estudos.

No que diz respeito aos primeiros ciclos salientam-se pela positiva, no que toca à primeira métrica (conclusão do curso em tempo normal) os cursos de Ciências da Comunicação (95,4%) e o de Administração e Gestão do Desporto (84,7%), enquanto Engenharia Informática (63,6%) apresenta o pior resultado entre os cursos com um número de diplomados significativo.

É que se verificam casos de 100%, como Administração de Unidades de Saúde, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações e Arquitetura, em que tal acontece com um número de diplomados pequeníssimo. Claro que é de saudar que os que acabam o façam em “tempo normal”, mas fica no ar a hipótese legítima de que alguns poderão ter “ficado para trás”, o que vai influenciar este indicador nos anos seguintes.

Esta observação reflete bem a precariedade deste tipo de métricas que só têm pleno sentido numa visão alargada no tempo, até porque, como é evidente, não se pode atribuir só ao ano em que os cursos são concluídos os méritos ou as razões da alegada eficiência formativa que se pretende avaliar.

Saliência, porém, para os 100% do curso de História, já que os que o concluem (8) são em número apreciável face ao número total de estudantes desse curso.

Em sentido contrário a este, os 25% de Informática de Gestão, relativos a apenas 4 estudantes que concluíram os cursos, são razão de preocupação, até porque metade deles concluiu os seus cursos em 6 ou mais anos.

No caso dos segundos ciclos, nalguns cursos, os diplomados são em número muito reduzido, estando em causa, muitas vezes, apenas casos individuais, portanto sem qualquer expressão de representatividade do que se passa no curso, a não ser, eventualmente, um sinal da frequência de um número diminuto de estudantes ou, o que é pior (e só dinamicamente será verificável), um mau aproveitamento os estudantes desses cursos que, de qualquer modo, deverão ser sempre em número reduzido.

Dos cursos com mais estudantes que os concluíram, nenhum deles atinge os 50% para o indicador do “tempo normal”, sendo o de maior percentagem o de Psicologia Clínica e de Aconselhamento, a que se acrescenta o que tem de ser considerado como “boa performance” o facto de todos os 7 estudantes que terminaram ou no prazo normal ou apenas em mais um ano.

O curso de Direito, embora com uma percentagem próxima do de Psicologia Clínica e de Aconselhamento no indicador do “tempo normal”, tem uma percentagem, embora não muito elevada (7,3%) dos que demoram mais 2 anos e ainda 4,9% que se arrasta por 3 ou mais anos além do “normal”. Em Gestão apenas um terço terminou no tempo “normal” e, embora não surja nenhum estudante neste último escalão correspondente ao tal “arrastamento” inaceitável, há 16,7% que ainda demoram mais 2 anos, o que, atenta a duração “normal” de um mestrado, já está nos limites do aceitável.

No caso dos terceiros ciclos há um número muito reduzido de diplomados (6), pelo que apenas se chama a atenção para o arrastamento dos diplomados em História e em Psicologia, sendo que este é um dos cursos descontinuados.

Passando agora às médias verificamos que a média global do primeiro ciclo foi de 13,1 (muito próxima da do ano precedente e 13,0), a do segundo ciclo 15,1 (ligeiramente inferior à do ano precedente, 15,6) e a dos terceiros ciclos (apesar do pouco significado estatístico dado o reduzido número de observações) foi de 16,2, bem acima do ano precedente, embora a comparação seja corrompida pelo pequeno número de doutorados e pelo peso nestes de doutoramentos descontinuados, alguns deles até muito “arrastados”.

Estes resultados, designadamente os relativos aos primeiros ciclos e ao Mestrado Integrado de Arquitetura, têm de ser considerados aceitáveis, tendo em atenção as condições de entrada dos estudantes refletidas nas médias dessas entradas. De facto, a eficiência deve ser medida pelo valor acrescentado da universidade, com a utilização de recursos mais baixa possível (para o mesmo nível de resultados, é óbvio). Contudo,

querendo usar este critério, temos de considerar quer as evoluções dinâmicas, quer as diferenças dos tipos e critérios de avaliação ao longo desse percurso dinâmico.

Isto significa que a verdadeira comparação entre as classificações de entrada e de saída deveria resultar da comparação entre as classificações de entrada há n anos atrás (dependendo n da duração da obtenção dos diplomas ou da duração “normal” dos cursos?) e as classificações dos diplomados. Tal métrica, admitindo que o n está bem definido, para ser credível, imporá critérios de exigência de classificação na entrada iguais aos de saída, ainda por cima assimetricamente considerados.

Creemos que estas breves considerações são suficientes para olharmos para estes indicadores com cuidado, sem embargo de poderem e deverem servir de orientação para a avaliação, com utilidade máxima na comparação com situações próximas e semelhantes.

Estas considerações são particularmente pertinentes quando se passa à avaliação das classificações nos vários cursos dentro de cada ciclo de estudos, ou seja, eventuais comparações entre as classificações dos cursos não poderão alienar as diferenças, por vezes muito significativas, entre as classificações de entrada, a duração da concretização dos diplomas e, não esquecer, potenciais níveis diferenciados de exigência nos diversos cursos.

Com este espírito de cautela, verifica-se que, ao nível dos primeiros ciclos, não considerando o Mestrado Integrado de Arquitetura, por razões que se aduzirão mais adiante, o curso com melhor média foi o de História (15,5), ainda por cima com grande homogeneidade, pois os 8 diplomados obtiveram classificações entre 14 e 16. O curso de Administração de Unidades de Saúde aparece em segundo lugar (15,3), mas apenas com 4 diplomados e com notas que vão de 14 a 17. É de assinalar que nestes dois cursos (já num total de 12 diplomados) não há nenhuma classificação inferior a 14 valores, quando a média global é de 13,1 e a moda é de 12 (!).

Esta observação leva a olhar com atenção já não só para as médias, mas também para a dispersão entre as classificações obtidas. E no cômputo geral dos primeiros ciclos (excluindo, repete-se, o Mestrado Integrado de Arquitetura) há que salientar que a

moda é inferior à média, o que significa que o peso do conjunto das classificações superiores à média é maior do que o peso das classificações inferiores à média, apesar do número de classificações inferiores à média, muito por “culpa” do valor da moda, ser manifestamente superior ao número de classificações superiores à média, evidenciando-se assim nessa distribuição claramente assimétrica e enviesada, bem visível no Quadro 5 - Classificação dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2016/2017, distribuídos pelas respetivas classificações - do Anexo 1.

Estes resultados globais indicam, desde logo, significativas divergências entre as classificações dos vários cursos, que os exemplos de História e Administração de Unidades de Saúde são já um indício inequívoco.

Ainda ao nível de classificações médias de Bom (isto é, classificações iguais ou superiores a 14 valores) surgem Psicologia (14,6) e Informática de Gestão (14,5), embora esta última tenha apenas 4 diplomados. De notar que em Psicologia dos 27 diplomados apenas um tem o valor modal do conjunto (12), com 4 em torno da média (13) e os restantes (81,5%) com notas de Bom e de Muito Bom, sendo que estas últimas 8 são a moda de classificação dos diplomados em Psicologia (8). Já no caso da Informática de Gestão são 4 diplomados repartidos uniformemente pelas classificações entre o 13 e o 16.

Há, ainda, o caso de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações em que o único diplomado obteve a classificação de 15 valores, o que não permite tirar qualquer ilação sobre o nível de classificações deste curso.

A classificação média mais baixa (12,1) é obtida em Direito, coincidindo praticamente com a sua moda (12), classificação obtida por quase metade dos 127 diplomados (44,1%). As classificações repartem-se entre 10 e 16 valores sendo estas classificações extremas obtidas apenas, cada uma delas, por um estudante. É ainda de notar que a classificação de Bom (14 ou mais valores) é obtida apenas por 9 estudantes (7 dos quais com 14), isto é, apenas 7,1% dos estudantes.

Esta estrutura de classificações quase se repete, embora com um nível de classificações ligeiramente superior, no curso de Gestão.

Nesse curso, a média é de 12,7, embora a moda seja de 13, o que significa que o peso das classificações inferiores à moda é maior do que o das classificações superiores. Com efeito, o número de estudantes com 11 (são 7) e 12 (são 20) em 63 diplomados (portanto, 28,6% do número de diplomados) é claramente inferior ao número de diplomados com classificação superior à moda (apenas 12, isto é, 19%), havendo 10 classificações de Bom (8 de 14 e 2 de 15 valores) e 2 de Muito Bom (16).

Com classificações médias entre 13 e 14 valores aparecem Gestão do Desporto (13,6 para 13 diplomados), Ciências da Comunicação (13,6 para 65 diplomados), Engenharia Informática (13,5 para 22 diplomados) e Relações Internacionais (13,3 para 10 diplomados), com uma dispersão significativa, mas com um relativo equilíbrio entre as classificações superiores e inferiores às médias, com exceção de Ciências da Comunicação que, tendo uma moda de 14 valores, tem um diplomado com 17 valores (há apenas 2 diplomados no total com esta classificação, sendo a outra em Administração de Unidades de Saúde), para além de 7 com 15 valores e 2 com 16 valores.

Economia, apenas com 4 diplomados, tem uma posição divergente da generalidade dos cursos com pequeno número de diplomados. Assim, a sua classificação média (12,5) é a pior a seguir a Direito com uma distribuição uniforme entre 11 e 14.

É óbvio que estas observações não são suficientes para tirar conclusões sobre as razões destas diferenças, mas é possível formular algumas hipóteses legitimadas pelas observações atrás descritas.

A primeira, e mais evidente (apesar da situação específica de Economia) é a de que as classificações nos cursos de maior dimensão têm médias menores e dispersões maiores que os cursos com menores dimensões.

Perguntar-se-á porquê? A resposta não é possível, mas é possível pôr algumas hipóteses. Por exemplo, os cursos maiores, por terem uma relação aluno por professor mais elevada não proporcionam tempo de contacto quantitativa e qualitativamente desejáveis, diminuindo potencialmente a eficiência do processo ensino/aprendizagem face aos cursos de menores dimensões?

Ou será que, por outro lado, e se admitirmos que os cursos de pequenas dimensões não terão sido privilegiados com estudantes com melhores condições à entrada (e as médias de entrada legítimas esta hipótese), as classificações passam, tendencialmente a ser pautadas pela aferição da relatividade das performances dos estudantes por referência aos seus extremos, que não têm representatividade estatística, nem, diferenciação suficiente para os poder distribuir na escala alargada de 10 a 20 (estamos a falar de diplomados e, portanto, é essa a parte da escala a considerar)?

Ou será o nível de exigência das matérias face ao efeito potencialmente negativo de uma deficiente preparação anterior mais premente nalguns cursos que noutros?

Estas observações não visam senão alertar os Diretores de Departamento, Coordenadores de Curso, Docentes e Estudantes para, em cada curso, se terem em conta estas indicações e fazer uma reflexão sobre as condições pedagógicas, dentro do possível, isto é, tendo em atenção, em particular, as condições de entrada, de modo a melhorar a qualidade final dos diplomados da UAL em todos os cursos.

O caso referenciado do Mestrado Integrado de Arquitetura justifica um apontamento especial, começando por revelar que, em termos de classificações finais, há uma discrepância radical em relação às licenciaturas e muito forte em relação à generalidade dos mestrados e doutoramentos.

Assim, a média das classificações finais dos seus 4 mestres foi de 18,5, resultantes de 1 estudante com 17 valores e 13 com 19 valores, classificação esta só obtida, no conjunto de todos os estudantes de todos os ciclos de estudos da UAL, por mais um estudante que se doutorou em Psicologia com 19 valores.

Naturalmente estes resultados de Arquitetura, pela sua disparidade em relação a toda a UAL, merecem alguma atenção, podendo essa disparidade resultar quer do elevado nível dos estudantes desse ciclo, quer até do modo como as classificações são estabelecidas, com um eventual peso “anormal” da dissertação que é, no fundo, o trabalho de projeto final.

Situando-nos, então, nos segundos ciclos, salta à vista o facto de 14 novos mestres (21,5% do total) não terem sequer atingido o Bom (14), o que, em termos de qualidade, entende o Reitor, não ser desejável, agravado pelo facto de 3 estudantes (em Direito) terem uma classificação de 10 valores e outros 3 (2 em Direito e 1 em Psicologia) terem 11 valores.

É claro que a tabela de classificações ligada à lógica de “Bolonha” permite estas aprovações que, no entanto, dada a natureza de um mestrado e o que dele se pretende, nos parece completamente desadequado, devendo, por isso, evidenciar-se a potencial falta de qualidade associada a alguns desses diplomas. Ressalve-se que a responsabilidade não é da universidade, nem, em especial, dos seus docentes que, com rigor, aplicam a lei e os regulamentos, não deixando de assinalar, com a classificação atribuída, o mérito ou demérito do diploma atribuído.

É evidente que a média geral dos diplomados do segundo ciclo (15,1) é muito determinada pelo que se passa em Direito, já que 41 dos 63 diplomados (65,1%, ou seja, quase dois terços) provém dessa área de estudos. Sendo a classificação média do mestrado dessa área (14,4), dificilmente a média global poderia ser superior à verificada. Nas outras áreas com um número de representatividade no conjunto dos mestres, a classificação média maior, à semelhança do que se passa nos primeiros ciclos, foi a de Psicologia Clínica e de Aconselhamento (17,4), com estudantes com 17 (Muito Bom) e 3 com 18 (Excelente), sendo que no conjunto dos mestrados só há mais 5 classificações de 18, uma delas ainda no mestrado descontinuado de Psicologia, 2 em Direito (onde a moda é 16, 10 dos 41 estudantes) e um em Estudos de Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (aliás, o único diplomado nesse ano neste curso).

Isto significa que 50% das poucas classificações de 18 foram obtidas na área da Psicologia, com 14 dos 65 mestres (21,5%).

Gestão aparece com uma média de classificações de 15,6 (apenas 6 mestres), com classificações concentradas entre 15e 17 valores, havendo depois classificações avulsas de pequeno número de mestres dispersos pelos outros mestrados,

destacando-se, em História, Arqueologia e Património o outro 18 atribuído, com o outro mestre dessa área a obter 14.

De destacar, preocupadamente, que o único mestre em Comunicação Aplicada obteve a “magra” classificação de 12 valores.

Quanto aos terceiros ciclos, o número de diplomados (6) é muito reduzido, sendo de salientar que 2 ainda dizem respeito ao doutoramento, já descontinuado, de Economia, com classificações de 13 e 14 valores que revelam uma certa falta de qualidade nas teses e na sua defesa pública, em consonância, aliás, com a debilidade do doutoramento que levou à sua descontinuação por decisão da A3ES.

Acresce um terceiro, também de um curso já descontinuado (Psicologia), levando a que só metade dos doutoramentos concluídos tenha sido obtida nos 3 doutoramentos atualmente reconhecidos pela A3ES.

Só que nesses há um claro défice de doutorados, designadamente em Direito onde, neste ano letivo, não ocorreu qualquer doutoramento apesar de haver 17 estudantes a escrever as suas teses. É uma situação preocupante, que está bem patente no número de anos que os estudantes desse curso levam a concluir os seus doutoramentos, pondo-se aqui claramente um problema de eficiência formativa que tem de ser devidamente equacionado.

Efetivamente, já se havia verificado nas primeiras reuniões de júri, após parecer positivo sobre a tese por parte dos orientadores, que algumas dessas teses não teriam qualidade suficiente ou, mais frequentemente, não teriam boa qualidade, levando a uma recomendação de reformulação que, na generalidade, os doutorandos aceitaram, prolongando-se assim, naturalmente, o tempo de conclusão da tese e realização das respetivas provas públicas.

Esta situação é, na opinião do Reitor, o resultado da aplicação da escala de Bolonha, isto é, de 10-20 para aprovação, mesmo em doutoramentos, o que leva, naturalmente, os membros do júri a, implicitamente, considerarem (e na opinião do Reitor muito justificadamente) que uma tese classificada com 10, 11 ou 12 valores não terá a qualidade que se exige para um doutorado.

Para tentar ultrapassar esta situação foi criado um regulamento que implica um escrutínio mais alargado e densificado, cuja aplicação, em concreto, se tem mostrado útil, por um lado, mas de difícil concretização, por outro, com a consequência de um arrastamento da realização das teses de que, aliás, os dados apresentados são uma expressão viva.

Tudo isto evidencia a necessidade de refletir sobre a realização de doutoramentos no ensino superior e, em particular, na UAL, dada a existência de 3 doutoramentos acreditados ser uma condição necessária para a manutenção do estatuto de universidade.

As exigências de um doutoramento quer de investigação, quer de orientação, implicam diferenciação clara de capital humano e dimensões críticas mínimas que universidades de menor dimensão têm dificuldades em atingir. Daí a necessidade de repensar a universidade e os processos de ensino/aprendizagem nos terceiros ciclos, emergindo, de novo, a ideia, que não deve ser abandonada, de escolas doutorais. Esse é, no entanto, assunto que será abordado no capítulo final.

De notar, aqui pela positiva, dada a dimensão atual dos cursos de História nos vários ciclos, a existência de 2 doutorados em História com muito boas classificações que, aliás, correspondem a teses e a prestações públicas que dignificam a UAL.

A avaliação da eficiência formativa que, como já se frisou repetidamente, não pode ser feita de uma forma estática e centrada apenas num ano letivo, quer por questões logísticas e de possibilidade de acesso atempado à informação relevante, quer pela própria natureza integrada da formação que não é anual, não pode esquecer que os dados estatísticos apresentados dizem respeito aos estudantes que estão presentes na universidade. Ora, um dos indicadores que não pode ser desligado da eficiência formativa é o número de desistências e de abandonos da UAL, embora nem todas as causas dessas desistências e ou abandonos seja de natureza pedagógica, podendo ser, e em muitos casos, que não são completamente detetáveis, assim é, de problemas pessoais, com relevo para impossibilidades de natureza financeira dos estudantes.

Tal como no ano anterior, e graças aos esforços da Dra. Ana Matos, a quem se deve quase todo o trabalho de recolha estatística, com aperfeiçoamentos constantes que resultam da identificação de novos problemas que o estudo dessas estatísticas sugere, é possível estimar, com a devida aproximação, o que acontece nesta matérias de desistência e ou abandonos (Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2017/2018 versus abandono ou desistência do Anexo 1).

A estimativa é feita tendo em atenção os inscritos no ano precedente (neste caso 2016/2017), o número de diplomados nesse ano e o número de inscritos no ano em observação (2017/2018, neste caso), quer no total, quer pela primeira vez.

A previsão do número de estudantes para o ano em apreço 2017/2018 será dada pela soma entre a diferença de inscritos no ano precedente e o número de diplomados nesse ano e a diferença entre o total de inscritos em 2017/2018 e o número de inscritos pela primeira vez, embora este valor possa ser perturbado pelo número de reingressos.

A estimativa feita a partir deste indicador revela o seu carácter dinâmico, sem que se possam, é claro, discernir as causas das desistências e os abandonos, o que, obviamente, imporia uma investigação específica e de natureza diferente.

O carácter dinâmico, e a conseqüente interpretação dos resultados que se obtêm, é visível pela natureza híbrida do número de desistências e ou abandonos que se obtém. É que ela incorpora a soma dos abandonos e desistências **ao longo** de 2016/2017 e **à entrada** de 2017/2018. Não incorpora, portanto, as desistências e ou abandonos ao longo do ano em análise 2017/2018 que estarão, por este processo, incluídos no indicador de na subsequente, obrigando, assim, a um estudo dinâmico e integrado desta situação.

Com estas cautelas de interpretação, e deixando de lado cursos descontinuados, verificámos que no total desistiram e ou abandonaram a UAL 247 estudantes, o que representa cerca de 10,1% do total de estudantes inscritos em 2017/2018.

Contudo, a distribuição de abandonos ou desistências apresenta diferenças significativas entre ciclos de estudos e, dentro destes, entre cursos. De facto,

enquanto essas desistências e ou abandonos representam 7,9% dos estudantes inscritos nos primeiros ciclos na UAL em 2017/2018, esse peso é particularmente elevado nos segundos ciclos (21,9%) e terceiros ciclos (13,5%).

A comparação com o ano letivo precedente é particularmente interessante neste caso, dada a sua interpretação dinâmica e o “hibridismo” dos valores indicados. O indicador relativo a esse ano atinge 323 estudantes globalmente, o que significa que em 2017/2018 se estimou uma queda de desistências e ou abandonos 23,6% inferior à do ano precedente, sendo essa queda ainda mais bem evidenciada pelo facto de, em 2017/2018, ela representar 10,1% dos inscritos, enquanto em 2016/2017 representava 15,1%.

Também no ano letivo precedente houve uma clara diferenciação entre os três ciclos, com uma alteração muito significativa, já que as desistências nos terceiros ciclos (apenas 4,8%) foram, em termos relativos, as menores, com os segundos ciclos a manterem, agravadamente, a posição cimeira (36,7%, isto é mais de um terço), enquanto nos primeiros ciclos a percentagem (também superior à do ano letivo 2017/2018, bem como o número absoluto) foi de 11,7%.

Com os devidos cuidados de interpretação, dadas as hipóteses feitas, todos estes dados parecem indicar – com exceção dos terceiros ciclos que, têm características muito específicas e em número de estudantes estatisticamente menos significativo – uma clara diminuição das desistências e abandonos na UAL, o que não pode deixar de ser, globalmente, considerado como um dado positivo.

Contudo, não podemos deixar de salientar, no que toca à diferenciação entre cursos dos mesmos ciclos, a elevada presença de abandonos e desistências nos segundos ciclos de Gestão (26,4%) e Direito (23,6%), em continuidade com o ano anterior, mas aí com inversão de posições relativas (30,2% em Direito e 25,8% em Gestão) que devem impor uma análise específica às razões por detrás desses números.

Já no que diz respeito aos primeiros ciclos, as maiores quedas percentuais aconteceram em 2 cursos de pequena dimensão, em que, portanto, qualquer pequena variação do número de desistências ou abandonos, tem um peso assinalável na

variação percentual, como são os casos da Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (17,2%) e Economia (14,4%).

Apesar dessa pequena dimensão, em particular, no primeiro desses dois cursos, importa estar atento às razões de desistência ou abandono, pois elas são particularmente relevantes para a criação e/ou manutenção de um número mínimo de estudantes que justifiquem a existência desses cursos. Já em Economia, a perda absoluta não é tão importante, mas a referência a esse curso resulta de ele apresentar neste indicador uma subida significativa face ao ano letivo precedente.

Neste aspeto é muito preocupante o que se passa com Arquitetura, com uma taxa de 13,4%, na continuidade agravada, quer em número absoluto (+50%) quer em percentagem (9,1%) do total de estudantes relativamente ao ano precedente, reforçando o grau de queda de frequência que tem de ser defrontado sem demora.

Entre os cursos do primeiro ciclo com uma dimensão significativa, é de salientar, pela negativa, os cursos de Engenharia Informática (11%) e Psicologia (10,8%) com desistências e ou abandonos acima de 10%, que não podem ser descurados.

Finalmente, e à semelhança dos relatórios anteriores, há que fazer uma referência aos estudantes que frequentam disciplinas dos vários ciclos da UAL, sem estarem inscritos nesses cursos, ao abrigo do Programa de Acumulação de Conhecimentos (PAC), cujos números se apresentam no Quadro 9 - Alunos inscritos, no Programa de Acumulação de Conhecimentos (2017/2018) - do Anexo 1, apenas para salientar que o número total de estudantes nesse programa caiu cerca de 4,8%.

Essa queda deu-se, em particular, nos dois primeiros ciclos, já que os terceiros ciclos revelam uma ligeira subida em relação ao ano precedente, criando uma estrutura de frequência muito diferente dos ciclos normais de estudos, como já foi devidamente assinalado em relatórios precedentes.

1.1.2. Cursos não conferentes de grau

Cada vez é mais notória a necessidade de as pessoas, em qualquer profissão, ou atualizarem os seus conhecimentos ou, em muitos casos, infletirem as suas opções profissionais.

Isso faz-se, frequentemente, pela frequência de cursos de curta duração não conferentes de grau mas, habitualmente, conferente de um diploma, cujo valor está muito ligado à imagem da entidade que o emitiu, bem como à área de conhecimento a que diz respeito. Há que reconhecer, também, que muitas dessas atualizações se fazem “on site” com cursos ou estratégias proporcionadas pelas empresas nas suas próprias instalações.

Genericamente, esses cursos são designados por cursos de pós-graduação, nele incluindo os designados cursos para executivos, que têm sido oferecidos por vários tipos de instituições para além das instituições de ensino superior.

Contudo, o recente e muito controverso Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, introduz uma alteração significativa no Artigo 4º do anterior Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, e das suas sucesivas alterações, a última das quais através do Decreto-Lei nº 13/2016, de 13 de setembro, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior.

Assim no seu nº 6 estabelece que “fica reservada às instituições de ensino superior a utilização dos termos “pós-graduação”, formação pós-graduada e outros que sugiram estar em causa formação própria do ensino superior”.

Esta alteração, em conjugação com o Artigo nº 45B que estabelece, na sua alínea b), que “o ensino ministrado em ciclos de estudos conferentes ou não de grau académico fora da localidade e instalações a que se reporta a acreditação e o registo”, estende ainda mais a reserva desses cursos às instituições de ensino superior, pela exclusividade dos incentivos que essas creditações habitualmente criam.

Se isso configura a criação de um mercado quase exclusivo de diplomas de pós-graduação e de possibilidade de acreditação de ECTS dentro das próprias instituições

de ensino superior, porventura com base na garantia da qualidade e integridade do curso oferecido, por outro lado parece ao Reitor que contraria a ligação das instituições de ensino superior à sociedade e, em particular, ao meio empresarial e mesmo a outras organizações da sociedade civil e até do Estado, ao arrepio de tudo o que, alegadamente, se defende e seguramente ao arrepio das recomendações do Estudo da OCDE que se invoca, claramente, no preâmbulo do Decreto-Lei nº 65/2018, como a fonte de inspiração das modificações introduzidas através deste novo decreto.

Efetivamente, nesse relatório, há uma recomendação que é feita e refletida várias vezes, salientando em articular um ponto do sumário executivo cujo alcance é claro:

Sob a epígrafe “High-skilled employment, co-operation with HEIs and innovation in the business sector”, a primeira observação é a de que “There is a need to support low and mid-tech businesses to develop their internal innovation capacity”. No desenvolvimento desta afirmação, tendo em atenção a dominância das PME no tecido empresarial português, afirma-se que “Although more could be done to promote engagement with industry among academic institutions and staff, at present, there are only a limited number of companies with sufficient ‘absorption capacity’ to collaborate effectively with academic partners. It is therefore important to support more low and mid-tech businesses that do not yet innovate significantly and serve mainly regional markets to develop their internal innovation capacity and exploit the opportunities offered by co-operation with the academic sector...”

Se a isso acrescentarmos que sob a recomendação “More needs to be done to create quality employment opportunities for doctoral graduates in Portugal” se diz especificamente que “There is scope for strengthening and expanding the practice of awarding ‘mixed’ and professional PhD scholarships, to allow doctoral candidates to gain practical experience abroad and in Portugal”, entender-se-á facilmente que, em muitos casos, não fará sentido não terem lugar nas instalações das empresas que querem apoiar a melhoria das qualificações específicas dos seus colaboradores, designadamente naquelas em que o próprio relatório já reconhece existirem condições suficientes de colaboração. Se isso é verdade para doutoramentos, será, por certo, possível e desejável para cursos de pós-graduação.

Tendo em atenção, por outro lado a necessidade de escala, também fará todo o sentido a realização de cursos de pós-graduação nas instalações de ordens profissionais, ou mesmo sindicatos, bem como de associações empresariais regionais ou setoriais que mais facilmente e com menores custos logísticos e de deslocação das pessoas, fornecem as condições para uma maior eficiência de organização desses cursos.

O que não pode estar em causa é a exigência de uma avaliação rigorosa para aqueles que querem efetivamente ter creditações de ECTS nas instituições de ensino superior que estão envolvidas nesses cursos. Assegurada essa exigência, não se entenderá facilmente esta disposição do decreto-lei que pode, em meu entender, ser ultrapassada pela condição de as avaliações conducentes à concessão de ECTS serem feitas nas instalações das instituições de ensino superior envolvidas nos referidos cursos, tanto mais que, pelo menos na UAL, o Conselho Científico tem de dar o seu parecer positivo às condições e aos conteúdos dos cursos em que essas creditações podem ser dadas.

Todas estas considerações são, em boa parte, resultantes da experiência a que a UAL está ligada, através da Autónoma Academy, que é a unidade orgânica da CEU/UAL especificamente dedicada a este tipo de cursos.

As considerações feitas não são mais que um resumo das condições em que a atividade da Autónoma Academy exerce a sua atividade e da formulação dos princípios estratégicos que a norteiam.

É que o Reitor não precisa de acrescentar quase nada ao que o cuidado relatório da Autónoma Academy, que figura no Anexo 2 - Cursos não conferentes grau - reproduz e que inclui os objetivos estratégicos e de desenvolvimento que serão retomados no capítulo final deste relatório. É por isso que entende que esse relatório é de leitura obrigatória para quem estiver mais profundamente empenhado nestas áreas relevantes da CEU/UAL, quer pela sua expressão de presença na sociedade e de extensão universitária, quer também pela vertente financeira, que nunca pode ser esquecida por quem gere uma instituição que, como se sabe, não tem orçamento público que a sustente.

Num breve resumo sobre o conteúdo desse anexo há que salientar que mais de 400 alunos frequentaram esse tipo de cursos, num total de 26 cursos nas mais variadas áreas e de diversas tipologias, com a maior expressão na pós-graduação em Direção de Segurança, uma área, aliás, bem estabilizada na Autónoma Academy e com grandes ligações a organizações do setor.

Merece, também, especial relevo, o Curso de Português para Falantes de Mandarim, muito procurado pelos residentes de origem chinesa e que tem tido grande procura e aceitação.

Para além desses cursos específicos, a lista dos cursos que figuram na Tabela 1 (Cursos Abertos no ano letivo 2017-2018) do Anexo 2 ilustra não só a variedade de temas, mas também a variedade de tipologias de cursos e de envolvimento de organizações que justificam as observações feitas no início do capítulo.

O Reitor não pode deixar de chamar a atenção para a Tabela 2 (Cursos preparados no ano 2017-2018, que não abriram) do Anexo 2, que refere os cursos preparados para o ano letivo 2017/2018 que não abriram. São 24 cursos de tipologia e áreas muito variadas, de temáticas muito atuais, mas que a exigência natural de auto-sustentação não permitiu que se concretizassem. Vale a pena citar a reflexão feita no anexo a propósito destes cursos: “Uma vez que todos estes cursos envolvem um esforço de conceção, preparação, comunicação, etc., sem que se traduzam em atividade de formação efetiva, há que reforçar a exigência na avaliação prévia da sua viabilidade no mercado, para reduzir a taxa de cursos preparados e não executados. É natural que esta taxa não seja nula e que em fases de maior intensidade de lançamento de produtos novos ela seja mais elevada, mas não deixa de ser desejável encontrar um melhor equilíbrio entre a taxa de lançamento de novos cursos e a taxa de não abertura”.

É um bom princípio de gestão, em que a análise de risco terá de representar um papel essencial, sem deixar cair oportunidades de tentar lançar novas áreas, que o dinamismo da inovação cria, sem que estejam ainda criadas condições de estabilização para criação bem fundamentada de graus académicos.

Como Reitor da UAL gostaria que a haver insucesso de lançamento de cursos, tal se verifique em razão da busca de um “pioneirismo” que, obviamente, é de sucesso muito contingente.

De referir ainda, no contexto global da Autónoma Academy, o seu empenho noutras atividades, designadamente na organização de conferências e seminários em que a UAL está, também, envolvida, bem como e cita-se “a participação em alguns eventos organizados por terceiros, onde se reúnem potenciais interessados nas ofertas formativas da Autónoma Academy, tais como congressos setoriais ou de ordens profissionais, onde se aproveita para divulgar tais ofertas.”

Este último apontamento é bem a imagem do dinamismo e do rigor com que a pequena equipa da Autónoma Academy trabalha e com um sucesso que não pode deixar de ser salientado.

E isso é feito à custa de grandes esforços, cujo reconhecimento leva a centrar na Autónoma Academy outras atividades logísticas e de gestão da área da CEU/UAL (“a quem muito dá, muito é pedido”) que em nada beliscaram a qualidade dos serviços prestados, como é patente no ponto 3.3 do Anexo 2, com grande aceitação e avaliação muito positiva de todos os participantes dos vários cursos, com exceção de um, como aí se releva, e que é preciso melhorar ou, se assim o entender a avaliação das razões do relativo insucesso, não repetir.

É por isso que o Reitor inteiramente subscreve uma afirmação do relatório relativamente ao posicionamento da Autónoma Academy (página 3 do relatório do Anexo 2): “Na verdade, apesar de uma vantagem reputacional de algumas escolas, entendemos ser possível a progressiva afirmação da Autónoma Academy através de uma estratégia de diferenciação assente nessa dimensão de experiência (do corpo docente dos cursos), que frequentemente é apontada como um ponto fraco de outras escolas mais reputadas. Isso é possível porque a Autónoma Academy tem revelado capacidade de atrair profissionais muito competentes e prestigiados em várias áreas do conhecimento.”

Tudo isto atesta afinal a concretização da ligação das instituições universitárias à sociedade e às suas necessidades, não querendo o Reitor deixar de incentivar a continuação desta estratégia e de todos os esforços desenvolvidos, agradecendo, em nome da UAL, a toda a equipa, coordenadores de cursos (figuras centrais no esquema de desenvolvimento da Autónoma Academy), docentes e alunos, em particular ao seu Diretor, Prof. Doutor Eduardo Cardadeiro e à Diretora Executiva, Dra. Celina Luís.

1.1.3. O papel do Conselho Científico

Tal como estabelece o Artigo 14º - Órgãos e Governo, dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões, o Conselho Científico é, em conjunto com o Reitor e o Conselho Pedagógico, um dos órgãos de governo desta universidade.

Por sua vez, o Artigo 15º refere que “os órgãos da UAL exercem as suas funções em estreita colaboração com a Entidade Instituidora, enquanto responsável pela sua gestão administrativa, económica e financeira, patrimonial, disciplinar e de recursos humanos, indispensável à garantia da sua existência e funcionamento.”

Por outro lado, o nº 1 do Artigo 16º dos referidos estatutos, estabelece que “o Reitor é o órgão de representação externa e de coordenação geral dos restantes órgãos académicos” e, além disso, o nº 1 do Artigo 17º dos referidos estatutos – Competências do Reitor – reafirma essa coordenação na alínea a) “Assegurar o governo da UAL, orientando as suas atividades pedagógicas, científicas e de investigação, assegurando a coordenação da ação das suas unidades orgânicas”.

Por sua vez, o nº 1 do Artigo 22º dos estatutos, relativo à Competência do Conselho Científico, confere-lhe uma série de competências, umas de natureza consultiva e outras de natureza deliberativa, das quais se relevam:

- e) Aprovar a composição dos júris de concurso e provas públicas e submetê-los para homologação do Reitor
- m) Praticar os outros atos previstos na lei, nos estatutos e nos regulamentos relativos à carreira e recrutamento de pessoal docente

- n) Deliberar, de acordo com a legislação aplicável, sobre a admissão de candidatos a provas de mestrado e doutoramento e designar, se solicitado pelos interessados, professores orientadores para elaboração das respetivas teses e dissertações
- o) Aprovar os orientadores e coorientadores das teses de doutoramento
- p) Deliberar sobre a atribuição de serviço docente a submeter à homologação do Reitor

O Conselho Científico da UAL, único para toda a universidade, tem a óbvia vantagem de proporcionar uma visão multidisciplinar que, se espera, possa também transformar-se em interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar, com representação das diversas áreas científicas e de investigação, pelo que, na base das suas decisões, deverão estar propostas bem fundamentadas as Comissões Científicas das diversas áreas bem como das unidades de investigação, como se infere das alíneas a) do nº 1 do referido Artigo 22º “Apreciar o plano de atividades científicas”, e) “Apreciar o plano de atividades de investigação”, f) “Pronunciar-se sobre a carreira e o recrutamento de pessoal docente”, e, mais relevantemente, porque vai para além da mera consulta g) “promover, estimular, orientar e pronunciar-se sobre os projetos de investigação”.

Neste contexto, importa ainda lembrar o papel das Comissões Científicas, bem como das unidades orgânicas de investigação, como entidades de suportes e de informação às deliberações e aos pronunciamentos fundamentados do Conselho Científico.

Assim, as competências das Comissões Científicas são, para além das delegadas pelo Conselho Científico e das previstas no Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos, explicitadas no nº 1 do Artigo 35º que são, na generalidade, de natureza consultiva quer para fundamentar deliberações ou pronunciamentos do Conselho Científico, quer de apoio aos departamentos e respetivos cursos.

Tem, no entanto, uma deliberação essencial, prévia ao Conselho Científico, que a subscreverá ou não, que é, segundo a alínea b) desse mesmo número “Aprovar os

temas das dissertações, seus orientadores e coorientadores, bem como propor ao Conselho Científico os orientadores e coorientadores das teses de doutoramento”.

Em contrapartida, no que toca à investigação, o nº 4 do Artigo 40º dos Estatutos estabelece que “os Centros de Investigação funcionam de acordo com o plano de ação proposto à Entidade Instituidora pelo diretor do centro de investigação, em coordenação com o diretor do departamento, ouvido o Reitor”.

Não há aqui uma referência explícita à relação das atividades de investigação com o Conselho Científico que, como se descreveu anteriormente, tem competências nesta área, cuja ligação deverá, então, ser assegurada pelos representantes dos centros de investigação que são membros do Conselho Científico, ou pelos diretores de departamento que dele sejam membros.

É neste contexto alargado que devem ser avaliadas as atividades do Conselho Científico no ano letivo 2017/2018, cujo relatório consta do Anexo 3 – Conselho Científico.

A análise desse anexo evidencia bem a atividade do Conselho Científico em consonância com as suas competências, designadamente quanto à análise e aprovação da distribuição do serviço docente, das decisões sobre júris de doutoramento, de creditação de competências académicas e profissionais.

A assiduidade dos membros também é realçada no relatório, sendo de resto de salientar que, além do presidente, 5 dos membros estiveram presentes em todas as reuniões.

De salientar, ainda, que desde 18 de maio de 2018 as propostas referentes a mestrados passaram a ser efetuadas pelo Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos (GAMD), resolução que é consistente por exclusão de partes, com a alínea b) do nº 1 do Artigo 35º sobre as competências das comissões científicas, já que aí se refere apenas a obrigatoriedade de se propor ao Conselho Científico os orientadores e coorientadores das teses de doutoramento.

Esta separação é, no entender do Reitor, consistente com a diferença de natureza entre um mestrado e um doutoramento, como o recente Decreto-Lei 65/2018, de 16 de agosto, implicitamente reconhece, como se evidencia noutro ponto deste relatório.

Em contrapartida, nota-se a ausência de qualquer referência a projetos de investigação e à atividade dos centros, bem como qualquer referência à promoção, por parte do Conselho Científico, de “organização de conferências, colóquios e outras atividades similares, úteis ao ensino e à divulgação da cultura e, bem assim, de questões e interesse para a sociedade”, em consonância com a alínea k) no nº 1 do Artigo 22º dos estatutos. O Reitor faz esta referência porque entende que será aí que se podem mais facilmente (ou menos dificilmente) promover ações de natureza multidisciplinar ou interdisciplinar que devem, cada vez mais, caracterizar as universidades.

Como muito bem se refere no Anexo 3, houve excelente relacionamento entre o Conselho Científico e o Reitor, na medida em que este foi mediado, em permanência, pelo Exmº Senhor Presidente do Conselho Científico através de quem o Reitor agradece ao Conselho toda a atividade desenvolvida.

O Reitor esteve presente numa das reuniões do Conselho Científico para expor a sua situação face a alguns problemas de competências e de opiniões divergentes sobre o conteúdo do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos, salientando que as propostas em discussão deveriam ser revistas face às disposições que uma proposta do Decreto-Lei (que veria a ser o Decreto-Lei nº 62/2018, de 16 de agosto) que mudaria o enquadramento de alguns pontos em discussão nesse regulamento.

A presenta do Reitor também se justificou para esclarecer as competências de cada órgão de governo da UAL nessa matéria, bem como as da Entidade Instituidora que, neste caso, não são irrelevantes e que justificam o início deste ponto do relatório para que seja efetiva, profícua e transparente a disposição do Artigo 15º dos estatutos que dispõe que “Os órgãos da UAL exercem as suas atribuições em estreita colaboração com a Entidade Instituidora”.

Por isso mesmo o Reitor, ciente das suas competências e obrigações de “assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pelos órgãos colegiais e, sobretudo, assegurar o normal funcionamento da UAL e defender os seus legítimos interesses, intervindo diretamente sempre que razões ponderosas o justifiquem, no quadro da cooperação com os Conselhos Científico e Pedagógico e com a Administração da Entidade Instituidora”, entendeu assumir, tal como o impõem os estatutos “promover a aprovação dos regulamentos previstos na lei...” dos quais o Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos é peça fundamental, que não pode deixar de ser aprovado com toda a urgência. Para isso, propôs ao Conselho Científico e ao Exm^o Presidente do Conselho Pedagógico a formação de uma comissão que incluísse um membro designado pela Entidade Instituidora para a redação de um projeto a ser aprovado, tendo em atenção a coordenação de todas as competências nas matérias que integram o referido regulamento.

1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico

O Relatório do Conselho Pedagógico é apresentado no Anexo 4 – Conselho Pedagógico evidenciando, resumidamente, as deliberações e informações consonantes com as suas competências expressas no Artigo 25^o dos Estatutos da UAL.

O Reitor felicita o Conselho pelo convite à participação do Exm^o Senhor Provedor do Estudante, dando assim amplo e extensivo cumprimento ao n^o 5 do Artigo 25^o das suas competências: “Apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas e propor as providências necessárias”. O Reitor está convicto que essa maior proximidade e entrosamento entre o Conselho Pedagógico (onde estão representantes dos potenciais queixosos e dos alvos das queixas) e o Exm^o Senhor Provedor do Estudante permitirá encontrar as soluções mais adequadas para eventuais conflitos que surjam nessa área.

O Reitor também não pode, nem quer, deixar de salientar a cooperação constante que teve em matéria sensível como é o Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos, nem a disponibilidade imediata e interessada para a indicação de membros desse Conselho na preparação de regulamentos complementares.

Ainda no contexto das competências específicas do Conselho Pedagógico, o Reitor incentiva o Conselho Pedagógico, no contexto do nº 3 do Artigo 25º, a “promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico das unidades orgânicas ou da instituição e a sua análise e divulgação”, já que eles poderão ser um precioso auxiliar para a reformulação ou melhorados aspetos pedagógicos, hoje permanentemente desafiados por novas modalidades e novas metodologias, a que não são alheias as transformações tecnológicas.

E é exatamente neste contexto que pode fazer sentido dar expressão viva ao fixado no nº 2 do Artigo 38º relativo à competência dos Conselhos Escolares: “Compete ainda aos Conselhos Escolares solicitar a intervenção do Conselho Pedagógico no âmbito das suas competências sobre assuntos que o departamento entenda submeter”.

Reconhece o Reitor que, à luz do que está escrito nesse número, não compete ao Conselho Pedagógico promover qualquer intervenção nos Conselhos Escolares, pois a competência para essa intervenção está nos nesses Conselhos, que a podem solicitar ou não.

Obviamente o Reitor respeita escrupulosamente os estatutos, mesmo quando discorda, como é o caso, desta situação de assimetria na relação, mas não pode deixar de salientar que é necessário aprofundar a relação entre os Conselhos Escolares e o Conselho Pedagógico, bastando para o fundamentar quer a relativa similitude das suas constituições, quer do tipo de competências que lhes são atribuídas.

Em particular importa, como é patente em todos os documentos nacionais e estrangeiros, designadamente os relativos à avaliação dos cursos e à avaliação institucional, promover a participação ativa e responsável dos estudantes nos vários órgãos em que devem estar representados.

Esse maior entrosamento entre o Conselho Pedagógico e os Conselhos Escolares (cujo funcionamento é imprescindível dadas as suas competências no que à integração dos estudantes diz respeito) pode proporcionar um avanço no desempenho pedagógico mais participado em toda a Universidade.

1.1.5. A Biblioteca, Serviços Editoriais e Atividade de Extensão

Como se referiu no relatório relativo ao ano anterior, a Mestre Madalena Mira deixou de ser responsável pela Biblioteca, mantendo, no entanto, a responsabilidade dos Serviços Editoriais. A esta separação de funções entende o Reitor que não deve corresponder um desligamento das duas atividades, dada a sua natural conjugação, pelo menos em termos de utilização final, pelo que mantém a lógica do tratamento de ambos em comum.

As informações relevantes constam do Anexo 5 – Relatório das atividades da Biblioteca e Anexo 6 - Serviços Editoriais e atividades de extensão - que, tal como se assinala no relatório precedente, são absolutamente exaustivos quer na informação, quer na análise que dela fazem. Acresce a isso que ambos contêm os respetivos planos e orçamentos para o ano letivo de 2018/2019, cujo tratamento será feito no capítulo final do presente relatório.

É bem sabido que, funcionalmente, a Biblioteca e os Serviços Editoriais não estão dependentes do Reitor da UAL, mas não se ignora o papel que as atividades aí desenvolvidas têm para o ensino e investigação na universidade, o que justifica, aliás, que o Reitor acompanhe de perto, nalguns pontos mais específicos, as atividades aí desenvolvidas.

Por isso, neste capítulo procurar-se-á relevar algumas informações e resultados que tenham particular interesse para o funcionamento da universidade.

A Biblioteca foi alvo de profunda remodelação, com óbvia perturbação dos serviços, mas o Reitor não pode deixar de se congratular pelo modo como essa remodelação se deu, com clara minimização dos efeitos negativos sobre o normal funcionamento da universidade.

Como se salienta no Anexo 5, apesar do hiato no funcionamento da Biblioteca, as suas atividades, dadas as informações estatísticas apresentadas, não sofreram diminuição sensível, tendo até aumentado nalguns indicadores relevantes, designadamente no número de entradas na Biblioteca (uma subida muito apreciável, da ordem dos 17%) e de leitores inscritos (uma subida notável, da ordem dos 26,7%). Em sentido contrário,

as propostas de aquisição chegadas à Biblioteca através dos vários departamentos e outras unidades da UAL caíram para pouco mais de metade, havendo, eventualmente, uma compensação pelo aumento das publicações periódicas, assim como o das assinaturas de bases de dados.

O uso propositado do advérbio (eventualmente) reflete a ideia de que as finalidades dos diversos tipos de publicações e de informações não são idênticas e respondem a necessidades diferentes.

Assim, sem embargo de reconhecer (e de incentivar) o uso de publicações periódicas e de bases de dados como elementos pedagógicos importantes, eles não substituirão, desse ponto de vista pedagógico, os manuais e outras publicações que incorporam os diversos conhecimentos bem sedimentados e que constituem os princípios básicos e fundamentais das formações iniciais das diversas áreas de conhecimento, pelo que o Reitor continua a incentivar os docentes à aquisição desse tipo e publicações (criteriosamente selecionadas) e os estudantes para a sua consulta adequada.

Em contrapartida, esse aumento de publicações periódicas e de bases de dados configuram uma disponibilidade para a realização de trabalhos de investigação, quer dissertações, quer teses e artigos científicos, que se espera venham a ter produção mais visível na UAL.

Para esse fim também contribui o *site* da Biblioteca e os recursos disponibilizados, com relevo para o Camões - Repositório Institucional, a que os docentes e investigadores têm dado crescente atenção, mas que é preciso continuar a melhorar.

Louve-se a realização de questionários sobre a avaliação dos utilizadores da Biblioteca, sendo importante tirar desse questionário algumas implicações sobre a natureza da sua utilização e, também, indicações para algumas melhorias logísticas e de apoio.

Entre os resultados apresentados, saliento o uso da Biblioteca como sala de estudo, o que, dadas as características e as proveniências dos estudantes, é o lugar natural para estudarem, compreendendo-se, muito bem, por isso, a queixa relativa à quantidade de tomadas existentes na Biblioteca.

Preocupante, por outro lado, é o desconhecimento da existência do *site* institucional por parte desses utilizadores (66,5%).

Reconhecendo não haver qualquer inconsistência entre ter conhecimento do *site* institucional e usar presencialmente a Biblioteca, até como sala de estudo, como já se referiu, é de crer que esse desconhecimento por parte dos utilizadores da Biblioteca seja bem menor, já que os que o conhecem têm a opção de usar a informação não presencialmente.

A natural evolução da busca de informação por via informática imporá, porventura, um esforço de registo do tipo de utilização. Em particular, e dado o esforço despendido em informação relevante para a investigação, seria interessante conhecer o uso das publicações periódicas e das bases de dados quer por parte dos estudantes de cada ciclo, quer por docentes e investigadores, independentemente da consulta presencial ou à distância, uma sugestão que fica para próximos desenvolvimentos, se realizável.

O relatório em anexo evidencia bem que a Dra. Catarina Figueirinhas Lopes correspondeu inteiramente às expectativas do Reitor referidas no último relatório, ou seja, a manutenção da dinâmica que a Mestre Madalena Mira tinha criado, adaptando essa dinâmica, naturalmente, à sua visão específica do conteúdo e do funcionamento de uma biblioteca universitária.

A ela e a todos os colaboradores os meus agradecimentos e um incentivo para que cada vez mais a Biblioteca seja uma componente da transformação ativa dos métodos pedagógicos e de sustentação da investigação da universidade.

No que toca aos Serviços Editoriais, a Mestre Madalena Mira continuou na senda dos desenvolvimentos anteriores, sem desfalecimento, apesar das muitas funções de responsabilidade que acumula na UAL e na CEU. O Anexo 6 - Serviços Editoriais e atividades de extensão - descreve o conjunto de ações desenvolvidas e os resultados obtidos, permanecendo a lógica de manter a chancela EdiUAL através de cooperações adequadas, quer no que toca à função de facilitadora na relação autor-editora comercial, quer no fomento da edição em Acesso Aberto, “através do Repositório Institucional, com todos os requisitos de um livro e com a chancela EdiUAL”.

Conjugando as disponibilidades da Biblioteca com esta abordagem editorial estão reunidas as condições para maior produção científica e editorial no seio da UAL, pois, como bem revela o Anexo 6, não faltarão, por parte da Mestre Madalena Mira, as várias modalidades de apoio aos docentes e a constante busca de parceiros editoriais, se houver produção que justifique essa busca.

Saliento, em especial, para além da possibilidade de produção de livros ou coletâneas de artigos de conferências em papel, as edições virtuais da Janus. Net, da PSIQUE, da Galileu e da Estudo Prévio, que esperam, contribuições acrescidas, em número e qualidade, por parte dos docentes e investigadores da UAL.

Todas estas revistas já estão na forma de edição virtual e acesso aberto, num esforço que merece ser salientado, bem como, aliás, todas as diligências para as indexarem, algumas delas já bem-sucedidas.

A Mestre Madalena Mira fez parte dos Conselhos Editoriais de três dessas revistas e tem assegurado diversas representações externas da UAL nessa matéria, sendo muito relevante a sua ação junto da FCT.

1.1.6. O Provedor do Estudante

Os Artigos 50º e 51º dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões estabelecem os termos da sua inserção no contexto da universidade a sua competência específica, incluindo os resultados da sua atuação e o modo de lhes dar seguimento através dos vários órgãos com que se interrelaciona, designadamente a Entidade Instituidora e o Reitor.

As suas competências e responsabilidades específicas centram-se nas “questões que envolvem os estudantes e que lhes sejam suscitadas por estes, pelos órgãos de governo da UAL ou pela Entidade Instituidora”. A esta articulação com os órgãos de governo da UAL e da Entidade Instituidora, acresce a não menos relevante articulação com as associações de estudantes, cuja importância no funcionamento da universidade tem vindo a ser, pelo menos no plano formal, relevada e a que o Reitor,

como se poderá verificar pela leitura de relatórios anteriores, tem dado preocupada atenção.

E, tal como em relatórios anteriores, o Reitor, repetindo-se, entende com acrescido ênfase, que “nunca é demais salientar (...) o papel relevante que o Provedor do Estudante tem no funcionamento da UAL, com especial ênfase na manutenção de um bom clima de convivência entre os membros da comunidade académica.”

O Reitor não escreve “acrescido ênfase” por questões protocolares, mas porque os termos decorrem dos desafios que o ano letivo de 2017/2018 lhe lançou e o que o seu relatório, apresentado no Anexo 7 – Relatório das atividades do Provedor do Estudante) bem evidencia (com particular expressão no registo de assuntos), uma diferença de grau face a situações anteriores.

O Exm^o Senhor Provedor assinala-os devidamente e o Reitor não pode, nem deve, ignorá-los, antes reforçar a atenção às questões mais delicadas. Destaco em particular duas delas: o problema da fraude e a questão da divisão de estudantes face a eventuais relações menos positivas com docentes.

O primeiro, que vai ganhando novas expressões e processos de concretização, tem a ver com a existência de fraude académica, algo com que, obviamente, a UAL não pode pactuar e que deve ser prevenida com todos os meios possíveis e reprimida sem hesitações.

O segundo tem a ver com as queixas de estudantes sobre atuação de professores, ou de problemas surgidos entre estudantes com comportamentos flutuantes que não são aceitáveis e com ausência de provas concretas, o que potencia um ambiente que não se pode aceitar, sem embargo de se reconhecer que estas situações são absolutamente pontuais e não têm expressão no ambiente geral da UAL. Mas é exatamente por isso que é importante tratar o assunto sem delongas e traçar linhas de atuação que evitem o aparecimento de qualquer foco de perturbação significativa.

Pois, na opinião do Reitor, a atuação do Provedor, Dr. Ruy Seabra, foi exemplar, oportuna e preventiva, com o mérito adicional de a sua função se ter exercido com grande discricção, contribuindo decisivamente para que esses problemas, através de

proposta solução adequadas, não tenham assumido qualquer visibilidade perturbadora do bom ambiente académico que se vive na UAL.

É importante, contudo, designadamente no caso de fraudes claramente comprovadas, que os prevaricadores sejam adequadamente castigados e que haja visibilidade dessas decisões, para que possam ser dissuasoras.

Tudo isto foi feito em constante e estreita ligação com os órgãos académicos diretamente envolvidos, bem como com a Administração da CEU e com o Reitor, que sempre acompanhou de perto e analisou com o Exm^o Senhor Provedor as situações mais complexas.

Assinale-se, além disso, a atenção do Provedor a casos especiais de estudantes, acompanhando-os de perto, buscando ou propondo soluções tendentes a resolver os problemas específicos apresentados.

Por último, mas não menos relevantemente, e em perfeita consonância com o Estatuto da UAL, o seu grande empenho na constituição do Conselho Pedagógico, que levantou várias dificuldades, superadas muito em resultado da atuação do Exm^o Senhor Provedor, bem como na Associação de Estudantes, cuja maior estabilidade, finalmente alcançada, não sem sobressaltos, potenciou um maior empenhamento dos estudantes no funcionamento da UAL, aproximando-se mais do papel que lhes é reservado estatutariamente e que é vital para a criação de um verdadeiro ambiente académico, caracterizado por uma presença ativa, colaborante e também crítica, quando tal se justifica, do corpo estudantil.

Muito espera o Reitor desta nova fase de participação dos estudantes, designadamente através da Associação Académica, mas também de outras associações com objetivos mais específicos, sendo o Provedor, obviamente, elemento mediador das ações que neste âmbito os estudantes se propõem levar a cabo.

O Reitor felicita o Dr. Ruy Seabra pela sua atuação e conta com ele para a continuação não só da preservação, mas também da melhoria do ambiente académico, em particular no que toca ao aumento da participação de todos os membros que compõem a UAL.

1.2. As atividades de Investigação

Se é certo que não se pode conceber uma universidade que não investigue, também não parece que, tendo em atenção a história das universidades e o papel que deve desempenhar no seio da sociedade, se possa enveredar por um posicionamento em que a investigação apareça como atividade prioritária das universidades, menorizando a função pedagógica e a transmissão de conhecimentos (naturalmente atualizada e crítica), bem como uma atenção particular às necessidades da sociedade em que se inserem.

Se isto já era visível na acreditação dos ciclos de estudo, com prioridade total à investigação na acreditação dos 3^{os} ciclos, um peso desproporcionado ainda nos 2^{os} ciclos (por vezes, confundindo-se mesmo com as exigências para os 3^{os} ciclos) e um peso não negligenciável nos 1^{os} ciclos, essa prioridade é, agora, ainda mais visível no conteúdo do Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto de 2018.

Com efeito, logo no preâmbulo se lê: “São reforçadas as exigências sobre a capacidade das instituições de ensino superior para desenvolver atividades de I&D, segundo o subsistema em causa, passando estas exigências a ser consideradas para efeitos de acreditação em todos os ciclos de estudos.” (o sublinhado é meu).

Esta citação tem claramente a ver com a acreditação dos vários ciclos de estudos e não deixa claro, exceto no caso dos doutoramentos, quais as exigências específicas a cumprir em cada um dos outros dois ciclos. O problema poderá ser, talvez, ultrapassado através da chamada Avaliação Institucional, sendo que o problema da acreditação será discutido noutra ponto deste relatório.

Ao Reitor, para analisar estas exigências, importa antes saber quais as condições estabelecidas para a concessão de grau de licenciado (1^o ciclo), mestre (2^o ciclo) e doutor (3^o ciclo), numa universidade.

O Artigo 5^o - Grau de licenciado - em nenhum dos seus números e alíneas se explicita a necessidade de investigar, nem sequer de atividades de desenvolvimento, ou seja, nada de I&D.

Em contrapartida, e bem, refere a “capacidade de resolução de problemas”, a “capacidade de recolher, selecionar e interpretar a informação relevante, particularmente na área da formação que os habilite a fundamentarem as soluções que preconizam e os juízos que emitem, incluindo na análise (o sublinhado é meu) os aspectos sociais, científicos e éticos (os sublinhados são meus) relevantes”.

A isso acrescem as competências de comunicação e de informação e também de aprendizagem (o sublinhado é meu) serem, e bem, de carácter dinâmico, como se vê pela especificação de “competências de aprendizagem que lhes permitam uma aprendizagem ao logo da vida com elevado grau de autonomia.”

Mas mais relevantes, até pela prioridade dada na enumeração das condições à alínea b) “Saber aplicar os conhecimentos e a capacidade de compreensão adquiridos, de forma a evidenciem uma abordagem profissional (o sublinhado é meu) ao trabalho desenvolvido na sua área vocacional.”

Repete-se que em nenhum dos pontos se explicita a capacidade de investigação autónoma (aprendizagem sim), que constitui, fundamentalmente na capacidade de formular um problema ou uma hipótese.

Está em causa apenas a resolução de problemas aplicando conhecimentos e, fundamentalmente, de vocação profissional.

Põe-se a questão de saber, então, como introduzir a lógica de I&D nos cursos do 1º ciclo e que condições devem ser exigidas aos docentes deste ciclo para corresponderem com maior rigor aos objetivos de uma licenciatura.

Como é evidente das condições apresentadas, a aprendizagem surge em primeiro lugar, o que significa, da parte dos docentes, capacidade de conhecimentos e, também e sobretudo, capacidade pedagógica e, naquilo já designado por tempos de contacto, (em vez de aulas), o que pressupõe interação professor-estudante, estimular o espírito de observação crítica deste, que é a primeira condição de base para a abertura à formulação de hipóteses que são o limiar da investigação.

Não se vê que se deva ir aqui mais além e, portanto, as competências exigidas para um docente capaz de cumprir este papel de grande importância no caminho gradual

da aprendizagem até à formulação de um projeto de investigação, devem conformar-se com este objetivo.

Já o Artigo 15º - Grau de Mestre – impõe no seu nº 1, a) que aqueles a quem é conferido o grau “possuam conhecimentos e capacidade de compreensão a um nível que... iv) “Permitam e constituam a base de desenvolvimento ou aplicações originais (o sublinhado é meu), em muitos casos em contexto de investigação (de novo, o sublinhado é meu).

Só que nessa mesma alínea, a alínea i), obviamente precedendo a anterior, se estabelece que esse possuir conhecimentos e capacidade de compreensão se sustenta “nos conhecimentos obtidos ao nível do 1º ciclo, os desenvolva e aprofunde.”

Isto significa que, claramente, o 2º ciclo, e bem, é uma continuação do 1º ciclo, numa gradualidade de crescimento de exigências, em que na estrutura do seu ciclo de estudos (Artigo 20º) é evidente o peso do curso (isto é do ensino-aprendizagem) neste ciclo como estabelece a alínea a) do nº 1 desse artigo:

“O ciclo de estudos conducentes ao grau de mestre integra: a) um curso de especialização, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares, denominado curso de mestrado, a que corresponde um mínimo de 50% do total de créditos do ciclo de estudo;”.

Daí decorre que, também neste ciclo, a investigação não é prioritária, como se depreende já de um sublinhado precedente (“muitas vezes (mas não sempre) em contexto de investigação”), mas sobretudo pela descrição da alínea b) que complementa o curso referido na alínea a) do Artigo 20º: “Uma dissertação de natureza científica ou um trabalho de projeto, originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional, objeto de relatório final, consoante os objetivos específicos visados...”

É evidente do que está exposto que o núcleo central do mestrado é ainda um curso, mas vai para além deste, exigindo-se já mais uma prova de aplicação de conhecimentos científicos ou de base profissional, o que deixa antever duas vias de mestrado: uma de natureza mais profissionalizante, com base num relatório de um

estágio, que é o émulo de uma dissertação numa abordagem mais teórica e científica e menos profissionalizante que é aí referida, comportando, ainda e em alternativa, um trabalho de projeto.

Nesta segunda alternativa o adjetivo “originais” já impõe um nível de identificação de problemas que ou é “uma dissertação” (não uma tese) em que se identifica um assunto de relevância e se escarpeliza, criticamente, tudo o que é possível sobre essa matéria, abrindo, assim, pistas a um desenvolvimento criativo e original nesse campo ou um “projeto” que já é, por si, um passo mais adiantado que a mera identificação e análise crítica de um problema, passando a um esboço de investigação de natureza mais criativa e original.

É isso que, afinal, é conforme com um dos objetivos dos cursos de mestrado, designadamente com o que está expresso na alínea 1) do nº 1 do Artigo 20º, ou seja, que os possuidores desse grau demonstrem “competências que lhes permitam uma aprendizagem ao longo da vida, de um modo fundamentalmente auto-orientado (o sublinhado é meu) ou autónomo”.

Aqui aparece um elemento de individualização (auto-orientado) que é fundamental para ter condições de investigação. Para se atingir esse desiderato o Artigo 21º - Orientação – em que se impõe um acompanhamento específico do mestrando no seu caminho quer para a escrita da sua dissertação ou de um projeto, quer para a escrita do relatório de estágio, devendo esse acompanhamento ser feito por “doutores ou especialistas de reconhecida experiência profissional”.

Novamente aparece aqui bem clara a possibilidade de diferenciação de mestrados e da natureza diferenciada da iniciação ou avanço do tipo de potencial investigação.

Aliás, isso é mais visível e inequívoco no nº 4 do Artigo 18º em que se refere que “no ensino universitário (para o distinguir do politécnico), o ciclo de estudos conducentes ao grau de mestre deve assegurar que o estudante adquira uma especialização de natureza académica com recurso à atividade de investigação, de inovação ou de aprofundamento de competências profissionais”.

Como se compreenderá, aqui o nível de experiência profissional ligado à inovação e desenvolvimento ou o nível de experiência provada em investigação já terá um grau superior ao que se exige para a licenciatura. Mas, relativamente a estas exigências no Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, cotejando a alínea d) do nº 2 do Artigo 6º com a alínea c) do nº 2 do Artigo 16º, a primeira relativa às condições de atribuição do grau de licenciado e a segunda do grau de mestre, verificamos que têm exatamente a mesma redação:

“Desenvolvam atividades de formação (e de) investigação e desenvolvimento experimental de nível e qualidade reconhecidos, com publicações ou produção científica relevantes.”

Como se vê, tirando a expressão (e de) tudo o resto é igual o que equivale a colocar ambos os ciclos no mesmo conjunto, onde a natureza da aprendizagem prevalece e o conteúdo profissional é importante.

Mas dadas as referidas diferenças no que toca à abordagem da investigação, faz sentido o mesmo nível de exigência? Ou a lógica diferenciação desse nível está no adjetivo “relevante” final que distinguirá os dois níveis? Mas como?

Mais equívoca ainda é a redação, que será retomada no capítulo da Avaliação/Acreditação, sobre o sujeito da palavra “Desenvolvam”.

Tal como os artigos estão escritos o sujeito é “as instituições de ensino superior universitário” e não os docentes, o que faz sentido numa avaliação institucional mas, pelos vistos, não curso a curso, ou seja, docente a docente dos que lecionam os cursos dos dois ciclos.

Aliás, a formulação dessas condições nos dois ciclos é diferente da equivalente relativa ao 3º ciclo (Doutoramento). De facto, a alínea d) do nº 2 do Artigo 29º - Atribuição do grau de doutor - estabelece (uma vez mais tendo como sujeito “as instituições de ensino superior”): “Demonstrem possuir uma experiência acumulada em I&D, concretizada em produção científica e académica relevante nesse ramo do conhecimento ou da sua especialidade”.

Há aqui uma diferença de grau claríssima onde o “desenvolvam” que é satisfeito por simples verificação de existência, é substituído por “demonstrem” e o façam através de concretizações específicas que não são quaisquer, nem em qualidade nem em quantidade. Não em qualidade, porque o “desenvolvam” se aplica a atividades de caráter geral, enquanto o “demonstrem” é num dado ramo de conhecimento ou sua especialidade, nem quantitativa, já que aqui, no 3º ciclo, conta o “acumulado” enquanto no “desenvolvam” não há qualquer referência quantitativa.

Tudo isto revela bem que há uma descontinuidade entre o grupo do 1º ciclo e 2º ciclo e os 3ºs ciclos, designadamente no campo da investigação e desenvolvimento.

Aliás, essa descontinuidade é manifesta no próprio decreto-lei, quando se cotejam os Artigos 5º, 15º e 28º relativos à descrição dos 3 graus.

Assim, o grau de mestre, segundo i) da alínea a) do nº 1 do Artigo 15º, sustenta-se nos “conhecimentos” obtidos ao nível do 1º ciclo, uma indesmentível situação de ligação e continuidade, que se rompe no Artigo 28º. É que nele citam-se as condições a demonstrar por aqueles a quem pode ser conferido o grau de doutor, sem qualquer referência à sua ligação ou sustentação com ciclos anteriores.

Aliás, a estrutura, como se refere no Artigo 31º, é completamente diferente. Assim, o nº 1 refere que “o ciclo de estudos conducente ao grau de doutor integra a elaboração de uma tese original especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade”, dando no seu nº 2 duas alternativas, uma que configura a possibilidade de compilação devidamente enquadrada de um conjunto coerente e relevante de trabalhos de investigação, já objeto de publicação em revistas com comités de seleção de reconhecido mérito internacional (releve-se desde já a diferença, não justificada, entre os que se refere no Artigo 28º em que esse conjunto de trabalhos pode ter divulgação nacional [o sublinhado é meu] ou internacional em publicações com comité de seleção e outra mais específica aplicável ao domínio das artes).

Em qualquer caso não há obrigatoriedade de qualquer curso que, em certas circunstâncias explícitas no nº 3 do Artigo 31º, pode aparecer mas sempre como uma

lógica de subsidiariedade ou de complementaridade em relação à realização de uma tese ou prova alternativa.

Aliás, o Artigo 35º é lapidar: “O grau de doutor é conferido aos que tenham obtido aprovação no ato público de defesa da tese ou dos trabalhos previstos nas alíneas a) e b) do nº 2 do Artigo 31º”, sem qualquer referência, portanto, a um curso.

É afinal esta descontinuidade que justifica a crescente onda de defesa de escolas doutorais, com unidades orgânicas específicas.

Esta digressão pelo Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, que será retomada, com maior acuidade, como já se referiu, no capítulo da avaliação/acreditação, justifica-se como uma primeira tentativa de enquadrar o ensino e a investigação na UAL nos diversos ciclos de estudo, bem com na caracterização das condições exigidas aos professores neste domínio, sem esquecer, dada a relevância crescente que vão ter na aplicação desse diploma, os centros de investigação da UAL, ou aqueles com que a UAL tem ligações aprofundadas.

É a situação desses centros que, agora, se avalia num contexto mais geral das atividades de investigação e desenvolvimento através do relatório de atividades de I&D realizado pelo Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento (GAID) que se apresenta no Anexo 8 – Relatório de Atividades das Unidades de I&D.

Tal como já foi referido a propósito de outros anexos, este relatório descreve cuidadosamente todas as atividades realizadas nesta área no âmbito das unidades orgânicas de investigação, o que justifica a sua leitura completa para os mais interessados, cabendo ao Reitor no seu relatório, salientar os pontos que considere mais relevantes.

Antes de tudo, há que salientar o amplo campo de atividades do GAID, que vai muito para além do que se refere às unidades originais de investigação, que, aliás, muito apoio dele recebem, tudo isso graças a uma atividade contínua do GAID, muito por ação da Dra. Cristina Dias, a cuja dedicação e disponibilidade muito se devem os resultados já alcançados.

Como atividade específica do GAID destaque para o seu papel “nos procedimentos inerentes à participação de docentes/investigadores em eventos científicos, nacionais e internacionais”, incluindo o “encaminhamento para o GRII “de vários pedidos para tradução de artigos científicos com vista à publicação em revistas indexadas no país e no estrangeiro”. O GAID procedeu também à elaboração do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN17), com informação de todos os docentes da UAL.

É o interlocutor privilegiado junto da FCT e nesse campo tem dado todo o apoio, designadamente na contratação de bolseiros, às 3 unidades de I&D avaliadas e financiadas por aquela instituição.

Nessa qualidade o GAID fez-se representar nos diversos encontros científicos e sessões de esclarecimento relativos à abertura de concursos promovidos pela FCT, além de apoiar os coordenadores científicos nos procedimentos de “Atualização das equipas FCT 2017-2018”.

Em concordância com os centros e investigação TechLab – Centro de Investigação e Tecnologias, CEACT – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território, e CICH – Centro de Investigação em Ciências Históricas, a CEU solicitou o seu registo junto da FCT.

No contexto da avaliação de unidades de I&D já atrás referido, decorreram as visitas *in loco* na UAL, dos painéis de avaliação de unidades de I&D já avaliados e financiados pela FCT, designadamente o Observare – Observatório de Relações Exteriores e o Ratio Legis – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas, faltando a visita ao CIP – Centro de Investigação em Psicologia, que deverá ocorrer durante o ano letivo de 2018-2019.

Um papel específico e relevante do GAID tem sido o da permanente atenção às possibilidades de utilização dos apoios financeiros disponíveis na FCT por parte da UAL e dos seus docentes, em particular no âmbito do Programa de Estímulo ao Emprego Científico, que tem como objetivo apoiar a contratação de novos investigadores doutorados nas instituições.

Tendo concorrido a 3 dos 2 concursos lançados pela FCT, obteve o financiamento, por 6 anos, de uma investigadora.

Contudo, a busca de apoios para investigação não se limitou à FCT, procurando-se outras fontes de apoio, sendo de relevar os apoios conseguidos para a Conferência Internacional “A Importância das Migrações para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável: o Compacto Global para uma Migração Segura, Ordeira e Regular”, um assunto de grande atualidade e importância a que a universidade tem de dar toda a atenção, até numa perspetiva interdisciplinar, e que se realizou no início do ano letivo de 2018/2019.

Também foi conseguido financiamento para a “1ª Conferência Internacional de Resolução de Conflitos e Estudos de Paz”, a realizar no 1º trimestre do ano letivo de 2018/2019.

Um outro projeto de investigação também de grande expressão no domínio social, “Grupos de Cante para Seniores – estudo experimental sobre o Impacto de grupos de canto no bem-estar, saúde e funcionamento cognitivo dos adultos seniores”, foi submetido ao concurso da DGARTES, obteve financiamento e tem como parceiros a própria DGARTES, o ISCTE_CIS-IUL, a OPART/TNSC e a Santa Casa da Misericórdia de Almada e Lisboa, respetivamente, sendo a gestão financeira do projeto da responsabilidade da CEU/UAL.

Para além do mérito da escolha do conteúdo do projeto, o Reitor valoriza, em particular, a cooperação com entidades fora da UAL, bem como da participação de outras instituições de ensino superior, como é o caso,

Teve ainda sucesso a candidatura do CEAECT ao programa Bip-Zip, projeto “Fórum Urbano”, da Câmara Municipal de Lisboa, o que revela a atenção permanente deste Centro, que o Reitor não pode deixar de louvar, aos problemas do território e à inserção das populações.

O conjunto destes projetos revelam a atenção da UAL às questões sociais prementes, quer as da “vizinhança” em que a UAL se insere, quer aos problemas globais que avassalam o mundo e a sua população.

Em contraste com estes sucessos de obtenção de financiamento, num concurso promovido por uma fundação privada de apoio a projetos científicos não foi apoiado um projeto concebido pelo CIP em parceria com o Instituto de Telecomunicações, apesar das boas referências feitas ao conteúdo do projeto.

Contudo, esta é uma via a explorar em continuidade, tentando mostrar que uma universidade privada pode e deve ser financiada por entidades privadas quando estas se dispõem a financiar projetos, sem qualquer discriminação, face às universidades públicas. Do lado da UAL há que mostrar a qualidade dos seus projetos para que haja uma maior atenção dessas entidades ao que se faz na nossa universidade.

Como se referiu o início deste capítulo, o Anexo 8 descreve cuidadosamente as principais atividades dos centros de investigação da UAL, sendo de incentivar, como condição imprescindível, a ligação entre as atividades de investigação e formação avançada em articulação com as linhas de investigação e os projetos no âmbito dos 2^{os} e 3^{os} ciclos.

O relatório refere também a “importante e cada vez maior interação e interdisciplinaridade entre os centros da UAL”, mas o Reitor gostaria que isso fosse cada vez mais visível, quer na escolha de projetos de investigação, quer na realização de conferências, *workshops* e até de simples seminários realizados no âmbito de cada um dos seus Centros. A interdisciplinaridade constrói-se no dia-a-dia, pela presença e participação dos docentes e estudantes (designadamente os dos 2^{os} e 3^{os} ciclos) nas atividades promovidas pelas outras áreas científicas. Para que isso seja concretizável é também necessário que haja um fluxo de informação atempado entre as diferentes atividades para que se possa estabelecer um calendário sem justaposições inconvenientes como o Reitor tem, com preocupação, constatado com uma indesejável frequência.

No que toca à atividades específica de cada um dos Centros, não pode deixar de relevar-se, pela quantidade e, sobretudo, pela qualidade, o Observare, cuja composição proporciona, ele mesmo, uma interdisciplinaridade que é fundamental prosseguir. Acresce que essa interdisciplinaridade é também, como se deseja, de

natureza internacional, com crescente ligação a universidades e instituições de prestígio que, crescentemente, colaboram nos cursos e nos projetos lançados pelo Observare.

É evidente que não pode deixar de ser realçado o reconhecimento internacional crescente da revista científica Janus.Net (open access), indexada na Scopus, com um aumento substancial de artigos propostos para publicação com proveniência de 11 países diferentes e o reconhecimento da agência italiana para a avaliação das universidades e dos centros de investigação (ANVUR) que inclui a Janus.Net na sua lista de revistas científicas.

O Observare tem de ser, crescentemente, o ambiente em que as teses de doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia têm de ser desenvolvidas, sem deixar de referir também dissertações de mestrado em funcionamento no Departamento de Relações Internacionais.

É que, como se referirá no capítulo de Avaliação/Acreditação, o Observare tem de ser um esteio fundamental para afirmação desse doutoramento e, simultaneamente, se espera que o funcionamento do doutoramento contribua mais decisivamente para as atividades do Observare.

O CIP, tendo aumentado substancialmente o número de investigadores doutorados, designadamente através de investigadores da Universidade do Algarve que passaram a integrar o CIP.

A atividade do CIP centra-se em 6 projetos de investigação diferenciada que têm como referência as linhas globais de investigação “Vulnerabilidade psicossocial e contextos instáveis”. Note-se desde já que os projetos atrás referidos no contexto dos financiamentos externos são perfeitamente consistentes com esta linha de investigação.

Relevantemente aos 6 projetos podemos considerar que 5 deles dão corpo a diferentes contornos em relação com o eixo principal de investigação. São, claramente, os casos de “Estudo da relação entre comportamento de *bullying*, qualidade do sono rendimento académicos e comportamento em sala de aula de crianças”, “Promoção

da qualidade das relações interpessoais, da saúde e do bem-estar dos enfermeiros”, “Efeitos da percepção e da experiência do parto na vinculação parental e na relação conjugal”, “Famílias autónomas” e “Bem-estar e desenvolvimento: preditores transculturais do bem-estar”, os quatro primeiros abordando temas específicos, enquanto o último se debruça sobre conceitos e condições mais gerais no âmbito do bem-estar na velhice, que é uma óbvia situação de contexto instável, também.

O projeto “Repositório de instrumentos de avaliação para aprendentes de língua segunda em contexto educativo” está mais na área das Ciências da Educação, mas pode e deve ser enquadrado numa lógica de “contextos instáveis” se essa segunda língua, por exemplo, for ensinada aos imigrantes no país que os acolheu, um assunto, aliás, de enorme atualidade e relevância que cabe, com todo o rigor, na linha global de investigação já referida.

A produção científica ligada aos projetos começa a ter significado e representa um avanço face ao passado, esperando-se que essa tendência continue, conduzindo nomeadamente a uma elevação de qualidade através da publicação em revistas indexadas.

A existência da revista em acesso aberto *Psique* é um ativo que pode ser utilizado como veículo de lançamento das produções do CIP, esperando-se, do mesmo passo, a sua indexação no Redalyc, sendo de louvar os esforços empreendidos nesse sentido.

A insistência nesta busca de melhoria contínua por parte do Reitor tem em mira o problema da futura acreditação de um doutoramento em Psicologia que, obviamente, carece de um centro de investigação de qualidade, como se referirá no capítulo relativo à acreditação/avaliação.

O Ratio Legis – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas tem procurado reformulações que lhe deem mais consistência, que é vital para poder, por si, ou por adequadas redes de ligação com outros centros de investigação reconhecidos, ser um sustentáculo do doutoramento em Direito. A Revitalização da “Galileu” e a sua publicação na Internet é um bom passo que abre também a hipótese

a uma interdisciplinaridade com produções comuns com investigadores das Ciências Económicas e Empresariais, dada a natureza original da revista.

Sendo importante escolher linhas de investigação que deem individualidade ao Ratio Legis, não há dúvida que os projetos existentes nas áreas dos direitos humanos e, mais especificamente, dos direitos dos refugiados e deficientes, designadamente os projetos: “Direitos humanos, cultura da paz e fluxos migratórios forçados: contribuição para a solução da crise dos refugiados mediante a criação de centros de instrução dedicados à inserção social e à capacitação profissional baseados na mediação intercultural” e os “Direitos humanos e a implementação da Convenção Internacional sobre Direitos de Pessoas com Deficiência em Portugal – os desafios da realização dos direitos a um trabalho condigno e à educação” poderão contribuir para isso, desde que a produção científica que daí resulte tenha uma expressão que dê sentido a essa individualização. E desse ponto de vista, designadamente no que toca à realização e à participação de conferências com expressão internacional e controlo de qualidade das apresentações, bem como a publicação em revistas indexadas, começa a ter expressão. O problema é que essas publicações são centradas em poucos docentes.

A vertente do direito penal, não irrelevante para a concretização dos direitos humanos, começa a ter alguma expressão através do projeto “Desafios do Direito (Penal) do Século XXI”, embora as publicações daí resultantes não tenham ainda a expressão das outras assinaladas.

Duas notas se impõem face a estas observações: em primeiro lugar e numa perspetiva de interdisciplinaridade futura, sempre desejável, parece haver profunda conexão entre o conteúdo, e sobretudo os objetivos gerais, dos projetos do CIP e até alguns do Observare, cujos interfaces devem, em nosso entender ser explorados em diversas vertentes, a começar, eventualmente, por realizações conjuntas.

Parece particularmente prometedora a ligação entre o projeto do CIP que também está ligado à educação ao projeto do Ratio Legis que envolve “centros de instrução dedicados à inserção social e à capacitação profissional de refugiados”, sendo que

essa aproximação reforça o sentido da inserção do projeto mais ligado às Ciências da Educação nos objetivos centrais assumidos pelo CIP.

Uma segunda nota é para exprimir a preocupação pela necessidade de um maior desenvolvimento consistente do Ratio Legis, através de maior número de investigadores a publicar com qualidade, de modo a garantir o imprescindível ambiente de investigação necessário ao bom funcionamento, e conseqüente continuidade do Doutoramento em Direito na UAL.

O CEACT, já atrás referido, tem uma característica muito própria que é a de, estando sediado no Departamento de Arquitetura, assumir uma preocupação editorial dessa área, através da revista *Estudoprevio.net* que, graças ao notável e persistente esforço da Doutora Filipa Ramalhete, se vai publicando com continuidade de assinalar, embora o seu conteúdo central não seja tanto a produção de artigos na área da arquitetura mas antes da divulgação, agora também já com apreciável cooperação internacional, das perspetivas de evolução da arquitetura, com a visão de arquitetos de reconhecida competência. Aliás, tendo em atenção a natureza da arquitetura, não menosprezando as vertentes teóricas que obviamente integra, a opção seguida pela revista tem claro interesse e, por isso, talvez valha a pena procurar a sua indexação.

E esta será mais possível se tivermos em conta o contínuo trabalho real, designadamente através do Laboratório de Intervenção em Arquitetura – Insitu, com trabalhos ligados ao território, que é, aliás, a preocupação central de atuação do CEACT. E nesse campo há que realçar a sua ligação à Câmara Municipal de Almada e ao Centro de Arqueologia de Almada, evidenciando também o projeto “Um monumento para o Lousal”, que é um projeto de arte pública colaborativa, a desenvolver na aldeia mineira de Lousal, em Grândola.

Para além do projeto BIP/ZIP, da Câmara Municipal de Lisboa, é ainda de referir o projeto ASSIM – Activating Service-Sharing of Inter-Municipal Scale, que a Doutora Filipa Ramalhete coordena, que permitiu a construção de uma base SIG de todos os equipamentos desportivos municipais de 52 municípios de Lisboa e Vale do Tejo (com exceção de Lisboa).

São muitas outras as atividades desde centro, sempre ligadas ao território, como é o caso do Atlas da Almirante Reis, o que não impede a Doutora Filipa Ramalhete de promover e participar em congressos e fóruns de desenvolvimento regional, numa atividade que, sem qualquer dúvida, justifica plenamente a já mencionada solicitação de registo deste centro junto da FCT.

Os outros dois centros que também fizeram essa solicitação de registo junto da FCT têm origens bem diferentes.

Enquanto o Autónoma TechLab – Centro de Investigação de Tecnologias é relativamente recente, na sequência do desenvolvimento desta área na UAL e, por isso também resultado da motivação de alguns dos docentes dessa área, o CICH – Centro de Investigação em Ciências Históricas, tendo em atenção até a relevância da área de História na opção estratégia da UAL, que se manifesta na sua presença desde o seu início, tem um acervo de investigação, particularmente de produção de livros, nomeadamente nas áreas da História Empresarial e na História da Arte.

Também no que diz respeito à inserção dos dois centros no funcionamento mais imediato da UAL, há uma diferença essencial que resulta da existência de um 3º ciclo em História, cuja reavaliação está em curso por parte da A3ES, o que reclama um centro de investigação que por si ou em ligação com outros referenciados, possa obter, em prazo relativamente curto, a classificação de Muito Bom. Daí que tenha sido, como primeiro passo, proposto o seu registo na FCT.

Se é certo que também foi proposto o registo o TecLab na FCT, esse registo visa sustentar o seu gradual desenvolvimento numa área de relevância estratégica que se materializará pela tentativa de acreditação de um 3º ciclo, ainda não existente.

Voltando ao CICH salientam-se duas linhas de investigação que incorporam as referências já feitas ao acervo, designadamente a linha de investigação histórica “História e Cultura das Organizações” e a linha de investigação “Urbanismo e Monumentos Públicos”, a primeira com a publicação de 2 livros, em ligação com empresas, e com um terceiro em fase de publicação.

As três publicações evidenciam claramente a cooperação dos docentes do Centro com a sociedade civil, designadamente entidades empresariais, de ramos variados.

Também na segunda linha de investigação foram feitas publicações claramente ligadas às Artes e o Urbanismo.

A uma delas, “O livro de Henry l’Évêque: Artista Viajante”, do Professor Doutor Miguel Faria, atribuído o Prémio Grémio Literário (Dez.2017). A outra publicação é um capítulo sobre a estátua equestre de D. José I, de Machado de Castro, inserido na obra “Estátua Equestre: Intervenção de Conservação e Restauro”, World Monuments Fund-Portugal/CML 2018.

Reconhece-se o mérito de todas essas obras e do seu valor científico, mas elas são da autoria de muito poucos docentes, sendo necessário aumentar quantitativamente, com a necessária manutenção da qualidade da produção, designadamente por parte de outros autores. Só assim se poderá garantir um ambiente de investigação capaz de integrar os estudantes dos 3ºs ciclos.

As recentes alterações no Centro e a sua extensão a docentes de provas claramente dadas no campo da investigação histórica dão esperança forte dessa necessária evolução positiva.

Quanto ao TechLab, dada a sua “juventude”, é de referir a existência de 3 projetos de investigação, “Low-cost and low-complexity, massive MIMO System for 5G”, “Análise e processamento de informação usando aprendizagem supervisionada e não-supervisionada” e “Framework for data quality and cleaning management in the LOD (DC Clean LOD)”.

No contexto desses projetos, para além da participação e realização de várias conferências e seminários, há que salientar, para além de comunicações apresentadas nessas conferências, a produção de dois artigos em revistas indexadas na Scopus, um na Web of Science e outro em revista científica internacional com “referee”.

Há, obviamente, muito caminho a percorrer, mas os passos iniciais são prometedores, tal como o é a composição do centro, com particular relevância para a ligação estreita com o Instituto de Telecomunicações.

Numa lógica mais especializada, há que referir ainda um centro, o CARS – Centro de Análise Económica de Regulação Social e um Núcleo de Investigação (NIP@COM - Núcleo de investigação e competências mediáticas digitais), o primeiro muito fruto da dinâmica e das áreas mais específicas do Prof. Doutor Arlindo Donário, com produção de livros de carácter pedagógico, mas com uma abordagem que procura incorporar os desenvolvimentos mais recentes de áreas interdisciplinares, sendo os focos principais a Economia e o Direito, bem como a presença em várias conferências internacionais, com comunicações publicadas nos anais das conferências e produção de dois *papers*, um numa revista nacional e outro na “Biometrical Letters Journal”.

O seu enquadramento específico no âmbito da UAL não é incompatível com o seu desenvolvimento nos moldes em que foi criado, mas, em termos de valorização institucional, poderá ser de encarar a sua ligação aos centros da área do Direito e ao Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais, que se desenvolverá no ano letivo de 2018/2019, pelas razões que se aduzirão no capítulo Avaliação/Acreditação.

Já o NIP@COM que se desenvolve no Departamento de Ciências da Comunicação tem “o objetivo primordial de potenciar sinergias entre docentes e discentes para o desenvolvimento de projetos de investigação no âmbito das práticas e competências mediáticas digitais, incentivando o debate académico no seio da licenciatura em Ciências da Comunicação e do Mestrado em Comunicação Aplicada”.

É referido, em especial, o desenvolvimento de três projetos: “Práticas, consumos e riscos digitais dos jovens de Cabo Verde”, “Práticas, consumos y riesgos digitales de jovens universitários de Querétaro” e “Direitos digitais: uma “password” para o futuro”.

No âmbito desses projetos os investigadores participaram em várias conferências internacionais e nacionais, com sete “papers” publicados em atas, para além da

publicação de artigos (1 em revista indexada na Scopus, outro na Web of Science e um terceiro em revista internacional com “referee”).

É de saudar esta iniciativa que responde já, de algum modo, aos objetivos do Decreto-Lei nº 65/2018 de iniciação dos estudantes dos 1ºs e 2ºs ciclos na investigação científica. Parece, no entanto, sobretudo numa perspetiva institucional de que o Reitor não pode abdicar, que, pelos temas abordados, este núcleo tem de deixar de ficar confinado ao departamento.

De facto, é fácil verificar as potencialidades de ligação aos temas do CIP e do Ratio Legis e, de um modo de maior proximidade tecnológica, ao TechLab. Mas, mais principalmente, dado a transversalidade da digitalização da aprendizagem, todos os centros de investigação e departamentos poderiam ganhar algo com uma ligação às investigações aí desenvolvidas.

Esta já longa exposição e análise da produção científica em unidades de investigação que passa, também e em muito, por referir a investigação individual, não esgota esta, que será particularmente descrita no ponto do relatório relativo aos docentes, o que poderá levar a uma ou outra repetição.

A referência à investigação produzida nas unidades orgânicas omite, por isso, atividades e competências de investigação de docentes da UAL, quer de natureza individual, quer realizadas no contexto de outras instituições de investigação ou noutros contextos, designadamente empresariais ou de consultoria.

A opção por esta divisão que vem na linha do que se fez em relatórios anteriores, para além de não dar a visão integrada de toda a investigação, parece ter antecipado a lógica da avaliação/acreditação que o Decreto-Lei nº 65/2018 propõe, independentemente da concordância ou discordância com o conteúdo do Decreto-Lei nesse campo.

Uma coisa ressalta claramente de todo o enquadramento descrito. A investigação aparece como central na acreditação de uma universidade, e a UAL, como a generalidade das universidades privadas, até pela sua natureza e história, tem de procurar aumentar a sua produção científica, sem se descurarm, como por vezes

parece acontecer na avaliação, os aspetos pedagógicos e outros de inserção na sociedade.

Razão pela qual este capítulo deve ser lido em clara ligação ao da Avaliação/Acreditação.

1.3. O corpo docente

Em relatórios precedentes, designadamente o relativo ao ano letivo precedente (2016/2017), já se fez um enquadramento detalhado sobre a relevância dos docentes e o seu papel fundamental no contexto do ensino superior. Em particular, salientou-se que é de curial importância a ligação dos docentes à universidade, mas também à sociedade em que se inserem, porque uma universidade desinserida da sociedade não cumpre o seu papel essencial.

Para que isso seja possível é necessário também que o docente universitário traga para a universidade a sua experiência, ao mesmo tempo que se sente da “casa”, o que implica uma relação de confiança com a entidade responsável pela universidade e uma adequada definição dos vínculos que os devem unir.

Isto não significa, longe disso, a defesa de uma lógica de “dedicação exclusiva”, que o Reitor nunca defendeu, mas, por outro lado, não é aceitável que cada docente não defina adequadamente a sua filiação de base. E essa tem de ser única. E o ser única não quer dizer que se exclua a colaboração com outras entidades universitárias e da sociedade civil. Pelo contrário, devem ser preocupação permanente porque é hoje, mais do que nunca, evidente que os avanços da ciência e as modificações tendentes à melhoria de funcionamento da sociedade e à defesa do bem comum, que deve incorporar atenção a todos e a cada um dos elementos da sociedade, só se fazem através dessa cooperação.

Entende o Reitor, por isso, que neste enquadramento não faz sentido voltar a reproduzir o que já escreveu em relatórios precedentes. Em contrapartida esse enquadramento deve ser, agora, contemplado com a avaliação do que nas perspetivas

que se abrem ao ensino superior e aos seus docentes em particular, resultantes de acontecimentos ou decisões que ocorreram durante o ano letivo de 2017/2018.

É certo que as mais relevantes só farão efeito nos anos posteriores, mas será avisado deixar desde já algumas perspetivas, tanto mais que o desenho, mesmo na UAL, de algumas dessas modificações já foi feito no final de 2017/2018.

Vale a pena, por isso, chamar a atenção, para já só no que diz respeito aos docentes (pois, a avaliação global dessas modificações e os desafios estratégicos que se põem à UAL serão, como é normal, abordados no capítulo final), para três (que, como evidenciaremos, são efetivamente quatro, pela diferença entre dois deles habitualmente tomados como um só) “documentos” essenciais: o Relatório “OECD Review of Higher Education, Research and Innovation: Portugal” (2018), encomendado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto que, alterando diplomas precedentes com o mesmo objetivo, aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior e um terceiro que ainda não é verdadeiramente documento, pois está em fase de discussão, será o “Estatuto da Carreira Docente no Ensino Superior Privado” “relembrado” pelo diploma atrás referido, na sequência do que já fora previsto no Artigo 53º da Lei nº 62/2007, de 10 de setembro e que, como se vê, nunca foi cumprida, por total incapacidade dos sucessivos governos.

Como é evidente, um diploma saído (e, por acaso, ou talvez não, entrando em vigor no dia imediato ao da sua publicação, isto é, em plena época de férias escolares) em agosto, portanto ainda no ano letivo 2017/2018, não poderia ter efeitos sobre esse mesmo ano letivo.

Convém, contudo, notar (e a sua discussão e avaliação será enquadrada no capítulo final deste relatório) que no Preâmbulo do Decreto-Lei nº 65/2018 se explicita (e cita-se) que:

“O processo (de avaliação da OCDE) veio a resultar num conjunto de recomendações, apresentadas pela OCDE em fevereiro de 2018 (**ou seja, em pleno ano letivo 2017/2018**), com o propósito de reforçar o desempenho e o impacto das atividades e das instituições de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e de ensino superior em Portugal (**repare-se na prioridade implícita na enumeração**), numa perspetiva internacional e num contexto multidisciplinar.”

E mais adiante acrescenta-se:

“Para dar acolhimento às recomendações formuladas pela OCDE, é essencial proceder à revisão do regime jurídico dos graus e diplomas de ensino superior, tendo em vista os seguintes objetivos:”

Não se enumeram aqui os objetivos porque eles, afetando os docentes, não os consideram em particular, pelo que serão alvo de cuidadosa referência no capítulo final deste relatório, mas mostra-se apenas o equívoco, para usar uma palavra neutra e não entrar em “processo de intenções”, embora não possa deixar de se salientar “a meia verdade”, esta contida na referência claramente abusiva ao conteúdo dessa informação da OCDE.

Para que não restem dúvidas sobre a legitimidade desta afirmação basta ver que o referido documento de 8 de fevereiro de 2018 com o título “OECD Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal – Summary document” apresenta também em “caixa” o seguinte aviso:

“This note is a summary of the findings and main recommendations of the review. It is a draft document for consultation purpose only.

The document reflects the results of the Review at a pre-final stage and has not yet benefited from the comments of the Portuguese authorities.”

Aliás, a versão inicial deste documento já foi abordada no Relatório do Reitor relativo ao ano letivo 2016/2017, cujo título “OECD Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal – Summary Document” – também não é exatamente o mesmo (“Tertiary” e substituído por “Higher” e desaparece a referência a “System”). Por isso, já houve um primeiro comentário no referido relatório, sendo que algumas das ideias são retomadas ou aprofundadas ao longo do presente relatório.

É certo que houve uma “consulta pública” sobre o conteúdo do diploma e que esse “Summary” da OCDE foi alvo de discussões, com algum enviesamento de presenças que já está evidenciado na resposta da APESP e do Reitor da UAL, no âmbito dessa consulta pública, mas não há qualquer dúvida de que “as recomendações” não foram formuladas, mas apenas pré-anunciadas para discussão, como está referido no Preâmbulo.

As recomendações reais e finais da OCDE só apareceram num extenso relatório (desta vez sem data expressa, a não ser o ano: OECD 2018) de 275 páginas no início do terceiro trimestre de 2018, cujo conteúdo tem algumas alterações não irrelevantes face ao documento original para discussão.

Daí a referência a 4 e não a 3 documentos atrás feita, já que o quarto documento, o último citado, ultrapassa claramente em conteúdo e recomendações o que aparece no documento de fevereiro que, portanto, o Preâmbulo invoca descontextualizadamente.

A referência ao terceiro ainda “não documento” tem óbvio interesse para os docentes mas decorre, exatamente, da palavra e do conteúdo da palavra “carreira”.

É que esse diploma, no seu Artigo 2º, relativo à alteração ao Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março acrescenta no Artigo 3º o que designa por “conceitos” introduzidos pela expressão:

“Para efeitos do disposto no presente decreto-lei, entende-se por:”

Na série de alíneas apresentadas introduz nestas a alínea k) com o que designa por “corpo docente de carreira”:

- “i) Nas instituições de ensino superior públicas, o conjunto de professores catedráticos, associados e auxiliares, no caso do ensino universitário, e o conjunto de professores coordenadores principais, coordenadores e adjuntos, no caso do ensino superior politécnico, contratados por tempo indeterminado ou sem termo, ainda que se encontrem no período experimental;
- ii) Nos estabelecimentos de ensino superior privados, o conjunto de docentes que integre as categorias de carreira estabelecidas pelo regime jurídico previsto no artigo 53.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro;”

É evidente que parece que o que caracteriza um docente de carreira é o seu tipo de contrato, ou seja, um contrato por tempo indeterminado ou sem termo, mesmo em período experimental.

Uma identificação do que é um professor de carreira de um dado estabelecimento de ensino superior, se apenas nos cingirmos aos critérios enunciados, é determinada pelo tipo de contrato, admitindo, é claro, que as condições de natureza pedagógica e científica desses docentes estão devidamente preenchidas.

Esta identificação reclama uma clarificação que é particularmente relevante quanto é certo que no preâmbulo do já referido decreto-lei se especifica:

“É determinado, ainda, que o corpo docente próprio para efeitos de acreditação é o corpo docente ou investigador de carreira e já não os docentes a tempo integral, o que estimula o recrutamento para posições de carreira.”

E esta determinação adensa, ainda mais, a incerteza que pode resultar de uma definição clara de “professor de carreira”, sobretudo quando cotejada com o “regime de tempo integral” (alínea m) do Artigo 3º desse decreto-lei) que é mais bem especificado:

“o regime de exercício da docência em que se encontram os que fazem do ensino e investigação a sua atividade profissional exclusiva ou predominante, não podendo ser considerados como tal em mais de uma instituição de ensino superior”

É evidente que esta caracterização é bem mais aprofundada e ultrapassa em muito a mera natureza contratual que caracteriza nesse decreto-lei o “professor de carreira” e essa diferença estaria, porventura, implícita, na redação inicial em que, como se mostra na já referida resposta à consulta pública do diploma, se referia que:

“É determinado ainda que o corpo docente próprio para efeitos de acreditação é o corpo docente de carreira e não apenas (o sublinhado é meu) os docentes em tempo integral, o que estimula o recrutamento para posições de carreira.”

E seguia-se uma hipótese de interpretação que sustentava que essa redação queria dizer que “os docentes em tempo integral não eram os únicos que contavam mas contavam”, colocando nesse caso algumas reservas à lógica de que isso era um estímulo para recrutamento para posições na carreira, “a menos que uma pessoa com outra atividade não académica, mas com condições de participar nas atividades de ensino/aprendizagem e até de I&D, se vincule para esse efeito a uma só instituição e nela faça carreira paralela.”

É que se não fosse essa interpretação, isto é, se os docentes em tempo integral deixassem de contar para efeitos de acreditação, “a frase deveria ser do tipo “é o corpo de docentes de carreira e já não os docentes em tempo integral”.

Como se vê foi esta a redação que afinal foi adotada colocando a exclusividade nos docentes de carreira para efeitos de acreditação.

Independentemente das dúvidas que prevalecem sobre essa condição de “professor de carreira” para além de outras que o diploma contém, é nessa “nova” categoria que,

de futuro, nos temos de concentrar como um dos critérios diferenciadores na caracterização do corpo docente.

É esta a razão por que neste capítulo – relativo ao corpo docente – se optou por nele se introduzir esta série de reflexões, que são também úteis para informação de todos, mas que, sobretudo em termos do relatório escrito, indicam uma rutura futura nos critérios de descrição do corpo docente da UAL.

Neste relatório, como é evidente, prevalecerá o critério de “tempo integral” como relevante nessa caracterização (Anexo 9 – Lista dos docentes com carga horária atribuída).

Assim, neste capítulo, começa-se com uma caracterização extensa, através de indicadores adequados para o conjunto da UAL, dos ciclos de cursos e de cada um dos cursos, da estrutura do corpo docente, dos docente em regime integral, com especificação dos doutorados, bem como relações entre número de docentes e número de estudantes.

É importante deixar claro, logo à partida, que esta caracterização se baseia na afetação de cada docente a um departamento específico, sem embargo de reconhecer que há docentes de alguns departamentos que também lecionam unidades letivas noutros cursos, o que, na ausência dessa informação mais detalhada, obrigará a uma leitura cuidadosa dos resultados relativos aos cursos, designadamente nos indicadores que relacionam o número de docentes e o número de estudantes.

Só um estudo estatístico ao nível de cada curso, porventura a ser incluído nos Relatórios dos Coordenadores de Curso, poderá dar uma informação mais exata desses valores. Daí que estes que se apresentam no relatório devam ser lidos como aproximações e estímulo a um trabalho mais aprofundado que se justifica ser descentralizado, mas importante.

Começando pelo total de docentes da UAL, o seu número foi de 2020, uma queda relativa ao ano letivo precedente de cerca de 9,4%.

Destes 113 são docentes no regime de tempo integral (eram 115 no ano precedente), o que corresponde a uma maior percentagem de docentes nesse regime no ano letivo de 2017/2018 face ao ano precedente (55,9% contra 51,5%).

Do conjunto de todos os docentes 131 são doutorados (64,5%), uma quebra da ordem de 10% em relação ao ano precedente, quebra essa menos significativa na percentagem no conjunto dos docentes (65,5%).

Quando se entra no critério do tempo integral, este número aumentou ligeiramente relativamente ao ano precedente de 93 para 95, tendo, assim, aumentado a sua percentagem quer no conjunto dos doutorados (de 80,9% para 84,9%), quer no conjunto dos docentes (de 43,1% para 47%).

Consequentemente aumentou significativamente a relação entre doutores em tempo integral e o conjunto de doutores que passou de 63,7% para 72,5%.

Estes resultados globais podem surpreender, particularmente se tivermos em atenção que o número de estudantes aumentou. Contudo, as percentagens de tempo integral e de doutorados em tempo integral evidenciam antes um começo de consolidação do corpo docente próprio, com afetações de funções e de tempos letivos diferenciados, sendo que a generalidade da quebra de docentes se verifica nos docentes a tempo parcial.

Passando do conjunto da UAL para o nível dos departamentos, verificamos que a maior percentagem de docentes está no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais (22,8%), seguido de Direito (18,8%), enquanto as menores percentagens estão em Relações Internacionais (6,9%) e História (8,9%), Com Ciências e Tecnologias (9,4%) e Ciências da Comunicação (9,9%) ligeiramente abaixo dos 10%. Acima de 10% estão Arquitetura (11,9%) e Psicologia (11,4%).

Do cotejo das duas estruturas (número de docentes versus número de estudantes) ressalta de imediato a diferença de estrutura entre o número de docentes e o número de estudantes, evidenciado pelo coeficiente de correlação de 0,857. Contudo, essa diferença ainda é mais acentuada quando se compara a estrutura, talvez mais relevante neste contexto, do número e estudantes/professor de cada departamento

com a estrutura de docentes do departamento, em que o coeficiente de correlação é apenas de 0,527.

O resultado não é surpreendente tendo em atenção não só a diferença do número de estudantes por departamento, mas sobretudo pela diferença entre o número de cursos por departamento e do número de ciclos por departamento que conduzem, naturalmente, a relações número de estudantes/número de professores muito diferentes. Em princípio, normalmente, o quociente número de estudantes/número de docentes diminui quando se passa dos primeiros ciclos para os segundos ciclos e também destes para os terceiros ciclos, dada não só a natural diferença do número de estudantes, mas também da estrutura dos cursos em causa.

Por exemplo, a inversão clara entre dos departamentos de Direito e de Ciências Económicas e Empresariais, com um número relativamente maior de estudantes em Direito e um maior número de docentes em Ciências Económicas e Empresariais, resulta do facto de haver, ao nível das licenciaturas, um bem maior número de cursos no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais do que em Direito, (apenas um, embora com dois turnos).

Este efeito, mesmo assim, vem mitigado pela existência de um terceiro ciclo em Direito, inexistente em Ciências Económicas e Empresariais.

Um outro fator relevante nesta diferenciação é, em geral, a relação entre o número de docentes em regime de tempo integral e em regime de tempo parcial que, no caso de comparação entre estes dois departamentos, não pode ser considerado como explicativo, dada a semelhança das percentagens de docentes em tempo integral nos dois departamentos.

No extremo oposto surge o Departamento de História, Artes e Humanidades cuja percentagem de docentes no conjunto da UAL (8,9%) é muito superior à sua percentagem de estudantes (2,3%), o que resulta de um quociente aluno/professor da ordem de 3, muito abaixo da média da UAL e de todos os outros departamentos, com a preocupante exceção de Arquitetura em que essa relação é de 4 estudantes/professor. Em História, Artes e Humanidades a existência de três cursos

nos três ciclos de estudos, cada um deles com poucos estudantes, justifica este número, enquanto em Arquitetura apenas com um curso, embora seja um mestrado integrado e, portanto, integrando os dois ciclos, o que, naturalmente, obriga à existência de um maior número de docentes, o resultado provém de um número baixo de estudantes e um relativamente grande número de docentes em tempo parcial quando comparado com o que se passa em História, Artes e Humanidades.

Ainda em termos da relação número de estudantes/número de docentes não é surpresa que Direito venha muito acima da média (21), seguido de Ciências e Tecnologias (14,8) e só depois Ciências Económicas e Empresariais (13,3), o que pode surpreender dado o claramente maior número de estudantes em Ciências Económicas e Empresariais, mas isso é resultante do facto do peso relativo dos estudantes de Ciências e Tecnologias face ao peso relativo dos estudantes no conjunto da UAL ser maior que em Ciências Económicas e Empresariais.

Na média da UAL estão as Ciências da Comunicação (12,2), com Psicologia (10) e Relações Internacionais (8,9) abaixo dessa média em resultado dos desequilíbrios relativos da estrutura dos estudantes e dos professores, enviesada no sentido de uma presença relativa maior de docentes.

Passando, agora, à desagregação dos doutorados da UAL pelos respetivos departamentos, verifica-se que estão claramente acima da média da UAL das percentagens globais de doutores no conjunto de todos os docentes, os Departamentos de Ciências e Tecnologia (78,9%), Psicologia (78,3%) e História (72,3%), percentagens essas que não diferem significativamente das do ano precedente, com exceção de Psicologia, em que ocorreu um aumento significativo da ordem de 7,5%.

Claramente abaixo da média da UAL (64,9%) está o Departamento de Arquitetura em que apenas 37,5% dos docentes são doutorados (40% no ano precedente), sendo os docentes com o estatuto de especialistas os que apresentam maior percentagem (45,8%).

Com valores próximos da média estão os Departamentos de Ciências Económicas e Empresariais (65,2%) e Ciências da Comunicação (65%), ambos com percentagens

apenas ligeiramente superiores à média, e Relações Internacionais (64,3%) e Direito (63,2%) com valores um pouco inferiores à média. É de referir, ainda, que estes dois últimos departamentos tiveram uma subida neste indicador que é de relevar (subida de cerca de 7% em Relações Internacionais e de cerca de 3% em Direito), relevância esta que resulta do facto da presença de doutores ter de ser particularmente importante neste dois departamentos que incorporam os 3 ciclos de estudos, com ênfase nos terceiros ciclos.

Tal como se referiu atrás, estes indicadores são importantes para a acreditação dos ciclos de estudos, embora a unidade de análise, como também já se evidenciou anteriormente, deva ser cada curso de cada ciclo, que vai para além do que pode ser um relatório global que é o que compete ao Reitor. Acresce que esse indicador da presença relativa de doutorados no corpo docente, não pode ser desligado de uma outra exigência de acreditação que é a percentagem de docentes em tempo integral e também, e principalmente, a de doutorados em tempo integral, estes com especial importância nos terceiros e segundos ciclos. No entanto, como já se referiu, no futuro este critério de “tempo integral” será substituído pela “carreira”.

Entrando, pois, na análise dos indicadores relativos ao regime de tempo integral por departamento, verifica-se que, relativamente à percentagem global de docentes em regime de tempo integral na UAL (55,9%), apresentam valores claramente superiores a esta média os Departamentos de Ciências e Tecnologias (73,7%), mesmo assim com uma queda de 5% face ao ano precedente, de História (72,8%, de Psicologia (69,6%), com uma importante subida de cerca de 11%, e de Ciências da Comunicação (65%), neste caso com uma queda abrupta da ordem de 14%.

Com valores inferiores à média surgem, com evidente destaque, os Departamentos de Ciências Económicas e Empresariais (43,5%), embora com uma subida assinalável face ao ano precedente da ordem de 6,5% e de Direito (44,7%), com uma ligeira subida face aos anos precedentes. Dada a dimensão destes dois departamentos, a média da UAL é, claramente, afetada pelos indicadores relativos a estes dois departamentos.

Ainda com um valor inferior à média está o Departamento de Arquitetura (56%), embora com uma não irrelevante subida de mais de 10% relativamente ao ano precedente.

O Departamento de Relações Internacionais apresenta um valor próximo da média, embora ligeiramente superior (57,1%), mas é de assinalar uma perda de cerca de 3% neste indicador.

No que toca à situação dos doutores em tempo integral, podem considerar-se dois indicadores: o da percentagem de doutores em tempo integral no departamento face ao número de doutores no departamento e a percentagem de doutores em tempo integral no conjunto de docentes desse departamento.

Tomando, de novo, as percentagens para o conjunto da UAL como referência, ou seja 72,5% para o primeiro indicador e 47% para o segundo indicador, verifica-se uma relação diferenciada entre os diversos departamentos, no contexto dos dois indicadores.

Assim, francamente acima da média no conjunto dos dois indicadores surgem os Departamentos de Psicologia (83,3% e 65,2%) e Ciências e Tecnologia (80% e 63,2%).

Bem abaixo destes valores aparecem os Departamentos de Direito (62,5% e 39,5%) e Ciências Económicas e Empresariais (63,3% e 41,3%), embora neste seja de assinalar uma importante subida de mais de 11% no segundo indicador. Como já se referiu, a dimensão destes dois departamentos (bem como a estrutura dos seus ciclos de estudos) pesa muito no conjunto da UAL.

Ainda abaixo dos valores médios neste indicador está Arquitetura (66,7% e 25%), muito em resultado do peso dos Especialistas no conjunto do corpo docente.

Ciências da Comunicação também apresenta valores acima das médias, mas relativamente próximos delas (76,9% e 50%), com o último indicador a sofrer uma elevada queda de 13%, muito semelhante a Relações Internacionais (77,7% e 50%), enquanto História, Arte e Humanidades tem uma situação híbrida (69,2%/50%), isto é, apesar de relativamente próximos da média, o primeiro indicador é algo inferior, enquanto o segundo é algo superior, como resultado do número de doutorados em

tempo integral ser, em termos relativos, elevado face ao número total de docentes do departamento.

Este conjunto de dados evidencia uma sensível heterogeneidade dos departamentos no que toca a indicadores relevantes para a acreditação dos cursos.

Todavia, não é de mais repetir que estes resultados são muito fruto da estrutura, também ela diferenciada, dos cursos e ciclos de estudos entre os departamentos.

Os segundos e terceiros ciclos têm maior exigência na presença de doutorados e regime de tempo integral, sendo essas exigências algo mais atenuadas nos primeiros ciclos.

Aliás, algumas análises de correlação entre os diversos indicadores utilizados expressam as maiores semelhanças ou diferenciações existentes entre os departamentos.

Assim, quando se correlaciona o número de docentes em tempo integral com o número de doutores em tempo integral, obtém-se um coeficiente de correlação de 0,926, o que evidencia, transversalmente aos departamentos, o peso dos doutorados no conjunto dos docentes em tempo integral, tendencialmente em coerência com as exigências de acreditação dos cursos.

O coeficiente de correlação continua elevado (0,917) quando se correlacionam os números de professores e doutorados, uma exigência, afinal, muito semelhante à anterior, mas cai, já com algum significado, quando se correlaciona o número de professores com o de docentes em tempo integral, o que revela já algum desvio na homogeneidade da composição dos regimes de docência (tempo integral-tempo parcial) entre os departamentos, a que não será alheia a diferenciação dos cursos, particularmente nos primeiros ciclos.

Esta diferenciação é ainda mais significativa quando se correlacionam o quociente (número de docentes em tempo integral/número de docentes) e o quociente (número de doutores/tempo integral/número de docentes) que baixa para 0,776, um valor que evidencia bem a estrutura diferenciada dos cursos e as respetivas exigências a cumprir.

Também a correlação entre o número de estudantes e o número de doutores em tempo integral (0,781) ratifica essa heterogeneidade entre os diversos departamentos, resultante, em boa parte, da dimensão (em número de estudantes e sua repartição pelos diversos cursos e ciclos de estudos de cada departamento) diferenciada dos diversos departamentos.

Estes resultados globais e as hipóteses formuladas para a sua interpretação são um desafio aos diretores de departamento e coordenadores de curso para verificarem o que se passa a nível de cada curso, podendo a situação ser mais equilibrada ou desequilibrada (em cada um dos cursos) dependendo do modo como os docentes nos diversos regimes de contratação e de diversidade de títulos académicos se distribuem pelos respetivos cursos intra e interdepartamentos. Em particular, esta última avaliação (a interdepartamental) poderá e deverá ser decisiva face a mais eficiente afetação dos docentes, quer tem termos pedagógicos, quer no cumprimento das exigências formais de acreditação dos cursos.

Feita a análise da “estrutura” do corpo docente, nas diversas componentes, importa também, e muito, tentar avaliar o seu “comportamento” e a sua “performance” nos diversos aspetos que dizem respeito às funções dos docentes – pedagógico, de investigação e de serviços à universidade e à sociedade.

A avaliação pedagógica, há que reconhecer, é sempre melindrosa e a heteroavaliação ainda mais, já que os elementos por ora disponíveis são fundamentalmente os fornecidos pelos inquéritos aos estudantes, cuja representatividade é sempre discutível, já que as respostas ao inquérito não são obrigatórias e, como se sabe, nem sempre as suas respostas, até por questões conjunturais ligadas às datas dos inquéritos e às situações específicas de cada aluno, asseguram plena objetividade dessas avaliações.

Acresce, ainda, que há que assegurar uma cuidadosa validação dos conteúdos e das respostas, o que nem sempre é adequadamente conseguido.

Por isso, a leitura e as observações que, a seguir, são feitas sobre os dados disponíveis, que são, dados gerais para toda a UAL e dados específicos agregados por

cada curso, devem ser considerados com o devido cuidado, sem embargo de se reconhecer a sua utilidade, pelo menos indicativa.

Aliás, o Reitor regista com satisfação o grande número de comentários escritos nessas avaliações, em que uma parte assinalável desses comentários é de elogios e agradecimentos aos docentes e ao nível do ensino das disciplinas, o que, num país em que é normal queixarmo-nos e pouco normal elogiarmos, tem de ser destacado e confere, *a priori*, um grau não despidendo de credibilidade às respostas dadas aos inquéritos realizados.

No que diz respeito ao conjunto de respostas para toda a universidade, nos dois semestres letivos de 2017/2018, há que assinalar uma percentagem da ordem de 20% de respostas sendo a percentagem pouco diferente nos dois semestres (uma diferença de 0,7% - 20,7% no 1º semestre e 20% no 2º semestre), com a singularidade (dado que estão em causa unidades curriculares diferentes nos dois semestres) de haver grande similitude entre as duas avaliações globais.

Quanto aos docentes, as duas avaliações são quase idênticas, sendo de salientar em todos os itens (assiduidade e pontualidade do docente, evidência de cuidado na preparação das sessões de contacto, revelação de domínio das matérias lecionadas, eficácia da comunicação, disponibilidade do docente para apoio fora das horas de contacto, adequação do regime de avaliação e apreciação global do docente) a moda é 5 (na escala de 1 a 5), o que não pode deixar de ser salientado com grande relevância. No entanto, a média cai para 4 ou pouco mais de 4, o que sendo indubitavelmente Bom, não pode fazer esquecer, dado o valor da moda, que há casos não insignificantes em que a pontuação obtida nos vários itens por alguns docentes é apenas suficiente (3) ou mesmo, eventualmente, mais baixa.

Não cabe ao Reitor analisar as situações em particular, mas não pode deixar de dar esta nota a todos os responsáveis pedagógicos e científicos para uma investigação mais aprofundada. Este aprofundamento terá um primeiro passo neste relatório, mas ainda em termos agregados, tendo por unidade de avaliação o departamento e, dentro de cada um deles, uma primeira leitura das avaliações dos cursos para os quais há

indicações suficientes, aplicando-se os cuidados a ter na interpretação dos resultados, já devidamente assinalados.

Ainda no contexto global das respostas obtidas e agora reportando-nos às Unidades Curriculares, a semelhança entre os dois semestres também é de salientar, apenas com alguma diferença a nível da moda, já que a média tem um perfil muito igual em todos os itens (cerca de 4, com um dos itens “o programa foi cumprido” com uma média ligeiramente maior, o que, atentos os outros critérios (conhecimentos previamente adquiridos compatíveis com os exigidos pela Unidade Curricular (UC), número de horas de contacto adequada ao nível de exigência da unidade curricular, adequação da bibliografia, adequação do conteúdo das sessões de contacto, ritmo das sessões de contacto, adequação da metodologia dessas sessões e apreciação global da disciplina) revela uma boa aceitação por parte da generalidade dos estudantes que responderam aos inquéritos.

Acresce que, comparativamente com o que se passa com a avaliação dos docentes, há neste caso um maior equilíbrio entre a moda e a média, sobretudo nas avaliações relativas ao primeiro semestre, o que aponta para uma menor heterogeneidade das avaliações das diversas unidades curriculares.

No 2º semestre essa heterogeneidade pode crescer um pouco dado que a moda é 5 em 4 dos 8 itens, enquanto no 1º semestre é 5 apenas num deles (o já referido cumprimento do programa).

Estes resultados justificam uma cautelosa satisfação por parte do Reitor pelo bom desempenho global dos docentes da UAL, bem como pelo nível das unidades curriculares, designadamente se esta avaliação dos que responderam ao inquérito traduzir o “sentimento” global dos estudantes. Isto, sem deixar de voltar a chamar a atenção para o nível de assimetria entre docentes que deverá ser cuidadosamente avaliado.

Ainda no conjunto de todas as respostas há mais dois temas de avaliação que, neste relatório, se entende não ser necessário aprofundar ao nível dos departamentos, sem embargo de chamar a atenção para a existência, nalguns casos significativos, a esse

nível. São esses temas a autoavaliação dos estudantes e as instalações e equipamentos.

Globalmente, a média da autoavaliação dos estudantes é 4, mas coincidindo praticamente com a moda, exceto no item relativo à assistência regular às sessões de contacto em que a moda é 5.

Há algumas diferenças entre os estudantes em alguns departamentos, bem como entre o turno diurno e pós-laboral, mas sem um padrão que permita distinguir os dois neste tema.

Já quanto às instalações e equipamentos, as avaliações são menos lisonjeiras com a maioria das modas de 4 mas as médias entre 3 e 4, sendo de notar, com alguma preocupação, o valor modal de 3 (apenas suficiente) para os itens “qualidade do mobiliário e equipamento” e “adequação dos equipamentos (informática, laboratórios, etc.) ao estudo das matérias”.

Sendo esta a tendência geral, há que notar diferenças entre cursos e unidades curriculares, bem como entre turnos, naturais dada a diferença de importância, particularmente dos equipamentos, nos diversos cursos. Da análise dos dados por departamentos, neste caso especial dos equipamentos, deve assumir importância para a avaliação de cada estudante, a sua experiência pessoal relativamente à sua relação com equipamentos fora da UAL, não se devendo esquecer, nesta avaliação, que, aparte o que se pode passar com disponibilização de programas e de *software*, não é possível ter equipamentos modernos em permanência, dada a velocidade de evolução existente e as exigências financeiras a ela associadas.

Uma passagem rápida pela autoavaliação parece indicar que os estudantes que preencheram os inquéritos, pelo menos na sua avaliação pessoal, são estudantes atentos e participativos, deixando no ar a dúvida da sua representatividade no conjunto da UAL ou, em alternativa, uma sobrestimação do seu comportamento, sem embargo de se notar alguma heterogeneidade nessa autoavaliação.

Passando, agora, aos departamentos, relativamente aos quais, como já se referiu, apenas se abordarão os temas dos Docentes e das Unidades Curriculares, dar-se-á

nota somente das situações mais díspares face aos resultados globais apurados para o conjunto dos inquéritos respondidos.

Assim, em Arquitetura, a avaliação quer dos docentes quer das unidades curriculares está algo acima do conjunto da UAL, no 1º semestre, com modas de 5 em todos os itens relativos às unidades curriculares e aos docentes, mas com médias muito próximas de 4 na generalidade dos itens relativos à unidade curricular e pouco acima de 4 nos relativos aos docentes, com exceção do item relativo ao domínio das matérias lecionadas, onde a média se aproxima muito da moda.

Estes resultados não podem deixar de revelar a existência de alguma heterogeneidade quer nas unidades curriculares quer entre docentes. Só que estas observações têm pouca segurança estatística já que só se obtiveram 10,7% de respostas, além disso desigualmente distribuídas entre unidades curriculares e docentes, sendo que o número de respostas a cada uma das unidades curriculares e a cada um dos docentes é muito baixo, muitos deles apenas com 1 opinião dos estudantes, o que, obviamente, põe em causa os valores agregados e a sua interpretação.

Esta situação altera-se radicalmente no caso do 2º semestre pois a percentagem de respostas subiu radicalmente para 26,4%, dando, por isso, maior significado às observações que decorrem da análise dos dados aí disponibilizados.

Contudo, em termos de resultados globais para o departamento, não se altera a moda de 5 em todos os itens das unidades curriculares e dos docentes com uma média muito próxima de 4 para ambas, com a mesma exceção do item e docentes (domínio das matérias lecionadas) cuja média se aproxima da moda, embora com maior afastamento face ao 1º semestre.

Isto quer dizer um resultado muito próximo do verificado para o conjunto da UAL, com uma exceção na média relativa à assiduidade (4), algo inferior à geral, o que, dada a diferença que, na generalidade dos itens, se verifica entre a moda e a média, legitima a hipótese de haver heterogeneidade entre os docentes. O mesmo se passa para as unidades curriculares que, curiosamente, tendo médias muito semelhantes ao

conjunto da UAL, têm modas significativamente melhores, o que, também neste caso, faz admitir uma assimetria de respostas no caso das unidades curriculares.

Os inquéritos por unidades curriculares e por docente mostram claramente a existência dessa assimetria, com pontuações 3 a serem frequentes nalguns casos e até de 2, havendo casos limite de 1.

Há, pois, razões para uma cuidadosa observação para que a melhoria seja possível, tanto mais que, neste caso, e embora o número de respostas por unidade curricular e por docente não seja muito elevado (aliás, o número de potenciais respostas também o não é), começa a ser sinal de algo que é mister não ignorar.

No que respeita ao Departamento de Ciências da Comunicação há a salientar uma avaliação global do 1º semestre, quer dos docentes, quer das unidades curriculares muito próxima das observações globais, embora com menor homogeneidade nas médias, que, embora não se afastem muito de 4, são, em geral, ligeiramente menores que globalmente e mais diferenciadas entre os diversos itens, isto no turno pós-laboral que, assim, se diferencia claramente do diurno onde que essa situação não ocorre. Aliás, em termos de modas, há também uma diferença clara entre os dois turnos na avaliação dos itens das unidades curriculares, pois enquanto as modas no diurno são todas de 5, com exceção da avaliação global da unidade curricular e que é 4, no turno pós-laboral apenas o item “o programa foi cumprido” tem uma moda de 5. Consequentemente, as médias de avaliação dos vários itens das UC são algo mais baixas no turno pós-laboral do que no diurno, o que também se verifica, embora menos claramente, nas médias relativas à avaliação dos docentes, designadamente no item relativo à adequação do regime de avaliação.

Estas diferenças revelam a existência, também, de diferenciação entre as avaliações dos docentes e mais ainda de unidades curriculares que devem ser tidas em conta.

Esse particular será importante interpretar e tentar superar as diferenças entre os dois turnos.

Isso é confirmado pela existência de algumas avaliações muito baixas, mais até em docentes que nas unidades curriculares, com um valor de 2 e até 1 nalguns itens que não podem deixar de preocupar.

É claro que no estudo destes resultados não se pode esquecer a diferença da dimensão entre o turno diurno e o pós-laboral, com o primeiro a ter uma expressão muito maior, embora a percentagem de respostas seja, no 1º semestre, praticamente igual nos dois turnos (ligeiramente inferior a 18%), o que tem como consequência que o número absoluto de respostas é bem maior no turno diurno que no pós-laboral, o que torna as avaliações deste bem mais sensíveis a avaliações individuais que fujam da média do conjunto, pelo peso que, nesse caso, têm.

Aliás, é curioso verificar que o número e a percentagem de respostas variam claramente entre as diversas unidades curriculares.

No que toca ao 2º semestre (com uma taxa de respostas global de cerca de 20%, portanto ligeiramente superior ao 1º semestre), os resultados deste 2º semestre não representam uma tendência que se diferencie claramente do primeiro semestre, nem nas percentagens de respostas aos questionários.

No caso do curso diurno há uma ligeira subida nas médias relativamente ao 1º semestre com relevância para a subida visível da apreciação quanto à assiduidade e, ao contrário, uma descida bem evidente na aprovação do regime de avaliação.

Já no turno pós-laboral a subida da média da avaliação dos docentes face ao 1º semestre também é visível, incluindo na assiduidade, mas inverte a posição relativamente ao turno diurno no que diz respeito à apreciação do regime de avaliação.

Já no que diz respeito às unidades curriculares há uma notável subida das avaliações com todos os itens com moda de 5, incluindo o da avaliação global da unidades curriculares com a média a apresentar também uma subida acentuada e, por norma, superior a 4, o que pode indiciar uma diferenciação de avaliação não muito elevada, o que, aliás, também era bem evidente no 1º semestre.

Apesar disso, embora em menor número, prevalecem nos dois turnos avaliações de docentes que nalguns itens são ainda fracos, embora os extremamente fracos

(pontuação de 1) se tenham reduzido significativamente. Vale a pena também procurar explicar a diferença entre os dois semestres.

No Departamento de Ciências e Tecnologias há que ter em atenção a existência de 3 cursos, além do mais com dois turnos cada, e um mestrado, só pós-laboral.

No que diz respeito ao 1º semestre, e uma vez que os inquéritos estão descritos não só por turnos, como já se viu, mas também por curso e não por departamento, há que caracterizar bem cada um dos inquéritos, para que haja uma adequada contextualização dos resultados dos inquéritos, quer em termos absolutos, quer relativos.

Assim, no conjunto do departamento foram recebidos 207 respostas no turno diurno (21,3%) e 282 (35,3%) no pós-laboral, o que dá uma taxa média de respostas para o conjunto do departamento de 27,6%.

Estes dados são particularmente relevantes para uma adequada interpretação das respostas aos inquéritos, pois havendo menor número de respostas potenciais no turno pós-laboral (são cerca de 80% dos diurnos) o número e a taxa de respostas ao inquérito é francamente maior, o que não pode deixar de ser motivo de reflexão.

E um primeiro dado para esta reflexão é, por certo, a profunda diferença da taxa de respostas no curso com maior número de estudantes do departamento – Engenharia Informática – com o pós-laboral com uma notável taxa de 45% e o diurno com 19,9%. É que, nos outros cursos, a diferença é claramente menos significativa.

Comparando agora as avaliações dos cursos com a média da UAL há que evidenciar, em relação aos docentes, um desvio diferenciado entre os vários cursos e os dois turnos relativamente ao conjunto da UAL, o que deve ser devidamente tido em conta.

Na abordagem global que o Relatório do Reitor obrigatoriamente comporta só é possível ressaltar diferenças significativas. E essas verificam-se na maior flutuação das médias dos diversos itens, o que tem como consequência que algumas médias, designadamente no turno diurno estarem francamente abaixo de 4 em duas das licenciaturas, tal como uma mais “saltitante” valorização da moda (4 ou 5) para os diversos itens em avaliação.

Daqui decorrerá, naturalmente, a hipótese de maior assimetria entre a avaliação dos docentes intra e intercurso.

E isso é absolutamente confirmado pelas avaliações individuais dos docentes, alguns dos quais têm más pontuações em vários itens e alguns, poucos, em quase todos, muitas vezes com a mais que preocupante pontuação de 1.

Cabe ao Reitor voltar a chamar a atenção para o cuidado a ter com a interpretação destas pontuações, mas também lhe cabe o dever de afirmar, sem qualquer hesitação, que não podem ser ignorados sem avaliação, qualificando-os, como meros “outliers”.

Os itens mais preocupantes neste aspeto são a disponibilidade, a preparação das aulas, a adequação do regime de avaliação e, também, nalguns casos, a pontualidade.

No que toca às unidades curriculares as diferenças para o conjunto da universidade são menos acentuadas, sem embargo de notar algumas discrepâncias entre os dois turnos, designadamente num dos cursos, com a particularidade de haver vários itens com uma moda de 5, bem acima do que acontece para o conjunto da UAL.

Passando ao 2º semestre, há algumas alterações face ao primeiro semestre, embora as diferenças não sejam, em geral, muito acentuadas, com uma estrutura de respostas ao inquérito muito semelhante ao 1º semestre, o que aumenta as preocupações já manifestadas, continuando essa discrepância a sentir-se com a mesma intensidade no curso de maior frequência neste departamento.

Já quanto à avaliação dos docentes, em geral, as respostas aos inquéritos aproximam-se mais das médias da UAL, sem que haja grandes ruturas intradepartamentais face ao semestre anterior, no que concerne aos docentes. Nota apenas para uma melhor e mais homogénea avaliação com a moda 5 em todos os itens do maior curso do departamento, nos dois turnos.

Também é de assinalar que em Informática de Gestão, no turno diurno, há uma clara melhoria das avaliações, quase desaparecendo médias inferiores a 4, sendo a distribuição modal muito uniforme entre os vários itens (4) e muito próxima da distribuição das médias, o que, neste caso, indica pequena assimetria de modas entre os docentes.

Ao contrário, no curso de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações houve uma quebra nas modas, no turno diurno, das médias e das modas nos vários itens face ao 1º semestre, com a exceção do item relativo à disponibilidade dos docentes, que subiu. Aliás, neste curso há um número não desprezável de modas abaixo de 3, incluindo vários 1, que não devem ser ignorados, apesar da moda 1 ter pouco significado estatístico.

Mais preocupante é o caso da Engenharia Informática em que esses valores muito negativos, incluindo 1, se concentram em docentes em mais de uma unidade curricular, que atinge também a moda dessa unidade, sendo o número de respostas já não despidendo. Além disso essas classificações repetem-se em unidades curriculares de Informática de Gestão em alguns desses docentes, sendo casos singulares nesse curso.

No que toca às unidades curriculares nota-se uma maior desigualdade nas modas nos vários itens, num ou noutra curso, que não põem em causa as semelhanças com os resultados do 1º semestre. Aliás, como já foi salientado a propósito dos docentes, este relativo equilíbrio é perturbado por uma menor moda de algumas unidades curriculares a que se associa uma baixa moda dos respetivos docentes, o que traduz a bem conhecida satisfação com a frequência de uma unidade curricular devido à “performance” do professor, sem embargo de poderem existir boas modas coexistindo com más modas no binómio unidade curricular/docente que, aliás, deverão, quando existem, ser “casos de estudo”.

O Departamento de Ciências Económicas e Empresariais tem uma estrutura também complexa, com 4 primeiros ciclos e um curso de mestrado, predominando claramente o curso de Gestão. Assim, na estrutura das respostas deste departamento, no 1º semestre, o grande peso é o curso de Gestão, cuja percentagem de potenciais respostas no conjunto do departamento é de 63,9%, no 1º semestre no turno diurno (percentagem idêntica no 2º semestre) e de 83,2% no turno pós-laboral (82,5% no 2º semestre) o que, evidentemente, determina os resultados da avaliação do conjunto do departamento.

Globalmente as taxas de respostas obtidas no 1º semestre foram de 17,2% no turno diurno no 1º semestre (17,8% no 2º semestre) e de 26,5% no pós-laboral (26,4% no 2º semestre).

Destes dados ressalta a maior taxa de respostas no curso de Gestão e consequentemente no pós-laboral, pois nesse turno Gestão é ainda mais maioritária, contrariamente ao diurno, devendo não só a interpretação dos dados levar em conta este facto, mas, sobretudo, investigar as causas para esta diferença, já que é importante conseguir uma avaliação cada vez mais participada.

De notar, para os restantes cursos, que Gestão do Desporto só tem turno diurno e que o pós-laboral de Economia, com 1 resposta em 9 potenciais, não tem qualquer representatividade pelo que não será referido.

Centrando-nos, então, prioritariamente no curso de Gestão, verifica-se que em relação aos valores globais da UAL há, no 1º semestre, uma semelhança bastante grande com os valores modais e as médias (apenas ligeiramente superiores) da avaliação dos docentes no pós-laboral, o que não se verifica exatamente no diurno, não tanto em relação às médias (embora ligeiramente menores) quanto às modas em que apenas a assiduidade e o domínio das matérias por parte dos docentes atingem o 5.

No que respeita às unidades curriculares, altera-se o padrão de semelhança, pois enquanto o diurno apresenta pontuações e perfis de médias e das modas próximas das do conjunto da UAL, apenas com uma menor valorização modal para o cumprimento do programa – 5 é a moda global da UAL e 4 neste caso - o que impõe algum cuidado nesta matéria, pois a moda no caso do pós-laboral é claramente superior ao conjunto da UAL, já que 5 é a moda de todos os itens, o que, conjugado com o facto de o perfil das médias ser muito semelhante ao conjunto da UAL, indicia uma assimetria de valorização entre unidades curriculares que deve ser devidamente acompanhada.

Aliás, estas diferenças entre os dois turnos também podem justificar a busca de uma explicação adequada.

Quando se passa ao 2º semestre, o turno diurno apresenta valores e perfis das médias e das modas muito semelhantes aos do conjunto da UAL, em contraste com o 1º semestre, o mesmo acontecendo ao pós-laboral, não havendo, neste caso, as diferenças observadas no 1º semestre no que diz respeito aos docentes, notando-se, contudo, alguma diferença nas modas no pós-laboral (todas 4), mas sem grande desvio do perfil das médias (sempre 4 ou muito próximas de 4), o que pode indiciar uma menor assimetria de avaliação das unidades curriculares neste caso, chamando, então e de novo, a atenção para a moda do cumprimento do programa.

A indiciação de heterogeneidade entre docentes e unidades curriculares (sem esquecer que, em geral, não deixa de haver uma significativa correlação entre as avaliações das unidades curriculares e dos docentes que as lecionam) é confirmada pela moda algo diferenciada de outros departamentos. É que essa heterogeneidade não é tão grande quanto os indicadores parecem indicar e a razão fundamental é que, quer nas unidades curriculares quer, sobretudo, nos docentes, há muitas pontuações de 3 (e mesmo modas), o que faz com que grande parte dos docentes se apresente com médias entre 3 e 4 e muito mais modas de 4 que de 5, o que revela a existência de um grupo razoavelmente homogéneo, com uma avaliação de satisfatório a bom, mas sem “exuberância” na classificação. Este facto torna mais evidentes os casos de Muito Bom (que os há e que merecem todo o apoio para continuar e melhorar), mas também e preocupantemente, os poucos com avaliações negativas ou francamente negativas nalguns itens (pontuação de 1) que, sendo poucos, não podem deixar de ser devidamente tidos em atenção.

Neste ponto, o 1º semestre apresenta casos mais preocupantes que o 2º semestre, mas aqui com a agravante de más avaliações no 1º semestre serem confirmadas, para alguns (poucos, note-se) docentes também na lecionação no 2º semestre.

E quando se tem em atenção essas avaliações com modas 2, e mesmo 1, na avaliação final do docente e, até na unidade curricular, há que indagar as razões para que tal suceda.

O interessante é que raras vezes o ponto mais fraco é o domínio das matérias que leciona mas antes a disponibilidade, a bibliografia, a forma de comunicar e o regime de avaliação utilizado. Quer isto dizer que, salvo raras exceções, estão em causa o comportamento do docente, as suas capacidades pessoais de comunicação e o esforço para ajustar, em permanência, os conteúdos.

Isto mostra que é possível um esforço de melhoria pedagógica que ultrapasse essas situações, embora haja casos que, pela sua repetição ao longo dos anos, merecem reservas especiais.

Um dado interessante, embora não muito frequente, é a pontuação elevadíssima atribuída a um docente numa dada unidade curricular que não se repete noutra unidade curricular diferente, o que pode ser sinal de má afetação do docente às unidades curriculares, muitas vezes, há que reconhecer, por conjunturalmente ser “um mal menor”.

Mas não deixa de ser algo a ter em atenção, como não devem ser as diferenças às vezes verificadas entre os turnos diurno e pós-laboral, a que não devem ser alheias as condições diferenciadas à partida dos estudantes que, porventura, exigirão abordagens pedagógicas adequadas e não padronizadas.

Uma palavra final para as muitas vezes repetidas baixas notas na adequação da bibliografia que há que ultrapassar, porque não parecem admissíveis.

Quanto aos outros cursos do departamento há que salientar que em Administração de Unidades de Saúde, no 1º semestre nos dois turnos, os itens das unidades curriculares têm quase generalizadamente por moda [5], acima do que se passa no conjunto da UAL, mas média algo abaixo de 4 no turno diurno, mas não no turno pós-laboral, no 1º semestre.

Mais preocupante e mais afastado do conjunto da UAL é o perfil das médias de avaliação dos docentes quer no turno diurno quer no turno pós-laboral, embora na maioria dos itens a moda continue a ser 5, o que suscita a hipótese, uma vez mais, de uma assimetria relevante entre docentes e também unidades curriculares,

designadamente no pós-laboral, com perfil de médias bem abaixo de (4), exceto no item do cumprimentos do programa.

Mas o mais grave é, por certo, e confirmando, de algum modo, esta assimetria, que a apreciação global dos docentes tenha por moda 1 (pontuação repartida com a avaliação da adequação do regime de avaliação) no turno pós-laboral, quando no diurno ela é 5!!! Algo se passa aqui que, a não ser por erro estatístico, tem de ser prontamente avaliado, tanto mais que em ambos os casos as avaliações foram mais de duas dezenas.

No 2º semestre as modas das unidades curriculares caem para 4 na generalidade, portanto, em linha com o global da UAL, e as médias, embora ligeiramente mais baixas, não se afastam da avaliação global, quer no 1º quer no 2º semestre, embora neste último a diferença das médias se agrave um pouco, tudo isto no turno diurno, já que no pós-laboral as modas têm uma distribuição uniforme de 5 (acima de 4 para o conjunto da UAL) embora o perfil das médias não se afaste do conjunto, o que, de novo, indica uma não irrelevante assimetria de pontuação das diversas unidades curriculares.

Já no que toca aos docentes, no turno diurno, a avaliação é algo inferior quer ao 1º semestre, sobretudo na moda, em que o valor modal de 4 substitui vários 5 do 1º semestre, tal como o é em relação ao global da UAL, não só, e claramente, nas modas mas também nas médias que, em geral, caem bem abaixo de 4.

Curiosamente (e há que ir além da mera curiosidade) no turno pós-laboral, tudo é diferente com as modas assumindo, uniformemente, quer nos itens das unidades curriculares, quer de avaliação dos docentes, o valor 5, o que puxa as médias um pouco acima do global da UAL (sobretudo no pós-laboral), o que, designadamente nas unidades curriculares, não afasta a hipótese de algumas diferenças sensíveis.

As hipóteses de assimetria, quer nas unidades curriculares quer entre os docentes, são amplamente confirmadas quando se vê o conjunto das avaliações, onde a par de boas ou muito boas avaliações se encontram modas raramente vistas na UAL. Não são muitos os casos, mas não podem deixar de ser considerados. A quantidade

impressionantes de 1 (como moda) concentrados no mesmo docente ou na mesma unidade curricular (e há vezes em que o docente está ligado à unidade curricular) bem como de 2 (como moda) obrigam a uma séria reflexão sobre a razão desta ocorrência e urgentes remédios para a sua superação.

As situações mais claras e mais graves são aquelas, e são algumas, em que essas baixas pontuações dos docentes confirmam outras já obtidas noutros cursos. Aqui estão em causa claramente os docentes e as suas “performances” no contexto da UAL.

Outras situações, de natureza diferente, são aquelas em que, aqui, surgem docentes com más classificações, mas que noutros cursos não têm, o que faz admitir uma desadequação ao curso ou, pelo menos, aos conhecimentos e capacidades dos estudantes desse curso ou dessa área de estudo. Há mesmo situações-limite em que o docente tem uma moda de 4 na avaliação global mas apresenta muitas modas de 1, quer na unidade curricular que leciona (que tem avaliação global de 2), quer nos itens relativos à sua avaliação como docente.

Estes resultados parecem suscitar uma cautelosa e urgente avaliação às condições de funcionamento e afetação de docentes a este curso.

Passando, agora, ao curso de Gestão do Desporto, há que ter em atenção o funcionamento do curso unicamente no turno diurno.

Os dados de avaliação para o 1º semestre evidenciam alguns afastamentos face ao global da UAL, com avaliações mais “saltitantes” entre os vários itens no que toca às modas, mas conduzindo a médias um pouco inferiores ao global da universidade, designadamente no que respeita ao ritmo das sessões de contacto (e aqui com forte assimetria entre unidades curriculares) e a metodologia dessas sessões, no caso das unidades curriculares e, no caso dos docentes, na sua disponibilidade fora das horas de contacto.

Já quanto ao 2º semestre, há uma clara queda na pontuação das unidades curriculares com maioria das modas de 3 (sendo uma delas a de apreciação global da unidade curricular), com médias sustentadamente inferiores ao global da unidade curricular e

não tanto às do 1º semestre e evidência clara de fortes assimetrias de avaliação nalguns itens.

Nos docentes, pelo contrário, há uma semelhança face ao 1º semestre, aproximando-se mais do global da UAL nas modas (embora o único item que não tem moda de 5 seja a avaliação global do docente (4)), mas com médias, em geral, mais baixas.

A avaliação da assimetria entre docentes e entre unidades curriculares, neste caso, sem embargo de, com preocupação, reiterar a insuficiente ou mesmo má pontuação de docentes que lecionam também noutros cursos, levanta o novo problema de docentes com boas pontuações “falharem” neste e, muitas vezes, como é reconhecido pelas pontuações, não por falta de reconhecimento dos seus conhecimentos, mas talvez, e tal como no curso de Administração de Unidades de Saúde, por uma má adaptação dos docentes e, porventura, também dos estudantes, em termos de uma legítima exigência de ensino universitário, que tem de ser encarada de frente.

Acontece mesmo que um docente associado a uma unidade curricular com insuficiente ou má classificação obtenha uma moda não global de 4 (embora com itens bem abaixo de 4, incluindo o 1) e noutras também por ele lecionadas ter a moda global de 1 (embora um 5 em conhecimentos) com a unidade curricular a receber uma avaliação global com moda de 4.

É evidente que tudo isto apresenta uma potencial inconsistência que só uma cuidadosa análise item a item, bem como a correlação entre as pontuações, permitirá eventualmente desconstruir.

Mas não há dúvida que nestes cursos mais novos, de maior especialidade, há que repensar bem a afetação de docentes. Há um ponto, contudo, em que tem de haver absoluta intransigência: Assiduidade e Pontualidade.

Finalmente, ainda dentro do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, o curso de Economia que, como já foi referido, será abordado apenas para o turno diurno já que as avaliações para o pós-laboral não têm qualquer significado estatístico.

Relativamente ao 1º semestre a avaliação dos docentes segue, de muito perto, quer nas modas, quer nas médias, as avaliações para o conjunto da UAL, tal como, aliás, n 2º semestre.

Já quanto às avaliações das unidades curriculares, o 2º semestre é muito semelhante ao conjunto da UAL, com a particularidade de a moda da avaliação global da unidade curricular, que era de 4, passar a 5, Esta pontuação é, aliás, também a verificada no 1º semestre, com a particularidade da uniformidade da moda de 5, ao contrário do 1º semestre e do conjunto da UAL, onde prevalece com grande generalidade o 4.

Neste curso, os resultados têm de ser lidos ainda com mais cautela dado o reduzido número de avaliações em que, conseqüentemente, cada uma das avaliações pesa muito no conjunto, diluindo-se a lógica da “lei dos grandes números”. Será, por isso, que ocorrem situações singulares que, no entanto, não deixam de fazer pensar. Docentes que têm elevadas pontuações numa unidade curricular e baixas noutras, a que se associa frequentemente idêntica variação de pontuação nas unidades curriculares lecionadas, o que, uma vez mais confirma a natural tendência para, muitas vezes, unidades curriculares e docentes não serem dissociáveis na avaliação.

Também se notam “saltos” e variações sensíveis de pontuação entre os vários itens quer nas unidades curriculares quer nos docentes, embora, em rigor, apenas se possa e deva considerar, entre os docentes, uma posição muito pouco sustentável em que o 1, como moda, preenche quase todo o mapa de itens de avaliação, quer do docente, quer da unidade curricular.

Em resumo, é evidente que os cursos do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais apresentam uma grande variedade de situações, quer pela especialização dos cursos, quer pelo número de estudantes, que é um verdadeiro “cadinho” de experiências, uma situação singular na UAL, com desafios difíceis de identificar e, ainda mais, ultrapassar, se a isso acrescentarmos também as trocas de docência com outros departamentos em áreas em que a interdisciplinaridade se impõe, obviamente, com desafio acrescido.

O curso de Direito tem uma taxa de respostas relativamente baixa, sobretudo no 2º semestre (15,5%), com o 1º semestre a ter uma taxa um pouco maior (18,1%).

Em ambos os semestres há uma diferença significativa entre as taxas obtidas nos turnos diurno e pós-laboral, com o pós-laboral a ter taxas muito superiores ao diurno (24,2% contra 14,7% no 1º semestre e 20,7% contra 12,7% no 2º semestre).

É de assinalar com preocupação as baixas taxas de respostas no turno diurno, para as quais há que encontrar explicações, de modo a melhorar a participação indispensável dos estudantes. Em particular, como nota evidente, basta ver que o número de respostas no 1º semestre foi praticamente igual nos dois turnos, quando o número de resposta potencial é 68,5% maior no turno diurno.

No que toca às avaliações das unidades curriculares há uma clara diferença entre os turnos diurnos dos dois semestres. Enquanto o 1º semestre está mais próximo do conjunto da UAL, embora com diferenças que devem ser registadas, pois há um maior número de modas de 5 (3 itens), embora a avaliação global da unidade curricular não leve a uma moda diferente (4), no 2º semestre há um perfil modal homogéneo mais elevado (5), incluindo na avaliação geral da unidade curricular.

Só que a diferença entre os perfis das médias é pequena quando se compara dois a dois o perfil global a UAL, do 1º e do 2º semestre, o que é sinal de possível maior assimetria de avaliação no 2º semestre.

Já no que toca ao pós-laboral aumenta a proximidade do perfil modal e também do das médias ao global da UAL, enquanto o do 2º semestre mantém o perfil de maior valorização modal, mas não das médias, o que não altera as sugestões de existência de maior assimetria de avaliações no 2º semestre.

Quanto à avaliação dos docentes, verifica-se, em todos os turnos de ambos os semestres um perfil modal e também de distribuição de médias muito próximas do conjunto da UAL.

Entre semestres, no entanto, há alguma diferença no valor das médias entre o 2º e o 1º semestre, com este com valores algo menores e mais próximos do global da UAL, enquanto os dos diversos itens dos 2 turnos do 2º semestre nunca evidenciam

nenhuma média inferior, o que sugere uma relativamente menor assimetria de avaliações entre docentes.

Nestes casos é mais visível uma tendência geral do conjunto da UAL, que é haver uma diferença quase sistemática entre as médias de avaliação dos 3 primeiros itens e dos 3 últimos com o 4º a servir de charneira, sendo que a média do item “avaliação global do docente” parece ser mais influenciada, em geral, por estes 3 últimos que pelos 3 primeiros.

É interessante lembrar esses 3 primeiros itens (assiduidade e pontualidade do docente, cuidado na preparação das sessões de contacto e domínio das matérias lecionadas), com o 4º de charneira (o docente comunica de forma eficaz), por vezes já incluído no segundo grupo, bem mais que no primeiro, sendo o segundo grupo constituído pelos itens “disponibilidade do docente para apoio fora das aulas de contacto, o regime de avaliação é adequado e apreciação global do docente”.

Este resultado parece significar que, implicitamente, se dá maior peso na avaliação à disponibilidade dos docentes e, também e muito, o que se compreende, ao regime de avaliação do que aos conhecimentos do docente e, ao nível global, há uma diferença de médias que sustenta estas hipóteses.

Repete-se que isto não é uma situação só de Direito, pois está implícito, mas com menor visibilidade, na avaliação global da UAL e, por isso, pode merecer um estudo específico das motivações dos estudantes e a sua influência sobre eventual correção das abordagens pedagógicas, sem deixar de se admitir, em alternativa ou, mais provavelmente, em conjunção com uma alteração das motivações dos estudantes.

Estas observações em nada são afetadas pelas observações do pós-laboral de Direito, que mesmo que mais próximo do conjunto da UAL, nunca tem as suas médias abaixo das médias globais.

Quando se passa a uma avaliação global das potenciais assimetrias de avaliação quer das unidades curriculares, quer dos docentes, colhe-se uma ideia completamente diferente dos outros departamentos, não só porque há só um curso de licenciatura, o que, por exemplo, face ao Departamento de Ciências Económicas e Empresariais

perspetiva, à partida, maior homogeneidade, designadamente no que diz respeito às unidades curriculares, mas também pelo número de docentes relativamente grande e também pela respostas que, sendo em termos de taxa reduzido, tem uma expressão numérica significativa. Só que essa expressão numérica é que apresenta uma enorme dispersão entre as diversas unidades curriculares e, conseqüentemente, entre os diversos docentes, o que cria mesmo situações que parecem paradoxais, com uma eventual superação de paradoxo pela análise do número de respostas envolvidas.

Importa desde logo salientar como ideia geral que há, entre os docentes, tal como entre as unidades curriculares, heterogeneidade de classificação. Só que para a generalidade dos itens e para as avaliações globais essa variação anda, com enorme generalidade, entre o 3 e o 5.

Isto quer dizer que, ao contrário do que acontece em alguns dos outros departamentos, a assimetria não é provocada pela existência de valores extremos, designadamente os negativos, sobretudo nos valores modais, que são, de facto, muito poucos e vários deles sem significado estatístico pois resultam de respostas quase avulsas de 1, 2 ou no máximo 3 avaliações.

Dada esta verificação, convém chamar a atenção para que as avaliações negativas (e conseqüente assimetria) se verificam mais ao nível de cada item do que de uma avaliação global de vários itens, do docente ou da unidade curricular, o que não deixa de ser interessante em termos de busca de melhoria pedagógica, sobretudo quando os valores negativos de alguns itens se repetem.

Neste particular vale a pena salientar, do lado das unidades curriculares, o conteúdo das sessões de contacto, a adequação do número de horas de contacto e as metodologias da sessão de contacto, enquanto do lado dos docentes, aparecem, com frequência não desprezável, a disponibilidade do docente para o apoio fora das horas e o regime de avaliação de conhecimentos, o que vem dar maior consistência à explicação do peso destes indicadores na evolução geral das avaliações.

Também a forma de comunicar do docente tem uma expressão não despidianda, parecendo estar muito ligada às observações feitas a propósito das unidades curriculares e à expressão verbal dos docentes.

No entanto, e porque no conjunto a situação não é, em termos de avaliações globais, negativa, não pode deixar de se assinalar a existência nos dois semestres de algumas avaliações globais negativas de docentes (num dos casos com 1), bem como diferenças muito acentuadas, desde o valor máximo até ao mínimo, entre docentes na mesma disciplina nos dois turnos. Se nalguns casos, o número de avaliações pode justificar a diferença, noutros este número não pode servir de explicação, havendo necessidade pedagógica de saber o que se passa e porquê.

Como nota final releve-se o baixíssimo número de avaliações negativas das unidades curriculares, mas tenha-se em atenção que há uma correlação significativa com as classificações obtidas com as dos docentes que as lecionam.

No entanto, quer nas unidades curriculares quer, sobretudo, na avaliação dos docentes, há resultados incompreensíveis e inconsistentes, como classificações globais dos docentes ou das unidades curriculares com um valor claramente positivo com diversos itens com valoração negativa, até mesmo mínima, tal como acontece o contrário. São poucas as situações mas podem ser sinal de que algo se passa com essas avaliações.

Passando agora ao Departamento de História, Artes e Humanidades, com uma só licenciatura, há que assinalar uma resposta aos inquéritos que, sem ser muito boa, é superior à média, sendo de salientar, como vai sendo normal, que a taxa de respostas no turno pós-laboral é claramente superior à do diurno, atingindo mesmo, no 1º semestre, o valor notável de 46%, embora tenha caído claramente no 2º semestre (32,8%). Em contrapartida, essas taxa no 1º semestre, embora baixas (17,4 e 18,3%) não apresentaram essa queda.

No que toca à avaliação das unidades curriculares é evidente, no 2º semestre e nos dois turnos, a quase permanente melhor avaliação relativamente ao global da UAL. Assim, em todos os semestres e turnos a moda de 5 prevaleceu, apenas não sendo

obtida no 1º semestre do pós-laboral no item “adequação do número de horas de contacto” ao nível da exigência da unidade curricular e, principalmente, no pós-laboral do 2º semestre, em que além deste item também o dos conhecimentos previamente adquiridos serem compatíveis com os exigidos pela unidade curricular caíram para 4, provocando uma moda de avaliação global das unidades curriculares de 4, apesar de todos os outros itens terem uma moda de 5, mas, também na generalidade, médias mais próximas de 4 que de 5.

Dada a relativa proximidade entre as unidades e as modas não é de prever grande assimetria na avaliação. Ainda assim, e explorando as maiores diferenças entre esses dois indicadores estatísticos, há que apontar, para além dos itens já referidos, o da adequação dos conteúdos das sessões de contacto e, no caso do turno diurno do 2º semestre, também o cumprimento do programa.

Passando agora à avaliação dos docentes, aí a diferença em termos de modas para o global da UAL é total, pois sem qualquer exceção nos itens dos dois semestres e dos dois turnos, a moda é 5, com médias também bem acima das verificadas para o conjunto da UAL.

Mas é curioso verificar que, claramente, em duas das avaliações, ambas no pós-laboral, se verificou nitidamente a tal descida relativa das médias do referido grupo de itens que comportam as disponibilidades dos docentes e o regime de avaliações.

No caso do diurno, ao contrário, há uma alteração do perfil das médias que têm um ponto mínimo (embora elevado) na rubrica ligada à eficácia da comunicação do docente.

É, então, de esperar, dadas as proximidades das médias e das modas, que não haja grandes discrepâncias na avaliação dos docentes e das unidades curriculares.

Esta homogeneidade é plenamente confirmada pela avaliação global das respostas, já que apenas um docente apresenta classificação global com moda abaixo de 3 nalgumas das unidades curriculares que leciona, não havendo qualquer unidade curricular com classificação modal inferior a 3. Aliás, a moda 3 é relativamente pouco

frequente face aos 4 e 5 que prevalecem claramente em todos os itens, de ambos os semestres e ambos os turnos em avaliação.

Mesmo ao nível de todos os itens, muito raros são os que têm moda inferior a 3, não atingindo a dezena no total, assinalando-se mesmo que nas unidades curriculares são situações absolutamente singulares.

O número de estudantes, a experiência dos docentes e a proximidade entre ambos pode, em parte, explicar estes resultados que se afastam significativamente da média da UAL.

No Departamento de Psicologia também só com um curso de licenciatura, há que salientar um nível de taxas de respostas superior à média, sobretudo no 1º semestre (31,1%), embora tenha caído para 25,9% no 2º semestre.

Este resultado deve-se à surpreendente queda no pós-laboral, de 34,3% no 1º semestre para 20,4%, valor este que é o mais baixo dos 4 (2 de semestre e 2 de turnos), em claro contraste com o que, geralmente, se passa com a relação entre as taxas de resposta dos turnos diurno e pós-laboral.

Como é normal, também no 1º semestre se verificou essa tendência global, apesar da taxa de resposta do diurno ser de apreciar no 1º semestre (29,2%), mantendo-se ao mesmo nível no 2º semestre (29,1%), evitando assim maior queda global.

No que toca às unidades curriculares, há uma proximidade, embora diferenciada, dos perfis das médias globais da UAL, bem como das modas, com exceção do pós-laboral do 2º semestre, no item em que se avalia se os conhecimentos adquiridos previamente são compatíveis com os exigidos pela unidade curricular, levando a uma moda de 5 na classificação global das unidades curriculares. Contudo, a média, embora ligeiramente superior à da UAL, faz admitir a existência de alguma heterogeneidade entre as avaliações.

Nos outros casos há a assinalar a presença de 4 modas de 5 (no 1º semestre do turno diurno), mas que não evitaram uma classificação global das unidades curriculares de 4, enquanto que no pós-laboral do 1º semestre, não havendo, ao nível modal diferença significativa face ao global da UAL, e não sendo as médias mais altas, aparece uma

moda de 5 para a avaliação global das unidades curriculares, o que levanta, de novo, o problema das ponderações implícitas, já que as médias dificilmente serão consistentes com a moda e 5.

No que respeita à avaliação dos docentes há, no que toca às modas, grande semelhança com o conjunto da UAL, com exceção do turno diurno do 2º semestre em que o número de moda 5 é inferior à de 4, nesta estando incluída a avaliação global do docente que, no conjunto da UAL é sistematicamente 5. Também esta diferença assenta muito mais no comportamento dos docentes que na sua competência e no mérito dos tempos de contacto, pois a penalização relativa (4 face a 5) está ligada à assiduidade e pontualidade, à disponibilidade e ao regime de avaliação que justificam o já assinalado perfil das médias que, aliás, neste caso não é bem visível porque o peso da assiduidade altera esse perfil “normal”.

Quanto às médias, seguindo embora o perfil “normal” nos outros casos, têm valores algo acima do global da unidade curricular, com óbvia exceção da avaliação do pós-laboral do 2º semestre já atrás assinalada.

Esta diferença pode indicar uma menor heterogeneidade relativa das avaliações neste departamento.

E isso é muito evidente no 2º semestre em que, havendo vários itens classificados com 3, não há nenhum, nem na avaliação das unidades curriculares, nem dos docentes, que caia abaixo dessa pontuação.

Há, no entanto, algum contraste entre o 1. Semestre e o 2º semestre, em particular nas avaliações das unidades curriculares.

Assim, enquanto nenhum docente tem avaliação global inferior a 3 aparecem dois docentes com alguns itens com moda inferior a 2, designadamente no item relativo ao regime de avaliação.

Ao contrário, na avaliação das unidades curriculares o número de itens com moda inferior a 3 aumenta claramente (embora continue baixo), surgindo mesmo duas modas de 1. Menos positivo é ainda o facto de mais de metade dessas pontuações terem sido atribuídas na avaliação de duas disciplinas do mesmo docente, levando à

situação singular neste departamento, dessas duas unidades curriculares terem uma avaliação global com uma moda de 2.

Por último, no Departamento de Relações Internacionais também com uma só licenciatura, a taxa de respostas também não foi elevada, designadamente no 1º semestre (18%), caindo sensivelmente face à taxa do 2º semestre (22,1%). Essa queda é determinada pela fraca taxa de respostas do turno diurno (13,6% em claro contraste com o pós-laboral, 23,6%) e, em particular, com a taxa do mesmo turno no 2º semestre (21,1%, quase ao mesmo nível do pós-laboral, 23,4%).

As unidades curriculares têm, em ambos os semestres e em ambos os turnos, bem mais pontuações de 5 do que o conjunto da UAL, sem que tal conduza a modas de avaliação das unidades curriculares superiores a 4, com exceção do pós-laboral do 1º semestre em que essa moda é 5.

O surpreendente nessa moda, e que coloca novamente o problema das ponderações subjetivas dos vários itens por parte dos avaliadores, é que esse não é o caso em que existem mais itens com moda de 5, nem a média se afasta muito sensivelmente do conjunto da UAL, embora seja um pouco mais elevada nalguns itens, mas, por exemplo, não superiores às do turno diurno do 1º semestre. No caso do perfil das médias deste caso, emerge com grande visibilidade o pico das médias do item do cumprimento do programa (em que a média quase acompanha a moda de 5) item que é sistematicamente o de maior pontuação em toda a avaliação. É um bom sinal no contexto da UAL, mas aí se verifica um maior afastamento, já que a média está bem mais próxima de 4 que de 5, o que evidencia que a maioria dos docentes cumpre integralmente os programas, mas casos há em que tal se não verifica, o que, como algumas observações sugerem, se deve ou à assiduidade ou aquilo que os avaliadores consideram como o número de horas de contacto não ser adequado ao nível da exigência da unidade curricular.

O “saltitar” das modas dos diversos itens entre 4 e 5 leva a perfis das médias que, não se afastando muito do conjunto da UAL, tem algumas pequenas diferenças nalguns itens, designadamente no relativo ao conteúdo das sessões de contacto que nos turnos

diurno e pós-laboral do 1º semestre se afastam em sentido positivo um pouco da média global da UAL.

No que respeita à avaliação dos docentes, também neste departamento não há qualquer diferença, nos dois turnos dos dois semestres, das modas em relação ao global da UAL (moda de 5).

Também no que respeita às médias o perfil é muito próximo do conjunto da UAL nos dois turnos dos dois semestres, manifestando-se também aí, com clareza, a influência dos fatores ligados ao comportamento dos docentes, embora com médias ligeiramente superiores ao conjunto da UAL.

Isso não se traduz, contudo, numa ausência de grande heterogeneidade entre as avaliações dos docentes, apenas, é certo, no que toca a situações limite de modas negativas.

Estas situações estão mais presentes no 1º semestre mas concentrando-se apenas em dois docentes, um dos quais também está presente no 2º semestre, nesse caso com uma moda de 1 (!), o que não acontece no 1º semestre (moda 4), sendo as causas de avaliação baixa muito idênticas nos 2 casos e repetidamente ligadas à disponibilidade do docente, ao regime de avaliação e, ainda, à eficácia da sua comunicação.

No 1º semestre há o caso singular de um docente que tem modas completamente diferentes no diurno (4) e no pós-laboral (1), mas com a situação singular de ter uma muito má avaliação (moda 1) na evidência de preparação das sessões de contacto e no domínio da matéria dada (ambos no pós-laboral), mas também na assiduidade, esta presente também na avaliação do turno diurno.

Todas estas observações devem ser temperadas pelo pequeno número de avaliações nalgumas unidades curriculares e de docentes, nomeadamente no turno diurno do 1º semestre. Aliás, há nesse semestre mais um docente avaliado com uma moda de 2, em resultado da avaliação de moda 1, nos critério já referidos da disponibilidade, da comunicação nas aulas e do regime de avaliação, mas apenas com uma resposta, o que, obviamente, nada permite concluir com segurança sobre esta avaliação.

Isto é mais uma evidência para chamar a atenção da necessidade de aumentar significativamente a taxa de respostas, para que, em princípio, se possam tirar conclusões com algum significado do ponto de vista pedagógico.

Já no 2º semestre, aparte a situação atrás referida, há alguns itens com modas de 2 mas sem que as modas de classificação global dos docentes caiam abaixo de 3. De notar, contudo, que contrariamente à tendência geral, e excetuado o caso singular já atrás apresentado, essas modas repartem-se por mais docentes, embora ainda em pequeno número, dizendo respeito à assiduidade, ausência de cuidado na preparação dos tempos de contacto, domínio das matérias lecionadas e comunicação deficiente do docente nos tempos de contacto.

No que toca às unidades curriculares, para além da referência já feita em ligação com um docente, apenas há, no 1º semestre, 4 modas abaixo de 3 (2), distribuídas por 3 docentes, mas sem que tal obste a uma moda de 4 na avaliação global das unidades curriculares a que essas pontuações negativas dizem respeito.

No entanto, as modas observadas no 2º semestre dão uma imagem menos risonha, designadamente quanto ao item da adequação metodológica, que tem como consequência um número não despidendo de modas de 3 na avaliação global das unidades curriculares. Acresce que o número de unidades curriculares com médias inferiores a 3 se repartiu por 7 docentes, sendo que um deles, já referido anteriormente, apesar de ver a unidade curricular avaliada globalmente com uma moda de 4, tem, de novo, os itens relativos a disponibilidade, comunicação nas aulas e regime de avaliação com modas na avaliação muito baixas.

Estes resultados parecem indicar que deve haver alguma atenção às metodologias usadas na leção das unidades curriculares.

Apesar de as taxas de participação e as avaliações globais dos departamentos da UAL dizerem respeito a todos os cursos, as observações mais específicas que foram feitas de seguida dizem respeito apenas aos cursos do 1º ciclo. Isso resulta de se ter optado por fazer separadamente uma leitura dos segundos ciclos.

Esta opção centra-se no objetivo de identificar se para os mestrados (não incluindo aqui o Mestrado Integrado de Arquitetura cujas observações já foram feitas anteriormente) existe a preocupação de saber se há avaliações claramente diferentes das relativas aos 1º ciclos, até porque, não esquecendo que as unidades curriculares continuam a representar mais de 50% dos créditos do conjunto do ciclo, a estrutura, o conteúdo e as relações docente/estudante neste ciclo devem ter, necessariamente, especificidades não contempladas nos primeiros ciclos.

A primeira nota a referir é a de que não foram fornecidos resultados sobre inquéritos, que não terão sido realizados, nalguns dos mestrados a UAL, ou, noutros casos, num dos semestres.

Daí que os comentários sobre os docentes e as unidades curriculares nos mestrados se restrinjam ao Mestrado de Psicologia Clínica e de Aconselhamento (2 semestres e dois turnos), Direito (dois semestres), Engenharia Informática e de Telecomunicações (2 semestres), Gestão (1 semestre) e Estudos da Paz e da Guerra (1 semestre), todos estes apenas com o turno pós-laboral.

No que respeita à taxa de respostas não é considerada a resposta do pós-laboral do 2º semestre de Psicologia Clínica e de Aconselhamento por só haver uma resposta em 60 potenciais, o que não tem qualquer significado.

Assim, no conjunto dos 2 semestres a taxa global do conjunto em estudo foi de 25,7%, algo acima do verificado para todo o conjunto da UAL, embora esta taxa tenha grandes assimetrias que não podem deixar de ser assinaladas quando, como é o caso, se pretende criar condições e estimular e aumentar o número e a qualidade de respostas a estes inquéritos.

Desde logo a assimetria menos aceitável entre inquéritos realizados e não realizados, situação que, obviamente, não deve repetir-se, havendo, para isso, que verificar as causas das ausências de respostas.

Por outro lado, a taxa atrás indicada esconde grandes assimetrias, também indesejáveis do ponto de vista de uma avaliação transversalmente homogénea, pois as taxas de resposta, já para não contar com a inicialmente referida e não considerada

no cálculo desta taxa, vai de 8,9% no 1º semestre de Direito até 41,3% no Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra, embora esta obtida com um pequeno número de respostas, já que o número de respostas potencial também era pequeno.

Daqui resulta que o valor da taxa global assenta muito nas taxas obtidas em Psicologia Clínica e de Aconselhamento (35,4%) no turno diurno e 28% no pós-laboral no 1º semestre e 30,1% no diurno do 2º semestre. São exatamente estas taxas que tornam surpreendente que haja uma única resposta no pós-laboral do 2º semestre, ao mesmo tempo que o número potencial de respostas cai para mais de metade.

Em contraste, é certamente motivo de preocupação a baixa taxa de respostas no Mestrado de Direito, pois embora essa taxa tenha subido no 2º semestre, ela ficou-se por uns “magros” 13,1%.

Os outros dois mestrados, Engenharia Informática e de Telecomunicações (20,8% no 1º semestre, subindo para 28,8% no 2º) e Gestão de Empresas (22,6%) situaram-se um pouco abaixo da média, com a agravante, já referida, de o 2º semestre destes cursos não ter tido avaliação.

De todas estas indicações resulta que um dos objetivos de verificar se há diferenças nas avaliações entre o conjunto da UAL (fundamentalmente determinado pelas licenciaturas) e os segundos ciclos fica, desde logo, posto em causa, perante esta caracterização das respostas.

Apesar disso, e com cuidados de interpretação redobrados em relação aos já referidos para o conjunto da UAL, é possível extrair algumas indicações (que não podem ser conclusões) das respostas obtidas.

Assim, no que toca a Psicologia Clínica e de Aconselhamento e no que respeita às unidades curriculares há, no 1º semestre, uma clara diferença não só entre os turnos, mas também em relação ao conjunto da UAL, neste último caso fundamentalmente no turno diurno.

Já no pós-laboral, com uma só diferença nas modas, tem também médias um pouco acima das do conjunto da UAL, o que parece indicar uma baixa assimetria de respostas

e de sentido contrário ao habitual nos 1^{os} ciclos, em que, na maioria dos casos, as modas são superiores às médias.

Mas no único caso em que a moda na UAL não é 4 (é 5), neste turno ela é 4, o que, ao contrário do primeiro ciclo, evidencia algumas lacunas no cumprimento dos programas. Essa potencial lacuna ainda é mais clara no turno diurno, em que, ao contrário do conjunto da UAL, todas as modas são 5, a média relativa ao cumprimento do programa é a mais baixa de todas (muito próxima de 4), invertendo o pico de perfis de médias no conjunto da UAL e de quase todos os cursos avaliados.

Para além disso, como será de prever, as médias nesse turno são superiores às do conjunto da UAL, antecipando uma potencial heterogeneidade de pontuações, tal como acontece na generalidade das situações avaliadas.

Já no que toca ao 2^o semestre e só para o turno diurno, por razões já explicitadas anteriormente, o perfil de modas é bastante diferente do conjunto da UAL, embora a avaliação global das unidades curriculares seja idêntica (4), pois todos os itens têm uma moda de 4, o que leva a médias mais baixas, com saliência para o cumprimento do programa, confirmando assim as observações já feitas no caso do 1^o semestre.

Passando à avaliação dos docentes, o perfil de modas não se altera no 1^o semestre, pois, tal como para o conjunto da UAL, todos os itens têm moda 5. Já no 2^o semestre (turno diurno apenas) há um conjunto de itens, ligados à disponibilidade, à assiduidade e ao regime de avaliação que têm modas de 4, levando a uma moda na avaliação dos docentes de 4, em vez de 5 do conjunto da UAL.

E, contudo, nesse semestre, tirando o caso do turno diurno do 1^o semestre, em que as médias são as mais elevadas, as médias (com exceção das ligadas aos itens já referidos) são mais elevadas, sugerindo uma baixa assimetria de avaliações claramente positivas, designadamente no que diz respeito ao domínio das matérias lecionadas.

A pontuação sistematicamente mais baixa, em todas as avaliações, é para a adequação do regime de avaliação.

Quanto ao Mestrado de Direito, as observações estão altamente influenciadas pela baixa taxa de respostas, pelo que a sua comparação com o global da UAL faz pouco sentido. Opta-se, por isso, por chamar a atenção de algumas situações mais diferenciadas, designadamente a diferença entre o 1º e o 2º semestres nas modas relativas às unidades curriculares, em que a moda de avaliação global é de 5 no 1º semestre, passando a 4 no 2º semestre, mas médias bem mais baixas, pouco acima de 3,5. Ainda aqui há uma exceção pela negativa que é uma moda (e uma média) para a adequação da bibliografia que é apenas de 3, pouco aceitável num mestrado.

Já quanto à avaliação dos docentes a moda é sempre de 5 em todos os itens, mas com médias que, à semelhança dos primeiros ciclos, caem para muito próximo de 4 nos itens relativos à disponibilidade e à adequação do regime de avaliação.

O Mestrado em Engenharia Eletrónica e de Comunicações, no caso das unidades curriculares, apresenta diferenças acentuadas entre os dois semestres, mas curiosamente com modas iguais (4) na avaliação global das unidades curriculares, igual também à do 1º semestre do conjunto da UAL (mas diferente da do 2º semestre), com a particularidade de esta moda, no 2º semestre ser obtida com modas de 5 em todos os itens. Isto é resultado de médias francamente abaixo das do conjunto da UAL, e algo abaixo das do 1º semestre, que parece indicar uma forte assimetria de pontuação entre as diversas unidades curriculares.

Ainda há que salientar, no 1º semestre, a moda 3 (mas com média superior) no item relativo ao ritmo das sessões de contacto.

Já no que toca aos docentes há uma diferença também significativa entre os dois semestres, sendo de assinalar que sendo as modas dos diversos itens todas de 5, com a comum exceção do regime de avaliação, a moda da avaliação global do docente é 5 no 2º semestre e 4 no 1º semestre.

Uma possível explicação para este facto reside nas médias que são diferentes e geralmente menores no 2º semestre, com valores claramente abaixo de 4 (o que não acontece no 1º semestre), designadamente nos itens relativos ao cuidado de preparação das sessões de contacto, à disponibilidade dos docentes e ao regime de

avaliação. Em consequência também há grande heterogeneidade na avaliação global do docente.

Nos outros dois mestrados, com avaliações apenas num semestre, apenas há a evidenciar no de Estudos da Paz e da Guerra (mas com um número pequeno de observações) modas de 5 em todos os itens e unidades curriculares e dos docentes, com médias muito próximas das modas, a sugerirem baixa assimetria de avaliação.

Já no Mestrado de Gestão de Empresas enquanto nas unidades curriculares a moda é 4 (e nesses casos com médias também muito próximas desse valor), bem como nos docentes, sendo de salientar, nas unidades curriculares, a moda de 5 no cumprimento do programa e, nos docentes, a moda de 5 no domínio das matérias lecionadas.

Ao nível das unidades curriculares há salientar não haver, no conjunto dos mestrados para que há informações, modas de avaliação global negativas, com exceção de uma moda de 2 numa unidade curricular do 1º semestre do Mestrado de Engenharia Informática e de Telecomunicações e outra em Direito, também no 1º semestre.

Já no 2º semestre há 5 modas abaixo de 3, ocorrendo a moda de 2 em duas unidades curriculares de Direito e numa de Psicologia e, preocupantemente, 2 modas de 1, uma em Direito e outra em Engenharia Informática e de Telecomunicações, esta última com a agravante de ter como docente também uma moda de 1, obviamente inaceitável, tanto mais que esse valor modal ocorre em todos os itens, com, exceção da assiduidade.

Já o 1 em Direito implica uma hipótese eventualmente diferenciadora do que se passa em relação às ponderações subjetivas dos itens já abordados para a avaliação dos docentes. Efetivamente, essa moda de avaliação global da unidade curricular só é replicada nos itens relativos à compatibilidade dos conhecimentos previamente adquiridos com as exigências da unidade curricular e à adaptação do número de horas de contacto ao nível da exigência da unidade curricular, enquanto todos os outros itens têm modas de 3 e 4.

Isto pode significar ou exigência demasiada do docente ou falta de preparação adequada dos estudantes para frequentarem a unidade curricular, um problema que é comum e relevante na passagem dos primeiros aos segundos ciclos.

De notar ainda que nas unidades curriculares há muitas modas de 3 e muitos itens com 3 relativamente aos primeiros ciclos, o que deve ser tido em atenção sobre a natureza e o funcionamento das unidades curriculares, já que a avaliação dos docentes é, por norma, objeto de pontuações mais elevadas que as das unidades curriculares.

Ainda no que toca às unidades curriculares há vários itens nos vários mestrados com modas inferiores a 3 e, embora tal aconteça praticamente em todas elas, têm maior número de referência nos itens relativos à adequação dos conteúdos de contacto, ao ritmo dessas sessões e às metodologias nelas utilizadas. Estas referências explicarão, porventura, as pontuações obtidas pelas unidades curriculares.

Quanto aos docentes, aparte o caso já referido, não há mais nenhuma moda global inferior a 3 (embora este valor de 3 esteja atribuído a um número não despidendo de docentes), sendo evidente que o item mais vezes apontado com moda inferior a 3 é o relativo à adequação do regime de avaliação, o que, de novo, levanta o problema do confronto entre o nível e exigência e o nível de preparação dos estudantes mas, agora, acrescido de uma variável mais importante que é a adequação dos conteúdos e da metodologia por parte dos docentes.

Todas estas observações se baseiam, fundamentalmente, nos Mestrados de Engenharia Informática e Telecomunicações, Psicologia e Direito já que as informações sobre Estudos de Paz e da Guerra e Gestão de Empresas se limitaram a um semestre e, no primeiro caso, com um diminuto número de observações.

Como referência às poucas indicações destes mestrados, pode salientar-se que em Estudos de Paz e da Guerra não há qualquer valorização, nem da unidade curricular, nem de docentes, nem de itens avulsos, com modas inferiores a 3, situação equivalente no Mestrado de Gestão de Empresas, com a única diferença de haver um item com moda de 2 referente à eficácia de comunicação de um dos docentes.

Ao longo destas observações foram levantados problemas que vale a pena serem considerados para poderem ser ultrapassados. Em lugar de os repetir, optou-se por ver, através de uma síntese dos comentários de todos os estudantes, quais desses problemas mais os tocaram.

Relembrando que a par de comentários críticos há comentários muito elogiosos quer a unidades curriculares, quer, especialmente, a docentes e, embora neste relatório não estejam em causa avaliações de instalações e equipamentos, os estudantes queixam-se, fundamentalmente de:

- Métodos de avaliação
- Junção de turmas
- Computadores/multimédia de apoio às aulas
- Programas das unidades curriculares repetidos ou muito semelhantes a outras unidades curriculares
- Demora na entrega dos resultados das avaliações
- Critérios de avaliação diferentes dentro da mesma unidade curricular
- Práticas pedagógicas desadequadas

Em termos gerais verifica-se que estas observações são bastante consistentes com pontuações mais baixas dos itens correspondentes.

Não tem sentido neste relatório entrar em pormenor sobre as muitas observações que os estudantes fizeram para os vários cursos.

Cabe aos Diretores de Departamento e Coordenadores de Curso atentar as especificidades desses cursos e os comentários dos estudantes, verificar o acerto e a consistência desses comentários, quer gerais, quer mais singulares.

É certo que alguns relatórios dos coordenadores de curso não ignoram este problema e dão conta de algumas decisões que visam superar alguns problemas, mas a generalidade não dá peso suficiente a este ponto, que é fundamental do ponto de vista da avaliação da qualidade dos cursos.

Por isso, entende-se que, a título de exemplo, se devem fazer, neste relatório, algumas observações às “queixas” dos estudantes que, antes de tudo, devem passar

pelo crivo da sua consistência e aderência à realidade, que essa é tarefa específica dos departamentos e da coordenação do curso.

Deixando de lado esta verificação, entende o Reitor que não é aceitável que haja unidades curriculares com programas repetidos, em especial, como é por vezes indicado, quando essas unidades pertencem a 2 ciclos de estudo diferentes, a menos que, e no limite, aos mesmos “títulos de matérias” correspondam aprofundamentos diferentes. De qualquer modo, estamos perante um problema de coordenação que deve garantir a coerência dos cursos.

O problema da coordenação estende-se também à alegada existência de avaliações diferentes dentro da mesma unidade curricular, pois tais diferenças, além de serem uma potencial discriminação, criam movimentos de “arbitragem” dos estudantes que devem ser evitados, em particular quando existe também a alegada falta de ligação entre docentes da mesma área.

Também é inaceitável que, salvo por motivos ponderosos e claramente justificados, haja demora na entrega dos resultados das avaliações que provocam graves problemas aos estudantes e até à organização escolar.

As queixas sobre os métodos de avaliação são recorrentes e, porventura, as que têm uma maior carga subjetiva, ou mesmo uma posição parcial, por parte dos estudantes, mas há, claramente situações que não são aceitáveis, violando mesmo os regulamentos ou interpretando-os com demasiada rigidez, sem atender às situações específicas dos estudantes.

Como exemplo destas situações podem citar-se a não apresentação, com especificação completa, no início de cada unidade curricular, do método e dos critérios de avaliação e a exigência, sem remissão, de uma taxa mínima de presenças de 75% às sessões de contacto, quando se prevê que o docente tem, regulamentarmente, discricção perante situações provavelmente especiais de estudante, de aceitar uma taxa menor desde que superior a 50%, tudo isto, obviamente, no regime de avaliação contínua.

Finalmente, quanto às práticas pedagógicas desadequadas temos uma situação porventura ainda mais fluída que a dos métodos de avaliação, não só pela potencial diferença de conhecimentos e experiência dos estudantes, mas também pela diferença de capacidade de adequação dos docentes às turmas de estudantes. Uma coisa parece certa: os programas devem ser cumpridos, com conteúdos consistentes com o desenvolvimento curricular e com ritmo acessível à generalidade dos estudantes. Nesse sentido não são de aceitar falhas na assiduidade, sem ser por motivos devidamente justificados, e com compensação posterior, nem faltas de pontualidade.

Uma das componentes relevantes da função do docente universitário, designadamente dos que são docentes de carreira ou estão em tempo completo na universidade, é a atividade de investigação, bem como, quando tal se justifica, funções de gestão académica e ainda atividades de extensão universitária dirigidas à sociedade civil, que sejam executadas com centro na universidade.

Aliás, todo este conjunto de atividades (das quais não se deve desligar, no entender do Reitor, a atividade de investigação pedagógica, nomeadamente quanto conducente a novas ou melhoradas metodologias que a evolução do ensino reclama) conjuga-se com as atividades pedagógicas como elementos fulcrais para a avaliação quer dos docentes, quer das instituições de ensino superior.

Por isso a recolha e a apresentação da informação detalhada nesses campos tem de figurar no Relatório do Reitor, pelo que todos os anos se elabora um mapa com um conjunto alargado de rubricas ligadas às atividades atrás referidas para que os docentes as preencham (ver Anexo 10 – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações).

Assim, uma primeira parte incorpora a participação em júris de mestrado e de doutoramento, salientando-se em especial as funções de orientação e de arguência, sendo que, a primeira é, no entender do Reitor, uma atividade ligada à investigação que tem de ser valorizada o que, simultaneamente, exige um compromisso de tempo

e de estudo que não podem ser esquecidos, designadamente no que diz respeito aos terceiros ciclos.

O Reitor também entende que a participação ativa nos júris e nas provas públicas é uma função relevante e que tem sido pouco valorizada, quando não minorizada, do docente, mesmo do ponto de vista de empenhamento em áreas de investigação.

Noutro plano, aparecem pedidos de informação sobre participação em órgão da UAL, bem como na Autónoma Academy, nos cursos de pós-graduação.

Finalmente, e mais especificamente ligado à investigação, temos um conjunto de pedidos de informação que comportam participações em congressos/seminários/ outros, distinguindo o papel de organizador, quando tal aconteça e, finalmente, mas não menos importante, as publicações produzidas no ano letivo de 2017/2018.

Infelizmente, e apesar de muitas insistências, as informações recolhidas, quer em quantidade, quer em qualidade, estão longe de poder dar uma informação adequada do que se passa com os docentes da UAL neste campo, já que a taxa de resposta foi inaceitavelmente baixa.

O Reitor, pelos contactos pessoais e até pela participação em várias atividades, tem a certeza de que faltam nesse anexo informações importantes que, não sendo dadas, desvalorizam a participação e o empenhamento dos docentes nestas áreas, mas também tem consciência que a ausência de respostas é, num número de casos não irrelevante, sinal de pouca ou nenhuma atividade nestas áreas.

E isso não deixa de ser preocupante já que há que melhorar significativamente as “performances” neste campo para que a universidade se possa consolidar como tal.

E o primeiro passo a dar é que sejam evidenciadas (o que não foi o caso) todas as atividades, com critério e clareza de informação, o que nem sempre sucede. Os relatórios dos coordenadores de curso que foram produzidos têm estruturas muito variadas, em resultado de não haver um formato indicativo que urge promover, de modo que alguns (poucos) relevam estas atividades com algum pormenor, embora nem sempre com a referência exclusiva ao ano letivo a que o relatório se refere, permitindo algumas correções ou aditamentos às informações dos docentes.

O Reitor agradece a produção desses relatórios não sem deixar de assinalar que, para além da necessidade de lhes dar um conteúdo mais padronizado, ficaram por realizar relatórios relativos a vários cursos, situação que se espera vir a ser superada com a criação padronizada do seu conteúdo, sem que a padronização seja anquilosante das especificidades de cada ciclo e de cada curso.

Feitas estas considerações, importa agora extrair e comentar as informações que constam do Anexo 10 – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações.

As informações contidas no Anexo 10 são razão para forte preocupação dado o relativamente reduzido número de respostas. Impõe-se, designadamente, para os docentes de carreira ou em tempo integral o preenchimento obrigatório que, aliás, permitirá aos Coordenadores dos Cursos e, sobretudo, aos Diretores de Departamento terem uma imagem mais clara do que se passa.

Mesmo quem não teve qualquer atividade nestes campos, o que não é admissível para os docentes de carreira ou em tempo integral, deve preencher o questionário, que, aliás, tem de passar a ter uma explicação do que se pretende em cada rúbrica, dadas as confusões verificadas nalguns preenchimentos, sobretudo entre as rubricas de presença em congressos/etc. e organização de congressos/etc. e uma má especificação das publicações.

Responderam ao questionário subjacente ao Anexo 10 apenas 78 docentes, ou seja, 38,6% do total de docentes.

De notar uma enorme diferença entre as taxas de resposta dos docentes afetos aos vários departamentos. A taxa maior ocorreu no Departamento de Ciências da Comunicação (55,0%), seguida de muito perto pelos Departamentos de Ciências e Tecnologia (52,6%) e Psicologia (52,2%), os únicos em que mais de metade dos docentes respondeu.

E, com exceção do Departamento de Direito (47,4%) todos os outros estiveram bem abaixo dessa metade de respostas, com relevo negativo para os Departamentos de História (16,7%), Ciências Económicas e Empresariais (26,1%) e Relações

Internacionais (28,6%), com Arquitetura (33,3%) mais próxima da baixa média em ainda assim, inferior a ela.

Esta clara assimetria das taxas é bem visível na “estrutura” das respostas por departamento, bem diferente da estrutura dos docentes. Assim, a maior percentagem de respostas foi de Direito (23,1%), seguida de Ciências Económicas e Empresariais (15,4%), esta em igualdade com Psicologia (15,1%), havendo também percentagens próximas de Ciências da Comunicação (14,1%) e Ciências e Tecnologias (12,8%). Arquitetura tem 10,3% e com valores menores aparecem História (3,8% e Relações Internacionais (5,1%).

Esta observação é amplamente confirmada pelo coeficiente de correlação (0,6891) entre os dois indicadores, sendo ainda de acrescentar que o coeficiente de correlação entre as taxas de resposta por departamento e o número de docentes do departamento foi de (-0,06546), cujo sinal indicaria uma tendência para que o valor da taxa de respostas estaria inversamente correlacionado com o número de docentes dos departamentos, mas cujo número absoluto (próximo de zero) indicará antes que não há correlação significativa entre ambas as variáveis.

A situação melhora no caso dos docentes em tempo integral (taxa de resposta de 54,0%), mas, obviamente, não aceitável face às responsabilidades que lhes estão cometidas.

Também neste indicador há uma significativa assimetria entre os diversos departamentos com Psicologia a apresentar, claramente, o maior valor (80%), só aproximado por Ciências e Tecnologias (73,7%) e ainda com Ciências da Comunicação bem acima da média (65,0%), média essa não atingida por mais nenhum departamento. Arquitetura e Relações Internacionais (ambos com 50%) aproximam-se dessa média, enquanto História tem um resultado baixíssimo (15,7%). Direito (44,7%) e Ciências Económicas e Empresariais (43,7%) com valores muito próximos entre si, mas claramente afastados da média, são “responsáveis”, dada a sua dimensão absoluta, pela taxa de respostas obtidas.

Estes resultados devem servir de reflexão para uma atuação a nível do departamento que permita, necessariamente, conseguir levar os docentes a responder, sendo esse esforço a realizar muito diferente entre os departamentos.

Feita esta análise global que, obviamente, tem de enquadrar os resultados observados para as diversas rubricas já enunciadas, passamos à avaliação das respostas a essas rubricas, começando pelos mestrados e pelos doutoramentos.

Foram reportados pelos docentes presenças em 209 mestrados, dos quais um pouco mais de metade realizados na UAL, estes com grande peso dos Mestrados em Direito e em Psicologia.

De salientar, portanto, uma presença não irrelevante de docentes da UAL em mestrados em outras instituições de ensino superior, embora apenas 6 (3 em Espanha, 1 no Brasil e 2 em Angola) em instituições estrangeiras, sinal de ainda pouca ligação com instituições estrangeiras neste domínio, apesar de grande número de protocolos assinados e de presenças em conferências/seminário e *workshops*.

Há também neste indicador grande diferença entre os docentes e departamentos, sendo que 36 docentes (46,2%) não tiveram qualquer participação em mestrados, embora neste grupo se incluam docentes em tempo parcial e alguns docentes em tempo integral ainda não doutorados.

Aliás, a repartição dos mestrados por departamento evidencia bem esta assimetria: basta notar que Direito (41,6% do total), Ciências Económicas e Empresariais (27,8%) e Psicologia (21,1%), em conjunto representam 90,5% do conjunto dos mestrados em que os docentes que reportaram estiveram presentes, com óbvias participações diminutas dos outros departamentos (de 2 docentes em Ciências e Tecnologias a 7 em Ciências da Comunicação). Como é evidente, não é irrelevante, do ponto de vista da qualidade e da exigência de participação, a função exercida no júri e nas provas públicas pelos docentes. Assim, no total houve 68 (32,5%) de presenças como orientadores (a que há a acrescentar 2 presenças como co-orientadores) e 72 presenças (34,4%) como arguentes.

O número médio de presenças pelos docentes que reportaram presenças em mestrados é da ordem de 5 por docente, sendo de 1,67 no que toca a orientações por docente, valores que apresentam, além do mais, enorme dispersão entre eles, o que implica uma atenção à distribuição dessas atividades entre os diversos docentes com capacidade para poderem integrar júris de mestrado.

De salientar que nestes números não está incluída a informação de um docente em que os mestrados (e os doutoramentos) não vêm especificados mas que, seguramente, contribuiria muito para a verificação de uma indesejável concentração destas atividades em poucos docentes, o que é uma sobrecarga com possíveis consequências para eles e para os estudantes que são orientados.

É evidente que, dada a natureza do mestrado, as dissertações têm um tipo de orientação que não apresenta a exigência de tempo e de qualidade de acompanhamento de uma tese de doutoramento. Ainda assim, há que ter em conta o modo como se distribuem estas presenças nos júris dos segundos e terceiros ciclos, particularmente em relação à função de orientação, que deve ser devidamente exercida e valorizada.

Passando aos doutoramentos, foram reportadas presenças de docentes da UAL em 54 com distribuição por departamento naturalmente diferente da dos mestrados, já que o número de doutoramentos existentes na UAL é muito inferior ao número de mestrados.

Não é, por isso, de surpreender que 23 (42,6%) desses doutoramentos se refiram ao Departamento de Direito, sendo 10 deles na UAL que, aliás, constituem o total de presenças reportadas em doutoramentos na UAL. Portanto, o número de presenças em instituições fora da UAL foi claramente preponderante (82,1%), sendo de referir que cerca de uma dezena foi em instituições estrangeiras, com peso quase exclusivo de Espanha e do Brasil, reforçando o que já atrás foi mencionado relativamente à efetividade de concretização de relações com instituições estrangeiras, tanto mais que elas farão mais sentido ao nível dos terceiros ciclos que dos segundos ciclos, crescentemente confinados às próprias instituições.

Referências para além de Direito a um número apreciável de docentes em Arquitetura (12), embora muito concentrado num docente, bem como Ciências da Comunicação (7), Ciências Económicas e Empresariais (6) e Psicologia (4).

No que toca às funções dentro dos júris há que salientar que há 27,6% de orientações e 55,6% de arguências, sendo que o maior peso dessas orientações está em Arquitetura e o restante em Direito.

Estes resultados, que é preciso não esquecer, sendo apenas os reportados não deixam de evidenciar uma fragilidade no funcionamento e na presença dos docentes da UAL nos terceiros ciclos, situação que é mister ultrapassar e constitui um dos principais desafios estratégicos.

Para reforçar esta afirmação basta salientar que só reportaram presenças em júris de doutoramento 24 docentes, ou seja, ligeiramente menos de um terço dos docentes que responderam ao inquérito.

Quanto às outras atividades no contexto da UAL e de extensão universitária há 80 referências no total de participações em cursos da Autónoma Academy ou estudos e projetos de investigação e que, entre as respostas a este pedido de informação, se encontram referências à pertença a centros de investigação da UAL, será novo motivo para refletir até que ponto os docentes da UAL, mesmo os que estão em tempo integral, correspondem às funções globais dos docentes, para além da função letiva. Aliás, essas 80 respostas pertencem a apenas 41 docentes, com grandes assimetrias e consequentes concentrações quer em docentes, quer em departamentos, isto é, cerca de metade dos docentes que responderam ao questionário e apenas cerca de 20% do total de docentes da UAL reportou pelo menos uma atividade, ou uma pertença a um centro de investigação da UAL, o que é inaceitável. Uma vez mais, o Reitor recorda que a sua própria experiência lhe mostrou que estes números não correspondem integralmente à realidade da UAL, o que, de novo, mostra quão grave é não se responder às informações solicitadas. Mas, ainda assim, os indícios prestados por estas informações não são melhores.

Também no preenchimento desta parte do questionário há uma confusão, já que na rubrica “Participação nos órgãos da UAL” aparecem mais referências à presença de docentes em centros e unidades de investigação, donde é provavelmente mais seguro ler as duas rubricas em conjunto.

No entanto, mantendo a sua separação na leitura e aceitando as respostas dadas, existem 105 referências a participações, sendo que não há qualquer referência em 34 dos 78 docentes que responderam (43,6%), o que leva a uma média (mas com forte dispersão entre os que responderam) de pouco mais de 2 participações por docente. Pode parecer que tal constitui uma participação com algum significado, mas se se olhar às potenciais participações (e sem contar com os centros de investigação, “responsáveis” por cerca de 27,7% das 105 respostas acima referidas) temos de contar com o Conselho Científico, o Conselho Pedagógico, as Comissões Científicas de cada departamento, as Direções de Departamento, as Coordenações de Curso e outras atividades ligadas à avaliação, designadamente à preparação dos projetos e relatórios a apresentar à A3ES, entre outros, que mostram que há uma concentração nalguns docentes de mais tarefas do que seria desejável, perante a não opção de afetação a outros ou indisponibilidade dalguns desses “outros” que será avisado estudar com prudência.

E, é claro, estas referências dizem respeito apenas à designação dos docentes para participarem nesses órgãos. Não se avalia neste relatório a assiduidade pressuposta na designação e, menos ainda, a efetiva participação e não a mera presença nesses órgãos, cabendo essa tarefa à direção de cada um desses órgãos, que devem fazer parte importante dos seus relatórios anuais, alguns dos quais foram disponibilizados para a produção deste relatório, mas em alguns deles com ausência de informação nesta matéria.

Finalmente, a recolha de informações mais especificamente ligadas à atividade de investigação (sem esquecer as que já foram abordadas, desde os júris dos segundos e terceiros ciclos até aos centros de investigação e respetivos projetos) é feita através de 3 rubricas já citadas e que, como se referiu anteriormente, não foram adequadamente repartidas, eventualmente por falta de um anexo explicativo.

Desconsiderando este facto e aceitando a interpretação dos docentes, exceto nalguns casos muito evidentes em que a colocação não era exata, globalmente foram reportados, independentemente do nível e da qualidade de participação no caso das participações/organizações em congressos/conferências/seminário e *workshops* e do tipo de publicações, designadamente das que ocorreram em revistas com “refrees” e, em especial, as indexadas em bases reconhecidas, 415 participações (uma média de 5,3 por cada docente que respondeu ao questionário, mas de 6,5 dos que reportaram uma participação efetiva, 98 organizações desses encontros (média de 1,26 por cada respondente ao inquérito, mas 2,9 por cada um que reportou participação em organizações, já que mais de metade o não fizeram) e 307 publicações (uma média de 3,9 por cada um dos que respondeu ao inquérito, mas 4,7 dos que efetivamente reportaram publicações).

Lembrando que só pouco mais de um terço dos docentes respondeu a este questionário, fácil é concluir que nestes campos e, em especial, o das publicações, há muito ainda a fazer na UAL.

E isso é tanto mais evidente quanto essas atividades e publicações reportadas têm enorme disparidade entre os diversos departamentos e, ainda mais, entre os docentes globalmente e mesmo dentro de cada departamento, mesmo sem entrar num cuidadoso escrutínio do nível e qualidade dessas participações e publicações que, numa análise global, agravariam, porventura, essa diferenciação diminuindo, conseqüentemente, a valorização do comportamento global dos docentes da UAL nestas matérias.

No caso das participações, Direito aparece claramente com a maior quota (38,6%), mas à custa de grande assimetria porque só um docente dos que responderam ao inquérito contribuiu com 28,8% das participações, percentagem que quase duplica quando se acrescenta a segunda maior contribuição (55% é a soma das duas) e a soma das contribuições de um terço dos docentes que responderam é de 83,8%.

Embora sem ter, em termos de participações no total das reportadas, a menor percentagem (tem 6%), a situação mais preocupante é a do Departamento de Ciências

Económicas e Empresariais que, aliás, tem o maior número de docentes. Basta ver que, mesmo considerando o baixo número de respostas ao inquérito de docentes deste departamento, a média de participação é de 2,1 participações por docente, pouco mais que um terço do valor médio do conjunto de respostas dadas.

A situação do departamento, se melhora em termos relativos no que diz respeito à organização de atividades e eventos (12,2% do total, bem abaixo da sua dimensão relativa na UAL e até abaixo de participação dos seus docentes no conjunto de respostas (15,4%)), só pode ratificar essa preocupação. Aliás, a média por docente que respondeu é de 1, (ainda abaixo da média global de 1,26) e menor ainda quanto às publicações (participação no total de 9,1% e uma média por docente de 2,33, pouco mais de metade da média do conjunto de respostas (3,9%).

O claro crescimento do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais e a sua consolidação formal, com a acreditação do Mestrado em Gestão de Empresas sem condições e o relançamento ou configuração de outros cursos, poderá justificar, pela sua incipiência, estes resultados, mas que, obviamente, têm de ser claramente melhorados para o futuro.

Note-se, entretanto, que a posição de destaque de Direito nas participações se deve muito ao peso de poucos docentes o que, em consequência, leva a que esse peso caia nas organizações (18,6%), com uma média de cerca de 1,6 por docente, um pouco superior à média do conjunto das respostas, mas ainda aí com uma assimetria significativa entre docentes (2 dos docentes responsáveis por 57,1% dessas organizações). A queda relativa de participações é maior ainda nas publicações (21,8%) em que cede o primeiro lugar a Psicologia (24,8%), tendo uma produção média de 3,7 por docente, ainda abaixo da média do conjunto (3,9), mas com a característica de, ao contrário das participações e organizações, a assimetria entre docentes ser claramente menor (os dois docentes que mais publicações reportaram têm uma participação de 28,4%).

Estes resultados mostram que os dois maiores departamentos da UAL têm de melhorar significativamente a sua “performance” nesta área, designadamente, em

termos de urgência, o de Direito, pelas exigências da manutenção da acreditação do seu terceiro ciclo, fundamental para a estratégia de consolidação e desenvolvimento da UAL.

O Departamento de Psicologia emerge neste conjunto com uma posição de relevância relativa que, em boa parte, pode assentar na relativa sobrerepresentação no conjunto das respostas dadas. Mas a explicação tem de ir além disso porque, curiosamente, a sua participação relativa tem uma trajetória inversa da do Departamento de Direito no que toca a participações (15,9%, organizações (17,3%) e, finalmente, publicações (24,8% já atrás referidas). Para além de todas elas serem superiores, a sua percentagem de participação no conjunto das respostas (15,4%), também as médias por docente excedem as médias do conjunto: 5,5 nas participações (5,3 no conjunto), 1,42 nas organizações (1,26 no conjunto) e muito mais claramente nas publicações com uma média de 6,3 (3,9 no conjunto). Estes resultados apontam para uma consolidação do departamento no contexto da UAL, impondo-se, por isso, um avanço decisivo para o terceiro ciclo, até pelas ligações que a área da Psicologia tem potencialmente com outras existentes na UAL, nomeadamente Ciências Económicas e Empresariais, Ciências da Comunicação e, crescentemente, Engenharia e Tecnologias, abrindo-se perspectivas de projetos interdisciplinares e transversais.

Acresce que, no contexto do departamento, estes indicadores são conseguidos sem uma assimetria assinalável entre os docentes.

O Departamento de Ciências e Tecnologias tem um perfil semelhante ao da Psicologia no que diz respeito às suas participações relativas que crescem de 3,6% nas participações (muito abaixo da média da sua participação no questionário (12,8%) e, mais sensivelmente na média de participações por docente 1,33, quando a média global é de 5,2), 10,2 na organização (ainda abaixo da sua participação média e também da média por docente (1 contra 1,26), melhorando claramente no caso das publicações (16%), com uma média por docente de 4,1, pouco acima da média global.

Mas, como se vê, se o perfil é semelhante, os valores são significativamente mais baixos e, em geral, conseguidos à custa de clara assimetria entre os docentes que

responderam. De facto, se a assimetria é pouco sensível nas participações, muito baixas como já foi referido, está bem presente nas publicações (um dos docentes é responsável por 42,9% das contribuições do departamento, subindo a 61,2% quando se consideram os dois de maior contribuição), sendo ainda mais forte no caso das organizações, em que um só docente contribuiu com 90% para o total de organizações dos docentes desse departamento.

Tem de se ter em consideração que esse departamento tem tido uma evolução muito rápida em cursos e ciclos, sendo, por isso, natural algumas destas assimetrias, mas, tendo em atenção o relatório cuidado dos cursos do departamento, a situação é mais equilibrada do que as informações do questionário sugerem, apresentando esperançosos e fundamentados motivos de melhoria.

O Departamento de Arquitetura apresenta médias superiores às do conjunto nas participações (12,1%) e, em especial, nas organizações (19,4%), mas inferior nas publicações (8,8%). Contudo, há que referir que, se no caso das organizações há uma razoável contribuição de vários docentes, no caso das participações a concentração em poucos docentes não pode deixar de ser assinalada. De facto um só docente é responsável por cerca de 60% dessas participações reportadas e os dois maiores contribuidores apresentam uma quota de 84%.

Esta concentração, ainda que menor, não deixa de estar bem presente no caso da, já de si pobre, produção de publicações. Com efeito, um dos docentes é autor de 40,7% do total de publicações, quota que sobe a 59,3% quando se consideram os dois docentes com maiores contribuições.

A natureza específica da atividade de Arquitetura está também presente na estrutura de publicações, bem como no modo como são consideradas as participações e até as organizações das atividades e eventos em apreço.

De qualquer modo, e dado o peso que a Arquitetura tem tido na imagem da UAL, não se pode deixar de considerar que, em conjugação com a quebra de frequência, estes dados que se obtêm a partir dos questionários não são animadores e é curial o

desenvolvimento de uma estratégia que possa reforçar o papel da Arquitetura no contexto da UAL.

O Departamento de Ciências da Comunicação, com peso igual ao de Arquitetura nas participações, mas com maior peso no conjunto dos docentes que responderam ao questionário, mantém esse perfil quer nas organizações (9,2%), quer nas publicações (10,7%).

Outra nota diferenciadora é a relativamente baixa heterogeneidade de participação entre docentes em termos de concentração em poucos docentes, mas já não tanto em termos de participação, sendo de notar, designadamente, que no caso das publicações, 5 docentes, com participações praticamente iguais entre si, reportaram 84,8% das publicações do departamento.

Sendo uma clara aposta estratégica da UAL é de esperar uma clara melhoria da “performance” nestas áreas, fundamental para a sua consolidação e desenvolvimento futuro, já que é o departamento que tem tido um crescimento de estudantes mais visível e, o que não é irrelevante, relativamente mais jovem.

Para o fim ficaram dois departamentos cujas respostas ao questionário só poderiam deixar as mais sérias inquietações, já que neles estão em funcionamento dois dos três doutoramentos acreditados na UAL e que é mister que sejam consolidados.

O Doutoramento de História (no Departamento de História, Artes e Humanidades) e de Relações Internacionais, Geopolítica e Geoeconomia no Departamento de Relações Internacionais.

O reduzidíssimo número de respostas e, sobretudo, o seu conteúdo, não é de forma a eliminar as apreensões referidas. Em História Artes e Humanidades praticamente tudo se restringe a uma forte participação de um docente com realce para as publicações que, sendo de relevar, nada permitem concluir sobre o conjunto do departamento e, em particular, sobre a potencial contribuição para a fundamental reacreditação do referido terceiro ciclo.

Já em Relações Internacionais 56,4% das participações referidas cabem a um só docente, subindo a quase 80% quando se consideram os dois docentes que maiores participações reportaram.

A concentração nas publicações, embora menor, não deixa de ser importante: 47,1% de um só docente, subindo a 73,7% quando se consideram os docentes que maiores publicações reportaram.

É certo que o terceiro ciclo é relativamente jovem mas é fundamental buscar a sua consolidação. E é surpreendente o baixo número de publicações reportadas num departamento que tem um bom centro de investigação (Observare) e uma revista (Janus.net) indexada na Scopus.

Contudo, o Reitor tem informações suficientes que lhe dão garantias de que a situação é bem melhor que estes poucos dados revelam, sinal de que é fundamental o preenchimento dos pedidos de informação para evitar leituras imperfeitas, quiçá incorretas.

De facto, a leitura dos relatórios dos cursos dos dois departamentos indicam “performances” nas várias áreas em apreço que ultrapassam claramente as indicações recolhidas pelos questionários que subjazem à escrita deste capítulo.

O que faz sentido, até para evitar queixas, tantas vezes legítimas dos docentes, de terem de dar as mesmas informações por várias vezes, é que, nestes pontos ligados aos docentes, o Reitor possa ter antecipadamente os relatórios de coordenação de todos os cursos, incorporando as informações relevantes.

Em relação ao ano letivo de 2017/2018 foram produzidos alguns desses relatórios, que não cobriram todos os cursos e com conteúdos díspares que, nem sempre, suprem as deficiências de informação dos questionários disponíveis.

Esta situação é particularmente sensível no caso das informações relativas às publicações, pelo impacte que essas têm na avaliação da investigação realizada na UAL e por docentes da UAL.

Uma das razões que a leitura dos relatórios apresentados evidencia é que, sendo relatórios relativos ao funcionamento dos cursos, escapa, na generalidade dos casos, a informação sobre o nível de produção dos docentes, informação essa presente apenas em poucos dos relatórios. Aliás, neste campo, fará mais sentido que essa parte seja objeto de análise a nível departamental, devendo ser conteúdo importante do relatório do departamento que, em princípio, deve capear os relatórios dos cursos desse departamento.

É que, como já foi referido, a amálgama não escrutinada de referência a publicações não permite ao Reitor poder ajuizar adequadamente o nível e a qualidade da investigação na UAL e dos docentes da UAL, escrutínio esse que pode e deve ser feito ao nível de cada departamento, em estreita colaboração, também, com as unidades de investigação que com eles tenham ligação.

É um relevante passo a dar que será fundamentado no capítulo final deste relatório.

De qualquer modo o Reitor não tem muitas dúvidas em afirmar que é necessário aumentar a produção científica, já que, pelo que é observável e por informações avulsas recolhidas, o número de publicações em revistas indexadas é ainda muito baixo e muito concentrado em poucos docentes, alguns deles que, dando importante colaboração à UAL, não fazem parte do seu corpo docente de carreira.

A existência de segundos e, sobretudo, terceiros ciclos, bem como de projetos de investigação, aliados à existência de unidades de investigação e de revistas da própria universidade (Galileu, Psique, Janus.net e Estudo prévio) justificam, por certo, uma maior produção científica do que aquela que se verificou em 2017/2018.

2. Representação da UAL

O nº 1 do Artigo 16º dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões (UAL) estabelece que “O Reitor é o órgão de representação externa da UAL e de coordenação geral das atividades dos restantes órgãos académicos”.

Por sua vez, a alínea c) do Artigo 17º do mesmo estatuto específica como competência do Reitor “Representar a UAL junto de quaisquer organismos ou instituições académicas, ou outros para os quais tenha sido mandatado pela Entidade Instituidora” e, ainda, a alínea j) confere ao Reitor a competência de “outorgar, no âmbito académico, acordos ou protocolos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, em articulação com a Entidade Instituidora”.

Por sua vez, a alínea l) fixa ao Reitor a competência (e o dever) de “Assegurar a articulação com a Entidade Instituidora, de forma a manter a necessária coordenação entre as atividades desta e a ação da UAL”.

Esta introdução visa clarificar a posição do Reitor de uma instituição de ensino superior privado e cooperativo comparativamente com a de um Reitor de uma universidade pública portuguesa, já que, frequentemente, essas funções são confundidas, mesmo ao nível do ministério que tutela o ensino superior.

O Reitor está em perfeita consonância com este sistema “dual” e sente o dever de assegurar, em contínuo, a coordenação das atividades da UAL com as da Entidade Instituidora, o que tem acontecido sem qualquer dificuldade e com grande sintonia, e é a essa luz que deve ser lido este capítulo de representação, nomeadamente no que toca a informações constantes do Anexo 13 – Protocolos, convénios e parcerias - que dá nota dos protocolos realizados no âmbito comum da universidade e da Entidade Instituidora.

Por outro lado, em todas as representações externas, sobretudo de carácter internacional que não são de ordem meramente académica, mas impõem uma visão estratégica mais abrangente, a cooperação e até a representação comum são normais.

Assim, no que diz respeito à representação institucional, deve ter-se em conta as relações exteriores quer de nível académico, quer de nível de relações externas, sem embargo de, frequentemente, as duas se confundirem. Por outro lado, há que não esquecer o papel institucional do Reitor nas várias atividades, designadamente conferências e encontros de órgãos internos, em que o Reitor representa o acolhimento institucional da UAL relativamente às ações ou acontecimentos que nela têm lugar, muitas das quais são de mera presença na receção aos participantes, mas que o Reitor entende não descurar.

Assim, o Anexo 12 – Representações do Reitor - especifica as situações onde a sua presença não foi meramente simbólica, mas de representação explícita, algumas delas com intervenções específicas quer na UAL, quer externamente.

No que toca a relações institucionais mais abrangentes, designadamente em termos de relações institucionais, destaca-se a presença do Reitor em vários encontros, reuniões e comemorações, com grande peso da Embaixada da República da Coreia, país com o qual se tem procurado intensificar os laços académicos, como as assinaturas de protocolos (Anexo 13 – Protocolos, convénios e parcerias) e várias visitas de universidades coreanas a Portugal e de docentes da UAL à República da Coreia, amplamente ilustram.

Além disso, há que referir em especial as presenças nas embaixadas da Turquia, com relações já consolidadas por participações e protocolos universitários anteriores, da Noruega, por razões que se explicarão adiante e da Colômbia, um país da América Latina cujo desenvolvimento merece atenção especial, já para não referir a reiterada presença na Embaixada de Espanha, por razões de profunda colaboração que os protocolos bem exibem.

Noutro plano de representação, há a salientar a presença do Reitor no IV Encontro de Reitores Universia na Universidade de Salamanca, que reuniu centenas de reitores de universidades ibero-americanas com o objetivo (que a Universia assume) de desenvolver fortes ligações e cooperações, mas acima de tudo, de afirmar no contexto global, o papel do ensino e da investigação que se faz nos países ibero-americanos,

procurando colocar as suas línguas, espanhol e português, como línguas de peso nas publicações e no ensino superior.

É também nesse contexto que se justifica a presença do Reitor na Apresentação da Representação em Lisboa da Organização dos Estudos Ibero-Americanos (OEI). Nessa mesma perspetiva se inseriu o 1º Fórum Luso-Espanhol de Internacionalização, organizado pela UAL, mas em estreita ligação académica com a Universidade de Nebrija, de Madrid, que realizará o 2º Fórum sobre a mesma temática em 2019, onde o Reitor estará presente.

Ainda nesta lógica de fomento e de aproximação ibero-americana se justificam as presenças do Reitor na Reunião de Coordenadores do CYTED (Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para ao Desenvolvimento), bem como a Apresentação Pública do Programa Empresa Promotora da Língua Portuguesa, na Sessão de Apresentação do Plano de Ação Ibero-Americano e na Conferência “III Triângulo Estratégico: América Latina-Europa-África” organizado pelo IPDAL (Instituto para a Promoção da América latina e Caraíbas).

Este último ao juntar África e Europa à América-Latina leva-nos também à presença do Reitor em ações envolvendo assuntos africanos, designadamente a receção ao caloiro africano na UAL, em que desenvolveu o tema “A vida universitária, suas escolhas e seu impacte futuro”, bem como uma intervenção na UAL, num colóquio organizado pela Associação de Estudantes Africanos da UAL com o tema “Resgate dos Valores Culturais de África”. Neste contexto, o Reitor não pode deixar de referir o encontro na UAL com os finalistas previamente à “Benção das Fitas”, onde a presença de estudantes africanos, frequentemente acompanhados pelas suas famílias, é relevante (ou mesmo maioritária) numa afirmação da ligação à UAL e aos seus valores culturais originais que sempre emocionam.

No campo mais especificamente universitário, o Reitor esteve presente em comemorações próprias de várias instituições universitárias portuguesas, bem como em conferências ou colóquios de especial interesse como foram a Conferência “Investimento Empresarial e Crescimento da Economia Portuguesa” em Coimbra, o

Encontro “L’Université au XXI siècle: quel nouvel engagement francophone”, na Universidade de Aveiro, organizado em parceria com a Agência Universitária para a Francofonia, a Conferência “Ensino Superior e Ciência: Responder aos novos desafios”, organizado pela Assembleia da República e, ainda, Seminário “Digital Transformation and Women”, na Universidade Nova de Lisboa, organizado pela Associação de Embaixadoras AWA.

Esta última está na linha de atenção que a universidade deve dar a problemas atuais e específicos de índole social. Daí, também, a presença no Seminário de Comemoração do 50º aniversário de O Ninho, no Fórum Lisboa, na Entrega dos Prémios de Voluntariado Universitário 2017 promovido pelo Banco Santander Totta e na Conferência “The rights of persons with disabilities and implementation in Portugal”, no Fórum Picoas.

Ainda na mesma lógica de ligação aos problemas que a sociedade enfrenta e a que a universidade deve estar tenta e procurar dar resposta, O Reitor esteve presente no “27º Digital Business Congress” da APDC, no Centro Cultural de Belém, na “Conferência Internacional O Futuro dos Media - Jornalismo e Serviço Público na Era Digital”, na Fundação Calouste Gulbenkian, na conferência “As Ameaças postas à democracia na Europa pelo crescimento dos nacionalismos” e na conferência CIRSIF “Supervisão e Regulação do Setor Financeiro na EU e no Plano Internacional – 2018 e próximos desenvolvimentos”, organizado pelo Centro de Investigação em Regulação e Supervisão do Setor Financeiro.

Ainda nesta área há que salientar o particular empenho do Reitor no acompanhamento de questões ligadas ao ambiente, sendo de salientar o seu papel de “Keynote Speaker” das Jornadas “Platicemar – Plataforma para a Consolidação do Setor TICE e Empreendedorismo na Economia do Mar”, em Peniche, uma organização do NERLEI e, sobretudo, o seu acompanhamento que arrastou o apoio da UAL ao projeto LIS-Water Lisboa International Center for Water, no LNEC, cujas atividades se espera possam prosseguir com o apoio de fundos europeus nos próximos anos.

O Reitor, dado o peso da área da Gestão na UAL, que justifica relações institucionais com organizações dessa área, esteve presente em várias conferências organizadas pelo Fórum dos Administradores de Empresas.

O Reitor, como já se referiu em relatórios anteriores, integra a Direção da APESP como representante do Colégio Universitário e, nessa qualidade, teve duas reuniões com autores do Relatório “OECD Review of Higher Education, Research and Innovation”, em que procurou salientar as especificidades e as dificuldades (resultantes de discriminações de vária ordem), mas, pelos vistos, sem sucesso, apesar de lhe ter sido manifestado pessoalmente o interesse e a novidade das informações.

De qualquer modo, salienta-se que o Reitor esteve presente no Teatro Tália, aos resultados preliminares (o sublinhado é meu e resulta de esses resultados serem invocados implicitamente como definitivos e justificativos de considerandos essenciais no preâmbulo do Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, que será mais cuidadosamente abordado noutro ponto do relatório) da avaliação da OCDE ao sistema de ciência, tecnologia e ensino superior, em sessão pública, não tendo sido convidado para a sessão reservada seguinte, onde se faria o contraditório já preparado com todo o cuidado.

Ainda no âmbito da APESP foi designado representante do Ensino Superior Privado e Cooperativo para a Comissão de Acompanhamento do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, Unidade Nacional de Gestão.

Esteve presente numa primeira reunião de acompanhamento do MFEEE 2014-2021 (EEGrants), bem como no Evento de Encerramento do “Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014), no Museu Nacional dos Coches, isto é, na parte do programa anterior àquele para o qual foi nomeado representante. No entanto, a assistência a esse evento foi muito útil para perceber que havia excessiva intervenção do Governo o que, no entender do Reitor, pode pôr em causa a transparência de aplicação desses fundos.

O grande financiador desses EEA Grant é a Noruega, razão pela qual o Reitor esteve presente na receção do Dia Nacional da Noruega, onde encontrou responsáveis

portugueses pela aplicação do novo programa, esperando novas reuniões para verdadeiramente poder acompanhar a sua aplicação. Aliás, não podendo estar presente na última reunião da Comissão de Acompanhamento enviou um comentário sobre o relatório do “EEA Grant”, expondo as suas preocupações nesta matéria.

Finalmente, mas não relevantemente, a presença do Reitor nos eventos ocorridos na UAL, quer ao nível dos departamentos, quer ao nível da investigação, ou do lançamento de publicações, com óbvio relevo para a Comemoração do Dia da Universidade.

No conjunto das atividades desenvolvidas pela UAL, salienta o Reitor a presença na Sessão de Abertura das Jornadas de Direito Penal, na Aula Inaugural da 3ª edição do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, na Sessão Pública de Apresentação da Cátedra “Korea and East Asia”, Conferência “Investimento Coreano em Portugal e na EU e os desafios da economia do conhecimento”, na sessão de abertura da “Conference on the impact of FIFA’s new transfer regulations and rules on intermediaries” e da Conferência Internacional “Segurança Euro-Mediterrânica”, bem como nas aberturas das Jornadas Internacionais “Os Desafios do Direito no Século XXI”, no âmbito do Doutoramento em Direito, e ainda na do Mestrado em Direito.

A internacionalização da UAL faz-se também através e protocolos, sem embargo de, desde já, ficar claro que há protocolos que, por vezes ficam apenas no “papel”, sendo óbvia preocupação do Reitor e da Entidade Instituidora procurar garantir a sua execução ou denunciar aqueles que se não concretizam, por perda de sentido ou de oportunidade de objeto, por inércia de um ou de mais entidades que assinaram o protocolo ou, finalmente, por denúncia de uma das partes.

Tal como já se referiu anteriormente, o Anexo 13 – Protocolos, convénios e parcerias - refere apenas os protocolos e parcerias assinadas em 2017/2018, quer pelo Reitor, quer pela Entidade Instituidora ou ainda por ambos, sendo que alguns deles refletem a continuidade de alguns já existentes, designadamente os mais ligados a estágios realizados no contexto da concessão de graus académicos.

O facto de estes protocolos refletirem apenas a atividade de estabelecimento ou de continuidade de relações com outras entidades, não pode fazer esquecer o acervo de protocolos e acordos de várias ordens, nomeadamente memorandos de entendimento acumulados e que, no entender do Reitor, necessitam de urgência de revisão para fixar claramente os que estão ativos e aqueles que já não fazem sentido. Atenção particular deve ser dada aos memorandos de entendimento que, por vezes, correm o risco de não passar de “memorandos”.

Do conjunto de protocolos assinados no ano letivo de 2017/2018, o Reitor ressalta, naturalmente, os que têm mais sentido no campo académico, já que outros, relevantes para o funcionamento da universidade, mas mais de características de gestão administrativa ou logística, caem mais no âmbito da Entidade Instituidora.

Notar, deste já, que há vários acordos assinados pela CEU, alguns deles também pelo Reitor ou pelos departamentos da UAL, que têm clara relevância sobre o funcionamento pedagógico/científico da universidade, como é o caso de protocolos de cooperação em áreas referentes de grau, nomeadamente a Gestão de Unidades de Saúde, a Psicologia, as Relações Internacionais e História, neste caso não se tratando de um estágio mas antes de uma parceria, na área da História da Arte, tendo em vista a elaboração de um processo de candidatura de “Vila Viçosa, vila ducal renascentista” a Património Mundial e, ainda Ciências e Tecnologias um acordo de parceria com o Instituto de Telecomunicações no âmbito da candidatura plurianual de financiamento de unidades de I&D 2017/2018.

No campo mais específico da UAL há a realçar, por um lado, 4 protocolos da Ratio Legis com a Network of Strategic and International Studies, nos domínios do ensino, investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e exercícios de atividades profissionais em áreas da intervenção comuns e três outros na linha de investigação dos “Direitos Humanos e a implementação do CIDPDP – os desafios da realização dos direitos a um trabalho condigno e à educação”, com a ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, BIPP para a Inclusão da Deficiência e a Fundação AFID Diferença.

Também de destacar, tendo até em atenção a natureza da Entidade Instituidora, a assinatura com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) de um protocolo de cooperação de ações conjuntas e que decorrem da conjugação dos objetivos específicos de cada uma das instituições.

No que toca a protocolos interuniversitários, assinaram-se protocolos de cooperação e memorandos de entendimento relativos a desenvolvimento e cooperação nas atividades científicas e técnicas em áreas de interesse comum, com instituições de ensino superior estrangeiras: 3 brasileiras (Universidade Católica de Brasília, Instituto Universitário do Rio de Janeiro e Faculdade Independente do Nordeste), 2 da República da Coreia (Changwon National University e Hankuk University of Foreign Studies), uma turca (Istambul Aydin University), uma mexicana (Universidad Autonoma de Querétaro), uma de Moçambique (Universidade Eduardo Mondlane) e uma de Angola (Instituto Politécnico Tundavala, do Lubango).

Finalmente, ampliando, por ventura abusivamente, a ideia de representação, o Reitor entende colocar neste capítulo as suas competências e ações na área de júris e provas públicas de doutoramento, em consonância, aliás, com o que tem feito nos relatórios anteriores.

É certo que sendo o doutoramento um grau académico, ele deve ser tratado (e é-o, de facto, pelo menos do ponto de vista estatístico) nos capítulos votados aos cursos conferentes de grau.

Mas, por outro lado, quer através da constituição dos júris que implicam a participação de docentes de outros estabelecimentos de ensino superior e relações com as respetivas universidades, quer através das provas públicas, há uma relação e representação que diz respeito, de forma não despicienda, à imagem da UAL.

É por isso que o Reitor entende dever presidir a todos os júris e às provas públicas de doutoramento realizadas na UAL, pelo menos enquanto o seu número, como tem sido o caso, for compatível com uma presidência empenhada e, quando necessário, interventiva.

Tendo em atenção que a UAL tem 3 doutoramentos acreditados, sendo um deles muito recente, não houve no ano letivo, como se pode verificar no Anexo 11 – Doutoramentos na UAL (2017/2018) - uma atividade particularmente exigente para o Reitor nesta matéria.

Assim, durante o ano letivo 2017/2018 realizaram-se apenas 6 primeiras reuniões de júri para fixação de provas públicas, das quais 3 foram marcadas e realizadas ainda durante o ano letivo de 2017/2018, duas foram marcadas para o início do ano letivo 2018/2019 e uma foi proposta para reformulação, pelo que não tem ainda data marcada.

Além dessas 3 provas públicas, realizaram-se mais duas provas de doutoramento cuja marcação de datas fora feita ainda durante o ano letivo precedente.

Três dos doutoramentos foram na área do Direito, sendo os dois restantes um na área da História e outro em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia. De notar que este foi o primeiro doutoramento nesta área, tendo sido doutorado um docente italiano da Universidade La Sapienza, de Roma, uma das universidades que colabora neste doutoramento da UAL e cuja tese, muito original e com uma natureza marcadamente interdisciplinar, teve um merecido reconhecimento e passou a ser num marco e um desafio aos futuros doutoramentos nesta área.

O doutoramento em História, com um tema esquecido: “Portugal na Guerra do Biafra – a Diplomacia do Estado Novo em África 1967-1969”, foi também bem acolhido pelo júri e evidenciou também uma fusão das áreas de história e de relações internacionais que é de saudar.

Já os três doutoramentos em Direito não tiveram o brilhantismo dos dois anteriores, em particular um deles, classificado apenas com 12 valores, devido claramente a fragilidades metodológicas e a uma quase alienação do direito português, sendo o doutorando brasileiro.

Aliás, estas fragilidades, embora em menor grau nos outros dois doutoramentos, que atingiram um deles 15 (Bom e outro 16 (Muito Bom) valores, estão também aí presentes, sendo um dos doutorados moçambicano e o outro brasileiro, sendo que

este último com a sua tese “Contencioso Eleitoral – uma análise do direito comparado – Portugal versus Brasil”, minorou claramente uma das fragilidades enunciadas atrás, dada a natureza do tema escolhido.

A presença nos doutoramentos da UAL de estudantes lusófonos é, a um tempo, um enriquecimento e um desafio, designadamente para os orientadores e, no fim também para os júris.

Os júris, em geral, tiveram em atenção basicamente o mérito, por todos salientado, de as teses procurarem responder a problemas dos seus países em áreas relevantes por cobrir e isso foi decisivo na sua aprovação e nas classificações obtidas.

Mas o Reitor, tendo lido todas as teses e tendo estado presente em todas as provas, entende que há aqui, nestes casos, que reformular a orientação, sobretudo em termos de apoio metodológico e até de formatação das próprias teses que, sem isso, mais parecem dissertações que teses.

O Reitor agradece a todos os membros dos júris, mas em particular aos provenientes de outras instituições de ensino superior, a disponibilidade manifestada e a colaboração ativa numa atividade fundamental para a universidade, sem que lhe seja dado o devido reconhecimento.

Por último, há um problema que o Reitor não pode nem deve deixar passar em claro: o dos doutoramentos descontinuados.

É bem sabido que os anteriores doutoramentos em Psicologia e Economia foram descontinuados, tendo sido dado, naturalmente, prazos aos estudantes para concluírem os seus doutoramentos, o que foi sucedendo com regularidade.

Durante o ano letivo precedente, foi posta em causa na Direção-Geral do Ensino Superior a validade de um diploma obtido nessas circunstâncias por, alegadamente, não ter respeitado os prazos adicionais associados à decisão de descontinuação desses doutoramentos.

Não é esse o entendimento do Reitor da UAL, nem da Entidade Instituidora, que apresentaram as suas defesas junto da Direção-Geral do Ensino Superior, que não respondeu durante o ano letivo de 2017/2018.

Por evidentes questões cautelares, o Reitor, desde que recebeu o pedido inicial de informações da Direção-Geral do Ensino Superior, “congelou” algumas das teses do doutoramento em Economia que se encontravam já em condições de submissão a um júri, esperando-se que o assunto seja ultrapassado, já no início de 2018/2019.

3. A internacionalização da UAL

Nos relatórios relativos aos anos letivos precedentes, designadamente o de 2016/2017, o problema da internacionalização é abordado exaustivamente no que toca aos elementos que a devem caracterizar em ambiente universitário, pelo que não tem sentido insistir nessa caracterização. No entanto, esta vertente da internacionalização continua a ser elemento preponderante na avaliação das instituições de ensino superior, o que justifica uma atenção permanente à evolução da UAL nesta área.

Procurando não repetir o que está escrito nos relatórios precedentes, convém enumerar as diversas formas que a internacionalização pode revestir:

- i) A atração de estudantes estrangeiros para frequentarem os diversos cursos da UAL;
- ii) A presença de estudantes da UAL em universidades estrangeiras;
- iii) A presença de docente e investigadores estrangeiros na UAL;
- iv) A presença de docentes e investigadores da UAL em instituições estrangeiras;
- v) A participação de docentes e investigadores da UAL em seminários, colóquios, *workshops* e conferências realizadas fora de Portugal;
- vi) A realização em Portugal de seminários, colóquios, *workshops* e conferências com a participação ativa de docentes e investigadores estrangeiros;
- vii) Publicações de docentes e investigadores da UAL em revistas internacionais ou noutras publicações de carácter internacional;
- viii) Publicações de docentes e investigadores estrangeiros em revistas ou outras publicações da UAL.
- ix) A participação de docentes e investigadores da UAL em redes internacionais e investigação.
- x) A organização, em conjunto com instituições de ensino superior estrangeiras, de conferências, colóquios, seminários e outras ações.

Esta enumeração de temas que envolvem relações internacionais da UAL nos campos da docência e da investigação esconde a quantidade e a qualidade dessas ações, bem como, e não é questão menor, a concentração em poucos países ou a dispersão por muitos países estrangeiros, sendo ainda aí relevante não esquecer a geografia desses países.

Além disso, importa ainda colocar essa concentração ou dispersão numa perspetiva estrategicamente assumida, ou não.

Acresce que esta enumeração, se bem avaliada, está longe de traduzir a riqueza das configurações de internacionalização que a prática tem demonstrado. De facto, a enumeração feita é demasiado estática e “isolacionista”, deixando, em parte, de lado dois aspetos crescentemente relevantes no processo de internacionalização: a cooperação institucional e, sobretudo, a mobilidade, sendo que ambos estão profundamente correlacionados. De facto, a cooperação institucional está, em grande parte, na base da mobilidade que se pretende e que abarca todas as funções de uma instituição de ensino superior, desde a docência à investigação, até às funções de governação e administração.

Aliás, no recente relatório da OCDE, “OECD Review of High Education, Research and Innovation: Portugal” (2018), que tem por grande tema a reorganização interna não só das instituições de ensino superior mas, sobretudo, as instituições estatais ligadas à política de educação e de investigação e inovação, a questão da internacionalização é fundamentalmente centrada na cooperação (também, e muito, na cooperação entre as instituições nacionais) e na mobilidade.

Ainda nesta lógica de cooperação, é bom não esquecer a cooperação multilateral corporizada em várias organizações internacionais que têm como objetivo central, com o devido respeito pela sua diversidade (nem sempre respeitada, é certo), contribuir para a abordagem e desenvolvimento de temas sentidos como comuns e relevantes.

Esta descrição evidencia, com clareza, que, no contexto do relatório, um capítulo avulso, como este, acerca dos aspetos de internacionalização da UAL não pode conter em si mesmo todos esses aspetos.

Dáí dever ser lido como um capítulo âncora que, além do seu conteúdo mais específico, tem o objetivo de chamar a atenção para outros capítulos onde a internacionalização está, obviamente, presente. Esses capítulos são, em especial os que respeitam à descrição e caracterização dos estudantes e docentes da UAL, nos diversos ciclos e estudos, à representação da UAL e aos protocolos assinados com várias instituições internacionais e às atividades de investigação.

Do ponto de vista mais formal em termos de organização dos serviços, é o Gabinete de Relações Internacionais (GRI), cujo relatório se apresenta no Anexo 14 - GRI Gabinete de Relações Internacionais, que mais especificamente coordena e desenvolve aspetos relevantes da internacionalização, com particular ênfase nos aspetos da mobilidade nas suas várias dimensões, emergindo como central o Programa Erasmus+.

Como é usual, o relatório evidencia as principais vertentes da “internacionalização da UAL, designadamente a “Consolidação Institucional” e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional”, os “Programas de Mobilidade Internacional/Programa Erasmus+” e a “Promoção de redes de investigação com unidades parceiras”, estando essas atividades descritas em pormenor no referido anexo.

Não menorizando todas as relevantes atividades relativas à consolidação institucional da UAL, designadamente através de tarefas morosas e continuadas de apoio às várias unidades orgânicas da UAL nas suas relações exteriores, nem também menorizando (e ainda menos) a promoção de redes de investigação com universidades parceiras, salientando, neste ponto, o papel de acolhimento ou/e de apoio a docentes e funcionários “in” e “out” na ou da UAL, ou o apoio constante, em termos de tradução, aos diversos centros e investigação da UAL e, sobretudo, pela sua expressão, a organização em Praga de conferências do International Institute of Social and Economic Sciences, sedado em Praga, na República Checa, foi no campo da

mobilidade (aliás já expressa a propósito de docentes e funcionários) que mais se centrou o seu trabalho, com óbvio relevo para o Programa Erasmus+.

Dado o nível de informação primária, mas também e principalmente, a cuidadosa análise dessa informação primária expressa no anexo, o Reitor apenas quer revelar alguns pontos que podem merecer particular atenção.

Em primeiro lugar reconhecer o esforço e o mérito da execução na UAL dos apoios proporcionados pelo Programa Erasmus+, claramente reconhecido pela Agência Nacional/Comissão Europeia, com uma preocupação pela melhor e mais ampla afetação do total dos apoios recolhidos.

Em segundo lugar, evidenciar a natural diferença entre os estudantes da UAL no contexto do programa e o número de estudantes não portugueses que visitam a UAL ao abrigo desse programa. Não esquecer, entretanto, que o número de estudantes não portugueses que frequentam a UAL, e são portanto uma das indicações do nível quantitativo da internacionalização, está bem para além desses visitantes que, dada a natureza do Erasmus+ são, fundamentalmente, provenientes do espaço europeu.

A maior percentagem de estudantes visitantes da UAL ao abrigo do Erasmus+ vem de Espanha (um terço) com a particularidade relevante da grande dispersão por várias universidades de origem (9 universidades), a grande maioria delas na área da Arquitetura (76,4%).

A Itália surge em segundo lugar com cerca de 23,5% desses estudantes, provindos de 5 universidades, repartindo-se por 4 áreas científicas, com ligeiro predomínio da Arquitetura. Aliás, Arquitetura é a principal área procurada (sobretudo a nível dos 2ºs ciclos) com cerca de 35% das escolhas dos estudantes.

A área da Gestão é a segunda mais procurada, com 29,4% das escolhas, com a particularidade de uma grande presença de estudantes da República Checa (6), exclusivamente de uma só universidade, provavelmente fruto da cooperação institucional, já que também essa universidade recebeu estudantes da UAL da área da Gestão.

O mesmo número de estudantes (6) foi proveniente da Roménia, de duas universidades, mas todos para a área das Ciências da Comunicação.

Foram recebidos, em número mais reduzido, estudantes provenientes da Eslováquia (todos para Gestão, tal como os vizinhos checos), Turquia (Economia e Gestão), Bulgária (Gestão), Suíça (Arquitetura) e Polónia (Engenharia Informática e Telecomunicações).

Já quanto aos estudantes da UAL, para além dos já mencionados a propósito da República Checa, 5 estiveram na Polónia (4 em Gestão e 1 em Engenharia Informática), 4 em Espanha em 3 universidades (3 em Ciências da Comunicação e 1 em Gestão), 3 na Bulgária (Economia) e 1 na Alemanha (Arquitetura). Assim, Gestão foi claramente (em mais de 50%) a escolha dos estudantes da UAL neste programa. É interessante notar que em ambas as situações prevalece a presença do elemento feminino.

O Reitor volta a salientar que a presença de estudantes não portugueses vai bem para além dos estudantes Erasmus+. Aliás, como bem mostra o Anexo 14, o Brasil, através de acordo específicos, tem vindo a aumentar a sua presença, com 19 estudantes ao abrigo desses programas específicos, provenientes de 5 universidades, distribuindo-se por várias áreas científicas, com predominância da Arquitetura, seguida da História e do Direito.

Contudo, como já se referiu, o quadro de estudantes não portugueses tem de ser completado pela leitura o Capítulo 6, em que se descreve a frequência total dos estudantes da UAL nos vários ciclos de estudos.

Ainda no capítulo da mobilidade Erasmus+, há a salientar a presença na UAL de 11 professores visitantes (por períodos curtos), vindos de 5 países, espalhados por diferentes áreas. Em contrapartida, apenas 3 docentes da UAL (1 em Espanha e 2 em Itália) estiveram ao abrigo da mobilidade Erasmus, também por períodos curtos.

Também se deve aqui ter em conta que a mobilidade dos docentes nos dois sentidos não se confina, muito pelo contrário, à aplicação do Programa Erasmus+.

Finalmente, mas não relevantemente, porque põe em evidência o papel fulcral das atividades de apoio e de administração no funcionamento das universidades., há que

salientar a mobilidade dos funcionários ao abrigo do Programa Erasmus+, tendo 6 funcionários da UAL visitado três países (e em cada um deles), Itália, Roménia e Bulgária, em troca de experiências que é de louvar.

Mas a maior saliência neste campo vai para o notável número (25) de funcionários estrangeiros que, através da mobilidade Erasmus, visitaram a UAL, provenientes de 4 países, com relevo para a Polónia (15, de 4 universidades), Espanha (4, de 3 universidades) e Itália (1).

A grande maioria visitou o GRI (Gabinete de Relações Internacionais) o que é, afinal, um sinal inequívoco do mérito deste gabinete na sua ação exterior, designadamente no que toca ao aproveitamento do Programa Erasmus+.

O Reitor felicita o GRI por todo o seu trabalho, enaltecendo a competência e disponibilidade permanente da Dra. Carolina Peralta.

Essa disponibilidade ultrapassa em muito as próprias funções normais do GRI, salientando-se em particular todo o apoio na tradução que as diversas unidades da UAL tantas vezes solicitam.

Um último aspeto da internacionalização tem a ver com as relações multilaterais no âmbito do ensino superior, para além das bilaterais que serão descritas noutra parte do relatório.

A UAL está associada a várias organizações universitárias na área do ensino superior, sendo de destacar a European University Association (EUA), a AULP (Associação de Universidades de Língua Portuguesa) e a Universia, uma organização do Grupo Santander de apoio às instituições de ensino superior, particularmente às ibero-americanas.

A primeira destas associações tem grande expressão e atividades, embora acabe por ser norteadada, pelo menos no que a Portugal diz respeito, pela lógica das universidades públicas, com peso específico do CRUP. Isto não significa que a UAL não possa e não deva participar de algumas atividades e utilizar os seus relatórios, alguns dos quais têm grande relevância em termos de governação. Aliás, o Reitor tem opinião que há que fomentar mais a participação nessa associação.

Independentemente da intensificação do acompanhamento das atividades dessa instituição, a APESP (Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado) juntamente com outras organizações congéneres europeias de ensino superior privado e cooperativo lançaram-se na construção de uma rede de cooperação, a “European Independent Higher Education Network” cuja declaração de criação já foi assinada e que procurará ter em atenção as especificidades do ensino superior privado e cooperativo na Europa, designadamente nos países em que esse ensino tem maior expressão.

No que toca à AULP, a UAL tem acompanhado, com alguma irregularidade, as suas atividades e encontros, entendendo que, para além dos encontros bilaterais que proporciona e são sempre proveitosos, há ainda algo a melhorar na sua agenda e posicionamento, de modo a que a associação se possa afirmar como um centro verdadeiramente criador de um espírito universitário lusófono, não isolado, como deve ser timbre, mas aberto às outras culturas universitárias sem nelas se diluir.

É um pouco desse espírito que tem prevalecido na organização do Grupo Santander, a Universia, dedicado ao apoio do ensino superior ibero-americano, com uma panóplia de atividades que fomentam o desenvolvimento do ensino e da investigação nas línguas ibéricas, ao mesmo tempo que desenvolve instrumentos de ensino, divulgação e de abertura à criação de emprego que a UAL tem, ainda que com alguma deficiência, aproveitado e que convém desenvolver mais.

Aliás, dentro do espírito de abertura a outras culturas que se referiu a propósito da UAL, o Reitor tem encontrado nas reuniões da Administração da Universia Portugal, um interesse crescente pela ligação da Universia a África, com natural relevância para os países lusófonos.

4. A inserção dos estudantes da UAL na sociedade

Reconhecidamente este é um tema atual de grande discussão, profundamente intrincado com a missão da universidade e que, ao constituir-se em critério permanente de avaliação institucional e dos próprios ciclos de estudo universitários, justifica uma atenção especial.

A abordagem do problema tem, claramente, duas vertentes: uma, de natureza teórica, que discute e fundamenta o papel da universidade, tendo em atenção os três ciclos de estudos, bem como as suas atividades de pós-graduação, já que os estudantes de pós-graduação são, também, uma expressão viva da inserção da UAL na sociedade, embora, como é evidente, não constituam critério relevante para as avaliações dos ciclos de estudo conferentes de grau, já sendo discutível, a meu ver, que tal não possa ser considerado na avaliação institucional, a outra, de natureza operacional, cujo objetivo é o conhecimento por parte da universidade do trajeto dos seus ex-estudantes, bem como, à saída, a promoção da sua inserção na sociedade.

No que toca à primeira vertente e, mais objetivamente, à natureza dos diversos ciclos de estudo, vale a pena invocar o recente relatório da OCDE (“OCDE Review of Higher Education, Research and Innovation: Portugal” (2018).

Embora o documento seja especialmente votado ao funcionamento das instituições de ensino superior público, à sua governação e ao modo como o sistema está ou não adequadamente ligado à inovação e ao seu financiamento e, portanto, emergja como mais saliente o problema dos 3^{os} ciclos e não, propriamente, a discussão da relação entre todos os ciclos e a empregabilidade, há, implicitamente, diagnósticos e recomendações que situam o problema do ensino superior e da inovação no contexto da sua ligação à sociedade.

Em particular, logo no seu sumário executivo se afirma que “The profiles and missions of Portugal’s public higher education institutions, viewed as a system, are not well aligned to national and regional needs” (página 18).

E, embora logo de seguida, venha a preocupação de organização do **sistema público** basicamente orientado para os processos pedagógicos (poucos) e de inovação (muitos) é por demais evidente que “as national e regional needs”, a que o ensino superior pode e deve responder, têm a ver com a preparação para todas as atividades da sociedade e não para a autocontemplação universitária.

Aliás, este raciocínio é perfeitamente legítimo por mais dois pontos abordados no referido relatório.

O primeiro tem a ver com a necessidade de alargar a base de recrutamento para o ensino superior de um modo diversificado de modo a aumentar a qualificação das pessoas face às novas exigências de competitividade. Isso é bem visível nas recomendações feitas (página 191) a propósito do acesso ao ensino superior em que, para além da afirmação de criar maior apoio financeiro a estudantes através de bolsas se recomenda especificamente:

“1. Further improve the diversity of the educational offer”, propondo, neste contexto, “Remove obstacles in quality assurance and funding systems that limit the capacity of higher education institutions to offer part-time, distance and blended short cycle, bachelor and master’s programmes, and ensure that provision is adapted to a full range of students, including adult learners. Provisions in the guidelines that underpin A3ES decisions relating to quality assurance of programmes and unnecessarily limit flexible programme design and curriculum should be reviewed and eliminated.”

“2. Revise the higher education entrance examination system to ensure it is appropriately adapted to students from upper secondary vocational education”, referindo, de seguida, “To widen access to higher education, the entrance examination system for higher education should be aligned to the needs and profiles of students from both secondary professional and scientific-humanistic tracks.” (página 191).

Como é evidente, o objetivo final da recomendação não é “encher” os sistemas de ensino superior, mas buscar uma melhor resposta às questões a sociedade, com maior e melhor empenho do ensino superior, estando pois em causa a empregabilidade e até o empreendedorismo (este bem mais ligado à inovação).

Antes e passar à segunda parte que atrás refiro, não posso nem devo deixar em claro duas notas que me são suscitadas pelas citações atrás feitas.

Em primeiro lugar, e transversalmente a todo o relatório, de facto, a quase completa alienação do ensino superior privado, apesar de, em várias fases, ter sido ouvido pela equipa que produziu o relatório. Basicamente tudo tem a ver com o ensino superior público e se para este se reclama no relatório mais autonomia para responder aos novos desafios, que dizer da autonomia do ensino superior privado que poderia, com maior flexibilidade, responder às preocupações explícitas no relatório. Aliás, em reforço do que escrevo vem esta posição do referido relatório (página 37) “Pursue full implementation of the foundational status for HEIs and take additional measures to increase flexibility in financial management and procurement for public higher education institutions” evidenciando, em vários pontos, a possibilidade de se aproximarem, em certos pontos, do regime privado.

O segundo ponto é a referência à A3ES com limitativa do crescimento e das adaptações desejadas, que será retomada no capítulo sobre qualidade/inação.

Voltando agora à segunda nota que vem robustecer a opinião de que, implicitamente, a empregabilidade e a inserção na sociedade são o objetivo final do relatório, basta ler (página 49): “Policy issue 6.2. More needs to be done to create quality employment opportunities for doctoral graduates in Portugal”.

Aliás, esta será, no contexto do relatório, uma das principais preocupações, obviamente ligada a temas largamente explorados como o “Doctoral Training” e as “Academic Careers”.

Assim, (página 264), a referência “Policy issue 8.6. The knowledge exchange infrastructure should be strengthened to improve connections between tertiary education institutions (TEIs) and industry”, emerge no relatório como uma preocupação especial com a relação entre o ensino superior e as pequenas e médias empresas portuguesas.

Parece, pois claro, que o problema da avaliação da inserção dos estudantes da UAL na sociedade deve ter em conta os processos de saída da universidade aos vários níveis, incluindo o retorno à universidade dos que já obtiveram graus de ensino superior.

Isto leva-nos então à parte operacional no sentido de estabelecer processos de avaliação do papel da universidade, por um lado, através do percurso dos seus ex-estudantes e, por outro lado, através da capacidade de atração dos graduados que procuram reciclar e adaptar os seus novos conhecimentos.

No primeiro caso, o órgão encarregado desse acompanhamento (e também da promoção e da facilitação do enquadramento profissional dos graduados) é o Gabinete de Inserção Profissional, cujo relatório figura no Anexo 15 - Gabinete de Inserção Profissional.

O segundo caso referente à atração de graduados para pós-graduações é avaliado no capítulo dedicado à Autónoma Academy.

Note-se, contudo, que, designadamente nos 3^{os} ciclos, mas também com algum relevo nos 2^{os} ciclos, alguns dos estudantes são mestres, ou licenciados, já integrados profissionalmente na sociedade e que regressam à universidade para aumentarem o seu nível de universitário, tanto numa perspetiva de melhoria a posição na sua carreira profissional, como, designadamente os mais avançados em carreiras profissionais, por forte desejo de aprendizagem.

Voltando ao Gabinete de Inserção Profissional, do relatório emerge basicamente a vertente de mediação e ajuda à inserção profissional, através da “resposta aos diversos pedidos de recrutamento, promovendo assim a ligação entre o mundo académico e o mundo empresarial, através da celebração de protocolos e de divulgação das ofertas das empresas junto do respetivo público-alvo.”

A atividade que surge com maiores referências (110) é a de Divulgação de Ofertas das empresas que incorpora, indiferenciadamente, empregos, estágios curriculares e profissionais. A não distinção não permite especificar, com clareza, o que é, ou pode ser, inserção profissional, em fase de estágio ou de entrada na profissão, do que é um estágio curricular que diz ainda respeito à formação exigida pelo completamento do

ciclo de estudos. Aliás, este ponto de vista, o número de estudantes nesta situação não é completamente capturado por esta informação, pois alguns cursos, designadamente o de Psicologia, estabelecem vários protocolos deste tipo com outras instituições.

Entre os meios de divulgação ressaltam o Facebook e o *site* institucional da UAL, bem como a referência aos ALUMNI, cujas informações seriam indispensáveis a um acompanhamento mais próximo da trajetória dos ex-alunos e não só, como é o caso, à situação de saída da universidade e, mesmo essa, só através desta informação do GIP.

Tendo em atenção a pertença da UAL à UNIVERSIA (Santander) que tem um portal de emprego de grande dimensão nacional e internacional, desconhece o Reitor se tal tem sido devidamente divulgado pelos estudantes e se estes o têm utilizado com sucesso, tanto mais que se refere a utilização de Bolsas Santander Universidades para Estágios.

Nos protocolos (39) de estágios realizados salienta-se a presença fortemente maioritária das Ciências da Comunicação, salientando-se que apenas 3 desses estagiários ficaram integrados nas empresas, um dos quais com Mestrado em Gestão.

O Reitor reconhece o esforço feito nesta matéria, mas entende que, porventura, com maior coordenação com todas as outras áreas da universidade, será possível no futuro responder mais pró-ativamente na linha das preocupações aqui deixadas neste capítulo do relatório.

5. Avaliação/Acreditação

A escolha de um capítulo do relatório cujo conteúdo é avaliação/acreditação resulta do facto incontestável da profunda relação que há entre as duas atividades que, no entanto, têm conteúdos diferenciados, embora alguns dos objetivos tenham natureza transitiva.

Isto significa que a acreditação recorre aos resultados da avaliação, podendo (e até devendo) esta ser realizada num contexto que não tenha a ver com a acreditação.

Do ponto de vista do funcionamento da universidade e dos seus cursos concedentes de grau, há que distinguir a avaliação individual (e conseqüente processo de acreditação) de cada curso, da avaliação institucional, que abarca toda a instituição, indo, por isso, para além das áreas científicas e pedagógicas, ou seja, no nosso caso, a avaliação institucional que é uma avaliação do conjunto CEU/UAL.

Há que salientar que esta avaliação não está desligada do processo de acreditação dos cursos. Com efeito, o Artigo 55º do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, refere no seu nº 1 (agora número único) as modalidades de acreditação, estabelecendo que:

“1 – A acreditação de um ciclo de estudos numa instituição de ensino superior pode ser efetuada através:

- a) Da acreditação do ciclo de estudos
- b) Da acreditação da instituição de ensino superior para a ministração de ciclos de estudos em uma ou mais áreas de formação e conducentes a um ou mais graus académicos.”

A alternativa b) está claramente ligada à avaliação institucional, garantindo esta, em princípio, uma acreditação diferenciada dos cursos, respeitando, no fundo, mais de perto o que deve ser uma verdadeira autonomia universitária.

Naturalmente, a promoção e a coordenação das ações conducentes à avaliação institucional, cuja preparação se iniciou neste ano letivo de 2017/2018, é da responsabilidade da CEU, contando, obviamente, com toda a colaboração da área científica-pedagógica da UAL. Salienta-se, desde já, que o processo é delicado e

moroso, com elevado nível de exigência por parte da A3ES, o que recama um empenho forte e contínuo de toda a universidade e da sua entidade instituidora.

Papel central nesta avaliação, bem como em outras avaliações mais ligadas ao nível pedagógico, designadamente o desempenho dos docentes, dos funcionários, e ainda dos níveis de satisfação dos alunos em matérias pedagógicas e logísticas, cabe ao Gabinete da Qualidade (cujo relatório anual de autoavaliação se apresenta no Anexo 16 – Relatório de Autoavaliação do Gabinete da Qualidade, cuja função mais relevante é a construção e a operacionalização efetiva do Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ), que é, também, um elemento não despidendo numa avaliação institucional, sem embargo de lembrar que o seu verdadeiro objetivo não é formal, mas substantivo. Com efeito, o SIGQ deve servir para procurar garantir, no terreno, a melhoria contínua de todas as atividades e de todos os processos da CEU e da UAL.

O Mestre Eng^o João Vela Bastos foi o iniciador e o grande defensor deste sistema pelo qual se bateu incansavelmente, tendo em maio de 2018 assumido outras funções. A todo o entusiasmo, dedicação e trabalho realizado fica aqui o reconhecimento profundo do Reitor.

Para preencher o lugar de Coordenador do Gabinete da Qualidade foi nomeado o Eng^o João Moura Ferreira que, graças a uma transferência partilhada, durante cerca de dois meses, de funções, assumiu o cargo com igual entusiasmo, conseguindo uma dinâmica assinalável, que o Reitor agradece e que é bem visível também no conteúdo do Anexo 16.

Para além da revisão do SIG o Gabinete iniciou um novo processo de realização de inquéritos pedagógicos aos alunos, anónimos e de resposta não obrigatória.

O número de respostas está longe ainda de corresponder ao desejado, mas não foi por falta de esforço continuado por parte do gabinete como, aliás, se evidencia no Quadro do ponto 3 do Anexo 16.

Ainda em relação aos alunos, foram recolhidas reclamações, não podendo o Reitor deixar de chamar a atenção para que a grande maioria dessas reclamações se deve a

dois tipos de atrasos, um de natureza pedagógica – atraso no lançamento de notas – e outro administrativo – atraso na divulgação dos horários das turmas.

Ambas prejudicam os alunos e há que procurar eliminar essas situações. Em particular o Reitor espera que os docentes que estão em falta neste campo cumpram com diligência e prontidão a divulgação das “notas” para que os alunos possam preparar adequadamente as decisões que dependem delas.

No que toca à avaliação dos cursos da UAL e consequente acreditação são apresentados, no Anexo 17 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2017/2018, os atuais cursos acreditados, bem como o respetivo ano de renovação da acreditação, pois é bem sabido que as acreditações são dadas por períodos específicos que têm de ser renovados, mediante novos ciclos de avaliação por parte da A3Es.

Tal como consta desse anexo a UAL tem 12 licenciaturas, 9 mestrados e 3 doutoramentos acreditados, procurando, obviamente numa lógica de crescimento estratégico controlado, garantir a acreditação dos seus cursos e abrir cursos novos, sem embargo de admitir que possa descontinuar alguns desses cursos por manifesta desadequação da procura, ou por desenquadramento na sua estratégia de crescimento com vista à concretização de um perfil que a diferencie.

Ora a acreditação constitui uma condição prévia ao funcionamento dos cursos e também ao reconhecimento de uma instituição de ensino superior como universidade. Este último reconhecimento impõe à universidade um número mínimo de 9 licenciaturas, 6 mestrados e 3 doutoramentos, condições que a UAL cumpre claramente nos 2 primeiros ciclos, mas que cumpre no limite mínimo no caso dos doutoramentos, o que impõe, obviamente, uma atenção especial aos 3^{os} ciclos e aos seu adequado desenvolvimento.

Sendo este relatório relativo ao ano letivo de 2017/2018, poderia parecer que a abordagem deste problema poderia ficar por aqui, com a nota não irrelevante da acreditação durante o ano letivo de 2017/2018 do Mestrado em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, importante ciclo de estudos na perspetiva de consolidação progressiva de uma área tecnológica central no desenvolvimento da universidade.

Só que o Reitor entende, como aliás a redação do relatório vem mostrando, que não pretende que ele seja um mero repositório, mesmo que analítico e crítico, do funcionamento do ano letivo a que se refere, mas seja também um diagnóstico das diversas situações com vista à melhoria do futuro e ao fundamento das propostas estratégicas e potencial desenvolvimento que o relatório deve também conter, tal como consta da alínea i) do Artigo 17º dos Estatutos da UAL: elaborar não só o relatório anual das atividades mas também o plano anual que, aliás, deve submeter à aprovação da entidade instituidora.

Como é evidente, dada a natureza da informação necessária para a elaboração do relatório anual e do tempo necessário para coligir os dados e as informações necessárias, o relatório só é produzido já com o ano letivo seguinte, isto é, o de 2018/2019, não sendo possível impedir que um plano anual, assim traçado, quando é colocado no relatório já esteja em execução. Daí deve resultar que o plano que, aliás, tem de ser aprovado em consonância com o próprio plano global da Entidade Instituidora deva, nestes relatórios, ter uma visão também de médio prazo, antecipando anos letivos posteriores ao de 2018/2019, numa perspetiva estratégica que deve ser plurianual, sem embargo da concretização de ações previstas para cada ano letivo.

É exatamente por causa desse entendimento que, em vários capítulos, o Reitor refere que alguns assuntos serão novamente abordados neste capítulo de avaliação/acreditação, dada a enorme dependência da estratégia e até das ações anuais e de funcionamento normal da universidade, da acreditação.

Ora, como já se salientou várias vezes, ainda durante o ano letivo 2017/2018 (embora não surpreendentemente mas, por certo, extemporaneamente face aos calendários normais de funcionamento das instituições de ensino superior) foi publicado o Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, que altera significativamente o anterior Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, mudando significativamente as condições e a metodologia de avaliação e acreditação, com influência decisiva sobre as perspetivas de funcionamento e a evolução estratégica das universidades, com impacte fortíssimo sobre a UAL, que deve ser abordado desde já.

Tal como já se referiu, também essas alterações são fruto de um processo que envolveu, por solicitação do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a OCDE e que veio a culminar num relatório final, sob o título “OECD Review of Higher Education Research and Innovation: Portugal”, sem uma data explícita da sua produção, indicando-se apenas o ano de 2018.

Esse relatório contém uma série de recomendações que não são exatamente as que são invocadas no preâmbulo do Decreto-Lei nº 65/2018, pois estas, que alegadamente enformam todo o diploma são posteriores à publicação (que obviamente tem de se considerar “apressada”, incluindo a sua promulgação) já que nele se invoca “o conjunto de recomendações apresentadas pela OCDE em fevereiro de 2018”.

Ora o documento apresentado pela OCDE em 5 de fevereiro de 2018 era um “Summary document” (tinha 56 páginas, enquanto o relatório final tem 27 páginas) em que se especifica, com clara notoriedade (e cita-se): “This note is a summary of the findings and main recommendations of the review. It is a draft document for consultation purpose only”. E ainda: “The document reflects the results of the Review at a pre-final stage and has not yet benefited from the comments of the Portuguese authorities”.

Portanto, em princípio, poder-se-ia dizer que as disposições do diploma que alegadamente moderniza o “regime jurídico de graus e diplomas de ensino superior” se baseiam num “draft” cujo objetivo é apenas de consultar e não nas recomendações finais da OCDE (sem embargo de estas merecerem também da parte do Reitor da UAL sérias reservas, a par do reconhecimento de muito interesse em muitas das recomendações que não serão esquecidas no capítulo de Perspetivas Estratégicas e Plano de Ação), cuja disponibilização é claramente posterior ao diploma e, também e obviamente, à decisão política da iniciativa legislativa que a ele conduziu constante da “Comunicação Política sobre o Conselho de Ministros”, de 28 de junho de 2018.

Poder-se-ia dizer, e tinha-se legitimidade política para o fazer, que esse “draft” foi sujeito a uma consulta pública tal como se diz nessa comunicação (e cita-se): “Na sequência da apresentação do Relatório de Avaliação da OCDE no dia 9 de fevereiro e após discussão pública dos diplomas debatidos inicialmente pelo Governo a 15 de

fevereiro, o Governo apresentou uma série de iniciativas legislativas e programáticas...”.

Ora não foi o relatório que foi apresentado, como já se evidenciou atrás, mas um *draft* para consulta e, por isso, não é legítimo que se escreva no preâmbulo do diploma em que se apresentam os principais objetivos: “Para dar acolhimento às recomendações formuladas pela OCDE é essencial proceder à revisão do regime jurídico dos graus e diplomas de ensino superior, tendo em vista os seguintes objetivos...”

O Reitor da UAL tem obrigação de, sendo este um Relatório do Reitor, evidenciar todos os passos, méritos e contradições do diploma, bem como o processo que a ele conduziu, porque participou ativamente nele, sempre que solicitado ou teve ocasião para se manifestar, tendo em atenção os efeitos que a sua aplicação vai ter sobre o ensino superior em Portugal e, sobretudo, no nosso caso, sobre o ensino superior privado que, uma vez mais, é discriminado, não passando de uma espécie de “post-scriptum” de um diploma quase inteiramente votado ao ensino superior público.

Nesse aspeto pode dizer-se que há consonância quer com o “draft”, quer com o relatório final da OCDE que deveria, com mais propriedade, ser designado por “OEDC Review of Public Higher Education Research and Innovation: Portugal” com uma nota de rodapé a indicar que existe também o ensino superior privado e cooperativo.

E não se pode dizer que a equipa da OCDE não foi informada por contactos pessoais e institucionais das condições dos desafios que o ensino superior privado e cooperativo defronta ou que o Governo não teve eco na sua consulta pública por parte do ensino superior privado e cooperativo, já que a APESP, como instituição, respondeu à consulta pública (o Reitor da UAL deu para isso a sua contribuição) e o Reitor da UAL respondeu também, nessa condição, a essa mesma consulta, cujo conteúdo consta do Anexo 18 – Avaliação da proposta DL 38/2018 de 14-02-2018 e da Nota do Conselho de Ministros de 15-02-2018, pelo que, no corpo do relatório se prescinde de dar maior enfoque às condições em que este diploma foi concretizado.

Apenas uma nota interessante relativa à consulta pública. Como se pode ler no referido Anexo 18, e tendo em atenção o peso dos rácios das condições dos doutorados

nas instituições na acreditação dos cursos, a versão da iniciativa legislativa posta a consulta pública estabelecia que: “É determinado ainda que o corpo docente próprio para efeitos de acreditação é o corpo docente de carreira e não apenas os docentes em tempo integral....”

Na resposta que consta do Anexo 18 o Reitor escreveu: “Se o “apenas” foi entendido no seu significado habitual, isso quereria dizer que os docentes em tempo integral não eram os únicos que contavam, mas contavam. Só que essa interpretação, normal aliás, não torna muito perceptível o reclamado estímulo de recrutamento para posições de carreira, a menos que isso signifique que uma pessoa com outra atividade não académica, mas com as condições de participar nas atividades de ensino/aprendizagem e até de I&D, se vincula para esse efeito a uma só instituição e nela faça essa carreira paralela. É que se não é esta a interpretação, a frase devia ser do tipo “é o corpo de docentes de carreira e já não os docentes em tempo integral”. Teremos de invocar a Pitonisa de Delfos?”

A verdade é que a “Pitonisa” clarificou e o texto do diploma final assume a configuração proposta e resolve o problema. É um sinal que algo foi modificado. Mas, se se tiverem em atenção outras dúvidas e preocupações expressas nesse Anexo 18, pouco ou nada mais fica esclarecido ou modificado.

Feitas todas estas observações, e sem desistir de lutar por uma universidade que possa ser verdadeiramente autónoma, com responsabilidade, obviamente, há que, pragmaticamente, procurar responder às exigências que são impostas (e que, claramente, e as recomendações do Sumário Executivo do Relatório Final da OCDE são, nesse aspeto, inequívocas, têm por fundamento a estrutura e a modernização do ensino público), designadamente no campo da acreditação e, dentro deste, ao problema dos doutoramentos, cuja superação é crucial para se manter o estatuto de universidade.

E nesse contexto de pragmatismo há, desde logo, que salientar uma importante (e de difícil concretização por parte das instituições de ensino superior, designadamente das privadas e cooperativas) alteração das condições e também, e não menos

relevantemente, do processo de acreditação, que figura logo no preâmbulo do Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto:

“É garantido que a acreditação de ciclos de estudo conducentes ao grau de doutor depende da existência de ambientes próprios de investigação de elevada qualidade, designadamente considerando os resultados da avaliação das unidades de I&D, regularmente realizadas pela Fundação para a Ciências e Tecnologia, I.P., e a integração alargada dos docentes desse ciclo de estudos em unidades com a classificação mínima de Muito Bom na área científica correspondente.”

Deste logo (conforme, depois em texto, Artigo 29º 2. c) a precedência da FCT na avaliação, com o absoluto desconhecimento do que se refere às exigências de classificação de uma Unidade de Investigação Multidisciplinar, ou seja, com conjugação de várias áreas científicas.

Isto é tanto mais estranho e inconsistente quanto é certo que, a seguir, se afirma que:

“É valorizada a criação de ciclos de estudos em áreas emergentes ou multidisciplinares, através da clarificação das condições de acreditação nessas situações, quando não exista ainda um corpo alargado de pessoal docente academicamente qualificado, densificando o regime de casos excecionais de acreditação já atualmente aplicado pela A3ES”.

Mas se se entende isto para as áreas emergentes, que sentido tem a sua aplicação às multidisciplinares?

E continua o equívoco (até semântico):

Artigo 28º

2. O grau de doutor é conferido num ramo do conhecimento ou numa sua especialidade (confusão semântica no documento com quatro termos não devidamente definidos:

- domínio
- área
- ramo
- especialidade

Como avaliar então e como construir rácios adequados?)

- Só que o Artigo 4º do Decreto-Lei 65/2018, relativo aos requisitos de acreditação de cursos, estabelece que:

“As alterações aos requisitos gerais de acreditação estabelecidos no Artigo 57º e aos requisitos especiais estabelecidos nos artigos 6º, 16º e 29º do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, com a redação dada pelo presente decreto-lei aplicam-se:

- a) Aos pedidos de acreditação de novos ciclos de estudos apresentados após 15 de outubro de 2020.
- b) Aos ciclos e estudos em funcionamento à data de entrada em vigor do presente decreto-lei a partir de 31 de dezembro de 2022, sendo aplicadas no terceiro ciclo de avaliação em funcionamento a desenvolver pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior”

Admitindo, embora não concedendo, que as condições da alínea b) poderão ser cumpridas pelas IES até à data prevista, é evidente que tal não parece ser possível no caso da alínea a) e, por dois potenciais motivos:

- i) São os novos ciclos que as IES pretendem apresentar compatíveis com os ciclos de avaliação das unidades de investigação por parte da FCT?

- ii) Tem a FCT condições para ir ao encontro das reformulações propostas pela OCDE e no cumprimento das quais se fundamenta esta lógica de avaliação?”

O primeiro e fundamental problema é saber como é que a FCT vai responder a este novo e complexo conjunto de obrigações, quer na sua estrutura e governação interna, quer na sua relação com a A3ES.

E este é um ponto que teve uma cuidadosa avaliação e consequentes recomendações do Relatório da OCDE, que obriga a alterações fundamentais que o diploma não prevê e que, até ao fim do ano letivo de 2017/2018 não tinham tido qualquer acolhimento visível, o que, obviamente, compromete a credibilidade de todo o exigente modelo de acreditação imposto.

A FCT tem, aliás, um peso muito significativo no contexto das recomendações da OCDE, salpicadas, ao longo de quase todos os capítulos. Mas no conjunto de todas, vale a pena salientar a que vem no ponto 3.6 das Recomendações do Capítulo 3 relativo a “Governance, Strategy and Funding in the HERI System”: “Reform the FCT, increasing its capacity to effectively balance national research priorities and the priorities of the nation’s scientific research communities”.

E em texto subsequente:

“ ...

The independence of FCT in the fulfilment of these objectives should be strengthened by institutional reforms such as the dissociation of the roles of Director General for Research Planning and President of FCT. More radical reforms could also be considered, including a change of the current ‘Public Institute’ status of FCT, which provides only limited administrative and financial autonomy (...) vis-à-vis the scientific communities it funds. A key condition of this autonomy is a clear separation between the “scientific evaluation” bodies and the “decision making” bodies that assign the indicative allocations of resources per areas, instruments. Potential options include notably the creation of an FCT “General Advisory Council”, with a broader scope and stronger role than the current Conselho Consultivo, and changes to strengthen the FCT “Governing Board” (Conselho Directivo) with the appointment of additional members.

Wider autonomy vis-à-vis funded scientific communities should be complemented by a review of its scientific panel structure, to ensure that the FCT is capable of responding effectively to new knowledge needs, and to a range of research communities that are applied, clinical, or transdisciplinary.”

Como é bem visível são atribuídas à FCT funções essenciais no contexto da investigação (e, muito especialmente, do seu financiamento) mas, do mesmo passo, as alterações provocadas pelo Decreto-Lei nº 65/2018 no papel da investigação na

acreditação dos cursos e também na avaliação/acreditação, conferem à FCT um peso determinante que advém de ser “a porta de entrada”, ou seja, condição necessária para que um doutoramento possa ser avaliado pela A3ES, já que, antes tem de se verificar a existência de um centro e investigação com classificação igual ou superior a Muito Bom, cuja competência é da FCT.

Daí a necessidade que a recomendação da OCDE, repetidamente enfatizada, da separação entre a avaliação científica e a atribuição de financiamento seja efetivada. Mas isso, como se vê na recomendação, não chega, pois é preciso alterar radicalmente a composição, a dimensão e a estrutura dos vários órgãos da FCT.

Em particular, e no que toca à avaliação/acreditação, é curial reforçar as equipas de avaliação e aumentar o Conselho Diretivo da FCT. Dada a sua constituição atual é evidente que não há qualquer membro com experiência significativa nas Ciências Sociais e Humanidades (há que reconhecer que o próprio relatório da OCDE está muito enviesado para as áreas da tecnologia, ciências da vida e engenharia), em pleno contraste com o reconhecimento da interdisciplinaridade que não pode prescindir das áreas sociais e humanas.

Como é evidente isto implica profundas alterações que exigem tempo para que possam ser concretizadas com cuidado, em particular, sem discriminação do Ensino Privado que, aceitando as recomendações da OCDE, não pode deixar de estar representado no “General Advisory Board” da FCT, quando não mesmo através de docentes/investigadores de carreira com provas dadas, no Conselho Diretivo.

Perante estas transformações, duas questões ligadas à avaliação/acreditação têm de ser salientadas: o problema da avaliação dos centros de investigação e os prazos estipulados para a concretização desse processo e sua influência nas estratégias das instituições de ensino superior, ambas exigindo uma cuidadosa e respeitada coordenação entre a FCT e a A3ES.

Esta coordenação implica também a conjunção de dois problemas atrás relevados, isto é, a mudança nos critérios de avaliação e os prazos do processo de transição. Quando à mudança de critérios da avaliação e acreditação, esta sobretudo no caso dos

doutoramentos (e, exageradamente, também, às vezes em mestrados) era centrada quase em exclusivo na lógica da existência de um ambiente de investigação propício à realização de doutoramentos, sendo a avaliação desse ambiente basicamente fundamentada nas capacidades e curricula dos docentes envolvidos nos cursos.

No novo diploma o sujeito da avaliação é, como já atrás se evidencia, a instituição de ensino superior que, em consonância com a alínea c) do Artigo 29º impõe como uma das condições para acreditação de um doutoramento que as instituições “disponham, nessa área, dos recursos humanos e organizativos necessários à realização de atividades de I&D, nomeadamente através da demonstração de integração mínima de 75% dos docentes de doutoramento em unidades de investigação com a classificação mínima de Muito Bom nesse ramo de conhecimento ou sua especialidade, obtida na sequência de avaliação desenvolvida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.”.

De notar, desde já, e isso é claro nos Artigos 6º e 16º, que essa intervenção específica da FCT não existe para a concessão dos graus de licenciado e de mestre, em que o papel da investigação, em consonância com o que foi descrito no capítulo precedente sobre investigação, tem um papel bem diferente, designadamente no que toca aos objetivos da aprendizagem versus investigação nesses ciclos.

A leitura do Artigo 29º poderia ser interpretada no sentido de exigir que 75% dos docentes de doutoramento estejam ligados a unidades de investigação, não necessariamente na instituição, desde que esses tivessem tido uma classificação não inferior a Muito Bom, o que não exclui o já referido papel da FCT nesta avaliação.

Contudo, a referência à disposição nessa área não só de recursos humanos, mas também de recursos organizativos, pode admitir a leitura mais estrita de que as unidades de investigação devem ter uma organização ligada à instituição onde ocorre o doutoramento.

Se assim for, o Artigo 4º do Decreto-Lei 65/2018 impõe que “aos pedidos de acreditação de novo ciclo de estudos apresentados após 15 de outubro de 2020” se aplique o Artigo 29º acima citado, na sua leitura mais estrita.

Como é evidente, será praticamente impossível uma instituição de ensino superior, por si só, conseguir, em tempo tão curto, criar, reestruturar ou melhorar uma unidade de investigação com condições para obter a classificação de Muito Bom, para além da quase impossibilidade de a FCT responder às duas questões já anteriormente formuladas a propósito das condições da FCT, incluindo os seus ciclos e avaliação, já programados antes da publicação deste novo diploma, evidenciando, uma vez mais, uma desarticulação entre os órgãos de Estado ligados ao Ensino Superior e à investigação que, aliás, é questão permanentemente criticada no relatório da OCDE e consequente fruto de recomendações para suprir essa descoordenação.

Perante esta situação a Direção da APESP pediu um encontro com o Conselho de Administração da A3ES, em que o Reitor da UAL esteve presente, para procurar entender a posição da A3ES perante este diploma e, designadamente, este artigo, tendo, no entender do Reitor, encontrado um espírito muito aberto e consciente dos problemas que se levantam, tendo sido garantido que até 15 de outubro de 2020 manteria, sem qualquer alteração, os critérios de acreditação que têm vigorado até aqui e que, no que toca às unidades de investigação, entendia que a parceria de unidades de investigação era aceitável, e que, por isso, uma mesma unidade de investigação partilhada seria suporte para a acreditação de doutoramentos em qualquer das instituições que estivessem envolvidas nessa unidade de investigação.

Esta posição e as condicionantes que o diploma impõe vão determinar, para os anos letivos até 2019/2020, uma eventual alteração de perspetivas estratégicas, ainda por cima dependentes da posição da FCT que urge conhecer.

É evidente que esta alteração com prazos tão curtos vai implicar decisões de emergência em que, como em todas as emergências, as necessidades imediatas (o tal curto-prazo que impede otimizar, ou pelo menos melhorar, estratégias perspetivadas dinamicamente) de acreditação para a sustentabilidade vão prevalecer sobre uma busca de criação de um perfil próprio da instituição (que, obviamente, impõe ajustes programados com tempo) com vista a uma diferenciação que é recomendada pelo relatório da OCDE.

Este é mais um desafio a que a UAL tem de responder, para além das diversas respostas que, nesta área, tem vindo a dar permanentemente, não podendo e nem querendo o Reitor, neste ponto, deixar de evidenciar e agradecer o rigor e o empenho posto nestas tarefas, designadamente pelo Prof. Doutor José Subtil e pela Mestre Telma Ruas.

Tudo isto resulta da falta de coordenação e decisão de longo prazo e, fundamentalmente, da absoluta alienação do princípio da gradualidade que deve presidir a todas as alterações estruturais relevantes, como é o caso.

Naturalmente este ponto, em conjugação com o conteúdo do capítulo sobre investigação, serão retomados no capítulo final relativo às perspetivas estratégicas e ao plano de ação.

Há, por fim, algo que, em termos de acreditação, fica desde já no ar: o problema das chamadas escolas doutorais. Com efeito, a cisão, em termos de conteúdo dos ciclos e das exigências de investigação, que se faz entre os dois primeiros ciclos e os terceiros ciclos, justificam reiteradamente a existência dessas unidades dentro das instituições e, muito provavelmente, dada a dimensão mínima crítica necessária à sua existência, acordos entre instituições para construir uma escola doutoral comum.

Quais os critérios de acreditação para esse tipo de escolas? Qual a sua independência? Este problema, aliás, não é radicalmente diferente do que se porá à avaliação de unidades de investigação multidisciplinares e, mais agudamente, nas unidades transdisciplinares.

Como preparar essa mudança que é mais que desejável?

6. Perspetivas estratégicas e plano de ação

Não é demais repetir que a governação de uma universidade privada e, portanto, da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões, tem uma natureza híbrida, de tal modo que, como já foi salientado na introdução, o conteúdo deste relatório tem de ser conjugado com o relatório da Entidade Instituidora (C.E.U.), em particular neste ponto concreto de estratégia e de planos de ação, com o Plano e Orçamento aprovado para o ano letivo de 2018/2019.

Como é evidente, dada a necessidade de recolha de informação completa sobre o ano letivo precedente, o Relatório do Reitor já é produzido com o referido ano letivo em andamento e, portanto, já com a possibilidade de dispor de informação contida nesse documento do Plano e Orçamento. Este, por sua vez, tem, como não podia deixar de ser, uma visão integradora do binómio CEU/UAL, em consonância, aliás, com a já referida cooperação pessoal e institucional entre o Conselho de Administração da CEU e o Reitor, pelo que, em particular no que respeita às questões mais especificamente pedagógicas e científicas, o que é dito nesse documento tem a perfeita concordância do Reitor, pelo que não será necessário, até para evitar repetições, dar peso a estas matérias neste ponto do relatório.

Acresce que, como é sabido, e as observações dos estudantes nos seus inquéritos de avaliação bem o provam, os aspetos de organização dos cursos, logísticos, do equipamento e de instalações, têm um peso nas “performances” pedagógica e científica que não podem ser ignorados e onde a conjugação de todos os esforços é imprescindível.

Contudo, essa é matéria que, dos pontos de vista de decisão e execução, cabe inteiramente no Plano e Orçamento da CEU, pelo que, o Relatório do Reitor só ancilarmente se poderá referir a eles, quando, e se tal se mostrar relevante para as propostas de natureza pedagógicas ou científicas.

Neste espírito e coerentemente com as observações feitas ao longo deste relatório sobre essas matérias, o Reitor revê-se inteiramente naquilo que, no Plano e

Orçamento 2018/2019 da CEU, refere visar “a salvaguarda da Universidade Autónoma e o reforço do seu prestígio”, designadamente:

- a. Proposta de abertura de novos cursos:
 - Mestrado em Gestão de Unidades de Saúde (Departamento de Ciências Económicas e Empresariais)
 - Doutoramento em Engenharia Informática e de Telecomunicações (Departamento de Ciências e Tecnologias)
 - Doutoramento em Sociedades Mediáticas de Língua Portuguesa (Departamento de Ciências da Comunicação)
 - Doutoramento em Psicologia (Departamento de Psicologia)
- b. Renovação da acreditação junto da A3ES (dos cursos dos 3 ciclos de estudos da UAL);
- c. Manifestação da intenção de acreditação junto da A3ES do Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ);
- d. Criação do corpo docente próprio da UAL que, numa primeira fase, irá integrar para além dos docentes cooperadores, cerca de 40 professores da UAL;
- e. Entrada em vigor do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes, cumprido que está o período experimental que decorreu no segundo semestre do ano letivo de 2017/2018;
- ...
- g. Prosseguir e ampliar as ações e formação de docentes e de colaboradores não docentes;
- ...
- m. Procura de instalações que garantam o reforço do espaço disponível para que se possa, melhorar as condições de funcionamento dos estabelecimento de ensino detidos pela CEU;
- n. Prosseguir a melhoria do Sistema Informático, designadamente através da aquisição de novos módulos para o SIGES;
- ...
- p. Manter o apoio ao Centro de Arbitragem da UAL para que se possa reforçar a prestação de serviços à comunidade;
- q. Ampliar a oferta formativa no âmbito da Autónoma Academy;
- ...”

Subjacentes a este conjunto de ações estão expressos objetivos prioritários dos quais se salientam, para além dos mais ligados à gestão e estratégia de governação da CEU:

“I. Promover o aumento da população escolar dos estabelecimentos de ensino da CEU;

III. Potenciar as atividades que promovam a internacionalização

...”

Importa salientar que a referência específica a estes pontos, alguns dos quais caem, mais claramente, no âmbito específico da CEU, resulta de uma visão global do conjunto CEU/UAL, como se evidenciará nos temas que estão abordados neste capítulo, que seguem a estrutura dos relatórios precedentes, a saber:

- Os problemas dos departamentos/cursos
- Avaliação e acreditação
- O reforço da Investigação
- A colaboração interuniversitária e a internacionalização
- A ligação à sociedade civil
- Os apoios internos à UAL

Só que estes temas serão neste relatório precedidos de um enquadramento das perspetivas estratégicas que, pela lógica de médio/longo prazo que as deve nortear, tem de ser abordado pela incerteza acrescida que ameaça o Ensino Superior e a Investigação e, muito particularmente, o Ensino Superior Particular e Cooperativo.

Aliás, isso depreender-se-á de várias observações e críticas que polvilham os capítulos anteriores deste relatório e que, tal como os outros pontos, serão marcas de referência para construção dos vários subcapítulos deste capítulo 6, implicando, naturalmente, algumas repetições de assuntos já abordados previamente.

Também importa não ignorar, dada a altura em que o relatório é produzido, que algumas das ações previstas para o ano letivo 2018/2019 já estarão em causa, quer por estarem a ser implementadas ou, pelo contrário, não verem perspetivas de realização que, embora não sejam tema deste relatório que descreve 2017/2018, poderão não ser ignoradas se tal se justificar para melhor avaliação do realismo das perspetivas estratégicas ou da potencialidade de concretização de ações previstas.

6.1. Enquadramento das perspetivas estratégicas

Como se poderá deduzir do que foi sendo dito ao longo do relatório, o que o Reitor considera como foco de profundas incertezas que rodeiam o futuro do ensino superior e da investigação em Portugal é o Decreto-lei nº 65/2018, de 16 de agosto, em que, especificamente, se afirma: “Para dar acolhimento às recomendações formuladas pela OCDE, é essencial proceder à revisão do regime jurídico dos graus e diplomas de ensino superior...”

Assim, fica claro que a justificação para a mudança é o dar acolhimento às recomendações formuladas pela OCDE.

Deste modo, os documentos produzidos pela OCDE que incorporam estas recomendações devem ser confrontados com o que é apresentado no Decreto-Lei nº 65/2018, quer quanto à correta (se adequada, porque, não o sendo, há que justificar) transposição dessas recomendações quer quanto à opção pela integralidade (ou não) dessas recomendações, de novo, sendo fundamental (no caso de não) justificar essa não opção.

É claro que estas justificações serão tanto mais necessárias e não alienáveis quanto mais integradas estiverem as recomendações feitas, ou seja, quando, pelo menos naquilo que podem ser subconjuntos separáveis de recomendações, não se tornem recomendações avulsas, destruindo o “aparelho” que responde, em conjunto, e só em conjunto, a um dado objetivo, prévia e claramente bem definido. A não ser assim, entra-se na “pesca à linha”, isto é, usa-se a recomendação que dá jeito a uma decisão previamente assumida, sem justificação, alienando as outras que a pusessem em causa, ou sem as quais ela põe em causa o sentido integral. Por outras palavras, entra-se na lógica das “meias-verdades” em que os políticos são hábeis, com total desrespeito pelos princípios éticos que devem subjazer a um comportamento político verdadeiramente democrático. Como escrevia o saudoso Francisco Lucas Pires “a meia-verdade é mais corrosiva que a mentira” e esta corrosão é a corrosão da democracia e, portanto, da legitimidade (que não é o mesmo que legalidade) da feitura e da aplicação das leis.

É legítimo perguntar se é sensata e oportuna esta série de considerações num relatório de um Reitor de uma universidade.

Em condições normais de funcionamento democrático, com transparência e sem meias-verdades, claro que a resposta seria, indubitavelmente, NÃO!

Só que a leitura dos capítulos precedentes e em especial a Nota do Reitor no Anexo 18 dão, pelo menos, o direito de pôr a hipótese de que as condições exigidas pelo “Não!” não estão cumpridas. E vamos recordar porquê.

Em primeiro lugar, como já se salientou em vários pontos, é ilegítima a invocação de que o diploma segue as recomendações da OCDE, já que, e está claro no diploma, de que “o processo veio a resultar num conjunto de recomendações, apresentadas pela OCDE em fevereiro de 2018.”

Não vai o Reitor aqui repetir os argumentos já apresentados no presente relatório e, em particular, no Anexo 18 já referido.

É, pois, evidente que, confrontando esse “draft” de recomendações com o Relatório Final da OCDE saído no final do ano (com 275 páginas), há alterações que não podem ser ignoradas. Isto não significa que as alíneas a), b), c) e d) que se seguem aos tais objetivos da citação anterior, contrariem o que está escrito no Relatório Final. O que se está a afirmar é a ilegitimidade de invocar recomendações que na data invocada não eram mais que propostas para discussão pública, como era claramente expresso pelos próprios redatores do documento da OCDE.

Mesmo superando esta “falha” de legitimidade, é legítimo perguntarmo-nos se o Decreto-Lei nº 65/2018 respeita a integralidade e a coerência das recomendações feitas pela OCDE. E a resposta é um redondo NÃO!

Basta, para o demonstrar, invocar a decisão sobre o processo de acreditação dos doutoramentos, socorrendo-nos do relatório final “OECD Review of Higher Education Research and Innovation: Portugal”.

Na página 18, no contexto do Sumário Executivo, sob a epígrafe “The missions profiles and use of resources of higher education institutions”, e dentro da primeira referência

(“The profiles and missions of Portugal’s public’s higher education institutions viewed as a system (o sublinhado é meu e será retomado mais adiante) are not well aligned to national and regional needs”) introduz-se a recomendação da possibilidade de os Institutos Politécnicos passarem a poder conferir doutoramentos. Aí se pode ler:

“Further, the legal basis for polytechnic institutions could be revised to permit the carefully controlled award of doctoral degrees by polytechnics.”

Esta recomendação é seguida à risca no Decreto-lei nº 65/2018 que, no nº 1 do seu Artigo 4º estabelece que:

“As instituições de ensino superior conferem os graus académicos de licenciado, mestre e doutor.”

Como os politécnicos são instituições de ensino superior, está satisfeita a recomendação!

Mas estará a ser seguida a recomendação com todo o rigor? Veja-se que, cuidadosamente, a OCDE sujeita a concretização dessa recomendação a revisão das bases legais que permitem esta concretização. Foi isso que foi feito?

O Decreto-Lei nº 65/2018, ao alterar o Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março e suas sucessivas alterações, faz isso! Mas onde está a legitimidade?

É que o RJIES (Lei nº 62/2007, de 10 de setembro) relativo ao regime jurídico das instituições de ensino superior estabelece, sem qualquer ambiguidade, no nº 2 do Artigo 7º (Instituições de ensino politécnico) que:

“As instituições de ensino politécnico conferem os graus de licenciado e de mestre, nos termos da lei.”

Será, então, que o Decreto-Lei pode contrariar o regime geral das instituições, ou seja, será que a alteração de base legal prévia à decisão de dar aos politécnicos a faculdade de conferirem doutoramentos foi cumprida? Ou não será antes que se o decreto-lei é mesmo “apressado”, como foi referido já neste relatório, não respeitando as precedências legais? E a “pressa” é tanto menos compreensível quanto é certo que o decreto-lei, a certa altura do preâmbulo escreve:

“Os novos requisitos agora fixados, cuja implementação será gradual...”

Mas será gradual em quê? A resposta está lá:

“no cumprimento por parte da instituição de ensino superior das disposições previstas nos estatutos de carreira docente aplicáveis relativamente às percentagens de professores de carreira e de docentes convidados, bem como à distribuição dos professores de carreira por categoria.”

Será isso que leva a que o seu Artigo 4º - Alterações dos requisitos de acreditação, a evidenciar que estas alterações apenas se aplicam:

- a) Aos pedidos de acreditação prévia de novos ciclos de estudos apresentados após 15 de outubro de 2020;
- b) Aos ciclos de estudos em funcionamento à data da entrada em vigor do presente decreto-lei a partir de 31 de dezembro de 2022, sendo aplicadas no terceiro ciclo de avaliação e acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento a desenvolver pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.”

Parece evidente que este tempo de “espera” terá por objetivo dar às instituições de ensino superior o tempo de se adaptarem às novas exigências, designadamente à prevalência do “corpo docente de carreira” na avaliação e acreditação dos ciclos de estudo. Não há pois qualquer gradualidade na entrada em vigor da possibilidade de os politécnicos conferirem doutoramentos, não se esperando pela necessária modificação do regime geral (RJIES).

Admitindo que os prazos dados são suficientes para a adaptação das instituições (o que não se concede), estarão definidas todas as condições para que as instituições possam traçar planos consistentes para essa adaptação?

A resposta a esta questão pressupõe que entretanto ficam clarificadas as governações e os critérios de avaliação com que hão-de viver. E será que essas mesmas instituições terão tempo e condições de se preparar adequada e atempadamente para criar esse ambiente de segurança regulamentar que se exige?

Se atendermos a que novos cursos que se apresentem depois de outubro de 2020, ou seja, depois do final do próximo ano letivo, já têm que cumprir os novos requisitos, será que quer a A3ES, quer a FCT (e este ponto já será retomado), já se terão equacionado e reformulado com antecipação suficiente para que esses cursos possam ser preparados com o cuidado que uma avaliação e uma acreditação rigorosas exigem?

Ou não será antes que, de novo, fica justificada a expressão de “apressado” dada ao decreto-lei?

No que diz respeito à A3ES o preâmbulo do decreto-lei refere:

“É assim que, consolidando esta cultura de qualidade e mérito e concluído o período inicial de 10 anos sobre a instalação da A3ES, é chegado o momento para a avaliação e acreditação de ciclos de estudos evoluir para uma nova fase de exigência, incluindo, nomeadamente, a verificação de práticas de reforço de emprego científico e de desenvolvimento de carreiras académicas e científicas, assim como da capacidade de I&D em todas as instituições de ensino superior.”

É, então, evidente que a avaliação se vai passar a nível das instituições (avaliação institucional) e não tanto a nível de cada curso que é apresentado a acreditação, com critérios bem diferenciados, mas sem um completo apagamento das exigências de cada curso, como se pode comprovar pela leitura das condições que são impostas a cada área de cada ciclo de estudos. É certo que o sujeito de cada artigo é quase sempre a instituição, mas não se perdem as exigências relativas a “cada área, áreas de formação fundamentais do ciclo”, no caso dos primeiros e segundos ciclos e ramos do conhecimento na sua especialidade nos terceiros ciclos”.

Veja-se, desde já, em primeiro lugar, a igualdade na definição dos primeiros e segundos ciclos e na sua diferença para os terceiros ciclos, sendo, contudo exigido que se clarifiquem os conceitos de “área de formação”, “ramos do conhecimento” e, dentro destes, “especialidades”. Louve-se, no entanto, designadamente nos primeiros e segundos ciclos, a potencial extensão a mais de uma área, o que abre finalmente a porta à inter ou multidisciplinaridade.

Só que a porta volta a fechar-se ou, pelo menos, a ficar no “trinco”, quando para os coordenadores dos primeiros e segundos ciclos se exige “grau de doutor na área de formação fundamental do ciclo”. Mas no caso de “áreas”, qual é? “Pressa” ou confusão?

É, portanto, uma adaptação exigente e em vários planos. Não se contesta, exceto no que se refere à discussão sempre presente sobre o que se entende por autonomia universitária, o modo nem, sobretudo, os objetivos que norteiam estas decisões, mas, repete-se, a falta de uma gradualidade quer legislativa, quer na identificação dos tempos de adaptação que o diploma incorpora, para além dos equívocos já mencionados.

Este comentário ainda é mais justificado pela abertura, muito positiva e que se saúda, a novos cursos com estruturas diferentes, como é expresso no preâmbulo:

“É valorizada a criação de ciclos de estudos em áreas emergentes ou multidisciplinares, através da clarificação das condições de acreditação nestas situações, quando comprovadamente não exista ainda um corpo alargado de pessoal docente academicamente qualificado, densificando o regime de casos excecionais de acreditação já atualmente aplicado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).”

Mas quando se pode avançar com um curso destes? E como? Como é um curso novo, ser-lhe-iam aplicados novos requisitos, apenas “moderados” pela não “existência comprovada” de situações que obriguem a esses requisitos. Com que segurança se pode preparar um curso destes?

Mas ainda, como foi referido ao longo do texto, há outro problema que é uma clara disrupção face ao processo atualmente ainda em curso. Trata-se do papel cometido à FCT que lhe confere a posição de, implicitamente, ditar que cursos ou, no limite, que instituições, podem ser acreditadas, já que, designadamente para os terceiros ciclos, o princípio do processo de acreditação depende da FCT.

De facto, estabelece-se que:

“É garantido que a acreditação de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor depende da existência de ambientes próprios de investigação de elevada qualidade, designadamente considerando os resultados da avaliação das unidades de I&D, regularmente realizada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., e a integração alargada dos docentes desse ciclo de estudos em unidades com classificação mínima de Muito Bom na área científica correspondente.”

Invocando os argumentos já expostos no Anexo 18, pode dizer-se que esta situação vem na linha das recomendações da OCDE. Mas está a ser contemplado, pelo menos com ritmo adequado, todo o conteúdo dessas recomendações, de forma a não por em causa, em nenhum momento, a coerência do “edifício” proposto?

Para responder a essa questão basta verificar as condições de transformação da FCT que as recomendações propõem.

O que foi feito até agora? Quando e como vai ser feito? Em que prazo? E como e quando as instituições têm “guidelines” para estabelecer os seus planos? E mais e antes: como é que toda essa alteração de fundo é feita sem a participação das instituições?

E porque o diploma se “defende” com as recomendações da OCDE, destacam-se alguns pontos do Relatório Final da OCDE:

Na sua página 20, no contexto do Sumário Executivo, escreve-se:

“The concentration of public funding and decision-making responsibility in the FCT also contrasts with the current international patterns, where greater responsibility is typically granted to universities in selecting candidates and attributing scholarships. There is room to direct more public funding for PhDs to higher education institutions through reformed support for doctoral programmes.”

E sobre a estrutura das carreiras (página 21):

“The comparatively detailed national legal and regulatory frameworks that structure academic careers creates rigidities in the system, in particular in relation to the way staff use their time and profile themselves. Portugal must ensure institutions and academic staff have flexibility to allocate staff time efficiently and to follow distinct career profiles. Moreover, policies should encourage institutions to implement transparent and merit-based procedures for staff performance review that are aligned to institutional mission, and support differentiation in pay and rewards.”

Está isto respondido ou até apenas considerado no Decreto-Lei nº 65/2018?

Não cabe aqui continuar a fazer a exegese do relatório mas apenas evidenciar as eventuais incoerências de conteúdo e de gradualidade de aplicação que, como se referiu de início, tornam o planeamento do médio/longo prazo quase impossível, implicando um perigoso “pilotage-à-vue” e um apressar (estrategicamente arriscado, é certo) de decisões para procurar, dentro do possível, adaptar-se aos apertadíssimos calendários propostos.

Sem embargo desta abordagem, e para terminar este enquadramento, entendemos ser, ainda, relevante, apresentar dois pontos que não devem ser esquecidos:

- i) Na página 241 do Relatório da OCDE há uma recomendação de especial alcance:

“Allow institutions the maximum degree of flexibility in creating permanent academic posts after the subsidised fixed-term contract periods have expired, notably through avoiding a narrow definition of the scientific area in which the new post should be created.” (o sublinhado é meu)

Esta recomendação é perfeitamente consistente com a defesa da criação de cursos, incluindo doutoramentos, interdisciplinares, mas, apesar de esse princípio ter sido teoricamente assumido no decreto-lei nº 65/2018, esbarra

com disposições que o podem contrariar. É o caso da citação anterior desse diploma em que se refere:

“a integração alargada dos docentes desse ciclo de estudos em unidades com classificação mínima de Muito Bom na área científica correspondente.” (o sublinhado é meu)

Esta situação vem acrescentar-se aos equívocos já relevados sobre a abertura real à inter e multidisciplinaridade, impondo-se, além disso, uma clara distinção, se existir, entre “área de formação fundamental” e “área científica”.

De uma “pernada” ignora-se a interdisciplinaridade e também a multidisciplinaridade, tão apregoadas mas tão maltratadas e impõe-se a integração alargada (o sublinhado é meu) dos docentes em centros de investigação claramente especializados numa única e específica área científica, pondo em causa, obviamente, a investigação inter e multidisciplinar com as áreas coerentemente conjugadas.

Ainda por cima a frase é equívoca relativamente à situação dos docentes no que toca à relação com a instituição em que têm a sua carreira. Tem que existir necessariamente na sua instituição um centro de investigação, da sua área, em que estejam integrados, ou podem os docentes estar integrados noutro centro de investigação, da sua área (ou de outra) fora da sua instituição?

Aparentemente sim (exceto, continuamente, no caso de outra área), pois a alínea c) do nº 2 do Artigo 29º estabelece como uma das condições para a concessão do grau de doutor que a instituição demonstre ter uma “integração mínima de 75 % dos docentes do doutoramento em unidades de investigação com a classificação mínima de Muito Bom nesse ramo do conhecimento ou sua especialidade (cá está!), obtida na sequência de avaliação desenvolvida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.;”. (De notar que, de novo, as alíneas d) e e) voltam a circunscrever as condições exigidas a um ramo de conhecimento ou sua especialidade).

Só que, o nº 5 desse mesmo artigo submete as condições dessa integração em unidades orgânicas da própria instituição, ou entidades de direito privado, constituídas ou participadas pela instituição de ensino superior ou outras

unidades de direito privado ou em polos ou delegações de uma entidade subsidiária de direito privado.

E a pergunta imediata é: E se estiverem integrados em unidades de investigação de outras instituições com classificações iguais ou superiores a Muito Bom? E se duas ou mais instituições constituírem um centro de investigação conjunto, contará a sua existência para cada uma das instituições e se ele for multi ou interdisciplinar, como será avaliado? E contará para as diversas áreas? Tudo isto está em aberto e é particularmente relevante para a possibilidade de criação de escolas doutorais quer numa só instituição, quer por associação de várias instituições.

Acresce que o objetivo “alargado” em “integração alargada” também é equívoco, porque ou tem em vista uma lógica quantitativa (e lá vêm os 75% como mínimo) ou, pelo contrário, uma visão de natureza qualitativa e essa favorecerá a interpretação de que contam os docentes de carreira integrados em centros de investigação exteriores à sua instituição. Só que o nº 5 do Artigo 29º pode por em causa esta interpretação.

E, no entanto, há um capítulo do Decreto-Lei nº 65/2018 (o Capítulo VI), integralmente dedicado à atribuição de graus e diplomas em associação (do Artigo 41º ao 43º), mas em nenhum deles se especifica qualquer referência a potenciais unidades de investigação conjuntas ou de como considerar a integração dos docentes nessas unidades. Pelo contrário, o Artigo 42º parece alienar essa possibilidade, pois se refere à competência de todas e de cada uma (por si, não?) para atribuir o grau em causa, indo até ao ponto de referir a possibilidade de presença na associação de instituições de ensino superior não legalmente competentes para atribuir o grau de doutor, que, nesse caso, não pode emitir o diploma, ou seja, a associação não lhe confere a qualidade de parceira integral.

- ii) Finalmente, mas não menos relevantemente para a Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões e, mais geralmente, para todo o Ensino Superior

Particular e Cooperativo, o Relatório da OCDE, alegadamente fonte do Decreto-Lei nº 65/2018, designadamente no que toca às alterações aos decretos-leis antecedentes nos quais revoga os itens que foram modificados ou eliminados, tem por base quase exclusiva o ensino e a investigação públicos (de facto “estatais”), como o revela, claramente, o adjetivo public devidamente sublinhado na referência feita atrás relativamente a “The profiles and missions of Portugal’s public higher education institutions”. Ainda por cima ele é “viewed of a system” (sublinhado meu), o que parece, implicitamente, evidenciar ou que só há esse sistema (e assim parece pois as referências ao privado e cooperativo são absolutamente ancilares e sem reconhecimento de qualquer especificidade que o distinga) ou, é ignorado. Nesse caso haveria dois sistemas, o público e o “privado e cooperativo” que, nessa altura, justificaria um tratamento autónomo que não existe.

Essa ignorância é particularmente evidente na defesa de que as instituições públicas para reforçarem a sua autonomia devem procurar estabelecer ou reforçar a sua característica fundacional, a fim de poderem reger-se por leis privadas e não ficarem exclusivamente submetidas à falta de flexibilidade da gestão pública.

O ponto 4.2. da Recomendações da página 164 do relatório é claro:

“Pursue full (o sublinhado é meu) implementation of the foundational status for HEIs and take additional measures to increase flexibility in financial management and procurement for public higher education institutions.”

É claro que a referência ao public, um adjetivo, antes da “higher education” tem de ter implícita a existência de uma outra “higher education”, sem o que perdia qualquer significado a existência de um adjetivo para distinguir o que seria “único”.

Só que, não só se ignora o “sistema”(?) alternativo, como se captura a área social em que esse sistema alternativo se insere, ou seja, no privado, porque muitas das funções existentes ou a existir têm financiamento privado (serão as PPP da educação?)

Quando é que a sociedade civil terá em atenção a existência do “sistema” superior privado e cooperativo apoiando-o com prioridade?

Será culpa só deste “sistema” por alegadamente não ter a “qualidade” suficiente (e, se assim fosse, o que se não concede, seria um problema típico do “ovo e da galinha”) ou “outros valores mais altos” se levantarão?

O Reitor espera ter traçado um quadro suficientemente elucidativo da nebulosa que rege e continuará a enquadrar a evolução do ensino superior, designadamente o privado e cooperativo (às vezes nem sequer pertence à nebulosa e fia pendurado no “vazio”) para que não seja possível traçar perspetivas de médio/longo prazo minimamente fundadas e consistentes.

É por isso que o desenvolvimento dos pontos seguintes tem de ser visto como um conjunto de ações, fundamentalmente de curto prazo, que procuram garantir uma sobrevivência digna, enquanto se procura criar condições para uma desejável evolução sustentada.

6.2. Os problemas dos Departamento/Cursos

No relatório do ano letivo precedente relativo a este ponto referiu-se “a grande disparidade de dimensão entre os 8 departamentos existentes na UAL, quer em número de docentes, quer de cursos, e mesmo de ciclos, com alguns deles com uma expressão numérica relativamente diminuta.”

Acrescentava-se, a seguir, que “A primeira reação, de carácter organizacional, a esta situação, é encarar a alternativa de fusão entre alguns deles, designadamente os de menor dimensão, tendo em atenção eventuais vizinhanças científicas entre algumas da áreas existentes”, salientando ainda que “Esta hipótese é, de algum modo, consistente com a interdisciplinaridade cada vez mais necessária aos avanços científicos e à necessidade de reconciliação das várias áreas para abordar os reais problemas que a sociedade enfrenta e a universidade tem de procurar ajudar a defrontar.”

Contudo, por razões aí explicitadas, algumas de natureza estrutural, outras conjunturais, entendeu-se não ser oportuno propor qualquer reorganização de imediato.

Ora, tendo em atenção o que é dito no enquadramento deste capítulo, o que na altura não era oportuno, agora seria prematuro e, de algum modo, irresponsável, porque não podem estar clarificadas as opções estratégicas a seguir.

Daí que o que agora é possível e desejável propor é uma avaliação contínua dos cursos existentes no sentido de os robustecer ou, se for caso disso por um diagnóstico cuidado, descontinuá-los.

Claro que a consolidação a nível dos departamentos levanta o problema quer de uma eventual recomposição, no caso de se ter de optar por alguma descontinuação, quer de lançamento de novos cursos ou ciclos, mas, dadas as circunstâncias, isso deverá ser feito com as devidas cautelas, tendo como objetivo prioritário a defesa do estatuto de universidade da UAL, como se explicará no ponto seguinte relativo à Avaliação/Acreditação. Por outro lado, não se pode perder de vista o desenho futuro de cursos interdepartamentais que terão, obviamente, muito a ver com uma eventual reorganização departamental que, por isso mesmo, é neste momento prematura.

Feitas estas considerações, os problemas dos departamentos/cursos reclamam uma resolução que tem a ver, em conjugação, com os alunos, os docentes e os apoios internos à UAL, quer logísticos, quer de funções e, conseqüentemente, do relevante papel dos colaboradores não docentes.

Naturalmente, a fonte de propostas de ação no sentido de resolver os problemas, é o conjunto de informações, observações e comentários constantes dos capítulos deste relatório relativos a cada um desses pontos, conjugados com as ações e objetivos constantes do Plano e Orçamento da CEU, já especificados no início deste capítulo do relatório.

Retomando este último ponto, ressalta, em primeiro lugar, um dos objetivos aí inscritos – promover o aumento da população escolar dos estabelecimentos de ensino

da CEU – pelo efeito multiplicador que tem no funcionamento da UAL, quer dos cursos, quer dos departamentos.

Obviamente, como já se referiu, o Reitor subscreve inteiramente este objetivo que tem como implicação, imediata e inalienável, a prévia realização de uma ação já indicada – “Procura de instalações que garantam o reforço do espaço disponível para que se possa melhorar as condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino detidos e a deter pela CEU”.

Concomitantemente com esta, há necessidade de promover outra das ações indicadas, ou seja – Prosseguir a melhoria do Sistema Informático, designadamente através da aquisição de novos módulos para o SIGES.

A invocação prioritária, neste contexto, destas ações decorre de elas estarem muito ligadas a ultrapassar as principais queixas apontadas pelos estudantes ao funcionamento da UAL – instalações e equipamento – sendo que tem saliência especial dentro do Equipamento, o parque informático à disposição dos alunos, bem como as atualizações de Software” para um ensino dinâmico, baseado em contactos estudante/docente e não só, nem maioritariamente, em aulas magistrais, particularmente, mas não só, nos segundos e terceiros ciclos.

Se existem queixas com a população atual, é óbvio que o aumento da população escolar vai exercer maior pressão, também sobre o número e dimensão das turmas, clamando, por sua vez, maior número de horas de contacto e, eventualmente, maior número de docentes ou/e uma afetação diferente dos docentes às diversas unidades curriculares.

Mas, para uma resposta eficiente a este crescimento, não chegam estas ações que, se podem dar condições estruturais, têm de ser utilizadas e rendibilizadas por comportamentos adequados.

É nesse contexto que se aplaude e entende como conveniente e urgente outra as ações já indicadas – Prosseguir e ampliar as ações de formação de docentes e de colaboradores não docentes – designadamente nos campos da pedagogia, explorando novas metodologias que o mundo digital proporciona para melhorar (e não substituir)

os tempos de contacto, bem como, para a generalidade dos colaboradores da CEU/UAL, de um maior conhecimento dos equipamentos e programas disponíveis, para que a sua utilização possa contribuir para melhorar as suas “performances”.

Feita esta recomendação mais geral, a ligação dos alunos aos cursos e aos departamentos, suscita questões delicadas de natureza pedagógica que só poderá aumentar com o crescimento da população escolar, dependendo ainda de eventuais decisões sobre as formas de acesso que são motivo constante de discussão política.

Importa salientar que a UAL deve estar aberta à aceitação de todos os que, dentro das condições legalmente impostas, queiram frequentar a universidade, com o objetivo de proporcionar a todos e a cada um, uma melhoria dos seus conhecimentos, o seu sentido crítico e de inovação que os valorize como cidadãos e como potenciais profissionais, neste último ponto, procurando, também, criar flexibilidade e capacidade de adaptação à mudança.

Tudo isto exige a incorporação de um valor acrescentado, cuja concretização depende das condições e capacidades de cada estudante e, depois, e muito, de organização dos cursos e do seu apoio logístico e, fundamentalmente, da eficiência da relação estudante/docente, onde as capacidades deste último têm de ser aproveitadas do melhor modo possível, entre as quais se tem de distinguir a capacidade de adaptação aos diferentes tipos de estudantes que se lhe apresentam.

Estas considerações estão, obviamente, ligadas ao facto de uma grande abertura ao acesso dos estudantes impor, por sua vez, uma flexibilidade de adaptação crescente a desafios diferenciais que a variedade de acesso incorpora naturalmente.

Nesse campo, é de ressaltar a transformação evidente que a UAL teve na relação entre o número de alunos no turno diurno e no pós-laboral, com este a ser apenas cerca de metade daqueles, ao contrário do que sucedia há poucos anos, embora o seu número até tenha aumentado no ano letivo 2017/2018.

Isto corresponde a um rejuvenescimento dos estudantes da UAL com a quota de estudantes com menos de 20 anos, que era baixíssima há 3 ou 4 anos, passar a ser da ordem de um terço, por claro aumento da entrada de estudantes pelos concursos

institucionais. Mas isto não foi homotético por todos os cursos, o que evidencia a necessidade de diferentes abordagens, não só, obviamente, devido à natureza dos cursos, mas, dentro dos próprios cursos, tendo em atenção o perfil dos alunos, as suas motivações, as suas diferentes experiências e conhecimentos de base, para além da sua disponibilidade, esta última particularmente importante no caso dos trabalhadores-estudantes.

Não é possível, obviamente, dar resposta completamente individualizada a todos e cada um dos estudantes, mas tem de ser possível encontrar processos pedagógicos e tempos de contacto que se adequem aos diferentes turnos e aos diferentes grupos de alunos. E esse é um desafio permanente aos docentes, sendo de salientar que, sobretudo nos primeiros ciclos, a função pedagógica tem de ser preponderante.

Acresce, ainda, mais um desafio que é mais sensível nos últimos anos e, particularmente, no de 2017/2018: a presença de estudantes com melhores classificações de entrada, embora as médias globais não tenham tido alteração significativa.

Como se referiu, isto é mais uma heterogeneidade a que tem de se responder, pois não se podem alienar, antes pelo contrário, estes estudantes que verão frustradas as expectativas de valorização se não houver motivação e exigência suficientes, sendo certo que isso tem de ser temperado com a necessidade de conseguir fazer avançar os estudantes com menos capacidades ou menos conhecimentos.

Os desafios não são fáceis nem idênticos em todos os cursos e departamentos, mas têm que ser postos com frontalidade aos docentes. Provavelmente será útil, numa lógica de formação contínua, encontros de docentes dos cursos e dos departamentos e mesmo interdepartamentais para partilhar experiências e procurar encontrar as melhores respostas metodológicas aos desafios que têm de defrontar.

Poderá caber aos coordenadores dos cursos e dos diretores de departamento a promoção desses encontros, na certeza de que há certos comportamentos, claramente identificados nos diversos capítulos deste relatório, que não são toleráveis em docentes com preocupações pedagógicas. É o caso de queixas sobre a fragilidade

das bibliografias apresentadas (isso é particularmente grave nos segundos e terceiros ciclos), sobre deficiente preparação dos tempos de contacto, da adequação dos regimes de avaliação e da sua informação completa no início de cada unidade curricular e da disponibilidade dos docentes fora dos tempos e contacto.

Mas as situações mais agudamente reclamadas pelos estudantes são, em poucos casos mas não irrelevantes, a falta de assiduidade e pontualidade e, sobretudo, o tempo de espera de entrega das classificações dos testes ou dos exames, perturbando claramente o planeamento escolar dos estudantes.

Como se refere nos capítulos respetivos, estas faltas não são a “norma” de comportamento dos docentes da UAL, que têm, em geral, boas ou até muito boas avaliações por parte dos estudantes. Essa é mais uma razão para que as situações descritas sejam “anormais” (no sentido estatístico do termo) e tenham de ser resolvidas sem delongas.

É particularmente insustentável a situação de docentes que, com um número não despidendo de avaliações, tenham quer na sua “performance”, quer na avaliação da unidade curricular que lecionam, em quase todos os itens pontuações baixas ou mesmo muito baixas.

Não vai o Reitor neste relatório identificar estas situações, pois deixou nos capítulos anteriores indicações suficientes para que os coordenadores dos cursos e os diretores de departamento avaliem as situações e proponham, se for o caso, medidas para minorar ou resolver a situação.

Por outro lado, em certos casos, há indicações e potencial desadequação de docentes a disciplinas, pois têm pontuações por parte dos estudantes muito diferentes em unidades curriculares diferentes, bem como, para a mesma unidade curricular, entre os turnos diurno e pós-laboral.

Esta situação merece especial atenção por parte dos coordenadores de curso e dos diretores de departamento, tal como uma outra situação completamente inaceitável e algumas vezes referida: a mesma matéria ser, em grande parte, repetida em unidades curriculares diferentes ou até em dois ciclos diferentes da mesma área de estudos.

É um problema de coordenação ex-ante, se os programas o evidenciam e ex-post se os sumários o revelarem. Não se pode aceitar a permanência de situações destas.

Ainda em termos pedagógicos mas implicando também já condições científicas, há que destacar tempos de concretização de segundos e terceiros ciclos que, em muitos casos, não são razoáveis. Normalmente isso é resultado de dissertações (segundos ciclos) ou de teses (terceiros ciclos) com a agravante de, em muitos casos, esse arrastamento corresponder a dissertações ou teses de qualidade inferior, não sendo infrequente esse arrastamento ser resultado de um “produto” apresentado ao júri, que acaba por recomendar a sua reformulação que, em muitos casos, embora melhore a dissertação e a tese, fica aquém de uma qualidade que um segundo ou um terceiro ciclo imporiam. Neste particular a escala de “Bolonha” (de 0-20) permite aprovar (inclusivamente por maioria) uma dissertação ou uma tese com uma classificação final de 10 ou 11 valores que, em nada contribuem, antes pelo contrário, para a valorização do mestre ou do doutor, nem da instituição em que o grau foi obtido. E, no entanto, o júri cumpriu o seu dever de exigência e sinalizou a qualidade da dissertação ou da tese pela classificação final que atribuiu.

Estas situações, infelizmente não infrequentes, impõem um maior cuidado com as orientações e com a afetação de orientadores, evitando uma situação que tem ocorrido com demasiada frequência, que é a da sobrecarga de alguns docentes.

Há que, a nível das comissões científicas, ponderar adequadamente esta atribuição de uma tarefa fundamental que é mais de natureza científica que pedagógica e que tem indiscutível peso na avaliação de uma universidade.

Algumas medidas para obviar a estas situações têm sido tomadas através de controlo prévio dos trabalhos dos alunos mas, dada a indisponibilidade de docentes suficientes, acaba por ter como resultado o tal arrastamento de conclusão de ciclos já referido.

O Reitor propõe aos diversos coordenadores de curso e, sobretudo, aos diretores de departamento, que abordem estes problemas que, obviamente, não existem homogeneamente no conjunto dos cursos e dos departamentos.

Ainda em relação aos cursos destacam-se as preocupações com Arquitetura e com Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, a primeira pela queda do número de estudantes que não se consegue reverter, designadamente no que diz respeito ao número de entradas para os primeiros anos. O prolongamento da situação num dos cursos mais prestigiados da UAL não pode deixar indiferente o Reitor nem, por certo, os responsáveis pelo curso e pelo departamento, sendo, possivelmente, oportuna uma reflexão conjunta sobre a forma de tentar ultrapassar o problema, reconhecendo desde já a dificuldade de superar, perante o conjunto de ofertas de cursos desta área e a queda abrupta geral da procura.

A situação de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações é bem diferente, pois é um curso recente que ainda não conseguiu uma dimensão mínima, ainda por cima tendo uma frequência em faixas etárias onde a juventude não impera.

Aqui a procura não é tão baixa, embora também se reconheça que a oferta não é despicienda e com uma aura de prestígio que não pode ser ignorada.

Há que salientar, no entanto, tal como evidencia o relatório de coordenação do curso, que existem condições que permitem algum otimismo em relação à afirmação deste curso.

Com efeito, pode ler-se no relatório que:

“Destacam-se, neste âmbito, os seguintes aspetos relevantes na análise da Licenciatura:

- a) A criação de um projeto pedagógico e científico credível, baseado num “Planeamento Estratégico do DCT”, que funciona como instrumento de definição de objetivos e de comunicação intra-departamento;
- b) Continuação do reforço do corpo docente doutorado, nomeadamente a tempo integral;
- c) A consolidação da posição de coordenador do ciclo de estudos;
- d) Aumento da oferta académica;
- e) Um forte índice de assiduidade dos alunos que é um sinal de satisfação;
- f) Um forte índice de assiduidade dos docentes que dá garantia aos alunos do cumprimento dos programas das unidades curriculares;
- g) Um ambiente académico solidário entre docentes, alunos e funcionários que o departamento acarinha e estimula;
- h) Integração crescente e substancial de alunos estrangeiros, em especial de países de língua oficial portuguesa;
- i) Um forte investimento em instalações e laboratórios;

j) Um aumento muito significativo da produção científica.”

Esta posição do departamento, aliás importantíssima na estratégia global a UAL, reforça o otimismo acima referido, a que o número de inscrições, já conhecido, no ano letivo de 2018/2019 parece confirmar.

A referência específica a estas duas áreas não significa, obviamente, que não haja problemas mesmo nas outras áreas, como a leitura do relatório vem demonstrar. Em particular alguns cursos de menor dimensão, por maior especialização, designadamente no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, também recentes, ou na criação ou na remodelação que sofreram, têm de ser devidamente acompanhados e apoiados.

Aliás, em termos de acompanhamento e preocupação ao nível global da UAL, a atenção maior, pelo peso que têm na garantia da manutenção o estatuto de universidade da UAL, será a dos terceiros ciclos, que se abordarão no subcapítulo seguinte.

Ainda sobre os docentes, importa salientar uma das ações referidas no Plano e Orçamento da CEU – Entrada em vigor do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes - cumprido que está o período experimental que decorreu no segundo semestre do ano letivo de 2017/2018.

Como se sabe, este tipo de avaliações suscita sempre alguma reação, mas há que entender que sem avaliação a hipótese de melhoria fica comprometida. Estas avaliações são cruciais para a implementação de um verdadeiro sistema não só de garantia da qualidade, mas da melhoria da qualidade e têm de ser entendidos não como uma espécie de “inspeção”, mas mais como um diagnóstico virado para a melhoria. A experiência acima referida deu, nesse campo, bons indícios de que este é o entendimento dessa avaliação.

Neste contexto, vale a pena citar o Relatório da OCDE (página 53):

“The comparatively detailed regulation of academic careers in law in Portugal creates rigidities in the system, in particular in relation to the way staff use their time and profile themselves.

Several factors have militated against the widespread implementation of effective performance evaluation and reward systems in Portuguese higher education institutions. As

in other countries, the principle of academic autonomy and the absence of any tradition of performance evaluation for staff in higher education have made progress in this area slow.”

Neste campo o Relatório da OCDE dá grande relevância ao problema das carreiras e ao papel que a avaliação neles deve desempenhar, pondo em evidência a fraca diferenciação e a quase ausência de premiar os docentes com base na “performance” e, sobretudo, o efeito negativo de uma regulação centralizada das cargas de trabalho que restringem a flexibilidade e limitam a especialização.

Em particular é de salientar o reparo de que essas condições:

“make it harder to dedicate specific periods to research or for some staff members to profile themselves to a greater extent in research or teaching. Academic staff interviewed during the OECD Review visits expressed frustration that exceptional contributions to research and external collaboration with firms were not recognised through a re-balancing of responsibilities among faculty missions.” (páginas 236/237).

E conclui:

“The most appropriate solution would appear to be to introduce more flexibility into the law to allow staff to develop more differentiated profiles, while maintaining the link between teaching and research.” (página 237)

O Reitor entende que estas recomendações devem ser acolhidas na avaliação da “performance” dos docentes, até porque incorporam a ligação à sociedade, mas, do ponto de vista da acreditação, há que abandonar a prioridade absoluta aos artigos publicados em revistas indexadas.

Finalmente, em relação aos estudantes e a sua ligação aos cursos e departamentos, há que ter em conta a sua participação no funcionamento daqueles, sendo desejável aumentar essa participação. Uma delas é os questionários de avaliação que lhes são propostos, o que, por outro lado, reclama que as suas respostas sejam devidamente tidas em conta e possam ver que podem ter efeitos. Neste caso, importa incentivar os estudantes por forma a aumentar a taxa de resposta a esses questionários e a sua representatividade estatística, mostrando-lhes que essa é uma condição necessária para credibilizar os seus resultados e, em consequência, para que haja justificação para a assunção de eventuais medidas na sequência dessas avaliações.

A segunda, e não menos importante, é a sua participação nos Conselhos Escolares, bem como no Conselho Pedagógico. É urgente a convocação regular dos Conselhos Escolares e o incentivar a presença de representantes dos estudantes nesses

conselhos. O funcionamento mais estimulante e eficiente do Conselho Pedagógico pode, em boa parte, ser resultado do regular funcionamento dos Conselhos Escolares, em que a participação ativa e empenhada dos estudantes é crucial, pois eles têm de ser parte ativa e atuante das melhores definições pedagógicas em sentido lato.

O mesmo se pede aos representantes dos docentes no caso das Comissões Científicas dos Departamentos, para que a visão dos docentes, já não só na componente pedagógica, mas sobretudo científica, com repercussões importantes no funcionamento dos segundos e terceiros ciclos, seja considerada, como é desejável. Isso enriquecerá e dará consistência a uma mais eficiente e estimulante funcionamento do Conselho Científico da UAL.

Tudo isto são desafios postos aos Coordenadores de Curso e aos Diretores de Departamento que encontrarão sempre da parte do Reitor um espaço aberto à discussão e à resolução de eventuais problemas.

Neste sentido, o Reitor propõe que o seu relatório possa ser em muitos pontos a síntese dos Relatórios dos Coordenadores de Curso e dos Diretores de Departamento, dando-lhes assim, mais consistência e mais garantia de informações mais próximas e mais fiáveis.

A descrição de competências dos Coordenadores de Curso, em particular, refere a produção de relatórios específicos, mas com base num formato comum, embora naturalmente flexível para poder adaptar-se a situações muito diversas.

Tal não foi feito até agora, mas o Reitor propõe-se contribuir para a criação desse formato (bem como o dos Diretores de Departamento) não para que seja cumprida uma mera obrigação formal (aliás, não irrelevante do ponto de vista da avaliação institucional da UAL), mas para ser um instrumento de reflexão, contendo a um tempo, um diagnóstico e, em consequência, recomendações para superação de eventuais falhas reveladas por esse diagnóstico.

É essa, aliás, uma das razões para que o Reitor tenha enveredado por um relatório mais pormenorizado que o habitual, em consequência da preocupação de levantar as

questões que poderão estar na base dos conteúdos a propor para o formato dos referidos relatórios.

6.3. Avaliação e Acreditação

Este é um problema central que todas as instituições têm de enfrentar em termos formais para que os cursos e os ciclos sejam acreditados, mas também para que se possa melhorar a “performance” das instituições na sequência das avaliações. Nem sempre esta segunda condição está presente, sobretudo se são os cumprimentos formais que mais condicionam o funcionamento das instituições.

“Ser acreditado “para poder existir e funcionar legalmente não é, frequentemente, consistente com o “ser avaliado” para melhorar o funcionamento.

No fundo, tal como já se referiu a propósito da avaliação de docentes, também aqui importa muito que essas avaliações não sejam apenas “inspeções” para garantir que estão cumpridas nas condições mínimas, mas antes que constituam recomendações e incentivos à melhoria contínua.

Como se tem insistido, é fundamental para a estratégia da UAL manter o seu estatuto de universidade, tudo isto perante um contexto de futuro nebuloso como já se descreveu.

Por isso, independentemente de uma opção estratégica futura que possa considerar, dependendo do contexto, associações com outras instituições ou mesmo criação de Escolas Doutorais comuns, não há dúvida que, para o poder fazer em qualquer cenário, a UAL tem que consolidar e, se possível, reforçar, a sua posição.

A avaliação e a acreditação (ex-novo ou renovada) dos seus cursos e ciclos de estudos assumem, assim, uma prioridade inegável, independentemente de uma clarificação do cenário futuro.

E é a assunção desta prioridade que deve manter as ações imediatas que reclamam a criação de um Sistema Interno de Garantia da Qualidade, cuja consolidação está em curso e ao qual é preciso dar toda a atenção, cumprindo os requisitos formais, mas,

sobretudo, melhorando os comportamentos que as regras explícitas ou implícitas nesses requisitos impõem.

É isso que exige a colaboração de todos os corpos da universidade e a garantia de funcionamento regular de todas as unidades orgânicas e de toda a estrutura, quer a interna das unidades orgânicas, quer ao nível global da UAL. Neste particular é urgente a criação em definitivo do Conselho Consultivo da Universidade, para o qual já foram dados os primeiros passos.

É que a alteração para a avaliação/acreditação referida no Decreto-Lei nº 65/2018 vai valorizar sobretudo a avaliação institucional, processo no qual a UAL já está envolvida. Essa avaliação institucional, crucial para a consolidação do estatuto da UAL, não pode prescindir de um sistema de avaliação interna e, portanto, de um Sistema Interno de Garantia da Qualidade, também ele acreditado.

Por outro lado, há que não esquecer que, designadamente para novos cursos, em outubro de 2020, mudam os critérios, sem que haja garantias de que a sua definição permita uma preparação cuidada e minimamente segura das candidaturas.

Há, portanto, que decidir o que fazer entretanto, pela urgência imposta pelo Decreto-Lei nº 65/2018, tendo em atenção a prioridade atrás definida.

E é nesse contexto que se apoiam as ações da CEU, designadamente:

- Proposta de abertura de novos cursos:
 - Mestrado em Gestão de Unidades de Saúde
 - Doutoramento em Engenharia Informática e Telecomunicações
 - Doutoramento em Sociedades Mediáticas de Língua Portuguesa
 - Doutoramento em Psicologia
- Renovação da acreditação junto da A3ES dos cursos dos três ciclos de estudos da UAL

Todos estes cursos fazem sentido numa linha de consolidação dos ciclos de estudos e departamentos da UAL, como as candidaturas claramente o revelam, embora, como também se especifica, nalguns casos, não todos, se poderiam ter explorado, como

seria desejável, ligações com outras instituições nacionais e estrangeiras, o que, dado o tempo necessário às negociações e às incertezas quanto às regras de acreditação de novos figurinos, particularmente nos terceiros ciclos, acabou por determinar esta opção que se espera seja avaliada com a tão invocada gradualidade que, neste caso de transformação, para mais não completamente definida, mais legítima e necessária se torna.

Um exemplo deste avanço é a não consideração da criação de uma Escola Doutoral, provavelmente em associação, que cada vez se legitima mais, pela interdisciplinaridade tão invocada e, ao mesmo tempo, pela dimensão crítica que pode conferir à lecionação de terceiros ciclos que, como evidencia o Relatório da OCDE (que, aliás, pelo seu foco na inovação, se dirige muito mais a esse ciclo que aos outros ciclos), tem características diferentes dos outros dois. Essa diferença está bem presente logo no capítulo 1, “Assesment and recommendations” onde (página 25), referindo os capítulos em que o relatório se vai focar, separa os primeiros e segundos ciclos dos terceiros ciclos, com os primeiros a integrarem o capítulo 5 “Higher education provision, access and support mechanisms: effective undergraduate and Master’s level education is crucial for supplying the large body of skilled people needed by modern economies” e os segundos a integrar o capítulo 6 “Doctoral training: the quality and relevance of training for PhD candidates and the ability of doctoral graduates to access quality jobs where they exploit their skills. The availability of trained researchers and specialists may be seen as a factor in further developing national research capacity and stimulating innovation”.

É um passo a dar mas, antes, neste período até 2020, há que, com as regras existentes, mas já com os olhos no futuro, dar passos corajosos, sem o que o futuro pode ficar comprometido.

E é nesse contexto que a credibilização desses passos, traduzidos nos processos de candidatura de novos cursos no momento atual, terá que ter por base reforçada uma avaliação institucional da UAL positiva.

Ainda em termos de ações para o presente ano letivo há que considerar, perante o crescimento e a afirmação dos cursos do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, avançar para um terceiro ciclo, bem, ancorado, obviamente, num corpo docente fortalecido e numa produção científica que tem de crescer em quantidade e qualidade, alicerçada numa unidade de investigação credível, o que se referirá no próximo subcapítulo.

Daí que se espera, durante o ano 2018/2019, poder preparar uma proposta de doutoramento nesta área, diferenciado das existentes (e a diferenciação e a escolha de um perfil próprio são recomendação reiterada ao longo de todo o Relatório da OCDE) que possa ter acolhimento ainda segundo os critérios atualmente em vigor.

No que toca às renovações das creditações, as preocupações residem, fundamentalmente, nos terceiros ciclos de Direito e de História, pela influência quase decisiva que têm na manutenção do estatuto da UAL.

Têm-se feito esforços para melhorar as unidades de investigação e a produção científica dos docentes, com robustecimento do corpo de doutores e uma afiliação em termos de carreiras na UAL que importa melhorar e consolidar no ano letivo de 2018/2019.

Por isso, a defesa da manutenção desse estatuto deverá passar em muito pelos passos já dados e pela gradualidade da consolidação que deve ser consistente com as perspetivas já traçadas para o conjunto dos departamentos e a eficiente concretização de muitas das recomendações meritórias do Relatório da OCDE.

Neste sentido, e nesta fase de transição, parece oportuno invocar essas recomendações e discuti-las nos vários campos institucionais (e a APESP deveria ter aqui uma posição de afirmação do Ensino Superior Privado e Cooperativo, impondo a sua participação ativa, competente e, portanto, considerada e tida em conta nas opções finais).

Num capítulo sobre “Perspetivas” devem merecer relevância algumas dessas recomendações que se passam a enunciar, para constituírem, se for considerado

adequado, um pano de fundo para participação na superação deste período de transição.

Assim, no capítulo “Assessment and Recommendations” há um ponto de partida essencial que deve estar sempre presente (página 36):

“Higher education institutional autonomy and responsibility have expanded, but remain insufficient.

Public HEIs in Portugal enjoy a moderate degree of autonomy in organising their internal management and structures in comparison to those in some other European countries.”

Este diagnóstico está na base da continuada recomendação da passagem dessas instituições ao regime fundacional, já discutida e justificada pela alegada autonomia, neste campo, das entidades privadas. Parece, pois, absolutamente defendida, não só a legitimidade, mas até a vantagem de uma organização do tipo das entidades privadas e, portanto, das instituições de ensino superior privado e cooperativo.

Mas se essa vantagem existe no campo da gestão interna (e será que existe mesmo, quando a legislação dá ao Governo a decisão sobre essa organização, nomeadamente na área das carreiras docentes, embora, também aí, em termos equívocos e contestáveis?), qual a discricionariedade dessa gestão face à necessidade de responder às exigências formais impostas quer no campo científico, quer das instalações e também da organização científica em cada instituição?

Afinal o que é a autonomia universitária, ou mais alargadamente, do ensino superior?

Vale a pena, por isso, passar a outro diagnóstico/recomendação da OCDE (página 42), ainda dentro do mesmo capítulo:

“Differentiation and flexibility in modes of provision and pedagogical approaches remains limited, jeopardising Portugal’s attainment goals.”

E logo de seguida, levanta o problema da influência do processo de avaliação/acreditação nesta situação, porque ao mesmo tempo que reconhece o que já se conseguiu no sistema de garantia da qualidade, é de opinião que esse sistema “also deters the introduction of more flexible, innovative, student-focused and competency-based programmes”.

E dá um sinal de esperança da superação deste problema residindo esse sinal exatamente na avaliação institucional, e dá as razões para isso:

“this could be an opportunity to shift from a rather prescriptive approach to one that encourages greater diversification and innovation in the development of new types of programme, instruction methods, curriculum and delivery modes.”

E depois de recomendar maior flexibilidade nos métodos de provisão dos cursos e de métodos pedagógicos, faz um reparo que a A3ES deve ter em conta nesta nova fase de atuação:

“Provisions in the guidelines that underpin A3ES decisions relating to quality assurance of programmes and unnecessarily limit flexible programme design and curriculum should be reviewed and eliminated.”

É isso que se espera da atuação da A3ES e, do mesmo passo, nas suas decisões até 2020, usar já esta perspetiva de gradualmente responder às exigências do futuro.

Aliás, ainda no mesmo capítulo e numa recomendação que procura assegurar a maior diferenciação, agora na estrutura da carreira docente (página 54), o Relatório da OCEE propõe que:

“The legal framework for academic careers should be modified, as necessary, to allow higher education institutions to set their own policies on the allocation of time among teaching, research and outreach obligations in response to short-term changes in opportunities and responsibilities.”

E depois de aconselhar as instituições a criar oportunidades para os docentes poderem escolher entre diferentes perfis de carreira numa perspetiva de longo prazo, afirma que os políticos devem usar a A3ES como avaliador das instituições:

“Institutional review by A3ES should permit higher education institutions to demonstrate their fitness and capacity to take responsibility for workload and career profiles, and permit institutions to become self-regulating with respect to workload and career profile policies rather than subject to national regulation.”

Parece evidente de todas estas referências que o Relatório da OCDE defende basicamente a avaliação institucional e com parâmetros de avaliação que se centram essencialmente nas suas capacidades e sua adequação às responsabilidades que a existência dos ciclos de estudo exigem, mas descartando destas responsabilidades muitos dos requisitos que, seguramente, estão contidos no Decreto-Lei nº 65/2018 e que vão, claramente, contra a autorregulação que o Relatório da OCDE recomenda.

Vale a pena insistir neste problema e procurar discutir amplamente o conteúdo desse decreto-lei no que diz respeito à sua conformidade com as recomendações da OCDE. Não é legítimo argumentar, como se faz no preâmbulo do diploma, que é essencial proceder à revisão do regime jurídico dos graus e diplomas para “dar acolhimento às reformulações formuladas pela OCDE” e fazê-lo, não tendo cuidadosamente em conta o conjunto das recomendações feitas, pondo em causa a consistência que deve subjazer às alterações propostas.

É que sendo a A3ES responsável pela avaliação/acreditação, não é responsável pelo conteúdo dos diplomas legais que balizam a sua ação, já que dificilmente o conteúdo de alguns dos artigos responde à recomendação de optar por abordagens menos “prescriptive”, aliás, em consonância com a recomendação de maior autonomia das instituições na definição dos programas.

Finalmente, acresce que, neste campo, também a A3ES tem de se “conformar” com decisões prévias a FCT, porque a avaliação institucional e a acreditação dos cursos têm, designadamente os terceiros ciclos, um “Exame prévio” constituído pela necessidade de a instituição e os ciclos que propõe tenham (ainda que, como já se evidenciou, não esteja claramente definido “como”), “nas áreas científicas correspondentes” unidades de I&D com a classificação de Muito Bom, sendo essa avaliação feita no âmbito da FCT.

A coerência da avaliação/acreditação vai, portanto, exigir uma cooperação e uma coordenação das duas entidades (A3ES e FCT) na interpretação dos critérios e, sobretudo, na definição dos calendários dos ciclos de avaliação.

Como é evidente este último ponto introduz-nos nas questões ligadas à investigação.

6.4. O Reforço da Investigação

Já foi suficientemente salientado que o Decreto-Lei nº 65/2018 impõe uma reorganização do processo de I&D dentro das instituições de ensino superior, sem o que não poderão ser acreditados os cursos, designadamente os do terceiro ciclo.

Também se procurou evidenciar a não completa clarificação desse processo, dando azo a um contexto que não permite o traçado de uma estratégia consistente.

Contudo fique claro, desde já, que isso não é razão para que a UAL, as suas unidades orgânicas e os seus docentes não possam e devam melhorar o seu nível de investigação e de publicação, seja qual for o contexto que se venha a clarificar.

Contudo, como estamos num capítulo sobre perspetivas, não podemos deixar de procurar olhar para o futuro e lançar dúvidas e sugestões sobre ele. E, nesta parte, o já referido Relatório da OCDE tem diagnósticos e recomendações que merecem ser relevadas.

É da experiência de todos, e o Relatório da OCDE é muito claro sobre isso, que a FCT é a principal fonte de financiamento da investigação do ensino superior, o que significa que da sua estratégia e da sua governação muito dependerá o funcionamento dessas áreas no ensino superior e, da sua utilidade para a sociedade, pelo modo como se articular com as necessidades destas, passando, atualmente, pelas ligações ao mundo empresarial.

Importa, pois, na esteira do que já foi sendo referido ao longo do relatório, recuperar o essencial do Relatório da OCDE sobre a FCT, tema que, aliás, repassa todo o relatório.

Não será demais lembrar o que atrás já foi dito sobre o papel que a FCT passa a ter no processo de acreditação dos cursos e dos ciclos de estudos e na necessidade clara, como defende esse relatório, de uma reformulação de grande alcance sobre a sua estrutura e governação.

Neste caso da investigação e do seu papel no ensino superior será mais importante fazer ressaltar alguns dos pontos do Relatório da OCDE que, em nossa opinião, são certos e que, em grande parte, o Reitor subscreve.

Logo no sumário executivo (página 17) é chamada a atenção para a necessidade de melhorar a coordenação intragovernamental para um adequado desenvolvimento de uma política integrada e coerente (“comprehensive”) e respetivas prioridades porque:

“Horizontal co-ordination mechanisms within government are not sufficient to ensure that departments and policies for higher education are coherently linked to research and innovation policies, or that both are suitably linked to broader economic, social and regional development policies.”

Se este é, e corretamente, o diagnóstico a nível do assumido ensino público (de facto, devem defender que é “estatal”, uma vez que as instituições de ensino privado e cooperativo são na generalidade de “interesse público”) quanto sofrerá o “privado” por, como se tem evidenciado, ser vítima de discriminação do conceito de “público”. E, uma vez mais, a OCDE vem chamar a atenção não só para a descoordenação entre os vários agentes tutelares, mas também para a alienação dessas políticas das necessidades da sociedade aos vários níveis. Esta alienação é retomada (página 18) na abordagem ao financiamento de I&D, quando se refere, especificamente, que os processos de afetação de fundos limitam a execução das políticas nacionais.

E é aí que, considerando a FCT como o “leading public funder of research at the institutional, project and individual researcher levels”, especifica as razões desses limites para concluir sobre a já mencionada necessidade de reforma e aumento da capacidade da FCT.

Retomando a maior ligação da FCT aos doutoramentos que o Decreto-Lei nº 65/2018 impõe, também (página 20) o relatório critica o modo como esses fundos têm sido aplicados ao “doctoral training”, afirmando, designadamente, que:

“The funding and delivery of doctoral training is not well configured to prepare doctoral graduates for today’s research roles”

E, comparando com o que chama “current international patterns”, defende que a concentração na FCT do financiamento público e conseqüente responsabilidade de afetação desses fundos contrasta com a maior responsabilidade que tipicamente é dada às universidades para selecionarem os candidatos e atribuírem as bolsas. E conclui:

“There is room to direct more public funding for PhDs to higher education institutions through reformed support for doctoral programmes.”

É por isso que, já no capítulo de “Assessment and Recommendations”, a propósito da já referida desadequação da afetação e fundos, diagnostica que:

“FCT effectiveness is also hindered by the types of linkages established, upward, with its line ministry (MCTES) and, downward, with the research communities.”

defendendo que há pouca independência da agência em relação ao “principal” e aos “beneficiários”, sendo que esta última é, em sua opinião minada pelo modo de governação interna da agência. Consideram que esta se caracteriza por uma fragmentação entre as disciplinas e a ausência de um “strong power at the strategic management level” da agência (página 32).

Desse diagnóstico resulta uma série de recomendações sobre a alteração da estrutura e da governação da FCT, do tipo de ligação ao Governo e dos seus modos e critérios de afetação dos fundos, que podem ser lidos nas páginas 33 (“3.6. Reform the FCT, increasing its capacity to effectively balance national research priorities and the priorities of the nation’s scientific research communities”), página 41 (“4.4. Strengthen the capacity of higher education institutions to make effective use of expanded autonomy and responsibility”, e página 47 (“6.1. Ensure closer alignment between allocation of PhD funding and national research priorities and skills development needs” e “6.2. Direct more public funding for PhDs to higher education institutions through reformed support for doctoral programmes”) entre outras de natureza mais específica.

De entre os textos que suportam cada uma dessas recomendações vale a pena destacar os seguintes:

- i) “Wider autonomy *vis-à-vis* funded scientific communities should be complemented by a review of its scientific panel structure, to ensure that the FCT is capable of responding effectively to new knowledge needs, and to a range of research communities that are applied, clinical, or transdisciplinary.” (os sublinhados são meus)

Esta citação resulta da evidente ligação que o Decreto-Lei nº 65/2018 impõe entre a FCT e a acreditação de doutoramentos, reconhecendo que a legitimidade do aumento de autonomia da FCT face às comunidades científicas que financia tem de se estribar em painéis de reconhecida competência, de inovação e de visão alargada que, em geral, não têm existido.

- ii) “Within this overall level of public support, Portugal should ensure PhD funding is reserved for the ‘brightest and the best’ and target its public support for doctoral training more rigorously on fields of knowledge that have been identified as national

priorities. Prioritisation of some fields will inevitably mean other fields are deprioritised." (sublinhado meu)

Esta recomendação entende-se pela preocupação demonstrada ao longo do relatório, que pode ser sintetizada pela expressão (página 218) que flui da já referida concentração de funções na FCT:

"This leads to a situation where the FCT has prime responsibility for 'picking winners' by selecting the individuals best suited to pursue a doctoral degree."

não tendo por isso, em atenção as referidas prioridades nacionais ou as que, no caso da proposta maior descentralização de decisões para as instituições, os perfis destas.

Não pondo em causa a bondade destas recomendações, o sublinhado precedente visa acautelar contra não tanto os "deprioritised fields", mas contra a sua grande alienação, designadamente nas áreas de Humanidades e Ciências Sociais. Essa potencial alienação, que tem sido evidente no comportamento geral da sociedade e da própria FCT, põe em causa um desenvolvimento equilibrado, e sustentável e eticamente orientado da sociedade, contrariando, frontalmente, a vocação da Universidade.

O Reitor crê que a criação de Escolas Doutorais (que não tem qualquer privilégio de atenção no relatório, embora se defendam sistematicamente parcerias interinstitucionais e também com empresas e outras instituições exteriores) poderá colmatar esse hiato, garantindo que os doutoramentos, mesmo alinhados com as tais prioridades, têm uma componente de formação que ultrapassa essa alienação das áreas referidas.

Esta longa digressão pelas condições potenciais da investigação justificam-se, no entender do Reitor, para todos assumirem as responsabilidades que lhes cabem no futuro desenho não só das atividades de I&D, mas, sobretudo, na formação doutoral que a elas está ligada.

Em particular, o Ensino Superior Particular e Cooperativo, e portanto a UAL, deve reclamar a sua condição de "utilidade pública" e, portanto, de ter iguais condições de acesso a todas as outras instituições públicas, não só aos financiamentos e I&D, mas também a uma clara participação nas discussões que conduzirão à clarificação da

reformulação da FCT e dos critérios futuros de financiamento, mas até à reclamação de uma representação pelo menos nos órgãos consultivos referidos nas Recomendações da OCDE. Sem isso, e dadas as claras necessidades de financiamento das instituições e dos bolseiros, dificilmente as universidades privadas (incluindo as cooperativas) poderão subsistir com esse estatuto, pela crescente dificuldade em manter terceiros ciclos acreditados em número suficiente.

Ainda no contexto das perspetivas que condicionarão o reconhecimento dos terceiros ciclos, surge o problema das publicações em revistas indexadas e do seu quase exclusivo papel na acreditação dos terceiros ciclos, com alienação de todas as outras atividades dos docentes envolvidos.

Centrando-nos nas publicações há que ter em atenção os novos desenvolvimentos das publicações, designadamente por via da internet e, sobretudo, o “open access” a publicações que minora as “barreiras à entrada” que os editores de revistas indexadas colocam, distorcendo a concorrência.

Neste contexto, vale a pena invocar o texto da EUA (European University Association), de junho de 2017, “Towards Full Open Access in 2020 – Aims and recommendations for university leaders and National Rectors’ Conferences”, cujo ponto de partida ilustra bem o que atrás se afirma:

“The publication and dissemination of scientific outcomes is part of the backbone of scientific activities. In general, the conditions for publishing and publication usage in recent years have become more cumbersome, and prices have rocketed sky high. A more efficient use of public research funds and swifter scientific progress could be achieved by opening access (OA) to research outcomes.”

O objetivo central é a concretização do “full open access to scientific publications and data by 2020”, aos níveis europeu e nacionais.

Há que aprofundar as recomendações desse texto e seguir, em contínuo, o “EUA Roadmap on Open Access to Research Publications”.

De entre as várias recomendações, creio serem de relevar três:

- i) “Both ‘gold’ and ‘green’ OA routes have their advantages and should be pursued...”

- Concerning ‘green OA’: this indicates that the publications are deposited (self-archived) in institutional or shared repositories...
- Concerning ‘gold OA’: this indicates that the publications are free and re-usable without any restrictions...”

No documento valorizam-se estas duas vias, mas chama-se a atenção para a necessidade e a dificuldade a vencer para a sua gradual concretização.

- ii) “Cost transparency in the scientific publishing market is a non-negotiable requirement, on the basis that it is largely financed by public funds and relies heavily on unpaid work by editors and reviewers from universities and public research centres.”

Esta é, no fundo, a fundamentação usada para a existência do OA, mas será que o public a frase anterior se não aplica ao Ensino Superior Privado e Cooperativo, ou o adjetivo Apenas pretende distinguir-se dos Centros de Investigação privados ligados ao sistema empresarial?

Não terão os centros de investigação destas universidades as mesmas características, ou a EUA é uma organização de universidades públicas e, nesse caso, como pode ter como sócias universidades privadas como é o caso da UAL?

Há, uma vez mais, que se ser claro e resiliente na defesa do “interesse público” das nossas instituições e nos mesmos direitos que as instituições estatais, mesmo neste campo, que não é irrelevante para a concretização dos terceiros ciclos.

- iii) “Research assessment systems need to evolve to recognise a variety of approaches and activities in open science, and reliance on the impact factor of journals should be reduced. Researchers from all scientific fields should obtain appropriate recognition for their open access and open science practices.”

Este ponto é crucial, com os sublinhados (meus) evidenciando que é necessário alterar e alargar os critérios de avaliação de aplicações e que,

neste caso, não há que “priorizar” campos específicos. Isso, aliás, é amplamente ratificado no texto que se segue a esta recomendação, designadamente na defesa do que deve ser a qualidade do artigo e não o fator de impacto que deve pautar a avaliação acrescentando ainda que “activities such as reviewing, evaluating, curating and managing research data, as well as sharing data and developing open resources, should be explicitly and directly acknowledged in the framework of researchers’ evaluation.”

Reconhecendo o mérito desta recomendações e a necessidade de a pôr em prática, importa, e isso é particularmente relevante no caso da UAL, não esquecer que para publicar é previamente necessário investigar e produzir resultados de qualidade e dar-lhe, então, visibilidade, com uma lógica de gradualidade e de risco que é tanto maior quanto o ponto de partida é relativamente fraco nesta matéria na UAL.

Por isso mesmo, há que, urgentemente, aproveitar e incentivar já todos os meios ao alcance, estimulando a publicação dos nossos docentes e dos nossos mestrandos e doutorandos em “working papers” no âmbito dos nossos Centros de Investigação, alguns dos quais, pelo seu mérito, após um adequado sistema de arbitragem, possam ser publicados nas revistas da UAL, designadamente na Janus.net, Psique, Estudo Prévio e Galileu, esta com o necessário fortalecimento da componente de ciências económicas e empresariais.

Convém, desde já, reconhecer que o “estatuto” das referidas revistas no que concerne a reconhecimento e a indexação é muito diferente com o Janus.net a ter, claramente, uma posição de maior evidência com a sua indexação na Scopus. E essa é uma razão para maiores responsabilidades, designadamente do aumento de presenças de qualidade dos docentes e investigadores da UAL.

Ao mesmo tempo, estimulam-se as outras, com a Psique já com passos significativos dados nesse sentido, a procurar a sua visibilidade através da indexação.

Nada disto impede, muito pelo contrário, pois há que alargar todo o campo de atuação nesta área, que os nossos docentes publiquem em revistas de qualidade e, ainda mais,

que os docentes e investigadores de fora da UAL publiquem nas nossas revistas, dando-lhes, assim, maior visibilidade e credibilidade, nada disto sendo incompatível, antes pelo contrário, com a defesa e a concretização do Open Access.

Contudo, para que isto possa ser concretizável é fundamental que cada uma das revistas crie ou reforce o seu Conselho Editorial e a sua equipa de “refrees” com docentes e investigadores de reconhecida competência e disponibilidade, designadamente recorrendo a docentes e investigadores exteriores à UAL, sem o que a qualidade das publicações não fica assegurada.

Mas tão importante quanto isso é o efeito que esse facto tem no funcionamento dos nossos centros de investigação e a sua ligação aos existentes ou potenciais doutoramentos. É que as dissertações de mestrado e, sobretudo, de doutoramento, devem ser desenvolvidas, em geral, ao longo das linhas de investigação desses centros de investigação e a existência de “working papers” ligados à produção de dissertações e, sobretudo, de teses forçam a um maior escrutínio dos seus conteúdos, garantindo, a um tempo, uma melhor qualidade das dissertações e teses e o robustecimento da qualidade da investigação desses centros.

Em particular, dada a situação de reacreditação dos terceiros ciclos de Direito e de História, é curial que os seus centros de investigação se robusteçam, embora se espere, como foi garantido, que as exigências do Decreto-lei nº 65/2018 ainda não se apliquem a este ciclo de reacreditações. Contudo, a vertente de investigação contínua presente ao nível da avaliação de cada um dos docentes que incorporam o corpo docente dos referidos ciclos de estudo, pelo que a sua produção científica quer nos centros de investigação, quer fora deles, tem de ter prioridade para se atingir o objetivo desejado.

Ao OBSERVARE só se pede que continue na rota que já traçou, estimulando cada vez mais a produção dos seus investigadores integrados e colaboradores, aumentando a visibilidade do Janus.net, para além das outras atividades que são conhecidas.

O CIP tem dado passos crescentes no seu robustecimento e espera-se que um bom entrosamento com a Psique e a abertura de novas linhas de investigação consistentes

com a sua matriz, possam contribuir para se atingir tão desejado e necessário terceiro ciclo.

Nos outros centros, devidamente assinalados no capítulo sobre investigação, há que procurar reforçar a sua posição, em particular o Autônoma TechLab, pelo suporte que pode e deve dar à concretização do desejado terceiro ciclo.

Do CEACT espera-se a continuação da valorização da sua componente social e de integração da arquitetura e do urbanismo, procurando, eventualmente com um maior entrosamento da Estudo Prévio com as atividades não só de reordenamento do território urbano, mas com a remodelação e recuperação do imobiliário como elemento relevante desse ordenamento.

O Departamento de Ciências da Comunicação, ao ambicionar concretizar um terceiro ciclo tem, obviamente, de avançar no aspeto da investigação.

O estabelecimento de um “Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas” (NIP-C@M) é um bom passo nesse sentido, pois tem conexão com o conteúdo do terceiro ciclo proposto. É, por isso, fundamental que se desenvolva e ultrapasse a dimensão do núcleo, o que exigirá uma investigação persistente capaz de conduzir a produção científica que dê sentido também aos objetivos e à consistência do ciclo de estudos proposto.

Finalmente, está em clara reformulação o Centro de Estudos em Ciências Económicas e Empresariais, em ligação também com o desenvolvimento da componente desta área na revista Galileu, como já oi assinalado. O desenvolvimento deste Centro e de adequadas linhas de investigação é crucial para a afirmação desta área na UAL, o que impõe também a preparação de um terceiro ciclo que terá de encontrar nesse centro e na revista Galileu os seus principais sustentáculos.

Do CARS, pela sua natureza, que não está em causa alterar, espera-se uma potencial ligação às áreas de Ciências Económicas e Empresariais, sem pôr em causa o seu desenvolvimento autónomo.

Aliás, esta última referência faz a ponte para outra preocupação estratégica sempre presente no espírito do Reitor: a cooperação ou mesmo a fusão de alguns dos centros

de estudo e a sua ligação a centros fora da UAL, aumentando a capacidade de produção e de publicação. Sem prejuízo de, autonomamente e pela sua própria dinâmica, os centros se poderem envolver neste tipo de cooperações, o que sempre será de saudar, o Reitor não avança com propostas estratégicas neste campo pelas razões que já foram aduzidas quanto à potencial alteração da estrutura departamental da UAL.

Uma última nota tem a ver com a participação individual de docentes e investigadores da UAL em congressos/seminários/*workshops*, designadamente fora da UAL e do país. O Reitor crê que tal deve ser incentivado, propondo que, sempre que não há possibilidades de financiamento externo, haja em concordância com a CEU um processo equilibrado e equitativo de a concretizar.

6.5. A colaboração interuniversitária e a internacionalização

No relatório do Reitor relativo ao ano letivo 2016/2017 foram feitas várias considerações estratégicas que não vale a pena repetir em profundidade, embora haja razões para lembrar algumas delas.

Em primeiro lugar, a ligação da internacionalização à colaboração interuniversitária relevada nesse relatório mostra-se inteiramente acertada, não esgotando toda a colaboração interuniversitária, pois a que deve ocorrer com instituições portuguesas não é menos relevante e, em particular, quando também se estende à colaboração com entidades institucionais.

Com efeito, muita da internacionalização faz-se através da colaboração interuniversitária ou direta ou mediada como é o caso do importante Programa Erasmus+, que tem tido um desenvolvimento crescente na UAL graças ao esforço do GRI (Gabinete de Relações Internacionais), cuja gestão cuidada e eficiente merece apoio crescente, procurando impulsionar ainda mais esse programa no contexto da UAL. O programa tem permitido a presença de estudantes europeus na UAL e, também de estudantes portugueses em instituições estrangeiras, num processo de alargamento da visão cultural que tem que crescer para reforçar a componente

européia, que em nada põe em causa a predominância de ligações lusófonas na UAL. Esta deve ser acarinhada e também diversificada, designadamente em relação a Moçambique, com relativamente fraca expressão na UAL.

Relevância especial, ainda, para a troca de experiências proporcionada pelo programa Erasmus+ entre colaboradores não docentes, cujo papel na “performance” das instituições não pode ser esquecido, porque crucial, o que implica procurar reforçar este tipo de trocas internacionais.

As colaborações interuniversitárias diretas vêm sobretudo através dos protocolos celebrados, sobretudo quando têm concretização adequada.

Neste campo, tal como se refere no relatório relativo ao ano precedente, há que fazer uma revisitação cuidadosa desses protocolos, eliminando os que manifestamente não têm tido, nem se prevê que venham a ter, uma concretização mínima. Há que traçar uma estratégia cautelosa para protocolos internacionais, não cedendo aos voluntarismos conjunturais resultantes de contactos singulares.

Uma das características principais da internacionalização é a presença de docentes, de investigadores e de estudantes da UAL em instituições internacionais e de docentes, investigadores e estudantes estrangeiros em Portugal. Para além das fontes normais de recrutamento, há que olhar para os protocolos como elementos dessa estratégia, designadamente para a frequência e docência dos segundos e, sobretudo, terceiros ciclos, embora uma estratégia consistente neste campo esteja dependente de uma absoluta clarificação do conteúdo e conseqüente aplicação do Decreto-Lei nº 65/2018, em especial na concretização de cursos comuns com instituições estrangeiras, sempre desejáveis, e que a UAL quer levar por diante nalgumas áreas.

Também a coorganização de congressos, conferências e *workshops* em colaboração universitária deve ser um critério para assinatura de protocolos, uma vez que aproximam docentes, investigadores e estudantes das instituições envolvidas. Em particular, a Espanha aparece como parceiro potencial que urge tornar realidade, até pela estratégia de, em comum, abarcar a América Latina e a África Lusófona, procurando a afirmação das suas línguas no contexto científico internacional.

Nesse aspeto, a UAL tem uma parceria com a Universidade de Nebrija, tendo já realizado, como se menciona no relatório, uma primeira conferência do Fórum Luso-Espanhol para a Internacionalização, uma realização anual, que em 2018/2019 terá lugar na Universidade de Nebrija, Madrid, tendo em mente também a cooperação luso-espanhola no campo empresarial e institucional, estendendo esse campo às duas áreas do globo já referidas.

Esta referência, que serve de exemplo a potenciais organizações conjuntas noutras áreas e com outros “atores”, leva a um outro problema não irrelevante na estratégia da internacionalização: a presença em organizações internacionais.

O Reitor recebe, sistematicamente, convites para a UAL se associar a várias organizações, mas há que não olvidar, também aqui, a necessidade de encontrar as que mais se enquadram na estratégia da UAL ou que, pela sua natureza, devem enquadrar essa estratégia.

No caso da experiência anterior, emerge a presença na Universia, cujo campo de atuação é a área universitária ibero-americana, com potenciais ligações também a África, e com objetivos muito próximos dos indicados para o Fórum Luso-Espanhol de Internacionalização.

É fundamental que a UAL aproveite de forma adequada essa plataforma para a internacionalização, que tem expressões pedagógicas, científicas e até laborais.

Por razões da mesma ordem a UAL está presente na AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa), mas em que a participação tem sido pouco aprofundada e sem continuidade estratégica. Por isso, há que repensar aqui o posicionamento da UAL, sendo o ano letivo 2018/2019 particularmente indicado para o fazer, até porque a reunião anual da associação se realiza em Lisboa. Será aí, talvez, um bom espaço de avaliar a relação da UAL com uma lusofonia alargada que, por isso, possa criar condições mais apropriadas para melhorar e aumentar as colaborações com todos os países, em particular com Moçambique, pelos motivos já apontados.

Finalmente, a UAL é associada da EUA (European Universities Association) que congrega muitas instituições universitárias europeias, com muitos encontros

temáticos anuais, com fóruns de reflexão sobre a docência e a investigação nas universidades e com forte relação com o sistema de avaliação as instituições universitárias.

Muitos dos seus documentos são de grande utilidade para a reflexão e aplicação, conquanto a visão de universidades públicas prevaleça em boa parte, tal como ocorre, como já se mostrou, no Relatório da OCDE. Entende o Reitor que vale a pena analisar em profundidade o melhor modo de aproveitar a pertença a esta associação, tendo em atenção as restrições financeiras e os interesses estratégicos, designadamente no que toca à vertente “europeia” potencial da UAL.

Finalmente, não se deve encerrar este ponto relativo à internacionalização sem relevar, em ligação com o ponto anterior deste capítulo, o papel da participação em congressos, conferências e outras realizações internacionais, bem como na produção científica por via da presença dos seus docentes/investigadores em revistas internacionais, assim como em apresentações em congressos, conferências, e ainda, a visibilidade internacional que as revistas da UAL terão de conquistar, gradualmente, sendo que um passo importante poderá estar ligado à produção nas línguas portuguesa e espanhola.

6.6. A ligação à Sociedade Civil

Não se pode entender uma universidade que não se insere empenhadamente na sociedade em que se integra. E se é importante, e missão principal, proporcionar aos estudantes cursos que lhes permitam, com competência, integrar-se adequadamente no mercado de trabalho não é menos importante incentivar uma cultura de pertença à sociedade que faça deles cidadãos empenhados na resolução solidária dos problemas que são de todos.

Do mesmo modo, a componente de investigação não deve ser determinada pelo voluntarismo dos interesses dos docentes e investigadores, mas também, e acima de tudo, pela busca de resposta aos problemas da sociedade.

Acresce que também os conhecimentos consolidados e permanentemente atualizados (uma responsabilidade de todos os docentes universitários) devem ser postos ao serviço da sociedade, incluindo das empresas, quer em prestação de serviços pedidos em sequência do reconhecimento que lhes falta, quer, preferencialmente, na procura de soluções em cooperação com as empresas. A opção pelo advérbio preferencialmente decorre da convicção do Reitor, baseado na experiência de que, frequentemente, esse tipo de abordagem levanta novos problemas de investigação e de publicação científica. A ideia de doutoramentos ao nível das instituições empresariais, tantas vezes defendida, incluindo no Relatório da OCDE, ratifica esta convicção.

Olhando para o posicionamento da UAL nestes vários aspetos, e não contando com o problema da investigação abordada no ponto anterior, a UAL tem tido um posicionamento crescentemente relevante graças ao papel da Autónoma Academy, com a sua oferta de cursos não conferentes de grau que, como se descreve no ponto do relatório relativo a este tipo de cursos, responde às necessidades empresariais em áreas relevantes bem como, e não menos relevantemente, à formação contínua ou a mera melhoria de conhecimentos das pessoas que pretendem desenvolver as aptidões profissionais ou apenas a capacidade de melhor entender o mundo.

Reforçar a “performance” da Autónoma Academy é, portanto, um dos grandes objetivos do próximo futuro, como pode ser lido no ponto 4 do Anexo 2 em que a Autónoma Academy traça as “Perspetivas para o ano letivo 2018/2019”.

O Reitor revê-se nos objetivos aí traçados, nomeadamente na consolidação e melhoria das instalações, no reforço do capital humano, na melhoria da comunicação e visibilidade na sociedade civil e cuidadosa gestão financeira.

Há, contudo, dois pontos dessas “perspetivas” que merecem uma menção especial:

- i) Uma expectativa de melhora do resultado financeiro, alicerçada numa melhoria das ações a realizar, que é importante para a UAL, já que contribuem, em princípio, para o seu financiamento.

- ii) A manifestação da intenção de analisar a “melhor forma de potenciar mais de 60 parcerias com associações empresariais, instituições setoriais e empresas, na maior parte dos casos formalizadas em protocolos...”

Esta segunda referência, a par de evidenciar o empenho em melhorar as componentes pedagógicas e da oferta de cursos da Autónoma Academy, pode potenciar situações que permitam dar fôlego a uma área de menor expressão (os serviços à sociedade), que, independentemente de serviços avulsos eventualmente existentes, tem diminuído no âmbito da UAL. A experiência, sem resultados muito positivos, de estímulo ao empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social, por parte de equipas docentes/alunos, o âmbito do CEP, reforça esta falha.

Já no relatório do ano precedente se referia que o que se estava a passar neste campo levava “o Reitor a propor uma reflexão cuidadosa sobre o futuro modo de integração (inadiável) deste conjunto de atividades que é mister acarinhar e desenvolver”.

Agora, parece ao Reitor ainda mais inadiável uma reflexão que leve a uma decisão nesta matéria, sendo que a Autónoma Academy, pelos contactos atrás referidos, deverá fazer parte da solução.

Ao Reitor parece que a opção que, na altura, deu bons frutos, de criar uma entidade informal – o Centro de Estudos Económicos e Institucionais – já não é a resposta adequada, sendo necessário estudar outra alternativa.

Entretanto, importa relevar, neste contexto de ligação à sociedade, a resiliência do Centro de Arbitragem, graças à persistência do Dr. Carlos Cardoso, sendo de admitir que os frutos irão surgindo com gradualidade.

6.6. Os Apoios Internos à UAL

Terminar as perspetivas com este tema não é sinal de menor importância, mas antes, como claramente se tem evidenciado ao longo do relatório, a expressão de que estes apoios (como se infere da palavra “apoios”) são o sustentáculo do funcionamento regular e eficiente da UAL, que não se restringe aos docentes e aos estudantes. Daí

que a primeira indicação do Reitor seja a necessidade, já focada ao longo do relatório, de dinamizar a formação dos colaboradores não docentes, incluindo o seu contacto com congéneres estrangeiras, através, designadamente, do Erasmus+.

Esta é, obviamente, uma competência da CEU, mas o Reitor, sem querer invadir essas competências, atreve-se, com a certeza da plena aceitação do Conselho de Administração da CEU, a fazer sugestões que ajudem a um melhor entrosamento de todos os corpos que são garante do bom funcionamento da UAL.

No que diz respeito a perspetivas futuras, há que salientar que, tal como no ano passado, a Biblioteca e os Serviços Editoriais apresentaram em conjunto com os seus relatórios de atividades, os seus planos para o futuro (Anexo 5 e Anexo 6).

Ambos os serviços são cruciais para o funcionamento pedagógico, científico e de extensão universitária (pela visibilidade que as publicações possibilitam) pelo que o Reitor chama a atenção para esses planos.

No que respeita à Biblioteca, o Reitor permite-se chamar a atenção para o seu plano que cobre as várias áreas de apoio a docentes e estudantes, bem como a promoção da digitalização e das cooperações intra e interinstitucionais.

São cinco as áreas de desenvolvimento previstas: Apoio à Investigação (salientando nesta área a “Promoção e divulgação da Ciência Aberta e do Repositório Institucional); Apoio ao Ensino e Aprendizagem (com saliência para a “formação de bases de dados, na biblioteca e em contexto de sala de aula”, bem como “apoio à elaboração de bibliografias”), Adequação e Desenvolvimento do Fundo Documental e de Espaço Físico (com saliência para a “aquisições bibliográficas de acordo com o programa das cadeiras” e “Renovação de assinaturas de publicações periódicas”, estas tendo em atenção o nível de utilização e as exigências dos programas e das entidades de avaliação), Promoção da Biblioteca Digital e Promoção e Parcerias Departamentais e Institucionais.

Com esta descrição pretende o Reitor mostrar que a real utilidade da Biblioteca vai depender da resposta dos docentes, dos estudantes e dos departamentos a esta oferta alargada e coerentemente formulada. A “oferta” está aí, mas é necessário que a

“procura” responde. Têm a palavra os docentes, os estudantes e os departamentos, bem como as unidades de investigação.

Já foi também referido o importante papel dos Serviços Editoriais na visibilidade da UAL. E essa preocupação está bem presente no Plano Anual (Anexo 6) que refere, designadamente, nas suas “perspetivas estratégicas”, para além de novas edições para divulgação da produção científica dos docentes e investigadores da UAL, o “pôr em prática as recomendações da FCT sobre Ciência Aberta” e a insistência na indexação das publicações da UAL.

Relativamente a esta última, são de salientar as ações de melhoria seguintes:

- a) Manutenção do processo de conversão de ficheiros PDF para HTML no Janus.net, Psique e dar início ao processo na Galileu, Revista de Direito e Economia;
- b) Manutenção do processo de interoperacionalidade com OAI – Open Archives Initiative na Janus.net e Psique e dar início aos processo na Galileu;
- c) Dotar a Galileu da licença “Creative Commons”;
- d) Conversão de ficheiros PDF para XMLJATS na Galileu.

Tal como no caso da Biblioteca, o “trabalho de base” fica prometido e será feito. Espera-se a resposta adequada dos docentes e investigadores, bem como dos editores das revistas.

Finalmente, o Reitor quer deixar bem expresso o seu agradecimento e apreço por todo o trabalho de todos os colaboradores, sem os quais a UAL não pode atingir os seus objetivos, que têm de ser partilhados por todos.

O Reitor

José Manuel Amado da Silva

Anexo 1 – Cursos que conferem grau

Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2017/2018)

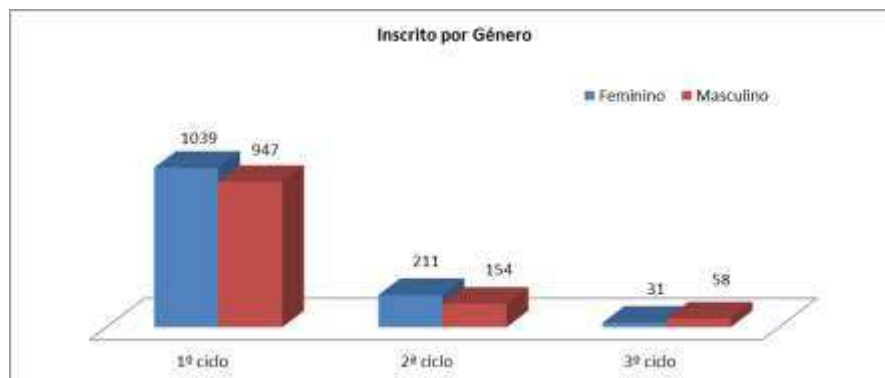
Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total		
Administração e Gestão Desportiva												
Administração de Unidades de Saúde	21	22	1	8	1	14					23	44
Ciências da Comunicação	97	101	3	64		70					100	235
Direito	143	236	10	140	16	205		5			169	586
Economia	19	22	1	13		18					20	53
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	18	19				5					18	24
Engenharia Informática	70	82	5	49		72					75	203
Gestão	145	167	3	83	1	132					149	382
Gestão do Desporto	35	36	3	17							38	53
Gestão e Administração Pública												
História	15	15		6		4					15	25
Informática de Gestão	25	25	1	9		8					26	42
Psicologia	65	71	3	40		55					68	166
Relações Internacionais	32	33	1	9	1	34					34	76
Arquitetura	16	44		8		10		5		30	16	97
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	701	873	31	446	19	627		10		30	751	1986

Curso	1º Ano		2º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso	Inscritos com exceção do Estágio / Projeto Dissertação
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total			
História, Arqueologia e Património	4	4		8							4	12	12
Ciências Documentais													
Engenharia e Tecnologia Informáticas													
Engenharia Informática e de Telecomunicações	12	12									12	12	12
Gestão de Empresas	38	48	5	28					2		43	78	76
Direito	22	46	58	110					3		80	159	156
Psicologia				2								2	2
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	23	24	2	40							25	64	64
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica													
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	7	8	1	5							8	13	13
Comunicação Aplicada	4	4		5							4	9	9
Economia das Organizações e Competitividade													
Relações Internacionais	8	8	3	8							11	16	16
TOTAL (2º ciclo de estudos)	118	154	69	206					5	187	365	360	

Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total		
História				8											10	18
Economia																
Direito	8	8	7	16										28	15	52
Psicologia																
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	6	6		5										8	6	19
TOTAL (3º ciclo de estudos)	14	14	7	29										46	21	89
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	833	1041	107	681	19	627		10						51	959	2440

Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por ano e por género (2017/2018)

Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Total				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F					
Administração e Gestão Desportiva															
Administração de Unidades de Saúde	9	13	2	6	3	11					44				
Ciências da Comunicação	28	73	20	44	18	52					235				
Direito	98	138	48	92	83	122	4	1			586				
Economia	16	6	8	5	8	10					53				
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	18	1			5						24				
Engenharia Informática	69	13	41	8	63	9					203				
Gestão	88	79	35	48	66	66					382				
Gestão do Desporto	35	1	14	3							53				
Gestão e Administração Pública															
História	8	7	4	2	3	1					25				
Informática de Gestão	21	4	7	2	7	1					42				
Psicologia	19	52	5	35	8	47					166				
Relações Internacionais	14	19	3	6	16	18					76				
Arquitetura	21	23	3	5	6	4	3	2	20	10	97				
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	444	429	190	256	286	341	7	3	20	10	1986				
Curso	1º Ano		2º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Total				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F					
História, Arqueologia e Património	2	2	5	3							12				
Ciências Documentais															
Engenharia e Tecnologia Informáticas															
Engenharia Informática e de Telecomunicações	11	1									12				
Gestão de Empresas	26	22	12	16					1	1	78				
Direito	15	31	51	59					3		159				
Psicologia			1	1							2				
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	4	20	7	33							64				
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica															
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	6	2	2	3							13				
Comunicação Aplicada		4	2	3							9				
Economia das Organizações e Competitividade															
Relações Internacionais	3	5	3	5							16				
TOTAL (2º ciclo de estudos)	67	87	83	123					4	1	365				
Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
História			3	5									6	4	18
Economia															
Direito	6	2	12	4									20	8	52
Psicologia															
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	2	4	3	2									6	2	19
TOTAL (3º ciclo de estudos)	8	6	18	11									32	14	89
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS															2440



Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2017/2018)

Curso	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
Administração e Gestão Desportiva					
Administração de Unidades de Saúde	4	6	9	25	44
Ciências da Comunicação	136	66	17	16	235
Direito	168	162	69	187	586
Economia	21	18	7	7	53
Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações	2	4	7	11	24
Engenharia Informática	60	60	40	43	203
Gestão	155	105	55	67	382
Gestão do Desporto	32	13	3	5	53
Gestão e Administração Pública					
História	5	7	1	12	25
Informática de Gestão	9	4	6	23	42
Psicologia	50	46	14	56	166
Relações Internacionais	25	16	7	28	76
Arquitetura	4	32	42	19	97
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	671	539	277	499	1986
Curso	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
História, Arqueologia e Patrimônio			1	11	12
Ciências Documentais					
Engenharia e Tecnologia Informáticas					
Engenharia Informática e de Telecomunicações		2	3	7	12
Gestão de Empresas		14	18	46	78
Direito		22	20	117	159
Psicologia				2	2
Psicologia Clínica e de Aconselhamento		21	13	30	64
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica					
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais		2	1	10	13
Comunicação Aplicada		5		4	9
Economia das Organizações e Competitividade					
Relações Internacionais		3	6	7	16
TOTAL (2º ciclo de estudos)		69	62	234	365
Curso	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
História				18	18
Economia					
Direito			2	50	52
Psicologia					
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia				19	19
TOTAL (3º ciclo de estudos)			2	87	89
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	671	608	341	820	2440



Quadro 4 - Eficiência formativa nos 3 ciclos (com base no número de anos para conclusão dos respetivos cursos) (2016/2017)

Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
Administração e Gestão Desportiva	13	11	1		1
Administração de Unidades de Saúde	4	4			
Ciências da Comunicação	65	62	1	1	1
Direito	127	92	20	12	3
Economia	4	3	1		
Engenharia Electrónica e de Telecomunicações	1	1			
Engenharia Informática	22	14	7		1
Gestão	63	47	8	5	3
Gestão e Administração Pública	2			2	
História	8	8			
Informática					
Informática de Gestão	4	1	1		2
Psicologia	27	19	6		2
Relações Internacionais	10	7	1	1	1
Sociologia					
Estudos de Arquitectura	1			1	
Arquitectura	4	4			
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	355	273	46	22	14
Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
História, Arqueologia e Património	2		2		
Ciências Documentais					
Engenharia e Tecnologia Informáticas					
Engenharia Informática e de Telecomunicações					
Gestão de Empresas	6	2	3	1	
História da Náutica e Arqueologia Naval					
Direito	41	17	19	3	2
Psicologia	7			6	1
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	7	3	4		
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica					
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	1				1
Comunicação Aplicada	1		1		
Economia das Organizações e Competitividade					
Relações Internacionais					
Mestrado em Estudos Portugueses					
Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval					
TOTAL (2º ciclo de estudos)	65	22	29	10	4
Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
História	2	1			1
Economia	2	1	1		
Direito					
Psicologia	1				1
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	1	1			
TOTAL (3º ciclo de estudos)	6	3	1		2
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	426	298	76	32	20

Quadro 5 - Classificação dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2016/2017, distribuídos pelas respetivas classificações

Curso	Grau	Nº diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final														
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20				
Administração e Gestão Desportiva	L1	13			5	1	2	4	1								
Administração de Unidades de Saúde	L1	4					1	2		1							
Ciências da Comunicação	L1	65		2	7	19	27	7	2	1							
Direito	L1	127	1	33	56	28	7	1	1								
Engenharia Electrónica e de Telecomunicações	L1	1								1							
Economia	L1	4		1	1	1	1										
Engenharia Informática	L1	22		1	5	6	4	4	2								
Gestão	L1	63		7	20	24	8	2	2								
Gestão e Administração Pública	L1	2			1		1										
História	L1	8						1	2	5							
Informática	L1																
Informática de Gestão	L1	4				1	1	1	1								
Psicologia	L1	27			1	4	7	7	8								
Relações Internacionais	L1	10		2	2	1	2	2	1								
Sociologia	L1	1				1											
Estudos de Arquitectura	L1																
Arquitectura	MI	4												1			3
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		355	1	46	98	86	62	33	23	3							3

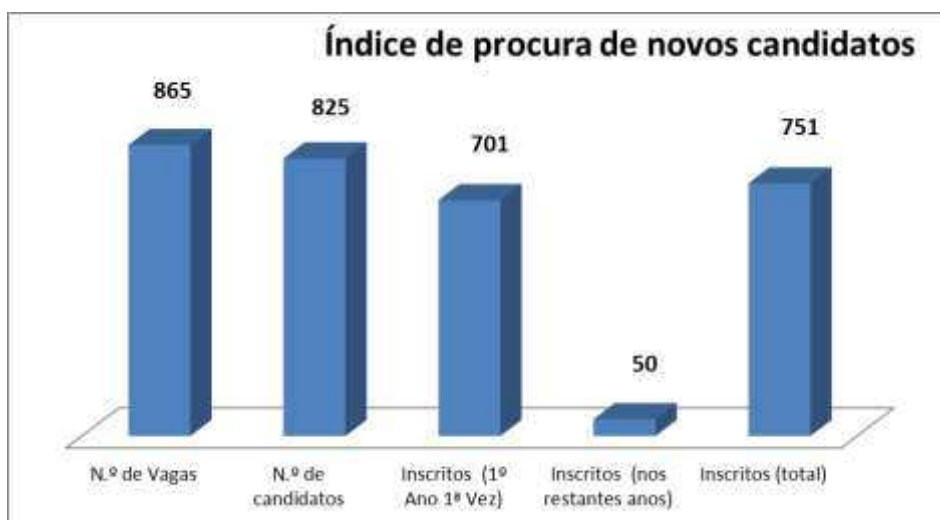
Curso	Grau	Nº diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final															
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20					
História, Arqueologia e Património	M2	2						1									1	
Ciências Documentais	M2																	
Engenharia e Tecnologia Informáticas	M2																	
Engenharia Informática e de Telecomunicações	M2																	
Gestão de Empresas	M2	6							2	3	1							
História da Náutica e Arqueologia Naval	M2																	
Direito	M2	41	3	2	3	4	5	9	10	3	2							
Psicologia	M2	7		1			2		1	1	1	1						
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	M2	7									4	3						
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	M2																	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	M2	1															1	
Comunicação Aplicada	M2	1			1													
Economia das Organizações e Competitividade	M2																	
Relações Internacionais	M2																	
Mestrado em Estudos Portugueses	M2																	
Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval	M2																	
TOTAL (2º ciclo de estudos)		65	3	3	4	4	8	11	14	9	8	1						

Curso	Grau	Nº diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final															
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20					
História	D3	2											1	1				
Economia	D3	2				1	1											
Direito	D3																	
Psicologia	D3	1									1							
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	D3	1																1
TOTAL (3º ciclo de estudos)		6				1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		426	4	49	102	91	71	44	38	13	9	5						



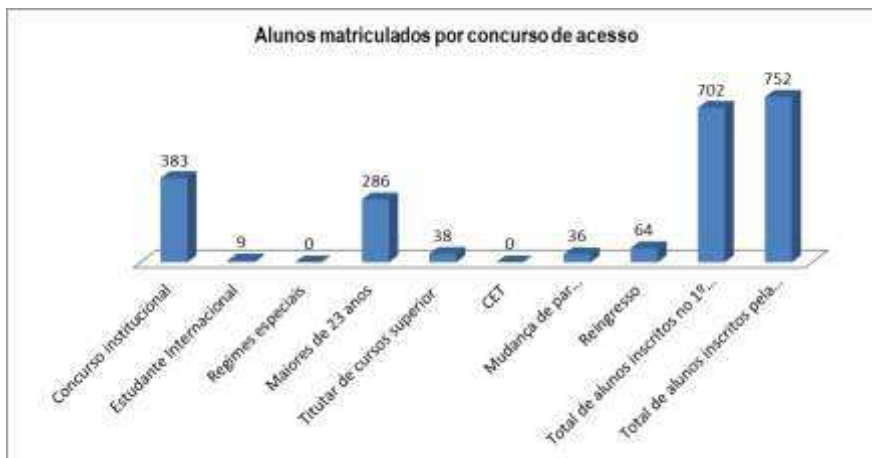
Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de estudos e Mestrado Integrado em Arquitetura (2017/2018)

Curso	ECTS	Alunos matriculados pela 1ª Vez								
		N.º de Vagas	N.º de candidatos	Inscritos	Inscritos	Inscritos	Nota mínima de entrada	Nota do último aluno colocado	Nota do primeiro aluno colocado	Nota média de entrada
				(1º Ano 1ª Vez)	(nos restantes anos)	(total)				
Administração e Gestão Desportiva	180									
Administração de Unidades de Saúde	180	40	29	21	2	23	95,0	105,0	143,0	121,8
Ciências da Comunicação	180	100	107	97	3	100	95,0	104,7	151,6	123,7
Direito	180	170	197	143	26	169	95,0	95,0	150,2	129,9
Economia	180	25	30	19	1	20	95,0	115,8	146,1	129,9
Engª Eletrónica e de Telecomunicações	180	60	20	18		18	95,0	126,9	126,9	126,9
Engenharia Informática	180	75	89	70	5	75	95,0	108,9	132,6	122,4
Gestão	180	150	161	145	4	149	95,0	95,0	157,4	124,0
Gestão do Desporto	180	45		35	3	38	95,0	106,4	153,0	124,5
Gestão e Administração Pública	180									
História	180	15	16	15		15	95,0	107,5	126,4	119,5
Informática de Gestão	180	25	31	25	1	26	95,0	104,2	147,8	124,4
Psicologia	180	70	73	65	3	68	95,0	104,4	152,0	128,3
Relações Internacionais	180	35	40	32	2	34	95,0	102,5	157,4	123,6
Arquitetura	300	55	32	16		16	95,0	101,0	149,0	124,2
TOTAL		865	825	701	50	751				



Quadro 7 - Alunos matriculados pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes (2017/2018)

Curso	Concurso Institucionais	Estudante Internacional	Concursos Especiais						Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso			Alunos matriculados no 1º ano, pela 1ª vez	Alunos matriculados pela 1ª vez a UAL	Alunos matriculados na UAL	
			Maiores de 23 anos		Titular de cursos superiores		CET		Mudança de Par Instituição/Curso		Reingresso				
			1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.					
Administração e Gestão Desportiva															
Administração de Unidades de Saúde	1	1	19	1	1				1			22	24	44	
Ciências da Comunicação	80		15	1					4		4	97	100	235	
Direito	90	3	51	3	6	8			4	4	41	143	169	586	
Economia	8	2	8		2						1	19	20	53	
Engª Eletrónica e de Telecomunicações	1		17									18	18	24	
Engenharia Informática	34	1	35		3				2		4	70	75	203	
Gestão	78	2	56		6				6	1	6	145	149	382	
Gestão do Desporto	27		6						5			35	38	53	
Gestão e Administração Pública															
História	5		4		3				3			15	15	25	
Informática de Gestão	10		14	1	1						1	25	26	42	
Psicologia	29		31		3				5		3	65	68	166	
Relações Internacionais	20		14								1	32	34	76	
Arquitectura			10		5				1		3	16	16	97	
SUBTOTAL	383	9	280	6	30	8			31	5	64	702	752	1986	
TOTAL	383	9							36		64				



Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos (2017/2018)

Curso	CANDIDATOS														Matriculados		
	N. de candidatos Inscritos nas Provas	Nº de candidatos que realizaram todas as componente	Nº de aprovados (colocados)	N.º de candidatos aprovados distribuídos pela respetiva classificação final													
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
Administração e Gestão Desportiva																	
Administração de Unidades de Saúde	20	20	20	1	5	5	7	2									20
Ciências da Comunicação	34	28	16				7	6	2	1							16
Direito	86	86	54				14	19	18	2	1						54
Economia	8	8	8	1	1	5	1										8
Engª Eletrónica e de Telecomunicações	17	17	17	1	3	4	6	1	2								17
Engenharia Informática	48	48	35			5	18	8	3	1							35
Gestão do Desporto	6	6	6	1	1	2	1	1									6
Gestão	83	82	56				23	19	14								56
Gestão e Administração Pública																	
História	9	9	4			1	1	1	1								4
Informática de Gestão	36	36	15				2	8	4	1							15
Psicologia	68	67	31				10	12	7	2							31
Relações Internacionais	36	36	14				2	8	4								14
Arquitetura	10	10	10	1	1	1	6		1								10
TOTAL	461	453	286	5	11	23	98	85	56	7	1						286

**Legenda:**

Inscritos nas provas: candidatos que manifestaram vontade para realizar a prova

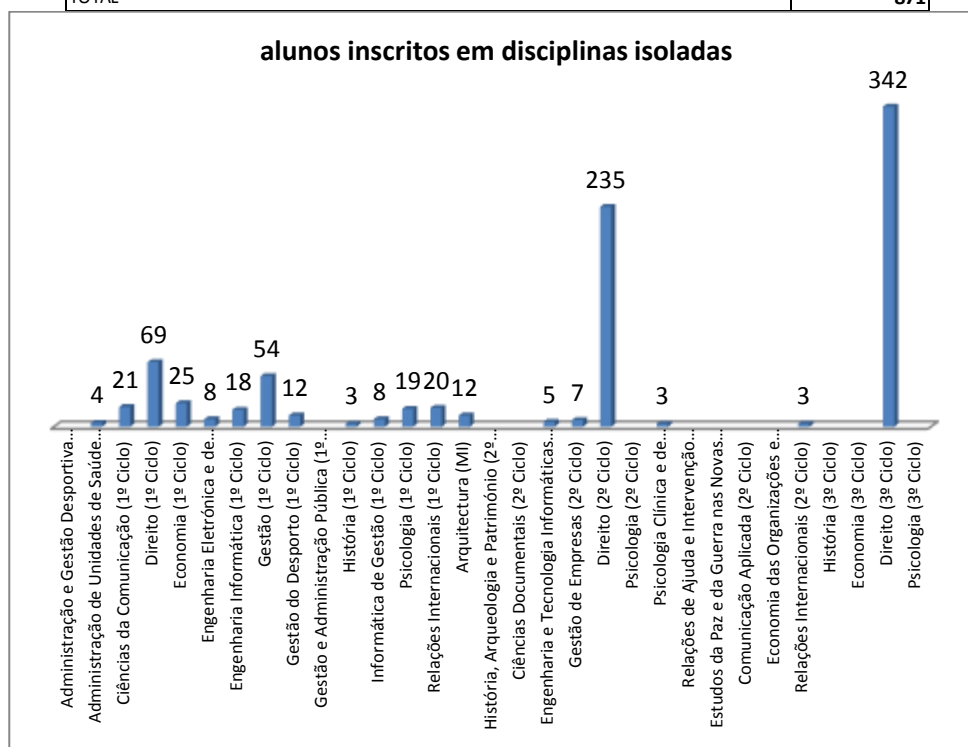
Realizaram todas as provas - Candidatos inscritos e que realizaram todas as componentes de avaliação (Prova Escrita | Entrevista | Avaliação Curricular)

Aprovados: Candidatos que realizaram as provas e obtiveram colocação

Matriculados: candidatos colocados que procederam à respetiva matrícula/inscrição

Quadro 9 - Alunos inscritos, no Programa de Acumulação de Conhecimentos (2017/2018)

Curso	Alunos Inscritos
Administração e Gestão Desportiva (1º Ciclo)	
Administração de Unidades de Saúde (1º Ciclo)	4
Ciências da Comunicação (1º Ciclo)	21
Direito (1º Ciclo)	69
Economia (1º Ciclo)	25
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (1º Ciclo)	8
Engenharia Informática (1º Ciclo)	18
Gestão (1º Ciclo)	54
Gestão do Desporto (1º Ciclo)	12
Gestão e Administração Pública (1º Ciclo)	
História (1º Ciclo)	3
Informática de Gestão (1º Ciclo)	8
Psicologia (1º Ciclo)	19
Relações Internacionais (1º Ciclo)	20
Arquitetura (MI)	12
História, Arqueologia e Património (2º Ciclo)	
Ciências Documentais (2º Ciclo)	
Engenharia e Tecnologia Informáticas (2º Ciclo)	5
Gestão de Empresas (2º Ciclo)	7
Direito (2º Ciclo)	235
Psicologia (2º Ciclo)	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento (2º Ciclo)	3
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica (2º Ciclo)	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (2º Ciclo)	
Comunicação Aplicada (2º Ciclo)	
Economia das Organizações e Competitividade (2º Ciclo)	
Relações Internacionais (2º Ciclo)	3
História (3º Ciclo)	
Economia (3º Ciclo)	
Direito (3º Ciclo)	342
Psicologia (3º Ciclo)	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (3º Ciclo)	3
TOTAL	871



Quadro 10 - Distribuição dos alunos por nacionalidade (2017/2018)

Curso	AI	AO	BD	BR	BY	CA	CN	CO	CV	ES	FR	GB	GN	GR	GW	IT	KG	KZ	LB	MZ	NL	PT	RO	RU	ST	TJ	TR	UA
Administração e Gestão Desportiva																												
Administração de Unidades de Saúde		9							1											1		31			2			
Ciências da Comunicação		9		1				1			1											223						
Direito		117		21					4				1	1	4					1	1	435	1					
Economia		21		2								1										29						
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações		7		1											2							13			1			
Engenharia Informática		20		6																		175	1	1				
Gestão		46		5		1	1		3	2	2	1			1				1		2	313	1		2			1
Gestão do Desporto		2		1																		50						
Gestão e Administração Pública																												
História					1																	24						
Informática de Gestão		3		1				1													2	35						
Psicologia		11		6					2	4											1	142						
Relações Internacionais		12		3					2		1										2	53		2		1		
Arquitetura		12		11						1						21				1	1	49					1	
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		269		59		1	1	2	12	7	4	2	1	1	7	21			1	1	6	5	1572	3	3	5	1	1

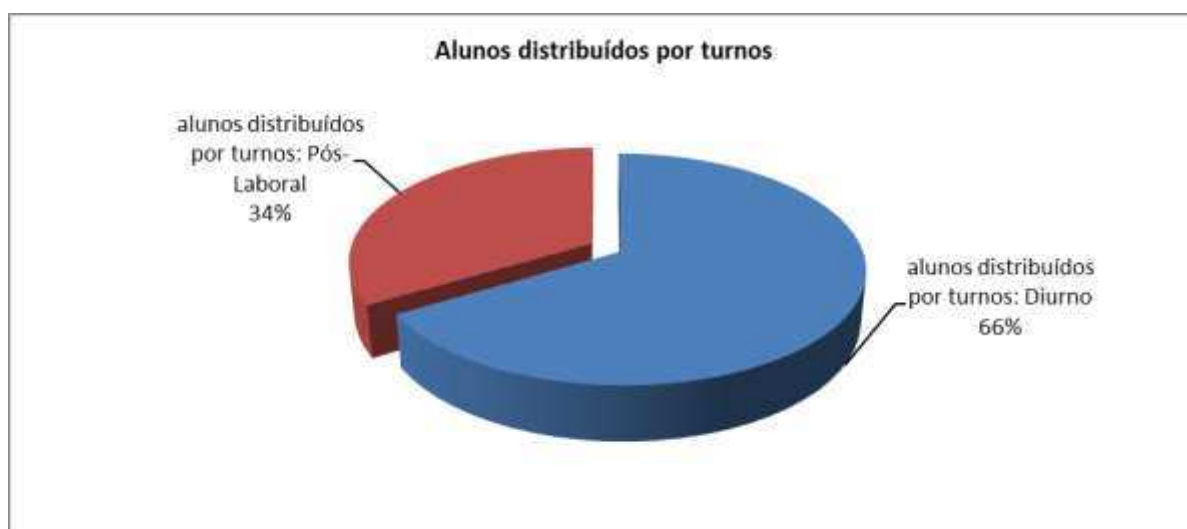
Curso	AI	AO	BD	BR	BY	CA	CN	CO	CV	ES	FR	GB	GN	GR	GW	IT	KG	KZ	LB	MZ	NL	PT	RO	RU	ST	TJ	TR	UA
História, Arqueologia e Património				2																1		9						
Ciências Documentais																												
Engenharia e Tecnologia Informáticas																												
Engenharia Informática e de Telecomunicações		2		2																		8						
Gestão de Empresas		19		20				1														38						
Direito		38		73	1				1													2	44					
Psicologia																						2						
Psicologia Clínica e de Aconselhamento		5		3																		56						
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica																												
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas																												
Relações Internacionais		5		1																			7					
Comunicação Aplicada		1		2																		6						
Economia das Organizações e Competitividade																												
Relações Internacionais		6	1	2				1	1	1												3			1			
TOTAL (2º ciclo de estudos)		76	1	105	1		1	2	2											1	2	173			1			

Curso	AI	AO	BD	BR	BY	CA	CN	CO	CV	ES	FR	GB	GN	GR	GW	IT	KG	KZ	LB	MZ	NL	PT	RO	RU	ST	TJ	TR	UA
História				2										1								15						
Economia																												
Direito		6		23																	1	22						
Psicologia																												
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia		1		2																		16						
TOTAL (3º ciclo de estudos)		7		27										1							1	53						
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		352	1	191	1	1	2	4	14	7	4	2	1	2	7	21			1	1	8	7	1798	3	3	6	1	1

AO	Angola	CV	Cabo Verde	IT	Itália	RO	Roménia
BD	Bangladesh	ES	Espanha	KG	Quirguizistão	RU	Rússia (Federação da)
BR	Brasil	FR	França	KZ	Cazaquistão	ST	São Tomé e Príncipe
BY	Bielorrússia	GB	Reino Unido	LB	Libano	TJ	Tajiquistão
CA	Canadá	GN	Guiné	MZ	Moçambique	TR	Turquia
CO	Colômbia	GR	Grécia	NL	Países Baixos	UA	Ucrânia
CN	China	GW	Guiné-Bissau	PT	Portugal		

Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência (2017/2018)

Ciclo de Estudos	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral
1º Ciclo	558	271	380	58	426	191	4	1		
2º Ciclo	37	117	57	154						
3º Ciclo		14	9	20	3	43				
Mestrado Integrado	44		8		10		5		30	



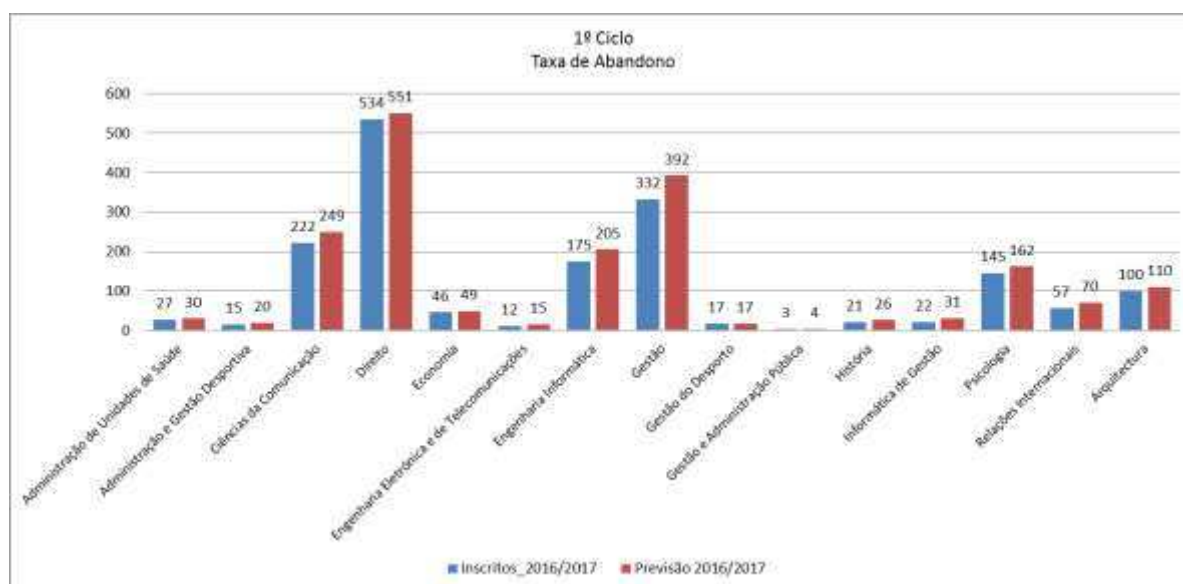
Quadro 12 - Distribuição dos alunos com estatuto de trabalhador estudante (2017/2018)

Curso	Nº de Trabalhador Estudante
Administração e Gestão Desportiva	
Administração de Unidades de Saúde	14
Ciências da Comunicação	14
Direito	84
Economia	5
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	13
Engenharia Informática	39
Gestão	68
Gestão do Desporto	6
Gestão e Administração Pública	
História	3
Informática de Gestão	13
Psicologia	31
Relações Internacionais	13
Arquitetura	5
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	308
Curso	Nº de Trabalhador Estudante
História, Arqueologia e Património	
Ciências Documentais	
Engenharia e Tecnologia Informáticas	
Gestão de Empresas	1
Direito	2
Psicologia	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
Comunicação Aplicada	
Economia das Organizações e Competitividade	
Relações Internacionais	
TOTAL (2º ciclo de estudos)	3
Curso	Nº de Trabalhador Estudante
História	
Economia	
Direito	
Psicologia	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	
TOTAL (3º ciclo de estudos)	
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	311



Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2017/2018 versus abandono ou desistência

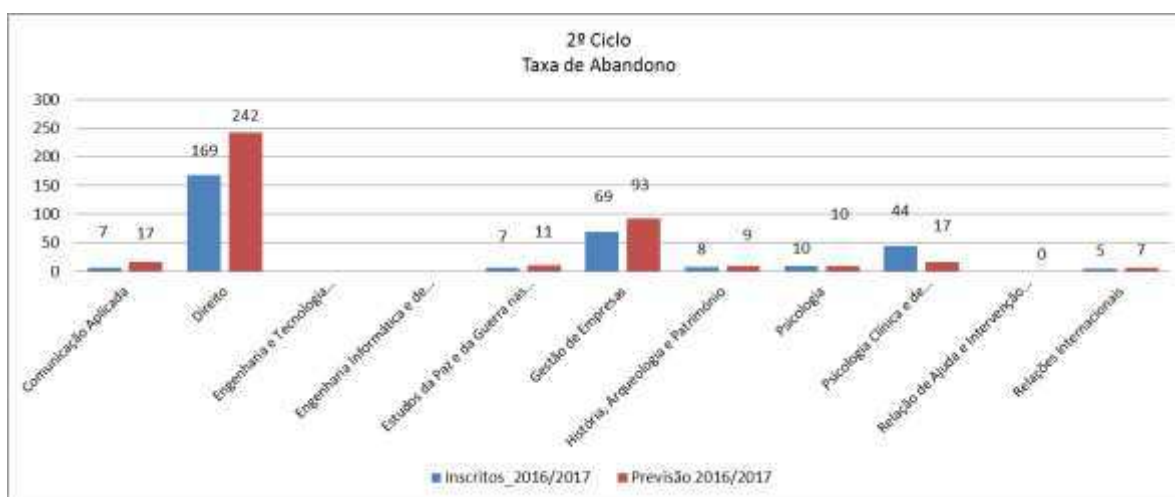
Designação do Curso	Grau	Inscritos 2016/2017	Diplomados 2016/2017	Inscritos 1vez 2017/2018	Inscritos 2017/2018	Previsão 2017/2018	Abandono/ desistência	Acréscimo %	Taxa de desistencia/ abandono
Administração de Unidades de Saúde	Licenciatura - 1.º ciclo	27	4	23	44	46	-2		-4,3%
Administração e Gestão Desportiva	Licenciatura - 1.º ciclo	15	13	0	0	2	-2		-100,0%
Ciências da Comunicação	Licenciatura - 1.º ciclo	222	65	100	235	257	-22		-8,6%
Direito	Licenciatura - 1.º ciclo	534	127	169	586	576	10		1,7%
Economia	Licenciatura - 1.º ciclo	46	4	20	53	62	-9		-14,5%
Telecomunicações	Licenciatura - 1.º ciclo	12	1	18	24	29	-5		-17,2%
Engenharia Informática	Licenciatura - 1.º ciclo	175	22	75	203	228	-25		-11,0%
Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	332	63	149	382	418	-36		-8,6%
Gestão do Desporto	Licenciatura - 1.º ciclo	17	0	38	53	55	-2		-3,6%
Gestão e Administração Pública	Licenciatura - 1.º ciclo	3	2	0	0	1	-1		-100,0%
História	Licenciatura - 1.º ciclo	21	8	15	25	28	-3		-10,7%
Informática de Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	22	4	26	42	44	-2		-4,5%
Psicologia	Licenciatura - 1.º ciclo	145	27	68	166	186	-20		-10,8%
Relações Internacionais	Licenciatura - 1.º ciclo	57	10	34	76	81	-5		-6,2%
Arquitetura	Mestrado Integrado	100	4	16	97	112	-15		-13,4%



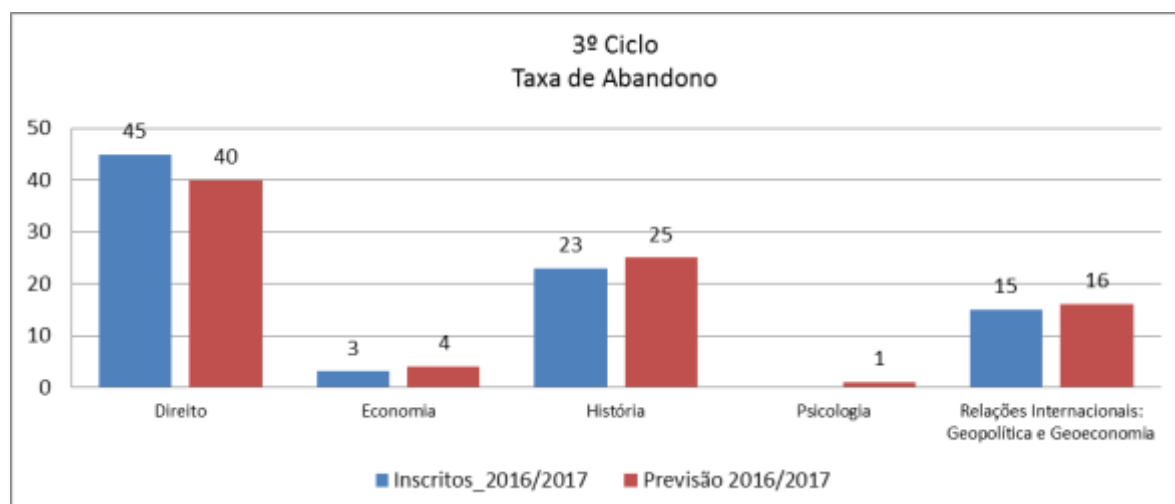
(continua)

Quadro 13 – Relação dos alunos inscritos para 2017/2018 versus abandono ou desistência (cont.)

Designação do Curso	Grau	Inscritos 2016/2017	Diplomados 2016/2017	Inscritos 1vez 2017/2018	Inscritos 2017/2018	Previsão 2017/2018	Abandono/desistência	Acréscimo %	Taxa de desistencia/abandono
História, Arqueologia e Património	Mestrado - 2.º ciclo	8	2	4	12	10	2	20%	-
Comunicação Aplicada	Mestrado - 2.º ciclo	7	1	4	9	10	-1		-10,0%
Direito	Mestrado - 2.º ciclo	169	41	80	159	208	-49		-23,6%
Engenharia e Tecnologia Informáticas	Mestrado - 2.º ciclo					0	0		-
Engenharia Informática e de Telecomunicações	Mestrado - 2.º ciclo			12	12	12	0		0,0%
Relações Internacionais	Mestrado - 2.º ciclo	7	1	8	13	14	-1		-7,1%
Gestão de Empresas	Mestrado - 2.º ciclo	69	6	43	78	106	-28		-26,4%
História, Arqueologia e Património	Mestrado - 2.º ciclo					0	0		-
Psicologia	Mestrado - 2.º ciclo	10	7		2	3	-1		-33,3%
Aconselhamento	Mestrado - 2.º ciclo	44	7	25	64	62	2	3,2%	-
Terapêutica	Mestrado - 2.º ciclo					0	0		-
Relações Internacionais	Mestrado - 2.º ciclo	5		11	16	16	0		0,0%



Designação do Curso	Grau	Inscritos 2016/2017	Diplomados 2016/2017	Inscritos 1vez 2017/2018	Inscritos 2017/2018	Previsão 2017/2018	Abandono/desistência	Acréscimo %	Taxa de desistencia/abandono
Direito	ciclo	45	1	15	52	59	-7		-11,9%
Economia	ciclo	3	2	0	0	1	-1		-100,0%
História	ciclo	23	2	0	18	21	-3		-14,3%
Psicologia	ciclo	0	1	0	0	0	0		0,0%
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoconomia	Doutoramento - 3.º ciclo	15		6	19	21	-2		-9,5%



Anexo 2 - Cursos não conferentes grau



AUTÓNOMA ACADEMY



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano letivo 2017/18

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Ano letivo 2018/19

Dezembro de 2018

1 Introdução

O presente documento, que simultaneamente constitui o Relatório de Atividades referente ao ano letivo 2017/18 e o Plano de Atividades para o ano letivo 2018/19 é escrito num momento especial no processo de desenvolvimento da Autónoma Academy, após cerca de 3 anos de profunda transformação, pelo que para além da habitual apresentação das atividades desenvolvidas pela equipa da Autónoma Academy no decurso do ano letivo transato², da apresentação dos respetivos resultados económico-financeiros e do plano de ação para o corrente ano letivo, justifica uma reflexão adicional sobre o desenvolvimento da instituição.

Essa reflexão, que se entende como uma forma de enquadrar o documento, mas também como um contributo para que o Conselho de Administração da CEU possa, conjuntamente com a direção da Autónoma Academy, tomar as decisões mais adequadas quanto aos objetivos e desenvolvimento da sua escola de ensino pós-graduado, apresenta-se de forma sintética, já no próximo capítulo.

Segue-se, depois, a apresentação das atividades desenvolvidas, aprofundando também a análise da natureza dos cursos e da evolução do número de alunos, pois a crescente diversidade de situações exigiu que se abandonasse a análise mais simples que vinha tradicionalmente sendo feita. Não deixamos, porém, de ter como ponto de partida da análise os cursos abertos (onde se garantiu um número mínimo de alunos para que o resultado de cada curso fosse positivo), os cursos preparados e trabalhados mas que não abriram por não se ter conseguido formar uma turma e, ainda, os cursos novos que estão prontos a levar ao mercado no decurso do corrente ano letivo.

Os resultados económico-financeiros do período em análise, apurados com recurso a uma análise detalhada dos alunos e seus pagamentos em cada curso são apresentados no final deste terceiro capítulo e o quarto é dedicado a apresentar as perspetivas para o ano letivo 2018/19, assentes em pressupostos e em apostas claras, mas também fruto de um trabalho contínuo para o desenvolvimento da Autónoma Academy, em que todos os que nela trabalham estão claramente empenhados.

Finalmente, deixamos aqui uma nota para a inédita apresentação tardia deste documento, pela qual desde já nos penalizamos, mas que resulta, acima de tudo, de uma enorme exigência do arranque deste ano letivo, especialmente marcada pelo início da implementação do plano de comunicação desenvolvido durante o verão e só concluído no início de Outubro.

Agradecemos, por isso, a compreensão do Conselho de Administração da CEU, por este atraso.

² Que decorreu entre Setembro de 2017 e Setembro de 2018

2 O desenvolvimento da Autónoma Academy

Como tem vindo a ser reportado nos relatórios de atividade anteriores, ao longo dos últimos três anos a Autónoma Academy tem registado uma profunda transformação em vários aspetos da sua atividade, entre os quais se destaca a reformulação da sua organização interna, a abertura ao exterior, a credibilização da sua atividade junto dos restantes serviços da CEU e departamentos da UAL, o estímulo a novas iniciativas de formação, a exploração de novas formas de divulgação das ofertas formativas e a disponibilização de um espaço próprio.

De uma forma geral registaram-se progressos significativos em todas estas áreas, embora alguns aspetos, nomeadamente da monitorização e controlo de qualidade, a seletividade de novas propostas de formação e o esforço comercial, ainda estejam aquém do que pretendemos. Por outro lado, toda a área de comunicação, em especial através do website e dos vários meios de comunicação digital, evoluiu demasiado lentamente, o que expôs a Autónoma Academy a uma variabilidade da procura das suas ofertas formativas que terá sido excessiva e porventura poderia ter sido atenuada.

Os progressos registados traduziram-se num significativo aumento do número de alunos e da rendibilidade da sua atividade e na consolidação dos seus processos de trabalho, colocando a instituição numa posição muito mais favorável para enfrentar os desafios futuros que a concretização da sua missão, na medida da sua ambição, lhe colocar.

Ao longo deste processo foi possível contar com o apoio incondicional da administração da CEU e da reitoria da UAL, sendo certo que sempre foi assumido pela direção da Autónoma Academy não solicitar quaisquer recursos que não estivessem a ser gerados pela sua atividade, nem mesmo para acelerar investimentos, evitando dessa forma sobrecarregar a exigente gestão financeira da CEU nesse mesmo período. Foram também transferidas para a Autónoma Academy muitas funções administrativas antes desempenhadas por departamentos da CEU e agora totalmente desenvolvidos pela nossa equipa, tais como a gestão do website, a abertura de candidaturas aos cursos, a parametrização e abertura de cursos nos sistemas de informação, a emissão de referências de pagamento, o controlo das contas dos alunos, a emissão de certificados e outros documentos para todo o histórico do ensino não conferente de grau, entre outros.

Aqui chegados, entendemos ser oportuno expressar, ainda que de forma sintética, algumas das ideias-chave da reflexão que vimos fazendo sobre as aprendizagens quanto à atividade e ao mercado em que atua a Autónoma Academy, bem como as suas principais limitações internas.

Desde logo, reforçamos a nossa convicção de que esta atividade pode efetivamente ter um contributo estratégico para a CEU/UAL na medida em que ao nível da formação não conferente de grau, para além de não termos as desvantagens competitivas, face às universidades públicas, decorrentes dos morosos e discutíveis processos de acreditação da A3ES³, podemos explorar a vantagem competitiva assente numa maior agilidade, criatividade e capacidade de ajustamento ou antecipação das necessidades do mercado.

Acresce que consolidamos a nossa visão de que é através de ofertas formativas assentes numa combinação de sólidos conhecimentos técnicos, com grande experiência profissional e competência pedagógica do corpo docente que poderemos concretizar com sucesso a

³ Mesmo assumindo que a ação da A3ES é absolutamente neutra entre universidades públicas e privadas, a morosidade e ortodoxia dos seus processos penaliza especialmente as universidades privadas, cujo financiamento depende da capacidade de resposta atempada ao mercado.

nossa missão de colocar o conhecimento técnico e científico ao serviço da sociedade, assegurando um contributo relevante para o financiamento da CEU/UAL. Na verdade, apesar de uma vantagem reputacional de algumas escolas, entendemos ser possível a progressiva afirmação da Autónoma Academy através de uma estratégia de diferenciação assente nessa dimensão de experiência, que frequentemente é apontada como um ponto fraco de outras escolas mais reputadas. Isso é possível porque a Autónoma Academy tem revelado capacidade de atrair profissionais muito competentes e prestigiados em várias áreas do conhecimento.

Temos a convicção de que poderemos ir trilhando um caminho de reforço da posição da Autónoma Academy no mercado, a que estará associado o seu crescimento, desde que sejamos capazes de explorar o máximo de oportunidades que se nos coloquem, por um lado, e ir ultrapassando alguns dos principais constrangimentos identificados, aspetos que de forma alguma estão desligados.

É importante ter-se presente que o nosso modelo de negócio está muito assente na valorização da figura dos “coordenadores de curso”, que desejavelmente são pessoas com forte conhecimento na área de formação do “seu” curso, tendo a capacidade não só de identificar oportunidades de formação e desenhar ofertas que lhes deem resposta, como de identificar e atrair os docentes adequados para a mesma, e estabelecer contactos com instituições setoriais relevantes que se possam associar à Autónoma Academy nessa oferta em concreto.

Estes coordenadores, que na fase de funcionamento dos cursos funcionam como pivôs entre a Autónoma Academy e os docentes no que diz respeito ao planeamento, têm de ter um forte apoio administrativo, logístico e operacional, mas acima de tudo comercial e motivacional, papéis que a Autónoma Academy assegura. Estas duas últimas dimensões são críticas para o sucesso dos cursos, uma vez que a nossa pro-atividade ajuda a estimular os coordenadores, mas também a colmatar algumas das suas insuficiências de envolvimento.

Este modelo de funcionamento tem o mérito de permitir ter a funcionar um grande número de cursos, com cerca de 400 alunos por ano⁴, com apenas três colaboradores a tempo inteiro, mas expõe a atividade da Autónoma Academy a um elevado risco de dependência da iniciativa dos coordenadores.

Na nossa atual fase de desenvolvimento, a única forma que temos de atenuar este risco será o reforço do acompanhamento de cada coordenador e cada docente.

Por outro lado, é necessário libertar a gestão, nomeadamente a diretora executiva, para tarefas de natureza mais comercial e contactos institucionais que potenciem novas iniciativas e permitam melhor explorar novas oportunidades, bem como para o aprofundamento do controlo de gestão interno, que neste momento está condicionado por indisponibilidade de tempo.

Uma outra área que entendemos tem estado a constituir um constrangimento ao desenvolvimento da atividade é a conceção e implementação de uma estratégia global de comunicação, que aumente a visibilidade das ofertas junto dos potenciais interessados. Até recentemente, vínhamos concretizando um esforço de comunicações assente (1) na criação de bases de dados de contactos de pessoas, empresas e instituições potencialmente interessadas em cada um dos cursos, (2) na divulgação junto das entidades nossas parceiras para os cursos e (3) na divulgação (passiva) no nosso website, cujas potencialidades de interatividade estavam tecnologicamente muito condicionadas.

⁴ Número de alunos em todos os cursos geridos pela Autónoma Academy no ano letivo 2017/18.

Face às limitações introduzidas pelo RGPD e graças à migração do website para uma plataforma que nos permite uma postura mais ativa e interligada com outros meios de comunicação digital, nomeadamente as redes sociais relevantes, entendemos desencadear no final do ano letivo 2017/18 o desenvolvimento do plano global de comunicação, com o apoio do Departamento de Comunicação da CEU e da agência com quem trabalha. Estando esse plano em marcha, temos a expectativa de que este constrangimento se vá atenuando.

Face ao exposto, consideramos que o reforço do número de colaboradores da Autónoma Academy, com mais um colaborador a tempo inteiro, é a principal medida que poderá contribuir para ultrapassar os constrangimentos identificados, pois simultaneamente reduz o supracitado risco de dependência como liberta a gestão para tarefas de maior valor acrescentado.

Naturalmente que há outros desafios a superar, incluindo os que resultem do desejável crescimento da Autónoma Academy, mas que neste momento não estão no caminho crítico e podem ir sendo tratados oportunamente.

3 Atividades desenvolvidas no ano letivo 2017-2018

O ano em análise foi, à semelhança do anterior, muito intenso ao nível da aquisição de conhecimento das variáveis determinantes do negócio. Este aspeto foi fulcral para se conseguirem desenvolver formas de trabalho cada vez mais automatizadas e organizadas que permitiram a esta pequena equipa abrir e gerir mais de 20 cursos em áreas do conhecimento que vão desde a história e humanidades até à gestão, ao direito, às relações internacionais.

Para além dessa área de “produção”, a organização interna e a consolidação dos processos de trabalho, quer na escola, quer na interação com as restantes áreas de CEU/UAL, continuaram a constituir uma importante área de atuação, destacando-se o esforço e as inúmeras horas despendidas com a formação e o processo de adaptação dos procedimentos ao novo regime de proteção de dados pessoais.

Neste quadro, só com a permanente otimização dos recursos disponíveis foi possível desenvolver a atividade da Autónoma Academy com normalidade, começando por proceder à mudança de instalações, sem qualquer sobressalto e arrancar o ano letivo como habitualmente.

3.1 Cursos oferecidos

No ano letivo 2017/18 o número de alunos que frequentou as diversas ofertas formativas geridas pela Autónoma Academy quase atingiu os 410, um acréscimo de cerca de 15% face ao ano anterior. Porém estes números escondem uma realidade mais complexa e diversa, uma vez que agrega cursos de natureza, duração e rendibilidade muito distintos.

Na verdade, apesar do inequívoco aumento da atividade que retratam, resultaram da conjugação de dois efeitos de sinais contrários. Por um lado, deu-se uma redução de cerca de 3,5% para o conjunto de cursos que estavam planeados, e que resultou em grande medida da não abertura do MBA Funchal Atlântico nem da Pós-Graduação em Direito Administrativo e Administração Pública, por razões que se prenderam com a realidade da APEL e do contexto no Funchal, e da não abertura do curso montado com a escola de pilotagem GAir, neste caso devido à saída dos seus responsáveis, na sequência da venda da empresa a novos acionistas, tendo, nessa medida, a Autónoma Academy ficado aquém do que havia projetado.

Por outro, deu-se um aumento resultante do acolhimento de cursos que ainda estavam a ser geridos fora da esfera desta escola. Estes últimos, representaram um aumento da atividade, mas não um contributo líquido da Autónoma Academy para o universo da CEU/UAL.

Assistiu-se também a uma alteração relevante da composição dos cursos que efetivamente abriram, tendo-se verificado a não abertura de alguns cursos de duração longa, a qual, no que diz respeito ao número de alunos, foi quase totalmente compensada pelo aproveitamento de algumas oportunidades – foi o caso das várias iniciativas na área da proteção de dados – mas não compensada no que respeita ao número de horas de aulas lecionadas.

Ora, se é verdade que uma boa parte do esforço despendido pela Autónoma Academy está diretamente relacionada com o número de cursos e o número de alunos, também é que as receitas e boa parte dos custos variáveis dependem do número de horas de aulas, pelo que se deverá analisar os dois indicadores em simultâneo.

Esta evolução está bem patente no Gráfico 1, que mostra uma evolução do número de alunos sempre positiva, mas não acompanhada do aumento do número de horas de aulas.

Em nosso entender esse fenómeno não é específico da nossa escola, pois reflete uma tendência geral de preferência por formações mais curtas, em detrimento dos tradicionais MBA com perto de 300h letivas. Isso exige um ajustamento da oferta formativa e um maior esforço de lançamento de novas iniciativas.

Gráfico 1 – Atividade da Autónoma Academy nos últimos 3 anos e projeção para 2018/19



O trabalho realizado ao longo do ano para preparar um conjunto de ofertas na área da gestão de recursos humanos, foi precisamente nesse sentido e a abertura de cursos em 1ª edição como são os casos do MBA em Gestão do Negócio de Bar ou a Pós-Graduação em Jornalismo Televisivo, atestam essa dinâmica de novas ofertas.

A este propósito, saliente-se que a dinâmica dos mercados, o aproveitamento de oportunidades específicas e o desenvolvimento de cursos à medida, que podem ter janelas temporais curtas, leva a que várias ofertas possam ter um ciclo de vida mais curto do que era tradicional e/ou apenas possam funcionar de forma intermitente, acrescentando incerteza e variabilidade, a qual poderá eventualmente ser atenuada com aumento da oferta.

A Tabela 1 apresenta o conjunto de cursos abertos no ano letivo 2017/18, sendo que os dois últimos se enquadram em atividades de apoio a outras áreas da CEU/UAL, em que se inclui ainda o acompanhamento de algumas turmas de mestrado e doutoramento do IBEA/IURJ, cuja organização exige a afetação de recursos da Autónoma Academy sem que sejam geradores de qualquer receita direta.

Tabela 1 – Cursos Abertos no ano letivo 2017-2018

Designação do Curso	Nº alunos efetivos
Pós Graduação em Gestão e Direção de Segurança (Set)	31
Pós Graduação em Direito do Desporto	10
Pós Graduação em Coord. Segurança de Recintos Desportivos	12
Pós Graduação em Ilustração	6
Curso de Português para Falantes de Mandarim	38
Pós Graduação em Proteção de Dados	26
Workshop Proteção de Dados	24
Curso Breve de Proteção de Dados	12
Pós Graduação em Tradução	4
Pós Graduação em Jornalismo Televisivo	10
Pós Graduação em Mediação Familiar	7
Pós Graduação em Direito Fiscal	7
Pós Graduação em Direito e Prática Notarial	8
Pós Graduação em Arqueologia Subaquática	8
MBA em Gestão do Negócio de Bar	13
Programa Geral de Gestão ANACOM	23
Curso de Especialização em Higiene e Saúde no Trabalho	18
Pós Graduação em Dinâmicas Sociais e Organizacionais FA	61
Curso de Direito do Trabalho MTSS	25
Curso de Gestão Projetos Exército	15
Curso de Inglês	5
Workshop Legendagem	2
Cursos do Instituto de Artes e Ofícios	16
TOIEC	4
TOFFEL	15
Universidade de Verão UAL/Montepio	n.a.
CHC – Mestrado em Gestão	8
Total de alunos	408

Em todo o portfolio da Autónoma Academy, no decurso do passado ano letivo houve um conjunto de cursos que não abriram, por não terem atraído o interesse de um número mínimo de alunos, apesar do esforço de comunicação e divulgação abrangentes desenvolvidos e reconhecidos pelas partes envolvidas, atentas as limitações abaixo identificadas no ponto dedicado à comunicação.

A Tabela 2 mostra o conjunto de cursos nesta situação, podendo-se arrolar várias causas para o insucesso das iniciativas, que analisámos com os respetivos coordenadores. Alguns desses cursos serão novamente disponibilizados ao mercado, com ligeiras afinações, no ano letivo que agora se inicia, outros foram objeto de profunda reformulação para serem relançados, mas há cursos que pela incapacidade revelada de atrair interessados ou de os reformular nesse sentido, se considerou não fazer sentido continuar a gastar recursos para os oferecer.

Parte destes cursos, incluindo de ofertas que antecipávamos abrir, foram afetados por efeitos de esgotamento de janelas de oportunidade ou fecho de ciclos, dificilmente controláveis, e no corrente ano letivo também de assistirá ao fecho de ciclos de cursos, como sejam os de proteção de dados ou o da ANACOM.

Tabela 2 – Cursos preparados no ano 2017-2018, que não abriram

Designação do Curso
MBA Funchal
MBA Gestão de Projetos
Pós Graduação em Práticas Forenses/CEJ
Pós Graduação Direito Administrativo e Administração Pública
Pós Graduação em Direito Processual e Procedimental para Advogados Estrangeiros
Pós Graduação em Neurociências Educativas
Pós Graduação Direito Bancário e dos Seguros
Pós Graduação Direito Empresarial
Pós Graduação Auditoria Financeira e da Qualidade em Unidades de Saúde
Pós Graduação Comunicação de Moda
Pós Graduação Marketing Digital
Pós Graduação Psicologia Forense
Pós Graduação Terapia Manual e Recuperação Física e Desportiva
Curso de Especialização na Percepção da Criminalidade Organizada e do Terrorismo
Curso Cable and Wireless Networks: Theory & Practice
Curso Língua Portuguesa para Falantes de Árabe A1 e A2
Curso Língua Portuguesa para Falantes de Urdu A1 e A2
Curso Matemática com Modelação Computacional
Curso Escrever em Português E-learning
Curso de SoftSkills para Pilotos de Aviação Comercial/GAIR
Curso Breve Direitos Humanos
Curso Breve Direito dos Animais
Curso de SPSS e R
Curso de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão de Organizações Desportivas

Uma vez que todos estes cursos envolvem um esforço de conceção, preparação, comunicação, etc. sem que se traduzam em atividade de formação efetiva, há que reforçar a exigência na avaliação prévia da sua viabilidade no mercado, para reduzir a taxa de cursos preparados e não executados. É natural que esta taxa não seja nula e que em fases de maior intensidade de lançamento de produtos novos ela seja mais elevada, mas não deixa de ser desejável encontrar um melhor equilíbrio entre a taxa de lançamento de novos cursos e a taxa de não aberturas.

Por fim, e também demonstrativo da dinâmica de trabalho existente na Autónoma Academy, há ainda a sublinhar o trabalho desenvolvido em torno de um conjunto de cursos que apresentaremos ao mercado no corrente ano letivo e que foram preparados previamente.

Estes cursos podem ver-se na Tabela 3 abaixo e evidenciam, mais uma vez, a tentativa de alargar a oferta formativa para áreas distintas, estabelecendo parcerias externas com entidades com saber específico comprovado de forma a alavancar a presença no mercado.

Tabela 3 – Cursos preparados para o ano letivo 2018-2019

Designação do Curso
Talent Master em Gestão Estratégica do Capital Humano
Talent Master em Equipas e Líderes na Organização Ágil
Pós Graduação Assessoria Política e Comunicação Estratégica
Pós Graduação Hospitality Management
Pós Graduação em Direito Aéreo
Pós Graduação em Direito das Migrações
Pós Graduação em Programação Neurolinguística e Mindfulness
Pós Graduação em Gestão de Projectos em Contratos Públicos
Curso de Estudos Avançados em Geopolítica IDN/UAL

Relativamente àqueles desenvolvidos em parceria com entidades externas, existe sempre um grau acrescido de incerteza, nomeadamente quanto ao momento de lançamento, que procuraremos gerir, mas que inevitavelmente introduzem fatores exógenos.

Ainda assim, no ano letivo transato a Autónoma Academy manteve uma gestão ativa dos protocolos existentes e promoveu novos protocolos que se revelaram úteis para o desenvolvimento de determinados cursos.

3.2 Comunicação

No ano letivo que agora terminou previu-se começar a apostar na comunicação através da contratação de serviços nos meios digitais, em coordenação com a equipa de marketing da CEU, assim que se tivesse migrado o website da Autónoma Academy para uma nova plataforma sem as limitações tecnológicas previamente identificadas num exercício de diagnóstico que havia sido realizado.

Para tal, orçamentou-se um investimento em comunicação correspondente ao valor de uma propina para cada curso, ajustando dessa forma o investimento à dimensão e potencial de receita do próprio curso.

Porém, tendo a migração para o novo website sido realizada pelo prestador de serviço que trabalha para a CEU/UAL apenas no final de Abril e ficado operacional em Maio, na esmagadora maioria do tempo relevante para comunicação dos cursos essa ferramenta não esteve disponível, pelo que se optou por não realizar aquele investimento em comunicações devido à dificuldade em lhe dar o devido acompanhamento e se poder potenciar o seu retorno.

Por outro lado, um dos principais canais de divulgação das ofertas da Autónoma Academy passou a estar condicionado pelo novo regime de proteção de dados, incluindo na exploração da, ainda que limitada, base de dados de antigos alunos.

Neste enquadramento, não se concretizou o plano de comunicação nos moldes que estavam planeados, mas assim que se realizou a migração do website e se pôde começar a integrar com as diversas redes sociais, pôs-se em marcha o desenvolvimento de um plano integrado e coerente de comunicação, para ser implementado no corrente ano letivo.

Em suma, lançaram-se as bases para uma comunicação mais ativa e profissional, mas não se pode beneficiar de uma comunicação tão eficaz como a que havíamos antecipado, e com base na qual tínhamos projetado o crescimento do número de alunos e da rendibilidade.

3.3 Qualidade dos serviços prestados

No período em reporte, consolidaram-se os procedimentos nos diversos eixos de ação diretamente relacionados com a qualidade dos serviços prestados, desde o atendimento telefónico, eletrónico e presencial, à utilização generalizada da plataforma de elearning, à prontidão de resposta a solicitações internas e externas (incluindo a emissão de certidões) e à realização dos inquéritos de avaliação aos docentes.

Contudo, neste último aspeto, a falta de recursos não permitiu assegurar a aplicação de inquéritos à totalidade dos cursos, o que, em nosso entender deverá passar pela aplicação dos inquéritos em formato digital. De igual forma, pretendíamos ter desenvolvido um questionário aos diversos interlocutores dos serviços da Autónoma Academy, mas não foi possível desenvolvê-lo e implementá-lo.

À exceção do curso de mediação de conflitos familiares, os restantes cursos decorreram com elevados níveis de satisfação, sendo possível melhorar um ou outro curso mais exigente do ponto de vista da coordenação, em especial quando os coordenadores são menos atentos ou ativos, coisa que poderá ser conseguida com o anteriormente referido reforço de acompanhamento dos coordenadores e professores.

3.4 Outras atividades

Para além das atividades diretamente relacionadas com os cursos, manteve-se uma grande dinâmica de realização de eventos, maioritariamente por iniciativa própria e numa perspetiva de apoiar e complementar as iniciativas de divulgação dos cursos.

Destas, destacam-se os dezasseis seminários ou conferências abaixo identificados, que contaram com centenas de participantes e, para além do seu papel na promoção das ofertas formativas, julgamos terem contribuído positivamente para a imagem da UAL.

Outubro 2017	- Conferência: Atual Sistema Medico Legal e Forense Português - Conferência: The Sustainability Imperative: Why Sustainable Projects Are Good Business
Novembro 2017	- Seminário: Da cultura do vinho à moda do vinho
Dezembro 2017	- Conferência: Marketing Digital
Fevereiro 2018	- Conferência: Privacidade no sec XXI - Conferência: 10 anos de ADSP - Seminário: Empreendedorismo
Abril 2018	- Conferência: Direito Penal, Crime e Estrangeiros - Conferência: Liderança e Gestão da Fora de Vendas
Maio 2018	- Conferência: Talento 4.0: Gerir Pessoas e Equipas na Era Pós Industrial - Seminário: Investir num Bar – Bom negócio?
Junho 2018	- Conferência: Customer Experience: What's Next - Exposição: Ao largo das Imagens – 2ª Mostra Colectiva de Ilustração - Conferência: Direito à Privacidade – Como disse? - Conferência: Talento 4.0: Gerir Pessoas e Equipas na Era Pós Industrial - Conferência: Customer Experience – What's Next

No conjunto de ações desenvolvidas, refira-se ainda a participação em alguns eventos organizados por terceiros, onde se reúnem potenciais interessados nas ofertas formativas da Autónoma Academy, tais como congressos setoriais ou de ordens profissionais, onde se aproveita para divulgar tais ofertas.

3.5 Resultados Económico-financeiros

No ano letivo de 2017/18 a Autónoma Academy teve um volume de negócios de 401 mil euros, nos quais se incluem cerca de 4.650 euros de benefícios concedidos pelo Conselho de Administração da CEU a alunos e 4.300 euros de benefícios diretos em atividades da UAL.

Curiosamente, os custos da sua atividade mantiveram-se nos 327 mil euros, embora com uma diferente composição, pois os custos diretos dos cursos baixaram 7%, naturalmente arrastados pela redução do número de horas de aulas, os custos com fornecimentos e serviços externos também baixaram 30%, para 4,1 mil euros, e os custos comuns aumentaram 22%, para 98 mil euros, devido ao aumento de 18 mil euros anuais do custo com as instalações, atualmente 24 mil euros, pois os custos com pessoal e com a imputação do website mantiveram-se.

O contributo para os resultados antes de impostos da CEU foi então de 73,4 mil euros, uma queda comparável de cerca de 45% face ao ano letivo anterior, resultado da reportada redução do número de horas dadas e do perfil de cursos que não abriram.

O desvio do volume de negócios alcançado face ao orçamentado foi significativo, mas esse efeito foi ampliado ao nível dos resultados pelo facto de se ter projetado o aumento do número de alunos por curso, como resultado das ações de comunicação que se esperava poder ter implementado neste ano, e porque o acréscimo de receitas decorrente de mais um aluno num curso a funcionar se traduz quase totalmente em resultado.

4 Perspetivas para o ano letivo 2018-2019

Tendo presente o exposto nos capítulos 2 e 3, a gestão da Autónoma Academy propõe que a atividade no corrente ano letivo seja marcada por dois eixos de atuação estratégicos: (1) o desenvolvimento e implementação de um plano de comunicação global, coerente e integrado, com uma componente de longo prazo de promoção da marca Autónoma Academy, completada por ações específicas para um conjunto de 12 cursos prioritários; e (2) uma maior libertação da gestão para atividades de cariz promocional, comercial e de controlo de gestão.

A estratégia para o primeiro eixo foi, entretanto, desenvolvida pela agência que trabalha para a CEU/UAL, com a colaboração da equipa de marketing da CEU, e em estreita ligação com a equipa de gestão da Autónoma Academy, será testada este ano, numa perspetiva de continuidade nos próximos anos, se se revelar eficaz. Neste primeiro ano, vai ser exigido um esforço especial de implementação, com um vasto conjunto de ações complementares, incluindo a produção de vídeos de apresentação da Autónoma Academy e dos vários cursos, potenciando todo o plano de comunicação.

Por outro lado, exige uma melhor concretização das mensagens-chave, obrigando a ajustamentos no website e nos diversos suportes físicos e digitais, bem como uma atualização das normas gráficas do logotipo, ao qual já foi acrescentada a assinatura Experienced People.

Tendo presente todo este plano, orçamentou-se um investimento de 35 mil euros para o corrente ano letivo.

No que diz respeito ao segundo eixo, procurar-se-á dar um impulso significativo nas atividades de mobilização de coordenadores, de concretização de todos os possíveis meios de divulgação da atividade da Autónoma Academy junto de entidades terceiras e das suas iniciativas, de exploração de novas iniciativas junto de empresas e, se possível, desenvolvendo uma oferta conjuntamente com uma universidade estrangeira.

Neste âmbito salienta-se ainda uma análise da melhor forma de potenciar mais de 60 parcerias com associações empresariais, instituições setoriais e empresas, na maior parte dos casos formalizados em protocolos, o que merece um tratamento específico e devidamente planeado.

Naturalmente que este segundo eixo apenas poderá assumir a sua verdadeira relevância, com o reforço de um colaborador a tempo integral na Autónoma Academy, coisa que terá de ser oportunamente equacionada com o Conselho de Administração da CEU.

A este propósito, note-se que já no relatório anterior se havia antecipado essa necessidade, na altura, equacionada para o final do ano letivo de 2017/18. Tendo em atenção o arrastamento temporal ocorrido no plano de desenvolvimento da Autónoma Academy durante aquele ano, julgamos que a questão se coloca com particular acuidade a partir de Janeiro de 2019.

Pese embora o foco especial nos dois eixos identificados, haverá que não descorar todas as restantes áreas de atividade interna que têm vindo a ser consolidadas e melhorar os mecanismos e processos de monitorização e controlo da atividade da escola. Também a resolução da climatização das salas de aulas deverá merecer atenção, para que estas instalações possam dar o seu pleno contributo para a imagem da Autónoma Academy e para a qualidade dos serviços por ela prestados. Igualmente, a preparação de uma das salas para permitir a realização de aulas à distância se tem revelado crescentemente importante.

Por outro lado, tem de se dar especial atenção à integração do colaborador Marco Mendes, que vem substituir a Marta Sousa e, que apesar da disponibilidade que tem manifestado para aprender, terá seguramente uma curva de aprendizagem que não lhe permitirá atingir nos primeiros meses a sua produtividade potencial.

Face ao exposto neste relatório, assumindo o mesmo número de colaboradores, procurou-se fazer uma projeção do número de alunos, curso a curso, incorporando já informação dos cursos que abriram até esta data e das inscrições existentes para os cursos com data de arranque já em 2019. Embora se tenha sido prudente no número de alunos por curso, existe a inevitável incerteza quanto a abertura de alguns, pelo que estimamos ser possível atingir 414 alunos e cerca de 62 mil horas de aulas, com um intervalo de variação de $\pm 5\%$.

Como se observa no Gráfico 1 (na página 6), apesar do ligeiro aumento do número de alunos, projetamos um aumento de cerca de 15% no número de horas de aulas, devido ao perfil dos cursos em que se está a apostar.

Quanto às receitas, consideramos realista poder atingir um total de 600 mil euros, com um intervalo de variação de ± 40 mil, resultado do efeito de alteração do referido perfil, mas também de uma alteração da política preços, que pretendemos mais dinâmica e que só agora é possível com o controlo que a Autónoma Academy já tem da parametrização financeira dos cursos nos sistemas de informação da CEU.

Ao nível dos custos, incorporou-se já o reposicionamento do nível remuneratório da sua diretora executiva e da colaboradora Elsa Nora, bem como o acréscimo de custos diretos e dos custos com o plano de comunicação, mantendo-se os restantes custos comuns e variáveis.

Nestes pressupostos, para o ponto central estimamos um resultado antes de impostos de cerca de 200 mil euros.

Contamos, contudo, ir monitorizando o desenvolvimento da atividade e fazer ao Conselho de Administração pelo menos um reporte com um ponto de situação no início do segundo semestre letivo, nomeadamente tendo em conta a decisão que se vier a tomar quanto ao desejável reforço de recursos humanos.

5 Nota final

Lamentando não ter atingido os objetivos que projetámos para o ano letivo transato, é importante realçarmos que isso em nada se deveu ao desempenho da colaboradora Elsa Nora, cujo contributo para o bom funcionamento da escola e o saudável ambiente de trabalho tem sido, e continua a ser, muito positivo.

Também da parte do Conselho de Administração da CEU sempre pudemos contar com todo o apoio e agradecemos a plena confiança em nós depositada, à qual procuramos responder com total disponibilidade para assumir as funções que crescentemente nos veem sendo atribuídas, de forma muito empenhada, determinada e entusiástica, atentos os recursos ao nosso dispor.

Temos igualmente encontrado total acolhimento junto da Reitoria e dos diretores dos departamentos da UAL, bem como das várias áreas funcionais da CEU com quem mantemos contacto regular.

No corrente ano letivo, tudo faremos para atingir os objetivos aqui propostos, mas sempre dando prioridade à construção dos alicerces para o desenvolvimento de longo prazo da Autónoma Academy, em detrimento de objetivos de curto prazo, sempre que eles se revelem de alguma forma pontualmente conflituosos.

Manteremos permanentemente completa abertura aos contributos dos órgãos sociais da CEU/UAL para a reflexão estratégica sobre os caminhos a seguir pela Autónoma Academy.

Lisboa, 7 de Dezembro de 2018

Prof. Eduardo Cardadeiro

Diretor da Autónoma Academy

Dr.ª Celina Luís

Diretora executiva da Autónoma Academy

Anexo 3 – Conselho Científico



CONSELHO CIENTÍFICO DA UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano Letivo 2017-2018

1. O atual Conselho Científico iniciou o seu mandato em 21 de setembro de 2016.
2. No ano letivo de 2017-2018, o Conselho Científico reuniu em 8 sessões, considerando a primeira em 20 de setembro de 2017 e a última em 18 de julho de 2018.
3. As atas das respetivas reuniões encontram-se devidamente publicadas no sítio da UAL.
4. Durante o referido período foram tomadas 58 deliberações, todas publicadas no sítio da UAL.
5. Foram feitas 46 propostas ao Magnífico Reitor relativamente a júris de concursos e provas públicas de mestrado, doutoramento e agregação. A partir de 18 de maio de 2018, as propostas referentes a mestrado passaram a ser efetuadas pelo GAMD, conforme Despacho da CEU nº 7/2018, de 17 de maio.
6. Ressalta-se, entre as deliberações tomadas, as que dizem respeito a:
 - 6.1. Recomposição de júris de creditação, por Departamento;
 - 6.2. Criação de Comissões de análise e pronúncia sobre distribuição de serviço docente;
 - 6.3. Aprovação de distribuição do serviço docente;
 - 6.4. Elaboração e discussão do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos;
 - 6.5. Elaboração, discussão, aprovação e publicação do Regulamento de Creditação das Competências Académicas e Profissionais;
 - 6.6. Apreciação e aprovação de novos ciclos de estudos: doutoramento em *Sociedades Mediáticas de Língua Portuguesa*, doutoramento em *Psicologia*, doutoramento em *Engenharia Informática e de Telecomunicações* e mestrado em *Gestão de Unidades de Saúde*;
 - 6.7. Aprovação de Cursos não Conferentes de Grau: Pós-Graduação em *Gestão e Direção de Segurança*, Pós-Graduação em *Ilustração*, Curso de *Estudos Avançados de Geopolítica UAL-IDN*, Pós-Graduação em *Assessoria Política e Comunicação Estratégica*.
7. É de realçar a presença assídua dos membros do Conselho Científico, nas reuniões, atingindo uma média de 17,1 em 23, nas 8 sessões.
8. As sessões têm uma duração média de 2h com início às 15h e termo às 17h.

Presenças e Ausências dos Membros às Reuniões do Conselho Científico

NOME	2017/2018							
	20-09-17	18-10-17	22-11-17	24-01-18	21-03-18	23-05-18	20-06-18	18-07-18
Aline Gallasch Hall de Beuzónk		P	P	P	P	P	P	P
Ana Filipa Ribeiro Ramalheira	P		P		P	P	P	P
António José Garção Cabeças		P	P	P		P	P	P
Arindo Alegre Donário	P	P	P	P	P	P	P	P
Armindo Saraiva Matias	P	P	P	P	P	P	P	P
Brígida João Benedito Farinha da Rocha Brito	P	P	P		P			
Filipe Luis de Vasconcelos Romão		P	P	P	P	P		
Isabel Maria Fernandes da Silva	P	P	P	P	P	P		P
João Evangelista de Jesus Hipólito	P	P		P	P	P	P	P
José Guilherme Freitas Sousa Victorino						P	P	
José Maria Amado Mendes	P	P	P	P	P	P	P	P
Luis Manuel Victor dos Santos Moita	P	P	P	P	P	P	P	P
Luisa Maria d'Ándrade Godinho	P	P		P	P	P		
Maria Odete das Neves Fernandes dos Santos Nunes	P	P		P	P	P	P	P
Mário Pedro Guerreiro Marques da Silva	P	P		P	P	P		
Miguel Fernando Gonçalves de Matos dos Santos Neve	P	P	P	P	P	P	P	P
Miguel Filipa Ferreira Figueira de Faria				P	P			P
Pedro Gonçalo Tavares Trovão do Rosário	P	P	P	P		P		P
Reginaldo Rodrigues de Almeida	P					P	P	P
Ruben Bahamonde Delgado		P		P	P		P	P
Sitela Marcos de Almeida Neves Barbas	P			P	P	P	P	P
Tito Rosa Janeiro	P	P	P	P	P	P	P	P
Vera Marisa Dias Pedragosa	P	P			P		P	P
Totais P	17	18	13	18	19	19	15	18
	2017/2018							
Média de presenças	17,1							

9. Nas reuniões do Conselho, participaram também individualidades, como orientadores de teses de doutoramento ou proponentes de cursos não conferentes de grau, tendo em vista a melhor informação para tomada de deliberações pelo Conselho.

10. Realça-se o bom relacionamento do Conselho Científico com os demais órgãos da UAL e da CEU, sempre em apreciável colaboração.

11. Em especial, não pode deixar de assinalar-se o excelente relacionamento entre o Conselho Científico e o Reitor. Preservando, sempre, as respetivas autonomias, foi perfeito o entendimento entre os dois órgãos, disso resultando melhor desempenho, com manifesto benefício da imagem da UAL.

Lisboa, 27 de novembro de 2018.

O Presidente do Conselho Científico


 Armindo Saraiva Matias

Anexo 4 – Conselho Pedagógico

Relatório de Actividades
Conselho Pedagógico 2017/2018



1.Reuniões

Durante o ano lectivo de 2017/2018, foram remetidas aos Senhores Conselheiros 8 (oito) convocatórias para reunião do Conselho. (20 setembro de 2017, 25 de outubro de 2017, 15 de novembro de 2017, 6 de dezembro de 2017, 10 de janeiro de 2018, 14 de março de 2018, 9 de maio de 2018 e 20 de junho de 2018).

2. Deliberações e Informações

- Análise e Discussão sobre Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos (Actas: 25 de Outubro)
- Análise e Discussão sobre Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos (Actas: 25 de Outubro, 15 de Novembro, 6 de Dezembro e 10 de Janeiro e 14 de Março)
- Deliberação e Aprovação dos Calendários de Exames para o 1º e 2º semestre (Actas: 10 de Dezembro e 9 de Maio)
- Aprovação do Calendário Escolar para 2018/2019 (Acta 9 de maio)
- Apreciação de Proposta de Abertura de Novos Cursos a submeter em Setembro/Octubro à A3ES (Actas: 9 de Maio e 20 de Junho):
- Apresentação e Discussão de Trabalho dos Grupos sobre Questionários de Avaliação e Formação de Docentes (Acta 20 de Junho)

3.Convites à Participação

Foi convidado a participar o Senhor Provedor do Estudante na sequência da alteração dos Estatutos da UAL.

Lisboa, 30 de Novembro de 2018

Anexo 5 – Relatório das atividades da Biblioteca

Relatório Anual,
Plano de Atividades
& Orçamento 2018/2019

Catarina Figueirinha Lopes

BIBLIOTECA - Relatório Anual, Plano de Atividades & Orçamento

INTRODUÇÃO

A biblioteca universitária é o suporte do processo de ensino-aprendizagem da comunidade académica.

Através dos seus serviços e recursos humanos, promove o acesso e a utilização de fontes de informação, o desenvolvimento de competências de literacia da informação e a utilização do espaço.

Na biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa promove-se o conhecimento e o acompanhamento dedicado, principalmente aos alunos do 1º ciclo de estudos a quem faltam hábitos de leitura, formação ao nível das pesquisas e da normalização necessária para a realização de trabalhos, evitando situações de plágio.

A descrição das atividades desenvolvidas pelos serviços da Biblioteca e do Repositório Institucional no ano letivo de 2017/2018 pretende dar a conhecer o que foi feito com e para a comunidade académica no processo dinâmico de ensino-aprendizagem e de ciência aberta.

Com o objetivo de se conhecer melhor as necessidades dos utilizadores, foi elaborado um questionário para aferir o grau de satisfação e a opinião sobre as instalações, o atendimento, os serviços e os recursos cujo relatório se anexa.

No ano letivo de 2018/2019 pretende-se continuar a desenvolver atividades ao nível do apoio à investigação e ao ensino-aprendizagem; ao nível do desenvolvimento do fundo documental e do espaço físico; da promoção da Biblioteca virtual e do estabelecimento de parcerias departamentais e institucionais.

1ª PARTE – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA BIBLIOTECA 2017/2018

O presente relatório pretende dar a conhecer a concretização do plano de atividades de um ano que se pautou por mudanças organizacionais e do espaço físico.

1. BIBLIOTECA

A Biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa é um centro de recursos destinado à preservação e divulgação do respetivo acervo patrimonial, bibliográfico e documental, ao acesso a bases de dados, ao apoio ao ensino, à investigação e à atividade cultural e editorial. [Artigo 44º dos Estatutos da UAL]

Integra duas unidades físicas distintas - a Biblioteca Central em Santa Marta e um pólo em Campo de Ourique.

1.1 Obras de remodelação

A Autónoma mudou a Biblioteca!

As obras de remodelação, que decorreram entre Julho e Setembro de 2018, ditaram o fim do último piso da Biblioteca Central que albergava o fundo documental das classes 3 a 9, o gabinete das técnicas, a sala de reservados e a sala de grupos.

O espaço físico passou a ter dois pisos e os 120 lugares passaram a 60 lugares sentados.

Este processo de alteração exigiu um esforço adicional dos colaboradores que encaixotaram, transportaram e montaram uma Biblioteca inteira.

Cota	Nº de Registos
CECD	561
5	693
6	1870
7	222
8	2058
9	1236
Total	6640

Os colaboradores da Biblioteca transportaram e encaixotaram mais de 6640 livros.

Cota	Nº de Registos
0	1042
1	1130
2	155
3	8231
Total	10558

A empresa de mudanças encaixotou e transportou mais de 10558 livros.

De forma a minimizar o impacto junto da comunidade académica, tudo foi concretizado em tempo recorde:

- o espaço foi desmontado nas duas últimas semanas de Junho, após o final do ano letivo, permitindo que as obras tivessem início no dia previsto – 2 de Julho;
- após a conclusão das obras e a montagem das estantes, os colaboradores da Biblioteca tiveram uma semana para colocarem todos os livros nas estantes. Uma tarefa *Hérculea* concluída no dia 1 de Outubro de 2018.

ANTES

1º Piso



Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento retiradas do sótão (retiradas pelas técnicas)





Sala de Grupos

DEPOIS



1º Piso



1.2 Regime geral de proteção de dados

A Biblioteca utiliza o software de gestão de bibliotecas português biblioNET, da empresa BiblioSoft.

O módulo de catalogação e o de circulação e empréstimo, deste sistema, servem de base ao registo da informação que circula diariamente na Biblioteca:

- Registo de documentação - livros e revistas;
- Registo de leitores;
- Registo de movimentos.

Com a entrada em vigor, a 25 de Maio de 2018, do Regime Geral de Proteção de Dados – RGPD e de forma a obedecer aos parâmetros referidos na Autorização de Isenção Nº2/99 (anexo) no se refere à Gestão de utentes de Bibliotecas foram introduzidas alterações no registo dos leitores que passou a ser realizado através de inscrição *online*.

1.3 Utilizadores

São utilizadores da Biblioteca os alunos; docentes; investigadores/bolseiros; funcionários da CEU-UAL; arquivos, bibliotecas e centros de documentação e informação nacionais e estrangeiros, após a realização de contratos de colaboração/protocolos.

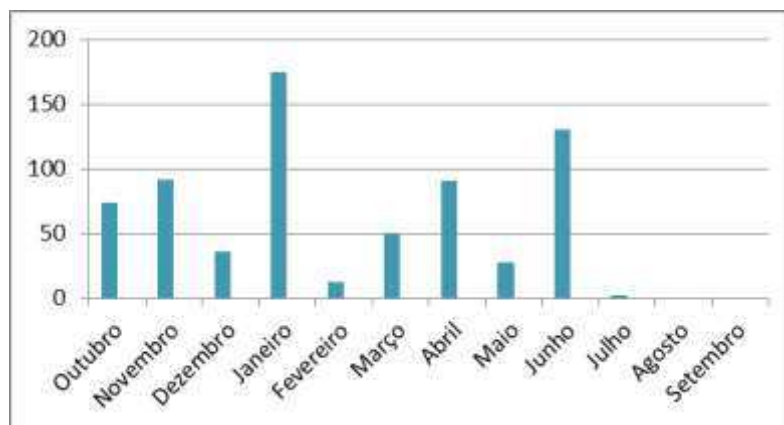
Mesmo com o encerramento de três meses registou-se um aumento acentuado de entradas, verificando-se mais **9709** entradas do que no ano anterior.

Total de Entradas 2016/2017	56.363
Total de Entradas 2017/2018	66.072

O número de inscrições na Biblioteca também aumentou face ao ano letivo de 2016/2017.

Total de Leitores Inscritos 2016/2017	573
Total de Leitores Inscritos 2017/2018	703

Registou-se um pico no mês de Janeiro com a inscrição de 175 novos utilizadores, que traduz o aumento do número de alunos inscritos na Universidade Autónoma de Lisboa no ano 2017/2018 e a chegada dos alunos provenientes do Brasil.



1.4 Empréstimo domiciliário

O serviço de empréstimo domiciliário compreende as tarefas de empréstimo; devolução; renovação e reserva de documentos realizadas no balcão de atendimento, por via telefónica e através de e-mail.

As obras de remodelação da Biblioteca e o respetivo encerramento deste serviço refletem uma diminuição pouco significativa destes movimentos em relação ao ano anterior.

Movimentos	2016/2017	2017/2018
Empréstimo domiciliário	4937	4.929
Devoluções	4945	4.733
Renovações	772	885
Reservas	152	176
TOTAL	10.806	10.723

1.5 Empréstimo Interbibliotecas (EIB)

A Biblioteca assegura aos seus utilizadores o acesso a documentos que não existam na sua coleção, assim como procede ao empréstimo de documentos a outras instituições.

No ano letivo de 2017/2018 foram solicitados 4 pedidos de EIB à Biblioteca da UAL e foram realizados 6 pedidos a outras instituições.

1.6 Aquisições/Assinaturas

As propostas de aquisição que chegaram à Biblioteca representam um valor muito inferior ao do ano anterior. Contudo, o valor das assinaturas das publicações periódicas aumentou, assim como o das assinaturas das bases de dados.

AQUISIÇÃO DE MONOGRAFIAS	2016/2017	2017/2018
Arquitetura	235,75	854,51
Ciências da Comunicação	107,69	482,74
Ciências e Tecnologias	1139,3	150,47
Ciências Económicas e Empresariais	491,92	282,18
Direito	4815,73	1028,72
Psicologia	156,72	577,71
Relações Internacionais	136,71	59,57
Historia, Artes e Humanidades	253,69	236,31
Autónoma Academy	81,62	
CICH		155,2
Biblioteca	64,97	
Conselho de Administração e Reitoria	8,91	24,95
Secretariado de Apoio ao Docente		146,5
TOTAL	7493,01	3998,86

1.7 Ofertas e Permutas

Durante o ano letivo 2017/2018, a Biblioteca recebeu 217 documentos a título de oferta e 35 documentos a título de permuta.

1.8 Tratamento documental

No ano letivo de 2017/2018 foi realizado o tratamento documental de 1367 novos registos e iniciou-se o processo de substituição de cotas no pólo de Campo de Ourique.

Tipologia de Documento	2016/2017	2017/2018
Analítico	61	614
Publicação Periódica		223
Monografia	685	530
Total de registos	746	1367

Foram substituídas mais de 1000 cotas dos livros de arquitetura existentes no pólo de Campo de Ourique.

1.9 Formação de utilizadores

A Biblioteca promove ações de formação, sessões de esclarecimento e *trials* de acesso à mais variada informação, com o objetivo de potenciar a utilização dos recursos, físicos e digitais, em ambiente de sala de aula, a pedido dos docentes ou sugeridas pelos serviços:

- Recursos da Biblioteca
- Biblioteca Virtual
- Referências bibliográficas.

1.10 Formação contínua

A formação contínua e especializada na área das Bibliotecas e no contexto do ensino superior tem como objetivo a melhoria do desempenho dos profissionais e dos serviços prestados à comunidade académica.

Formação Externa	Serviços de referência: estratégias de gestão e organização
	Workshop Learn & Lunch de SaaS (Software as a Service)
	Webinar OpenAIRE Portugal: "Serviços OpenAIRE para Gestores de Repositórios"
	Literacia da informação em contexto universitário II: contributos para a ciência aberta
Formação Interna	Workshop sobre Proteção de Dados
	Word

Ao abrigo do programa europeu Erasmus + *Staff Mobility for Training* recebemos dois colegas da Universidade Complutense de Madrid com que foram trocadas experiências de trabalho e de vida.

ERASMUS+ Staff Mobility for Training	Universidad Complutense de Madrid	Biblioteca de Direito
		Faculdade de Documentação Relações Internacionais

1.11 Biblioteca Virtual

A Biblioteca Virtual pretende ser uma ferramenta que disponibiliza o acesso aos recursos digitais e aos serviços de uma forma rápida e eficaz.

1.11.1 Site da Biblioteca

O site da Biblioteca – biblio.autonoma.pt – foi alvo de uma remodelação estrutural para que a comunidade académica consiga aceder de forma mais intuitiva aos recursos



disponibilizados – catálogo bibliográfico; bases de dados; Camões – Repositório Institucional; regulamento; notícias e outras informações relevantes como a divulgação de *trials* disponibilizados pelos mais diversos fornecedores de conteúdos.

1.11.2 Bases de dados

A Universidade Autónoma de Lisboa assina e acede, através dos serviços da Biblioteca, às bases de dados do consórcio B-On, da EBSCO e da Priberam.

Consórcio B-ON	
American Chemical Society	
American Institute of Physics	
Annual Reviews	
Association for Computing Machinery	
Coimbra University Press	
Current Contents (ISI)	
Elsevier	
Essencial Science Indicators (ISI)	
Eric	
IEEE	
Institute of Physics	
ISI Proceedings	
Journal Citation Reports (ISI)	
LISTA	
Nature	
Royal Society of Chemistry	
Sage	Urban Studies Politics and International Relations
Society for Industrial and Applied Mathematics	
Springer	
Taylor & Francis	
Web of Science	
Wiley	
Zentralblatt	
Academic Search Complete	
Business Source Complete	

EBSCO
PsycINFO
PsycArticles
PsycCritiques
Oferta - Psychology & Behavioral Sciences Collection
Oferta - Library, Information Science & Technology Abstracts with full text
Regional Business News
Humanities International Complete

PRIBERAM
Legix

No ano letivo 2017/2018 foi assinada uma nova base –*Humanities International Complete* - e promovida a divulgação da *LEGIX*, através do protocolo estabelecido com a Priberam.

Mensalmente, são contabilizados os acessos, as pesquisas e os downloads realizados para se apurar a estatística de utilização e a necessidade de promoção junto da comunidade académica, uma vez que estas são ferramentas essenciais para o acesso à informação.

FORNECEDORES DE CONTEÚDOS	2016/2017			2017/2018		
	Acessos	Pesquisas	Downloads	Acessos	Pesquisas	Downloads
FCT - B-ON	s/ dados		9.151	s/ dados		22.133
EBSCO	7.355	41.550	2.717	19.151	93.940	18.054
Legix	s/ dados			657		1.652

2 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Camões é um repositório institucional digital que pretende reunir e divulgar a produção científica da Universidade Autónoma de Lisboa.

No seguimento de uma política de Acesso Aberto inclui artigos de publicações periódicas, capítulos de livros, comunicações de conferências, teses, dissertações e material audiovisual - <http://repositorio.ual.pt/>

2.1 Consultas e *downloads*

O número de consultas e *downloads*, assim como do número de depósitos – 590 documentos, registou um aumento acentuado ao qual associamos não só a obrigatoriedade do depósito legal, mas também a divulgação/promoção do acesso aberto e do repositório institucional.

	2016/2017			2017/2018		
	Consultas	Downloads	Nº Depósitos	Consultas	Downloads	Nº Depósitos
Camões - Repositório Institucional	722.303	594.977	433	915.156	817.099	590

2.2 Depósito legal de dissertações & teses

De forma a cumprir com as disposições legais foram depositadas em Camões - Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa **92** dissertações de mestrado e **6** teses de doutoramento.

2.3 Formação/ divulgação e auto-arquivo

A Universidade Autónoma de Lisboa preconiza uma política de depósito obrigatório da produção científica dos docentes/investigadores. O depósito é realizado através de auto-arquivo com a ajuda de um documento

de apoio disponível em <http://hdl.handle.net/11144/982>



No âmbito da promoção e divulgação do acesso aberto os serviços do repositório participam anualmente, em Outubro, na Semana Internacional do Acesso Aberto – 23 a 29 de Outubro de 2017.

Neste contexto, realizaram-se seguintes atividades:

- Impressão/afixação do poster disponível em www.acessolivre.pt
- Divulgação da Semana Internacional do Acesso Aberto no site da Universidade, da Biblioteca e na página do Facebook da Universidade.

- Impressão/afixação e divulgação do poster: Camões: Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa

- Sensibilização dos docentes/investigadores para a obrigatoriedade e vantagens do auto-arquivo da produção científica de forma presencial e através do envio de um e-mail com:

- Documento de apoio para o depósito de documentos no Repositório Institucional.
- Vídeo realizado pelo RCAAP sobre as vantagens acesso aberto.

Subject: Semana Internacional do Acesso Aberto 2017- Universidade Autónoma de Lisboa



Caros Professores/Investigadores

enquadrada na iniciativa internacional cujo objetivo é promover o acesso aberto ao conhecimento, informamos que está a decorrer a **Semana Internacional do Acesso Aberto**. A comissão científica de uma instituição é algo que não pode ser deixado, pois é através desta que se maximiza a visibilidade e acessibilidade aos conteúdos produzidos. Com o objetivo de armazenar, preservar e difundir a produção intelectual, a Universidade Autónoma de Lisboa, através dos serviços de Biblioteca, criou o Camões - Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa.

Notadamente que, de acordo com a política de depósito de publicações, a FAL aplica uma política de **depósito obrigatório** de toda a produção intelectual de docentes e de investigadores.

Para tal deverá efectuar o registo em repositorio.uil.lisboa.pt e seguir as instruções de depósito de que dispõe em WWW.UIL.LISBOA.PT/11144362

O serviço de Biblioteca e do Repositório Institucional está à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas, de forma presencial ou através de e-mail: camoes.repositorio@uil.lisboa.pt

INICIO SOBRE A SEMANA SOBRE O OPEN ACCESS MATERIAIS 2018 EVENTOS 2018 ANTERIORES -

Semana Internacional do Acesso Aberto na Universidade Autónoma de Lisboa – 23 a 29 de Outubro

– POSTEIO ON 20 DE OUTUBRO DE 2017
POSTED IN: EVENTOS 2017, INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES 2017

Enquadrada numa iniciativa internacional cujo objetivo é promover o acesso aberto ao conhecimento, a **Semana Internacional do Acesso Aberto** irá decorrer de **23 a 29 de Outubro**.

Neste contexto, à semelhança dos anos anteriores, participaremos com a realização das seguintes actividades:

- Impressão/afixação do poster disponível em www.acessoaberto.pt
- Divulgação da Semana Internacional do Acesso Aberto no site da Universidade, da Biblioteca e na página do Facebook da Universidade
- Impressão/afixação e divulgação do poster: Camões: Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa
- Sensibilização dos docentes/investigadores para a obrigatoriedade e vantagens do auto-arquivo da produção científica de forma presencial e através do envio de um e-mail com:
- Documento de apoio para o depósito de documentos no Repositório Institucional
- Vídeo realizado pelo RICAAP sobre as vantagens acesso aberto.

Semana do Acesso Livre
23-29 de Outubro de 2018

Categorias

- Ciência Aberta: Logótipos
- Ciência Aberta: Destaques & Recursos
- Eventos 2018
- Fotos 2018
- Informações 2018
- Kit de apoio à divulgação da DAW
- Materiais Promocionais 2018
- Newsletter 2018
- Instituições Participantes 2018



Ainda no ano letivo de 2017/2018 realizou-se, nos dias 19 e 22 de Março, o Workshop Ensinar, Investigar, Comunicar...e PRESERVAR com o objetivo de dar a conhecer a política de depósito de publicações, de ensinar a auto-arquivar as diferentes tipologias de documentos e de alertar para as implicações/cuidados a ter ao nível dos direitos de autor.

É imperativo o cumprimento da política de depósito de publicações e o cumprimento das normas da FCT.

2A PARTE – PLANO DE ACTIVIDADES & ORÇAMENTO 2018/2019

Na continuação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e sendo a Biblioteca Universitária uma estrutura fundamental da universidade que visa garantir o sucesso académico da sua comunidade, promover as relações interpessoais e comunicar o que é produzido pelos professores/investigadores, elaborámos este plano que pretende ir ao encontro das exigências internas e externas:

		OBJECTIVOS				
		OBJECTIVO 1	OBJECTIVO 2	OBJECTIVO 3	OBJECTIVO 4	OBJECTIVO 5
		APOIAR A INVESTIGAÇÃO	APOIAR O ENSINO & APRENDIZAGEM	ADEQUAR E DESENVOLVER O FUNDO DOCUMENTAL E O ESPAÇO FÍSICO	PROMOVER A BIBLIOTECA DIGITAL	PROMOVER PARCERIAS DEPARTAMENTAIS E INSTITUCIONAIS
ACTIVIDADES	• Aquisição bibliográfica de acordo com os projectos em curso.	• Formação de utilizadores, na biblioteca e em contexto de sala de aula.	• Verificação dos documentos desactualizados e em mau estado.	• Divulgação do site da Biblioteca e participação nas redes sociais.	• Contacto com os directores de departamento, com o objetivo de promover a cooperação e articulação das necessidades institucionais.	
	• Promoção do EIB - Empréstimo Interbibliotecas, com o objectivo de satisfazer as necessidades de informação dos professores/investigadores.	• Formação de bases de dados, na biblioteca e em contexto de sala de aula.	• Aquisição bibliográfica de acordo com o programa das cadeiras e com as exigências das entidades de avaliação.	• Divulgação das Bases de Dados assinadas pela Universidade.	• Parceria com o GAID na divulgação de acções a desenvolver para e com o Docentes/Investigadores.	
	• Promoção/divulgação da Ciência Aberta e do Repositório Institucional.	• Realização de pesquisas temáticas.	• Renovação e assinatura de publicações periódicas de acordo com a não utilização e com as exigências dos pragmas e das entidades de avaliação.	• Promoção da utilização dos recursos da biblioteca virtual, através da realização de acções de formação.	• Apoio aos processos de avaliação interna e externa - SIGQ, MCTES; ASES.	
	• Realização de tarefas de apoio ao Auto-Arquivo.	• Apoio à elaboração de bibliografias.	• Criação de sinalética visível.		• Realização de parcerias institucionais, como objectivo de isentar o serviço de EIB - Empréstimo Interbibliotecas.	
	• Realização e divulgação de acções de formação / webinars no âmbito da investigação.	• Divulgação do manual de apoio à elaboração de referências bibliográficas.				
	• Apoio à elaboração de bibliografias.	• Promoção do EIB - Empréstimo Interbibliotecas, com o objectivo de satisfazer as necessidades de informação dos utilizadores.				
	• Difusão selectiva de informação - novidades bibliográficas e de serviços.					

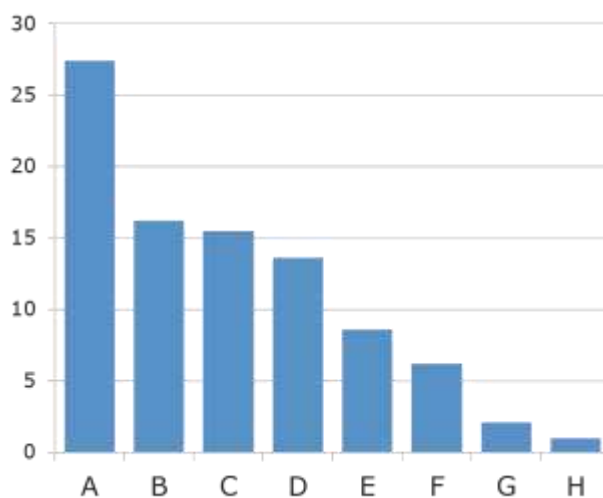
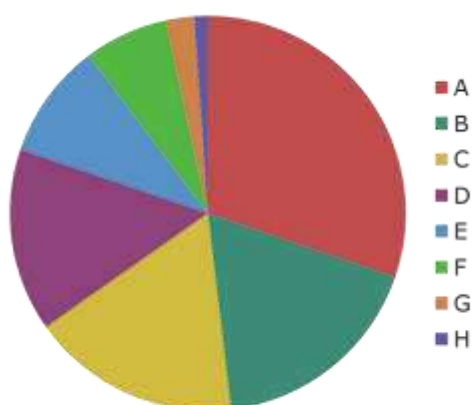
De acordo com o plano de atividades e com a gestão quotidiana da Biblioteca propõe-se o seguinte orçamento:

ORÇAMENTO 2018/2019		
A Q U I S I Ç Õ E S	MONOGRAFIAS	7.000,00 €
	PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	4.000,00 €
	BASES DE DADOS B-ON & EBSCO	74.728,50 €
		85.728,50 €
E Q U I P A M E N T O S	INFORMÁTICO	500,00 €
	MOBILIÁRIO	
	SINALÉTICA	1.000,00 €
		1.500,00 €
F O R M A Ç Ã O	CONTÍNUA	1.500,00 €
		1.500,00 €
	TOTAL	88.728,50 €

Catarina Figueirinha Lopes

ANEXO

RELATÓRIO DO QUESTIONÁRIO SOBRE A AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES DA BIBLIOTECA DA UAL



Catarina Figueirinha Lopes

Miguel Rosa

Lisboa, 2018

INTRODUÇÃO

A Biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa como centro de recursos destinado à preservação e divulgação do acervo patrimonial, bibliográfico e documental, ao acesso a bases de dados, ao apoio ao ensino e à investigação serve uma comunidade académica exigente.

Com o objetivo de conhecermos melhor as necessidades dos nossos utilizadores, elaborámos um questionário para aferir o grau de satisfação e a opinião sobre as instalações, o atendimento, os serviços e os recursos.

MODELO DE QUESTIONÁRIO

O questionário foi estruturado de modo a recolher informação sobre cinco grandes áreas - acesso e interação, atendimento, serviços, recursos e instalações.

Para facilitar o preenchimento e o tratamento dos dados optámos por elaborar um questionário com questões fechadas com a seguinte estrutura:

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES

Com o objectivo de conhecermos melhor as necessidades da comunidade académica, elaborámos este questionário para aferir o seu grau de satisfação e a sua opinião sobre os nossos serviços e recursos.

Pedimos a sua colaboração no seu preenchimento, para podermos melhorar.

O questionário é de natureza anónima e os seus dados são tratados de forma confidencial.

1. Sexo

- M F

2. Idade

- 18 - 20 21 - 25 26 - 30 31 - 35 36 - 40
 41 - 50 +50

3. Tipo de utilizador

- Aluno do 1º ciclo de estudos Docente
 Aluno do 2º ciclo de estudos Investigador
 Aluno do 3º ciclo de estudos Funcionário
 Aluno de Erasmus Leitor externo
 Antigo aluno

4. Curso/Departamento

- Administração em Unidades de Saúde Economia História
 Arquitetura Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações Psicologia
 Autónoma Academy Engenharia Informática Relações Internacionais
 Ciências da Comunicação Gestão
 Direito Gestão do Desporto
 Outro:

5. Desloca-se à Biblioteca

- Diariamente Frequentemente Raramente

6. Utiliza a Biblioteca com que finalidade?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Sala de estudo | <input type="checkbox"/> Pesquisar no catálogo |
| <input type="checkbox"/> Realizar de trabalhos de grupo | <input type="checkbox"/> Consultar revistas científicas em papel |
| <input type="checkbox"/> Empréstimo domiciliário | <input type="checkbox"/> Consultar as bases de dados |
| <input type="checkbox"/> Empréstimo interbibliotecas | <input type="checkbox"/> Consultar o repositório institucional |
| <input type="checkbox"/> Apoio à realização de trabalhos académicos | <input type="checkbox"/> Reservar documentos |
| <input type="checkbox"/> Apoio à investigação | |

7. Como interage com a Biblioteca?

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| <input type="radio"/> Presencial | <input type="radio"/> E-mail |
| <input type="radio"/> Telefone | <input type="radio"/> Redes sociais |

8. Conhece o *site* da Biblioteca?

- Sim
- Não

9. Encontra facilmente os documentos de que precisa?

- Sim
- Não

10. De que forma encontra os documentos?

- | | |
|---|---|
| <input type="radio"/> Pesquisa no catálogo | <input type="radio"/> Recorre ao <i>site</i> da Biblioteca |
| <input type="radio"/> Recorre ao apoio dos funcionários | <input type="radio"/> Telefona |
| <input type="radio"/> Procura directamente nas estantes | <input type="radio"/> Prepara as pesquisas fora da Biblioteca |

11. Qual o seu grau de satisfação em relação ao atendimento na Biblioteca?

	Insatisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não Responde
Disponibilidade dos colaboradores no atendimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio dos colaboradores na realização de pesquisas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio dos colaboradores na localização dos documentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. Qual o seu grau de satisfação em relação às instalações e ambiente das salas de leitura da Biblioteca?

	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não responde
Iluminação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobiliário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ventilação/Aquecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quantidade de tomadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ruído	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sinalética	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. Qual o seu grau de satisfação em relação aos serviços da Biblioteca?

	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Não sabe/Não responde
Apoio ao utilizador	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aquisição bibliográfica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Empréstimo domiciliário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Empréstimo interbibliotecas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formação de utilizadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Renovação de empréstimos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reserva de documentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. Qual o seu grau de satisfação quanto ao acesso à informação?

	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não responde
O site da Biblioteca permite encontrar informação de forma rápida e eficaz	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso aos recursos electrónicos de forma remota	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os documentos existentes na Biblioteca satisfazem as necessidades de informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os recursos electrónicos satisfazem as necessidades de informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilidade de utilização do catálogo e das bases de dados nas pesquisas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilidade de acesso e de pesquisa em Camões - Repositório Institucional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15. Qual o seu grau de satisfação em relação ao fundo documental da Biblioteca?

	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não responde
Número de exemplares por título	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actualização do fundo documental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adequação do fundo documental às bibliografias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

FORMA DE APLICAÇÃO

O preenchimento dos questionários foi solicitado aos utilizadores que se deslocaram à Biblioteca central - Santa Marta - entre os meses de Março e Maio, do ano letivo de 2017/2018.

Após o preenchimento presencial, os questionários foram devolvidos no balcão de atendimento.

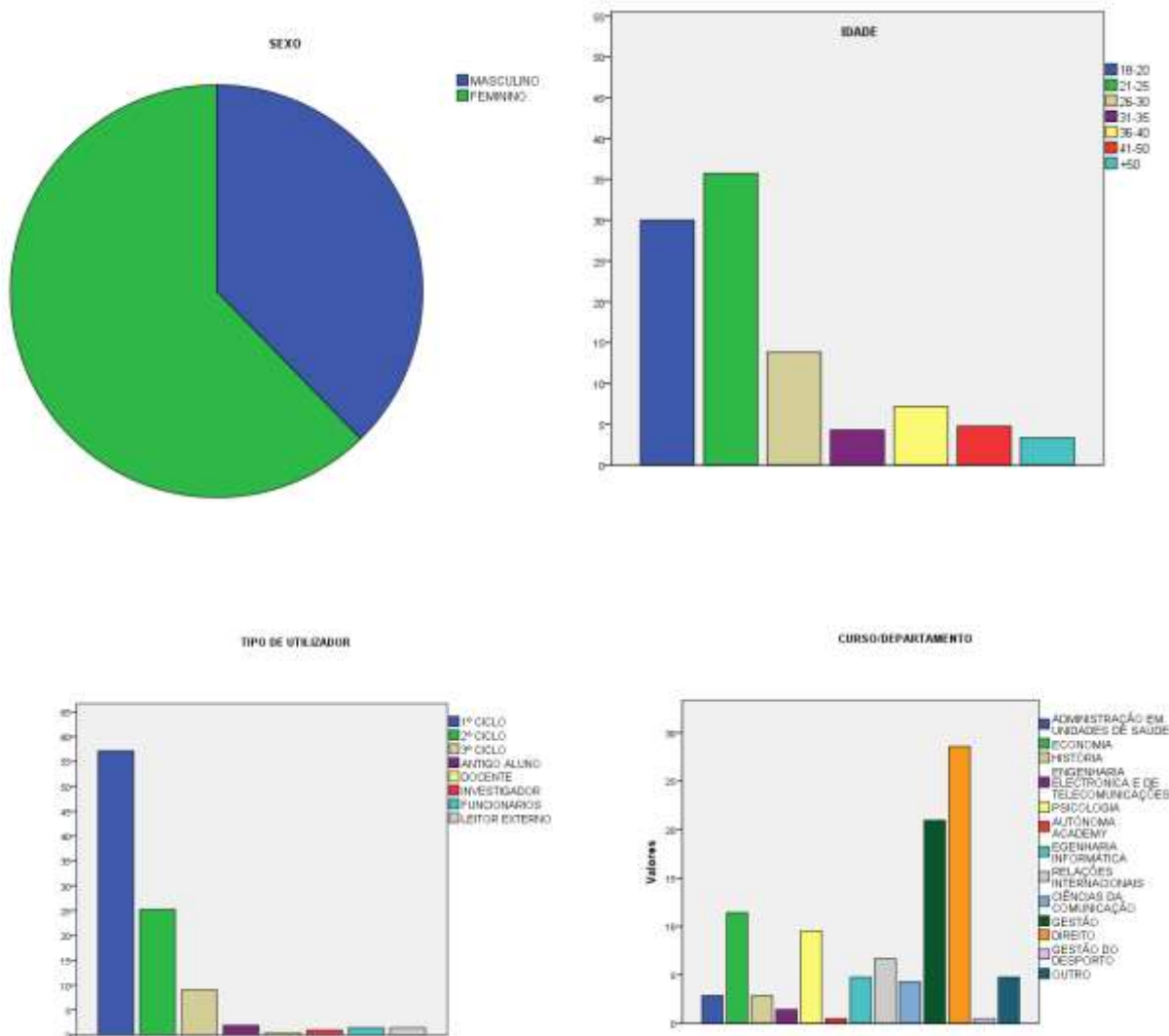
ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dos 300 questionários que entregámos, recebemos 210 preenchidos cujas perguntas e respostas foram introduzidas no software de tratamento de dados que produziu os gráficos que se apresentam.

Questões 1 a 4

As questões colocadas pretendiam aferir o universo dos utilizadores da Biblioteca, os cursos e ciclos de estudo que frequentam.

A maioria dos utilizadores são mulheres (62,3%), predomina a faixa etária entre os 21 e os 25 anos (36,1%) que frequenta o 1º ciclo de estudos (58,5%) do curso de direito (28,8%).

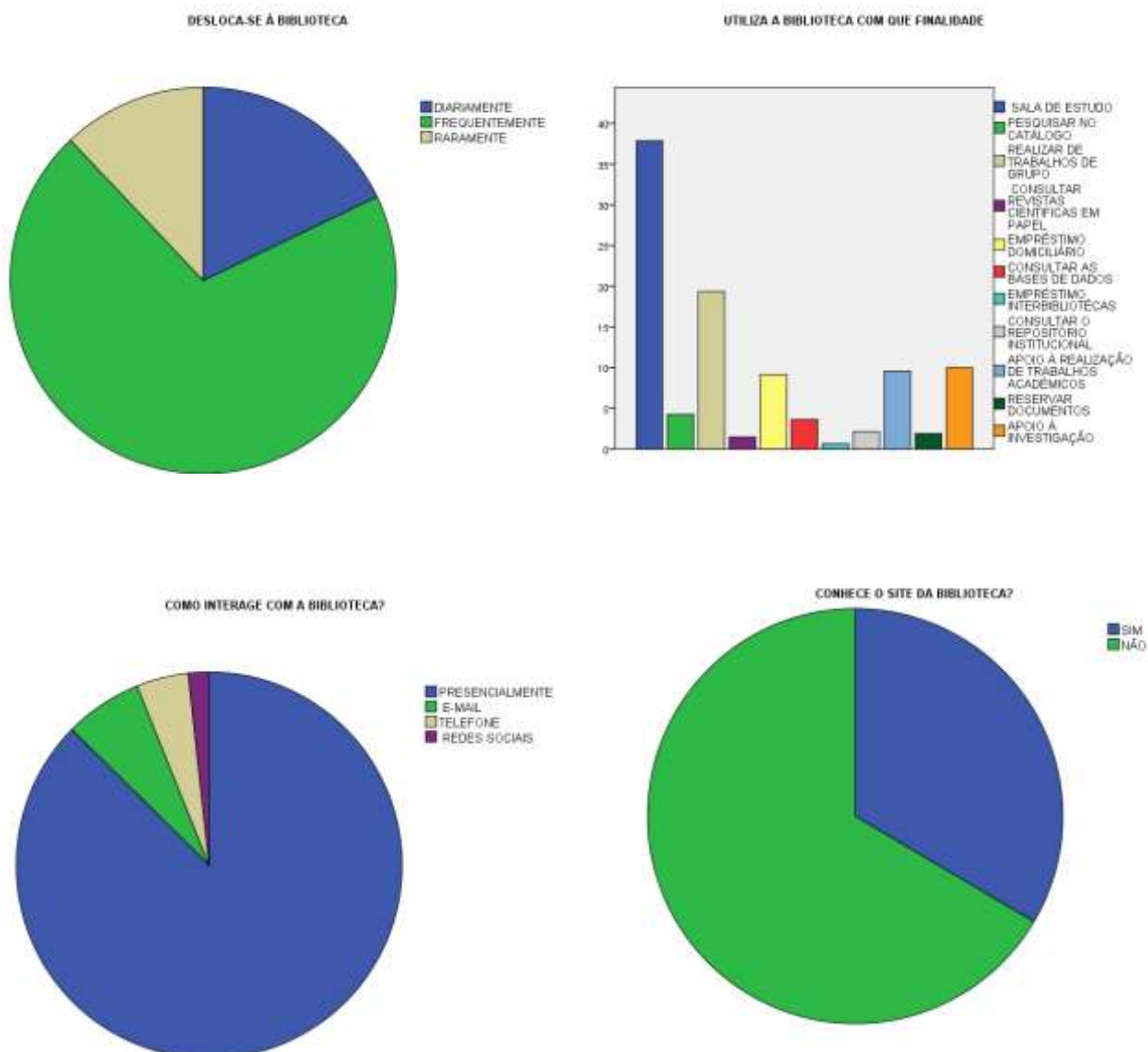


ACESSO E INTERACÇÃO

Questões 5 a 8

Estas questões foram colocadas com a finalidade de se perceber o tipo de utilização e o conhecimento que os utilizadores têm da Biblioteca.

A maioria dos utilizadores desloca-se frequentemente à Biblioteca (70%), utilizando-a como sala de estudo (37,9%), interagindo de forma presencial (87,4%) e sem conhecimento da existência do site institucional (66,5%).

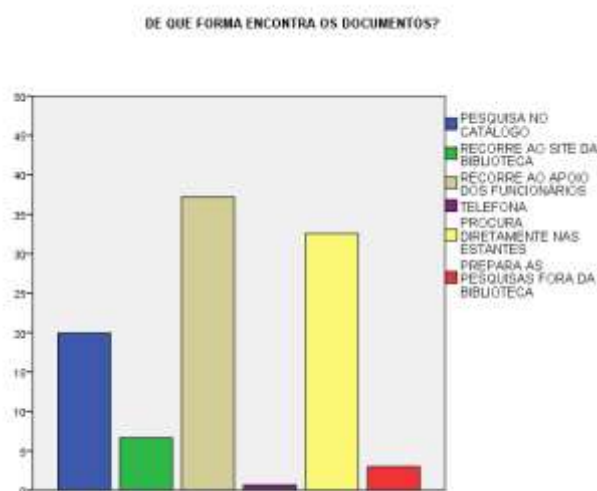
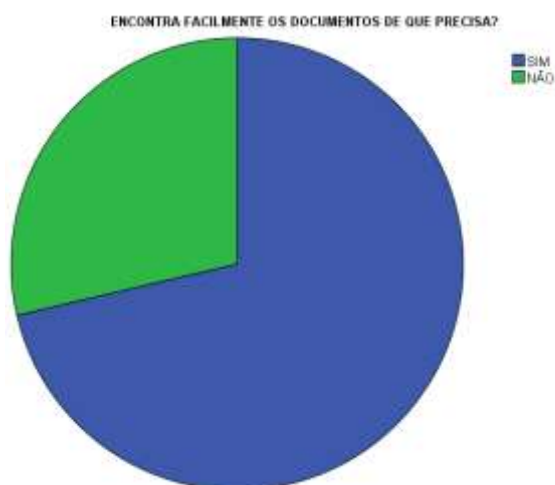


ATENDIMENTO

Questões 9 a 10

Através destas questões pretendia-se perceber com que facilidade e de que forma é que os utilizadores encontram a informação que pretendem.

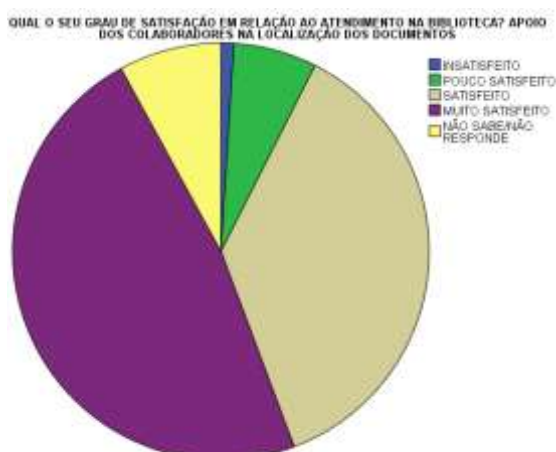
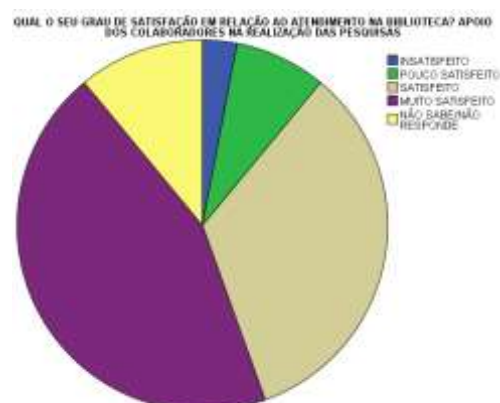
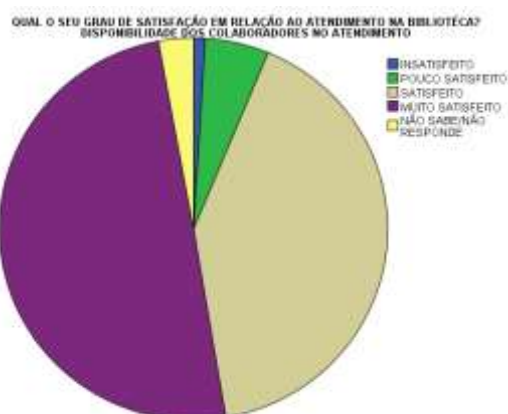
A maioria dos utilizadores (71,4%) encontra facilmente o que precisa, recorrendo essencialmente ao apoio dos funcionários (37,2%) para a realização das pesquisas e localização dos documentos.



Questão 11

Com esta questão pretendia-se aferir a opinião dos utilizadores face ao desempenho dos colaboradores da Biblioteca .

No que se refere ao grau de satisfação do atendimento realizado, os utilizadores da Biblioteca estão muito satisfeitos (49%) e satisfeitos (40,5%) com a diponibilidade dos colaboradores, no apoio à realização das pesquisas – muito satisfeitos (42,4%), satisfeitos (31,9%) – e na localização dos documentos – muito satisfeitos (45.7%), satisfeitos (35,2%).



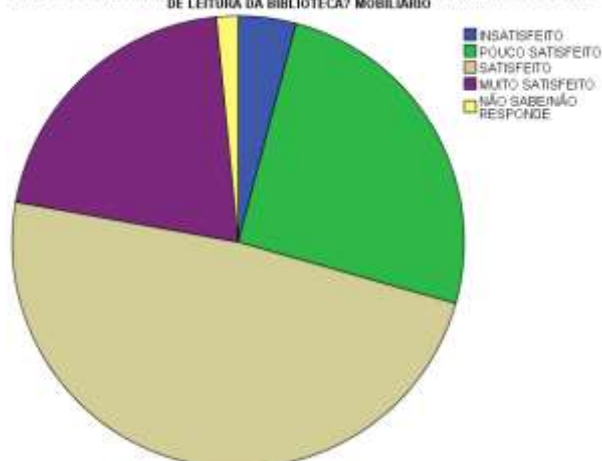
ESPAÇO FÍSICO

Questão 12

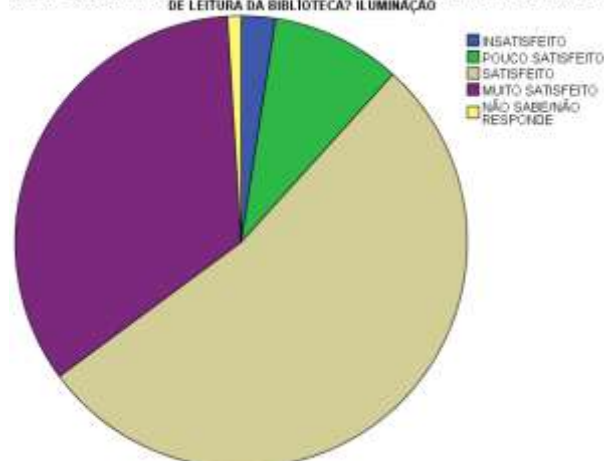
A questão foi colocada com o objectivo de saber a opinião dos utilizadores em relação ao espaço físico da Biblioteca – mobiliário; iluminação; quantidade de tomadas; aquecimento/ventilação; ruído e sinalética.

Os utilizadores estavam, de um modo geral, satisfeitos (48,5%) mas, existia uma percentagem de 25, 3% pouco satisfeita com o mobiliário. Quanto à iluminação, a maioria dos utilizadores estava satisfeita (53,2%) mas, o mesmo não se verificava em relação à quantidade de tomadas – 34% pouco satisfeito e 24, 7% satisfeito.

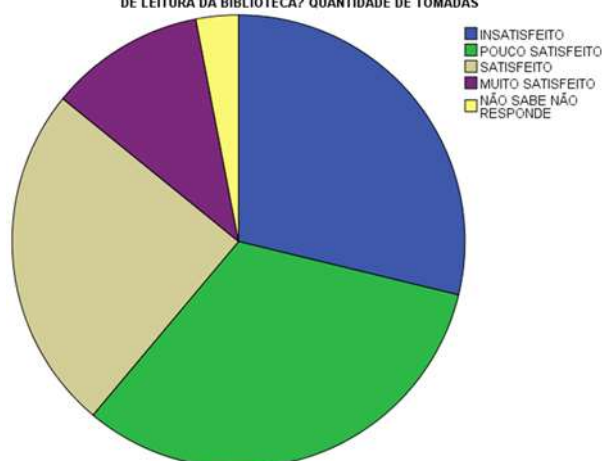
QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS INSTALAÇÕES E AMBIENTE DAS SALAS DE LEITURA DA BIBLIOTECA? MOBILIÁRIO



QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS INSTALAÇÕES E AMBIENTE DAS SALAS DE LEITURA DA BIBLIOTECA? ILUMINAÇÃO

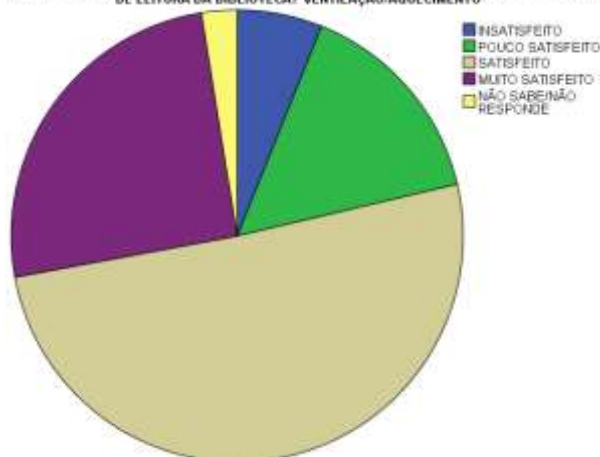


QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS INSTALAÇÕES E AMBIENTE DAS SALAS DE LEITURA DA BIBLIOTECA? QUANTIDADE DE TOMADAS

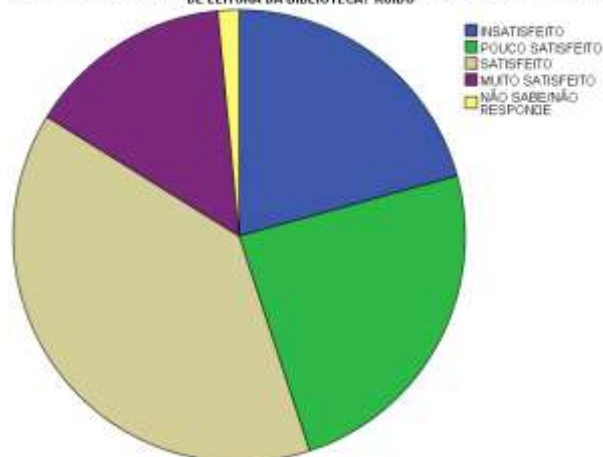


A maioria dos utilizadores está satisfeita em relação sistema de ventilação/aquecimento (50,8%) e à sinalética (50,3%). Contudo, em relação ao ruído verificamos um decréscimo no grau de satisfação - satisfeito 38,9% e pouco satisfeito 24,2%.

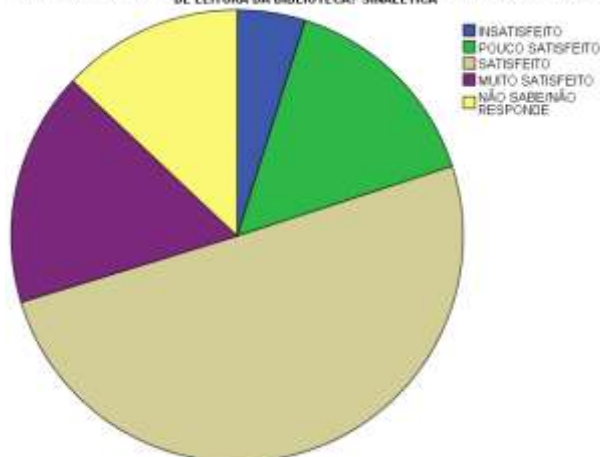
QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS INSTALAÇÕES E AMBIENTE DAS SALAS DE LEITURA DA BIBLIOTECA? VENTILAÇÃO/AQUECIMENTO



QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS INSTALAÇÕES E AMBIENTE DAS SALAS DE LEITURA DA BIBLIOTECA? RUIDO



QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS INSTALAÇÕES E AMBIENTE DAS SALAS DE LEITURA DA BIBLIOTECA? SINALÉTICA



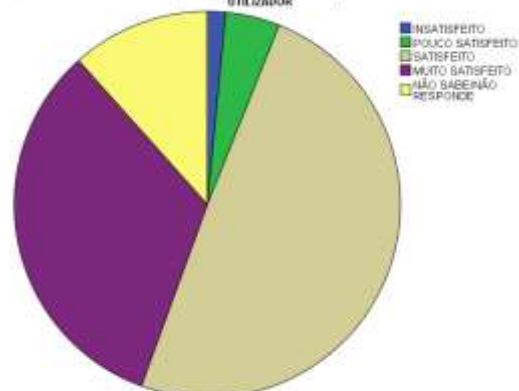
SERVIÇOS

Questão 13

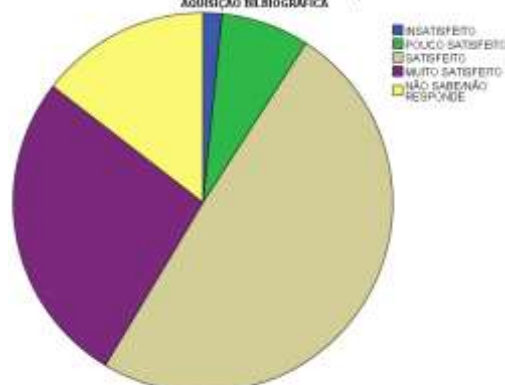
Esta questão pretendia aferir o grau de satisfação dos utilizadores referente ao apoio que lhes é prestado, através dos serviços disponibilizados pela Biblioteca varia.

Quanto ao apoio prestado pelos colaboradores e à aquisição bibliográfica, os utilizadores estão satisfeitos (49,5%). Relativamente ao empréstimo domiciliário os utilizadores estão satisfeitos (41%) e muito satisfeitos (30,9%). Contudo, muitos desconhecem o serviço de empréstimo interbibliotecas (42,8%).

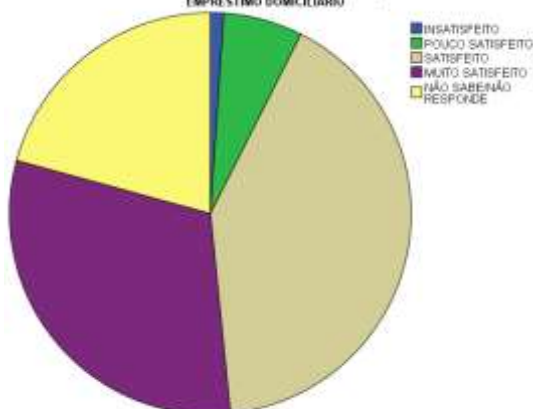
QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO SERVIÇOS DA BIBLIOTECA? APOIO AO UTILIZADOR



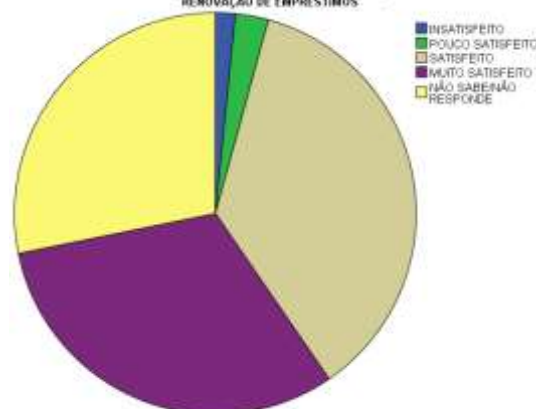
QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO SERVIÇOS DA BIBLIOTECA? AQUISIÇÃO BIBLIOGRÁFICA



QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO SERVIÇOS DA BIBLIOTECA? EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO

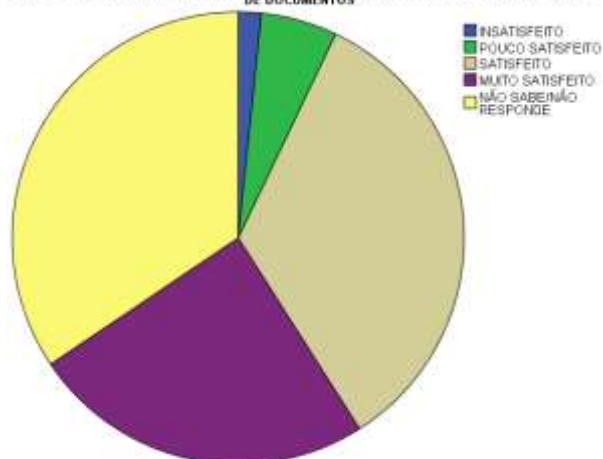


QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO SERVIÇOS DA BIBLIOTECA? RENOVACÃO DE EMPRÉSTIMOS

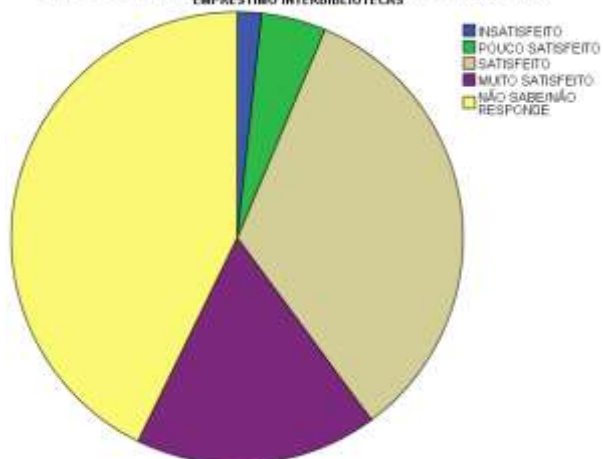


Uma grande percentagem desconhece o serviços de reserva de documento (34,4%), o de empréstimo interbibliotecas(42,8%) e o de formação de utilizadores (37,4%).

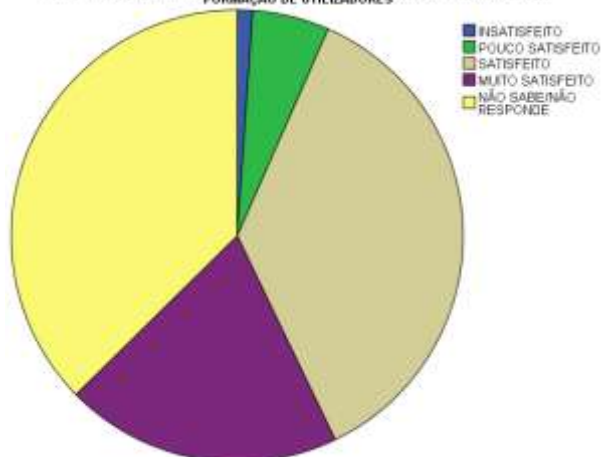
QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO SERVIÇOS DA BIBLIOTECA? RESERVA DE DOCUMENTOS



QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO SERVIÇOS DA BIBLIOTECA? EMPRÉSTIMO INTERBIBLIOTECAS



QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO SERVIÇOS DA BIBLIOTECA? FORMAÇÃO DE UTILIZADORES



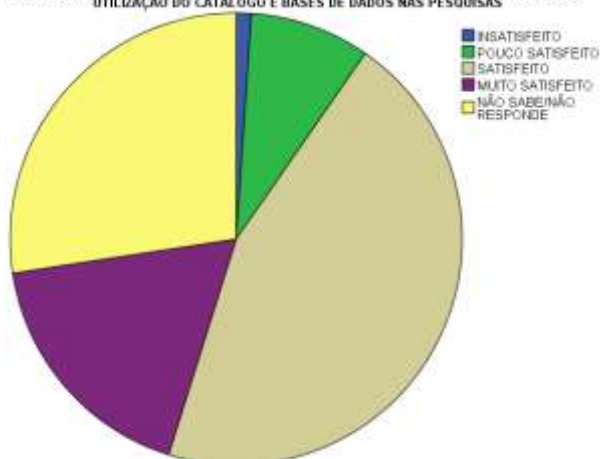
FUNDO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

Questão 14 e 15

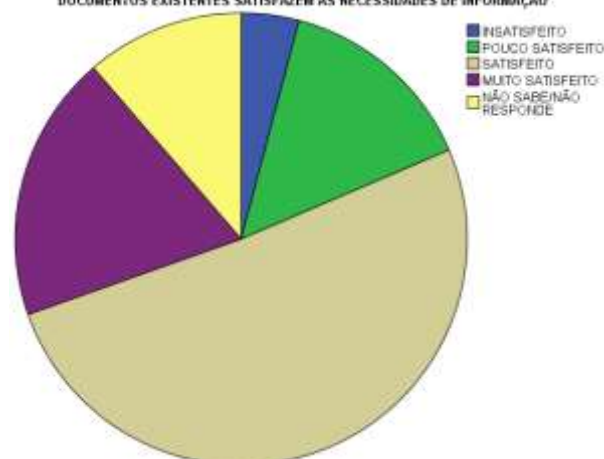
Estas questões foram colocadas com o objetivo de perceber o grau de satisfação dos utilizadores em relação recursos que a Biblioteca disponibiliza de forma presencial e remota.

No se refere ao fundo documental, os utilizadores estão satisfeitos com a facilidade com que pesquisam no catálogo/bases de dados (45,2%), como acedem aos documentos (51%), com o número de exemplares por título(43,3%), com a sua atualização e adequação às bibliografias (43%).

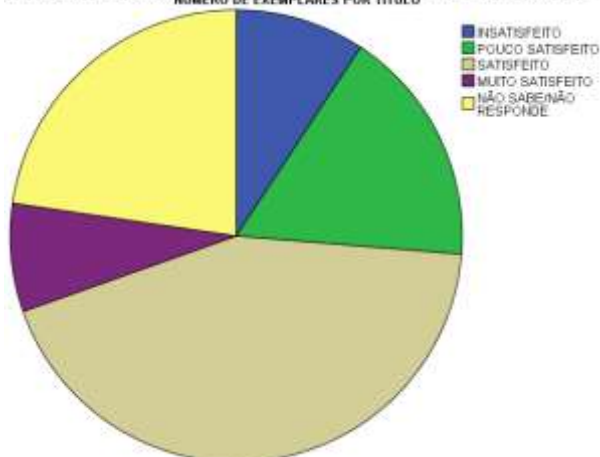
QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO? FACILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO CATÁLOGO E BASES DE DADOS NAS PESQUISAS



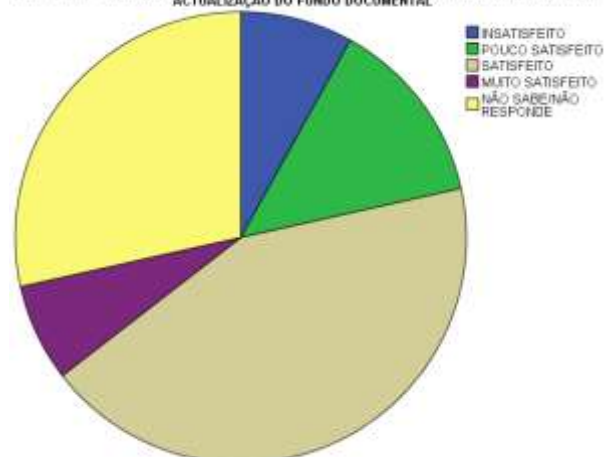
QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO? OS DOCUMENTOS EXISTENTES SATISFAZEM AS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO



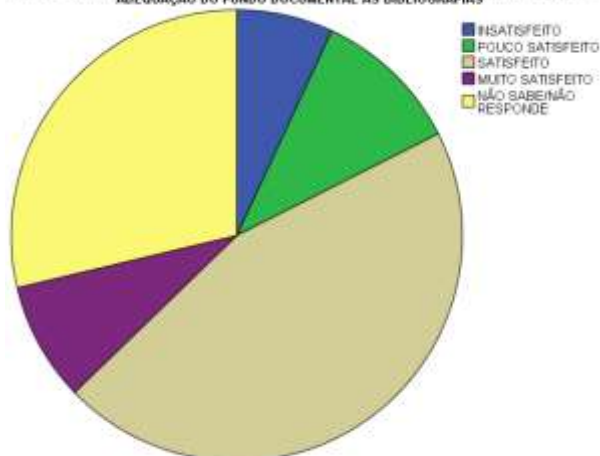
QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO FUNDO DOCUMENTAL DA BIBLIOTECA? NÚMERO DE EXEMPLARES POR TÍTULO



QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO FUNDO DOCUMENTAL DA BIBLIOTECA? ACTUALIZAÇÃO DO FUNDO DOCUMENTAL

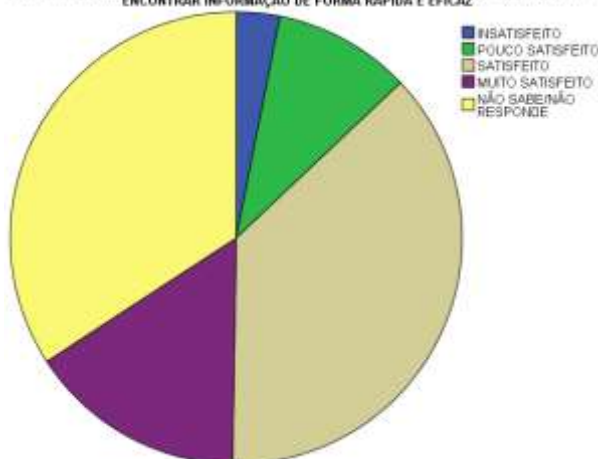


QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO FUNDO DOCUMENTAL DA BIBLIOTECA?
ADEQUAÇÃO DO FUNDO DOCUMENTAL AS BIBLIOGRAFIAS

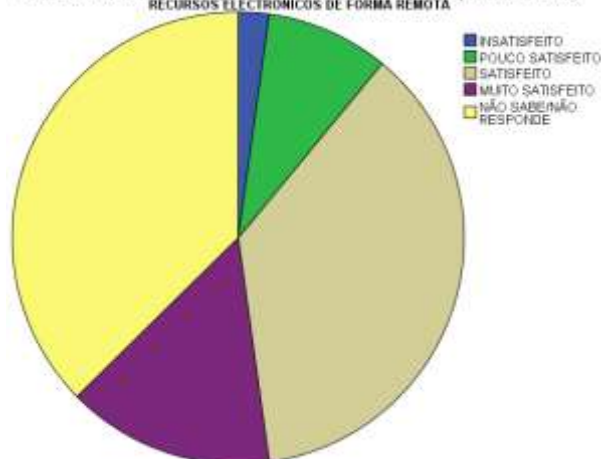


O acesso à informação realizado através do site da Biblioteca (37,3%) e o acesso remoto aos recursos electrónicos (40,1%) satisfaz grande parte dos utilizadores. Contudo, 34,2% não sabe que pode aceder à informação através site, aceder aos recursos electrónicos de forma remota – 26,7% e desconhece a existência do repositório institucional (42,7%).

QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO? O SITE PERMITE ENCONTRAR INFORMAÇÃO DE FORMA RÁPIDA E EFICAZ

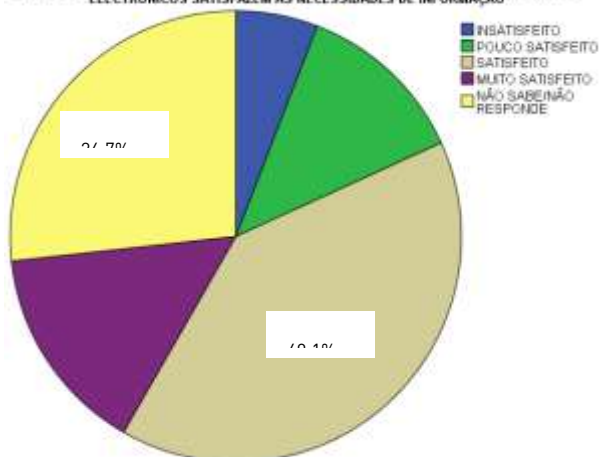


QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO? ACESSO AOS RECURSOS ELECTRÓNICOS DE FORMA REMOTA

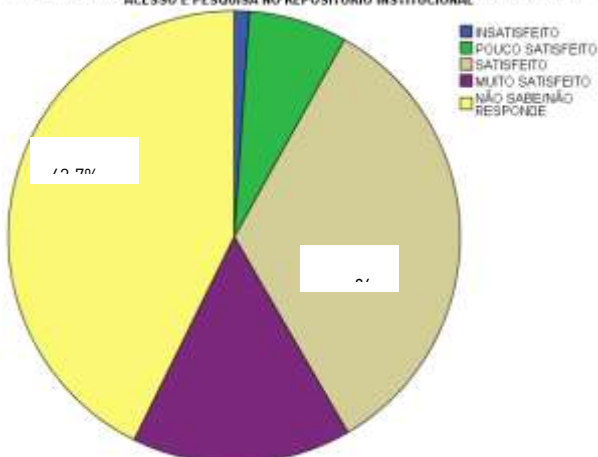


Os utilizadores da Biblioteca que conhecem e utilizam os recursos electrónicos estão satisfeitos com a facilidade de acesso e pesquisa nos conteúdos.

QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO? OS RECURSOS ELECTRÓNICOS SATISFAZEM AS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO



QUAL O SEU GRAU DE SATISFAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO? FACILIDADE DE ACESSO E PESQUISA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL



CONCLUSÃO

Ao analisarmos as respostas que nos foram dadas pelos utilizadores que se deslocaram à Biblioteca no 2º semestre de 2017/2018 concluímos que:

- a maioria dos utilizadores são mulheres, do 1º ciclo de estudos, do curso de direito;
- a biblioteca é frequentada diariamente como sala de estudo;
- os utilizadores interagem de forma presencial, denotando a falta de conhecimento do site institucional;
- a maioria dos utilizadores encontra facilmente o que procura com o apoio dos funcionários;
- os funcionários estão sempre disponíveis para apoiar nas pesquisas e na localização dos documentos;
- o espaço físico, agora transformado, satisfazia os utilizadores que apontavam a falta de tomadas elétricas;
- há um desconhecimento de serviço de empréstimo interbibliotecas, do serviço de reservas e de formação de utilizadores;
- há um desconhecimento do site.

Verificamos a necessidade de continuar a apostar na promoção e divulgação dos recursos eletrónicos assim como na formação contínua dos recursos humanos para continuarem a ir ao encontro das necessidades de informação da comunidade académica.

Anexo 6 - Serviços Editoriais e atividades de extensão

Serviços Editoriais

Relatório e plano específico de atividades

Ano letivo 2017/ 2018

1ª Parte – Relatório de Atividades

1. Serviços Editoriais

Tendo a CEU/UAL decidido pela manutenção de Serviços Editoriais, em detrimento da existência de uma Editora em si, não obstante ter-se mantido a chancela Edidual, estes serviços atuam essencialmente de duas formas:

- a) Como facilitadores na relação autor-editora comercial, procurando as empresas mais adequadas em função da temática, para que os autores possam editar em papel, mediante um subsídio atribuído pela CEU.
- b) Fomentando a edição em Acesso Aberto, através do Repositório Institucional, com todos os requisitos de um livro e com a chancela Edidual, cumprindo assim os desígnios da FCT.

Em ambos os casos, desenvolvem-se contactos com autores e tradutores, revisão e edição de textos, recolha de imagens, emissão de pedidos, gestão administrativa de pagamentos, etc.

1.1. Apoio personalizado a docentes

- a) Aconselhamento sobre a melhor forma de edição, reimpressão, nova edição, etc.
- b) Demonstração da visibilidade da edição em Acesso Aberto
- c) Evidenciar as estatísticas de consulta e *downloads* de documentos
- d) Fomentar a edição conjunta com outros autores, de preferência de áreas e afiliações distintas
- e) Criação e apoio na gestão de perfis em plataformas digitais de promoção da produção científica
- f) Adequação de CV's a estas redes
- g) Apoio na pesquisa de normativos de publicação
- h) Pesquisa de publicações indexadas para envio de artigos

1.2. Procura de parceiros editoriais

- a) Contactos telefónicos e pessoais
- b) Envio de originais para análise
- c) Estabelecimentos de acordos de publicação
- d) Gestão dos procedimentos administrativos de ligação à Contabilidade

1.3. Conselhos Editoriais

A gestora dos Serviços Editoriais é membro dos Conselhos Editoriais das seguintes publicações:

- a) Janus.net, Observare, UAL
- b) Psique, CIP, UAL
- c) Estudo Prévio, CEACTION, UAL

Neste âmbito, e para além de outras tarefas, promovem-se e contactam-se entidades indexadoras para os periódicos.

1.4. Representações externas

APEES, Associação Portuguesa de Editores do Ensino Superior (a CEU/UAL é membro participante nas reuniões trimestrais, com trabalho diverso a apresentar).

Open scholarly communication in Europe: Addressing the coordination challenge, organização da OPERAS (31 de maio e 1 de junho)

Conferência Ciência 2018, organização da FCT (2 e 3 de julho 2018)

Edição Digital em Ciência Aberta: Caminhos e Oportunidades, organização da FCT (6 setembro 2018).

1.5. ERC, Entidade Reguladora para a Comunicação Social

A ERC tem como principais atribuições e competências a regulação e supervisão dos meios de comunicação social.

As nossas publicações periódicas estão abrangidas pela sua tutela e a gestão das mesmas é morosa, complicada e objeto de constante correspondência.

1.6. Plataformas online

Substitui-se a plataforma da *PSIQUE, Revista de Psicologia* e da *Galileu, Revista de Economia e Direito*.

Dotou-se a PSIQUE de licenças Creative Commons

Conversões de ficheiros pdf para HTML na Janus.net e PSIQUE

Interoperabilidade com o OAI - Open Archives Initiative: janus.net e PSIQUE

Em curso:

Conversões de ficheiros pdf para XML JATS: janus.net e PSIQUE

1.7. Edições em curso

1.7.1 Papel

	Título/Tema
1.	Monografia sobre o Palácio
2.	Monografia sobre o Departamento de Arquitetura
3.	Norte Júnior, atas do colóquio
4.	Manuel da Maia
5.	Coletânea de Psicologia
6.	Guia do Sistema Financeiro
7.	Segurança de eventos
8.	As Décadas de Ceuta
9.	Galileu, Revista de Direito e Economia
10.	Janus, Anuário de Relações Exteriores
11.	A Arte do Ofício: aprender a pensar com as mãos

1.7.2 Edições virtuais

	Título
1.	Psique, Revista da Psicologia
2.	Galileu, Revista de Direito e Economia
3.	Estudo Prévio, revista de arquitetura
4.	Janus.net

1.8. Edições concluídas

	Título	Editor
1.	Henri L'Êveque, artista viajante	Scribe
2.	A idade dos média	Sílabas & Desafios
3.	Propaganda e turismo no Estado Novo	Alêtheia
4.	Salto no vazio	Caleidoscópico
5.	Psique, Revista de Psicologia	
6.	Estudo Prévio, revista de arquitetura	
7.	Janus.net	

2. Sistema Interno da Gestão da Qualidade

A contribuição para o SIGQ verificou-se em:

- a) Reuniões
- b) Análise e reformulação de não conformidades e documentos.

2ª Parte – Plano Anual: Perspetivas Estratégicas e Ações a Desenvolver

1. Perspetivas Estratégicas

Aumentar o acesso à produção científica dos docentes e investigadores da UAL, através de novas edições.

Por em prática as recomendações da FCT sobre Ciência Aberta.

Continuar a insistir na indexação das nossas publicações.

2. Ações prioritárias a realizar no ano letivo 2018/2019

Sabendo que as publicações que não têm um identificador digital (DOI, handle, ...) não são contabilizadas nos novos currículos criados pela FCT, propomos:

2.1. Promover ações de marketing para atrair investigadores aos call for papers.

2.2. Promover sessões de esclarecimento sobre o novo currículo integrador, Ciência Vitae

2.3. Fomentar as citações das nossas publicações periódicas

2.4. Melhorar as plataformas online das revistas:

- a) Manutenção do processo de conversão de ficheiros PDF para HTML na Janus.net, PSIQUE e dar início ao processo na Galileu, Revista de Direito e Economia
- b) Manutenção do processo de interoperabilidade com o OAI - Open Archives Initiative na janus.net e PSIQUE e dar início ao processo na Galileu, Revista de Direito e Economia
- c) Dotar a Galileu, Revista de Direito e Economia de licença Creative Commons
- d) Conversões de ficheiros pdf para XML JATS na Galileu, Revista de Direito e Economia

2.5. Promoção de parcerias interinstitucionais com editoras comerciais para a continuidade de edição em papel, nos casos em que se justifique

2.5.1. Promover edições de prestígio das revistas, até 100 exemplares, para a sua promoção.

3. Formação

3.1. Pretende-se providenciar formação em paginação e softwares de edição a um dos colaboradores

3.2. Participação no programa de Mobilidade Erasmus Staff.

4. Previsão orçamental

4.1. Edições – 20.000€

4.2. Formação – 600€

A Coordenadora dos Serviços Editoriais

(Mestre Madalena Romão Mira)

Anexo 7 – Relatório das atividades do Provedor do Estudante



Conhecimento:

Exmos. Senhores
Professor Doutor António de Lencastre Bernardo
Presidente da C.E.U.
Professor Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida
Administrador da C.E.U.
Professor Doutor José Guilherme Victorino
Administrador da C.E.U.
Professor Doutor Fernando Martins
Administrador da C.E.U.
Professor Doutor Fernando da Ponte Lourenço
Administrador da C.E.U.
Magnífico Reitor
Professor Doutor José Amado da Silva

Lisboa, 17 de Outubro de 2018

Assunto: Relatório das actividades do Provedor do Estudante respeitante ao período de 01 de Outubro de 2017 a 30 de Setembro de 2018.

No período em apreço, destaca-se a diversidade do teor das solicitações e das reclamações dos alunos e de docentes que originaram explicações ou Recomendações de variada índole e que constam do gráfico que faz parte integrante deste relatório.

Depois de um pacífico 1º trimestre, o segundo e terceiros já suscitaram a intervenção do signatário, por diferentes formas e diferentes assuntos, alguns muito graves.

Antes, porém, importa referir as várias queixas sobre o serviço de refeitório que foram superadas com a mudança de concessionário.

- Uma situação de Aluno problemático foi alvo da devida atenção, tendo sido providenciado o apoio do Departamento de Psicologia e de uma conversa que com ele teve resultou a clara perturbação de necessidade de acompanhamento.

- Problema grave o da divisão da turma do 2º ano de Direito, diurno, que perdurou por três meses, com dois grupos em litígio permanente.

Socorri-me do Senhor Director do Departamento, dos Professores indiretamente, visados, a saber, doutora Stela Barbas e mestre Ana Paula Pinto Lourenço, da Delegada de Turma Marta Ascenso que, entretanto, se virou para um dos grupos, perdendo a independência que deveria ter e, por fim, conforme R.J.I.E.S. e Estatutos da UAL, do próprio Presidente da AAUAL, Luís Branco. Tudo sem sucesso.



Com este folheto, o tempo foi passando e a Recomendação que fiz, por já estarmos em cima dos exames, foi que se suspendesse um processo de inquérito que formulei até ao início do ano lectivo 2018/19, sendo este aberto logo que os mesmos protagonistas se dediquem à prática dos mesmos actos.

- Gravíssimos foram os casos de falsificação de feitura de prova escrita.

Acresce que, no 2º semestre, foram detectadas três. O que leva a perguntar quantas mais não terá havido e não detectadas?

Os protagonistas foram diferentes, mas o método sempre o mesmo, a saber, um Aluno falsificou a identificação na prova e põe lá o nome de outro; Noutro caso, foi uma ex-Aluna que fez a prova por uma Aluna; noutro, duas Alunas que fizeram o mesmo e, para finalizar, em beleza, tratou-se de marido e mulher.

Todos estes casos, como não podia deixar de ser, foram objecto de Recomendação de procedimento disciplinar e a primeira, como ex-Aluna, objecto de participação crime.

No resto, os assuntos foram resolvidos por conversa com os Alunos, remessa para os serviços competentes ou em contacto directo com os Docentes.

Uma palavra de agrado pela eleição da nova Direcção da AAUAL, em que deposito fagueiras esperanças em que o disposto na Lei, nos Estatutos e no Regulamento do Provedor se cumpra com proveito para todos os estudantes da UAL.

Aproveito para agradecer a todos que foram solicitados a prestar colaboração ao Provedor do Estudante e à Exma. Administração, na pessoa do seu Ilustre Presidente e ao Magnífico Reitor pela forma exemplar como, na prática, prestigiaram a entidade orgânica Provedor do Estudante.

O Provedor do Estudante



(Ruy Seabra)

Registo dos Assuntos da Provedoria do Estudante

Nome	Curso	Ano	Diurno/ Pós-laboral	Data	Contacto/e-mail	Assunto	Observações
Cristina da Conceição Pinto Vasques	lic. Direito	3º	Diurno	11-10-17	916635208	Encerramento do processo - Queixa agressão.	
Bruno Silva	lic. Direito		Pós-laboral	25-10-17	brunosilva@dreamhouse.pt	Reclamação - valores praticados na cantina da Universidade.	Assunto resolvido pelo Prof. Reginaldo Rodrigues de Almeida
Ricardo Marques	lic. Informática	1º	Pós-laboral	07-11-17	300003886@students.ual.pt	Alteração do horário aulas de matemática).	Assunto resolvido pelo Prof. Reginaldo Rodrigues de Almeida
André Mota	lic. Direito	3º	Diurno	28-11-17	atendimento presencial	Revisão de provas e cópia da prova.	Assunto tratado com a Secretária de Alunos - Dra. Ana Matos e Dra. Noémi Nobrega tendo o assunto ficado resolvido.
Rui de Freitas				18-01-18	rde.filipe@gmail.com	Serviço de refeitório UAL.	Por indicação do Dr. Ruy Seabra assunto encaminhado para o Prof. Reginaldo Rodrigues de Almeida
Patrícia Ferreira Ramos				18-01-18	pferreira@autonomia.pt	Fraude no teste de Matemática I, Alunos Crisóstomo Azeó e Wilson Chipenda Nunes.	Docente Patrícia Ramos. Ciências e Tecnologias.
Luís Miguel Ferreira Branco	lic. Direito	2º	Diurno	25-01-18	925252944	Associação Académica	
Sara Magalhães	lic. Direito	1º	Diurno	08-02-18	afm_15_2@hotmail.com	Regulamento propinas.	Por indicação do Dr. Ruy Seabra assunto encaminhado para o Prof. Reginaldo Rodrigues de Almeida
Alexandra Pires	lic. Gestão		Diurno	27-02-18	964874023	Unidade curricular de Informática de Gestão.	Docente Gonçalo Costa.
Cristian Briceag	lic. Direito		Diurno	27-02-18		Eleições Associação Académica.	ELSA Portugal.
Pedro Miguel Soares Pacheco	lic. Direito	3º	Diurno	05-03-18		Exame de recurso - unidade curricular Direito do Trabalho.	
Cristian Briceag	lic. Direito		Diurno	06-03-18		Eleições e reunião da Associação Académica.	ELSA Portugal.
Inês Raposo e Diana Pires	lic. Ciências da Comunicação	1º	Diurno	09-03-18	911863786	Praxe.	
Joana Figueiredo	lic. Direito			13-03-18	joanafigueiredo506@gmail.com	Reclamação de horário curso de Direito.	
Manuel dos Santos Oliveira				03-04-18		Reclamação Associação dos Estudantes.	S/identificação académica
Jorge Pinóle	lic. Direito			10-04-18	jrpinole@gmail.com	Exame final oral de Direito Penal I.	Docente Manuel Guedes Valente
Imelda Gonçalves	lic. Direito			30-04-18	imeidagconcalves8@gmail.com	Plano de 3 anos - lic. em Direito.	Falou c/o Prof. Reginaldo Rodrigues de Almeida
Karen Quaresma	lic. Direito	2º	Pós-laboral	04-05-18	karen.maradonna@gmail.com	e-mail anónimo.	Telm. 932605553
Heider Gomes de Pina	Lic. Gestão	1º		10-05-18	961544376	Aluno problemático.	
Aurora dos Santos	lic. Direito	2º	Diurno	21-05-18	996303626	Queixa (racismo).	Dr. Ruy Seabra falou c/a Aluna em 23.05.18
Ana Paula Pinto Lourenço (Docente)	lic. Direito	3º		19-06-18		Participação da Dra. Ana Paula Pinto Lourenço, falsificação de prova. Aluna Nivela Filomena Santana.	E-mail do Prof. Reginaldo de Almeida de 19.06.18
Ludmylla Moraes	lic. Direito	3º		25-06-18	presencial	Avaliação continua.	Dr. Ruy Seabra falou c/a Aluna em 25.06.18

17-10-2018

Registo dos Assuntos da Provedoria do Estudante

Nome	Curso	Ano	Diurno/ Pós-laboral	Data	Contacto/e-mail	Assunto	Observações
José Almas (Docente)	lic. Gestão			27-06-18	presencial	Participação do Dr. José Almas, falsificação de prova. Alunas Ester Fonseca e Márcia da Purificação.	Unidade Curricular Contabilidade Financeira II
Carolina Lourenço	lic. Direito		Diurno	09-07-18	967058281	Notas.	O Dr. Ruy Seabra falou com a Aluna em 10.07.18. Assunto encaminhado para o Dr. Pedro Trovão do Rosário
Maria Rubina Teles e José Manuel Pereira Dias	lic. Direito			26-07-18	967765319 / 967995651	Fraude - Exames Direito Penal II e Direito Processual Penal.	Participação dos Profs. Ana Paula Pinto Lourenço, Fernando Silva e Anabela Sousa
Rafael Silva	lic. Direito		Pós-laboral	18-08-18	914439469	Unidade curricular de Sociologia do Direito.	O Dr. Ruy Seabra falou com a Prof. Amparo Sereno em 12/09/18.
Ricardo Santos	lic. Ciências e Tecnologias			18-09-18	964405224	Avaliação da UC de Sistemas Operativos.	Dr. Ruy Seabra falou com o Docente e Aluno.

Anexo 8 – Relatório de Atividades das Unidades de I&D

GABINETE DE APOIO À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (GAID)

Relatório de Atividades das Unidades de I&D

Outubro 2017- Setembro 2018 (resumo)

Atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento

Para o período em destaque, o GAID acompanhou as diversas atividades desenvolvidas pelos Centros de I&D e Departamentos no que concerne aos procedimentos inerentes à participação de docentes/investigadores em eventos científicos, nacionais e internacionais, conforme plano de atividades programadas e orçamentadas; encaminhou ao GR11 vários pedidos para tradução de artigos científicos com vista à publicação em revistas indexadas no País e no estrangeiro, e trabalhou em estreita ligação com a Biblioteca. Em Abril, o GAID procedeu à elaboração do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN17), com a informação de todos os Docentes da UAL. Junto da FCT, continuou como interlocutor e gestor dos diversos assuntos no âmbito das 3 Unidades de I&D avaliadas e financiadas por aquela Instituição. Neste campo de ação levou a cabo os procedimentos para a contratação de 2 bolseiros de investigação pelo CIP e 1 pelo Ratio Legis; apoiou os Coordenadores Científicos nos procedimentos para a “Atualização de Equipas FCT 2017”, bem como em todo o processo de Avaliação de Unidades de I&D 2017-2018, concluído em Fevereiro de 2018. Acompanhou ainda as 2 candidaturas ao Concurso de Estímulo ao Emprego Científico, da FCT. O GAID fez-se representar, entre outras iniciativas, em distintos encontros científicos e sessões de esclarecimento relativos à abertura de concursos promovidos pela FCT.

Centros registados pela CEU, na FCT

Em Abril de 2018, com a anuência dos Coordenadores dos Centros de Investigação TechLab, CEACT e CICH, respetivamente, a CEU solicitou o registo dos mesmos junto da FCT, processo que foi concluído com sucesso. Este procedimento, de futuro, permitirá aos Centros acima mencionados, concorrer a concursos promovidos por aquela Instituição, exceto aqueles que exijam classificação do Centro, dado que nesta fase, se encontram apenas registados (sem classificação atribuída).

Avaliação às Unidades de I&D, pelos Painéis FCT

No âmbito do processo de Avaliação de Unidades de I&D 2017/2018 pela FCT, cujas candidaturas foram submetidas em inícios de 2018, tal como previsto, em Outubro do corrente decorram as visitas *in loco* na UAL, por parte dos Painéis de Avaliação aos Centros Observare e Ratio Legis, respetivamente, ficando prevista a visita ao CIP para inícios de 2019. Prevê-se que sejam divulgados os resultados das novas classificações das Unidades de I&D e respetivo financiamento, no terceiro trimestre de 2019.

Participação da C.E.U/UAL em concursos promovidos pela FCT, por iniciativa dos Centros

A CEU/UAL, por via dos investigadores de Unidades de I&D continuou, neste ano 2017-2018, a corresponder a concursos promovidos pela FCT, como seja no âmbito do Programa de Estímulo ao Emprego Científico, que tem como objetivo auxiliar a contratação de novos investigadores doutorados, nas Instituições. Dos 3 concursos lançados, a CEU/UAL, concorreu a 2, a saber:

- a) Em Fevereiro de 2018, foram submetidas 2 candidaturas ao “Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual” por parte de investigadoras do CIP e Observare, respetivamente. Os seus projetos, embora considerados e avaliados como passíveis de realizar, não obtiveram financiamento;
- b) Em Maio 2018 lançou-se, pela primeira vez, uma candidatura ao Concurso DL 57/2016 alterado pela Lei 57/2017 para a contratação de bolseiros doutorados (com bolsas financiadas direta ou indirectamente pela FCT há mais de 3 anos seguidos ou interpolados). Após concluídos todos os procedimentos concursais exigidos, submetidos em Julho e Outubro, respetivamente, a FCT informou recentemente que a mesma tinha sido validada, o que significa que aquela Instituição irá financiará na totalidade o valor correspondente ao contrato celebrado entre a Investigadora e a CEU, por seis anos.

Participação da CEU/UAL em concursos promovidos por outras entidades públicas

- Em Abril de 2018, submeteram-se 2 candidaturas a cofinanciamento ao concurso “Apoio à organização de conferências e seminários e à realização de estudos 2018” promovido pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P, sendo uma resultante da parceria Ratio Legis/ Observare, e outra apenas do Observare. De entre as 29 apresentadas, foram selecionadas 8, das quais 2 recaíram na CEU/UAL, com financiamento atribuído, para a realização dos projetos:

- a) “Conferência Internacional A importância das Migrações para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: O Compacto Global para uma Migração Segura, Ordeira e Regular”, realizada no dia 1 de Outubro de 2018. A sessão de abertura foi presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e a sessão de encerramento, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa;
- b) “1.ª Conferência Internacional de Resolução de Conflitos e Estudos da Paz”, a realizada nos dias 29 e 30 de Novembro de 2018, que contou com Mr. Parfait Onanga-Anyanga, *Representante Especial das Nações Unidas para a República Centro Africana*.

- Projeto de investigação «Grupos de Canto para Seniores - Estudo Experimental sobre o impacto de grupos de canto no bem-estar, saúde e funcionamento cognitivo dos adultos seniores», submetido por uma equipa do CIP ao concurso da DGARTES, no âmbito do Orçamento Participativo (OPP 2017). Este Projeto foi selecionado para financiamento e tem como parceiros a DGARTES, a CEU/UAL (gestão financeira), o ISCTE-CIS-IUL, a OPART/TNSC e as Santa Casa da Misericórdia de Almada e de Lisboa, respetivamente.

- Candidatura do CEACT ao programa Bip-Zip, projeto “Fórum urbano”, da Câmara Municipal de Lisboa, tendo obtido financiamento para a realização das atividades previstas.

Participação da CEU/UAL em concursos promovidos por entidades privadas

- Em Agosto de 2018, uma equipa do CIP, em parceria com o Instituto de Telecomunicações, submeteu a financiamento um projeto em desenvolvimento naquela Unidade de I&D ao concurso “Financial Support for Scientific Research Projects BIAL Foundation”. Não obstante as boas referências ao projeto, não obteve financiamento.

No quadro das principais atividades científicas desenvolvidas pelos Centros de I&D importa salientar que, nestes dois últimos anos letivos, se tem verificado por parte dos Centros, um crescente aumento de candidaturas a concursos diversos para obtenção de financiamento externo, quer em sede de instituições públicas, quer privadas, sinal muito positivo de mobilização dos Centros, centrado numa linha objetiva e estratégica de desenvolvimento. Continuou em franco desenvolvimento, e em todas as áreas científicas, a ligação entre as atividades de investigação e formação avançada em articulação com as linhas de investigação e os projetos no âmbito do 2.º e 3.º Ciclos. Foi constante, ao longo deste ano, a participação dos investigadores em diversos e relevantes eventos científicos nacionais e internacionais, onde puderam dar a conhecer os *working progress papers* e/ou resultados finais subjacentes às atividades que desenvolvem no âmbito dos seus projetos de I&D. Estas ações, entre outras, são uma componente relevante no incremento da internacionalização da Universidade Autónoma de Lisboa. Da participação em congressos/conferências resultaram várias publicações em revistas científicas, nacionais e internacionais, como abaixo se reportam, em que se destaca a crescente publicação de artigos em revistas indexadas na Scopus e Web of Scienc.

Não devemos esquecer porém, que é fundamental e premente a curto/médio prazo, que Centros como o TechLab, CEACT e CICH possam desencadear esforços para constituir uma equipa suficientemente estruturada para poderem candidatar-se ao próximo concurso de Avaliação de Unidades de I&D FCT, em 2022, ou numa segunda via, de se constituir-se como pólos científicos de Unidades de I&D avaliadas na FCT, ou bem assim, tomar a iniciativa para promover a integração dos seus investigadores junto de Unidades de I&D avaliadas. Este é sem dúvida o caminho e a única estratégia a seguir.

A finalizar, é importante aqui expressar o evidente trabalho realizado e o esforço dos Centros e suas equipas de investigação neste ano lectivo, pelas diversas iniciativas de internacionalização promovidas; pela crescente iniciativa de apresentação de candidaturas a concursos com vista à captação de financiamento externo; pela importante e cada vez maior interacção e interdisciplinaridade entre os Centros da UAL, ações meritórias, sem esquecer o apoio essencial e incondicional prestado pela CEU.

No quadro das principais atividades científicas desenvolvidas pelos Centros de I&D, concretizaram-se as ações seguintes:

OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores (Diretor: Prof. Luís Moita)

Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Actividades Científicas, continuou em franco desenvolvimento a ligação entre as atividades de investigação e formação avançada no âmbito da boa articulação entre as linhas de investigação e os projetos de tese do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, continuando a expandir-se o conjunto de protocolos firmados com diversas Universidades estrangeiras. Neste período, o Observare aumentou substancialmente o número de investigadores doutorados integrados. A revista científica JANUS.NET (open access), indexada na Scopus, publicou os habituais 2 números semestrais, tendo-se verificado no corrente ano, um aumento substancial de artigos recebidos para o próximo número de 2019, com uma considerável variedade de temas e a diversidade de origens dos textos, o que demonstra a sua maior internacionalização (11 países diferentes). Recentemente a Agência Italiana para a Avaliação das Universidades e dos Centros de Investigação (ANVUR) incluiu a Janus.net na sua lista de revistas científicas, o que confere à Janus.net mais um importante reconhecimento internacional. Em Abril de 2018, por via da CEU/UAL, submeteram-se 2 candidaturas ao concurso promovido pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., designadamente, “Apoio à organização de conferências e seminários e à realização de estudos 2018” para cofinanciamento. Uma das candidaturas foi promovida conjuntamente entre Ratio Legis/Observare, e outra apenas pelo Observare, tendo ambas obtido financiamento. Concluiu-se o projeto de investigação “Enquadramento e especificação do “Trabalho de terreno na região do Porto no âmbito do projeto “Cidades e Regiões: a paradiplomacia portuguesa”, cujo objetivo foi o de prolongar o estudo sobre a estratégia de internacionalização de Lisboa, fazendo idêntica pesquisa para a cidade do Porto e a região noroeste da península ibérica – norte de Portugal e Galiza. No dia 1 Junho de 2018, no âmbito do projeto de investigação “Segurança Euro-Mediterrânica”, o Observare promoveu uma conferência internacional sobre esta temática. Contou com a colaboração de especialistas e oradores oriundos de Itália, Espanha e Turquia, bem como os portugueses, prevendo-se a publicação dos respetivos artigos científicos na *Janus.net* e/ou numa obra coletiva associada ao projeto. Está previsto que no próximo ano seja organizada uma conferência similar em Roma-La Sapienza e nos anos seguintes também em Ankara-Turquia e Madrid-Espanha, pelas outras instituições parceiras (respetivamente, METU e Complutense/ElCano). Com o objetivo de divulgar os resultados dos projetos em curso, o Observare organizou várias conferências na UAL, e fez-se representar, de uma forma regular, em diversos eventos científicos no País e no estrangeiro. O OBSERVARE foi parceiro do CEMAS da Sapienza de Roma, do CEVIPOF da SciencePo e do LinX da Ecole Polytechnique Paris na conferência internacional “Nationalism and the Market” que teve lugar na Sapienza-Università di Roma (Junho de 2018). O Departamento de RI/Observare mantém a colaboração com a UAL Media, no programa audiovisual “OBSERVARE” que aborda temas de política internacional.

CIP - Centro de Investigação em Psicologia (Director: Prof. João Hipólito; Coordenação Científica: Prof.^a Odete Nunes)

O CIP aumentou substancialmente o número de investigadores doutorados integrados por via do convite feito a vários investigadores da Universidade do Algarve que, a partir de Fev. de 2018, passaram a integrar esta Unidade de I&D. Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Actividades Científicas desenvolvidas no âmbito da linha global de investigação – *Vulnerabilidade Psicossocial e Contextos Instáveis* – prosseguiram os trabalhos em torno de seis projetos, cujos principais resultados se reportam: Projeto Efeitos da percepção da experiência do parto na vinculação parental e na relação conjugal, sob coordenação da Prof.^a. Odete Nunes, encontra-se em fase de finalização, com a elaboração de artigos científicos para publicação dos resultados. No corrente ano foi publicado 1 artigo, e encontra-se um outro em fase de submissão, em revista Scopus. Projeto Estudo da relação entre comportamentos de bullying, qualidade do sono rendimento académico e comportamento em sala de aula em crianças do 1º ciclo, sob coord. da Prof.^a. Ana Gomes que, no corrente ano lectivo, se focou primordialmente na concretização de *outputs* científicos, tais como apresentação de comunicações e *posters* em congressos internacionais, tendo resultado, entre outros, a publicação de 3 artigos na Web of Science, e 3 em revistas internacionais com *referee*. Participação ainda em 5 congressos nacionais e internacionais com *referee*. Projeto Bem-Estar e Desenvolvimento: Preditores Transculturais do Bem-Estar, sob coord. da Prof.^a. Iolanda Galinha. Procedeu-se à escrita e conceção dos projetos de investigação: “ProAgeDevelop-Project Development as an active aging strategy - Randomized controlled trial of the effects of an Intervention Program in the Functionality, Health and Well-Being of Older Adults”, submetido a financiamento ao European Research Council – Consolidator Grant 2018; projeto “Estudo Experimental do Efeitos de um Programa de Canto no Bem-Estar, Saúde e Funcionalidade Cognitiva de Seniores”, submetido à DGARTES que obteve financiamento por via do Orçamento Participativo (OPP 2017). *Outputs*: foi apresentado 1 Poster Científico ao Congresso Nacional da Ordem dos Psicólogos Portuguesa (Braga, 2018); participação em 2 mesas redondas, com 2 comunicações no II Encontro: Um novo Olhar sobre a Aposentadoria, a convite do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (Set. 2018). Foram submetidos 3 artigos a revistas indexadas, com revisão de pares. Foi publicado o Vol. XIV da *Psique*, fasc. 1; procedeu-se à submissão de candidatura à Indexação na Redalyc - reestruturação do *site* de acordo com os novos critérios de indexação Redalyc, e alteração da periodicidade para semestral. Projeto Famílias Autónomas, sob coord. da Prof.^a. Mónica Pires, do qual se previa, nesta fase, a disseminação de resultados e, de entre as atividades desenvolvidas, participou em conferência nacional com *referee* e levou a cabo a publicação de 3 *abstracts* em revista nacional, respetivamente. Projeto Repositório de Instrumentos de Avaliação para Aprendentes de Língua Segunda em Contexto Educativo, projecto sob coord. da Prof.^a. Sandra Figueiredo. Neste período, de entre as atividades desenvolvidas, ressalva-se a continuação de construção de uma *app*, em parceria com o DCT; a preparação das provas e da sua descrição

psicométrica para o Repositório, e a continuação da publicação de resultados em 4 revistas (Journals) internacionais, com indexação na Web of Science e outras bases de dados científicas reconhecidas. *Outputs*: publicação de 1 capítulo de livro; participação em 2 em conferências científicas internacionais e 1 nacional com *referee*. Destaque-se a organização da 3ª Conferência Internacional do techLING' 2018 em parceria com a Universidade do Minho, e com a participação do Departamento de Psicologia e de Ciências e Tecnologias (UAL, 2-4 de Out. 2018). Projeto *Promoção da qualidade das relações interpessoais, da saúde e do bem-estar dos Enfermeiros*, sob coord. do Prof. Tito Laneiro. Estudo, inédito em Portugal, que se encontra na fase de redação de artigos para submissão. *Outputs*: publicação 1 artigo em revista nacional com *referee*; participação em 3 conferências científicas nacionais; publicação de 4 *abstracts*, bem como a publicação de outros 3 nos *proceedings* de conferência científica internacional com *referee*.

RATIO LEGIS - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas (Director: Prof. Ruben Bahamonde)

Após eleições em Julho do corrente ano, o Professor Ruben Bahamonde passou a ser o novo Director do Ratio Legis. Para o período em análise, a que se reporta o presente Relatório de Actividades Científicas destaque-se a iniciativa de tradução do novo *site* do Ratio Legis para EN, procedimento semelhante levado a cabo para a revista Galileu, que passou a ter um *site* próprio. Continuaram os esforços com vista ao alargamento de parcerias estratégicas com outros centros de investigação e instituições de ensino superior, bem como o intercâmbio de docentes, não-docentes e investigadores. No âmbito das actividades de I&D desenvolvidas prosseguiram os trabalhos subjacentes ao projecto *Direitos Humanos, Cultura de Paz e Fluxos Migratórios Forçados: contribuição para a solução da crise dos refugiados mediante a criação de "Centros de Instrução dedicados à inserção social e à capacitação profissional baseados na mediação intercultural"*, sob coord. dos Professores Alex Pires e Pedro Trovão do Rosário. Neste período, participaram em 2 congressos por convite, e foram apresentadas 6 comunicações em conferências científicas internacionais, e 2 nacionais com *referee*, respetivamente; 6 em conferências científicas internacionais sem *referee*, e organizaram 5 seminários. Foram publicados 3 artigos em revistas indexadas na Scopus, e 2 capítulos em livros estrangeiros. Quanto ao projecto *Direitos Humanos e a Implementação da Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal – os desafios da realização dos direitos a um trabalho condigno e à educação*, resultaram os *outputs* seguintes: 5 comunicações em conferências científicas internacionais, e 5 em nacionais com *referee*, respetivamente; 6 em conferências científicas internacionais sem *referee*, e organizaram-se 4 seminários. Foram publicados 3 artigos em revistas indexadas na Scopus; 3 em revista internacional, 2 em revista nacional com *referee*, respetivamente, e foi ainda publicado 1 livro. Quanto ao projecto *Os Desafios do Direito (Penal) do Século XXI*, sob coord. do Professor Manuel Valente, além da realização das Jornadas Internacionais: Os desafios do Direito no Século XXI, resultou no corrente ano a publicação de 1 livro com a mesma designação, resultante das comunicações daquele evento. Participou como

conferencista em 10 seminários/conferências, e resultaram ainda a publicação de 1 artigo em revista nacional com *referee*, e 2 capítulos de livros.

CEACT - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (Diretora: Prof. Filipa Ramalhete)

Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Actividades Científicas, o CEACTION prosseguiu com as actividades planeadas para os diversos projetos em curso, conforme seguem: no relativamente à revista *Estudoprevio.net*, publicação semestral, em 2017/2018 foram editados e lançados os números 12 e 13. O nº 12 fechou um ciclo de entrevistas dedicado a Professores de projecto de arquitetura da UAL nos últimos 20 anos, com uma entrevista ao arquiteto João Carrilho da Graça, e com o nº 13 iniciou-se um novo ciclo, com o convite a arquitetos estrangeiros que apresentaram o seu trabalho em conferências na UAL, tendo aquele iniciado com a arquiteta eslovena Marusa Zorec. Ainda neste número foi publicado um *dossier* dedicado à componente teórica da dissertação de mestrado em arquitetura da Autónoma. Quanto ao *Laboratório de Intervenção em Arquitetura - INSITU*, a edição de 2018 foi um desafio lançado pelo projecto TransforMar, com vista ao trabalho de proteção do cordão dunar na praia da Cova do Vapor, em Almada, trabalho que terá continuidade. Do trabalho realizado resultou a construção de estruturas de acesso e usufruto da praia, de modo a orientar a circulação pedonal e evitar a destruição da duna. Como em todas as edições, houve uma conferência inaugural. Em 2018, manteve-se a parceria com o Centro de Arqueologia de Almada e com a Câmara M. de Almada. O projecto teve daquela instituição apoio logístico em materiais de construção, assim como do Leroy-Merlin Almada. Refira-se que, ao longo das oito edições participaram 13 equipas de arquitetos, inscreveram-se 210 alunos, colaboraram algumas centenas pessoas das comunidades locais. Ainda sobre os trabalhos INSITU, foi feita uma apresentação nas “Jornadas de Arte Pública: Palimpsestos urbanos”, FBA, e encontra-se 1 artigo no prelo. Relativamente ao projecto *ASSIM - Activating Service-Sharing at InterMunicipal Scale*, sob coord. da Prof.ª Filipa Ramalhete, durante o ano de 2017/18, foi construída uma base de dados SIG de todos os equipamentos desportivos municipais dos 52 municípios de Lisboa e Vale do Tejo (com exceção de Lisboa). Foram também realizados 329 inquéritos em 3 eventos desportivos supramunicipais. Os resultados destes estudos foram divulgados em 2 conferências científicas internacionais e 1 nacional com *referee*, respetivamente, e publicação de 1 *paper*. Quanto ao projecto *BIP/ZIP*, tendo apresentado uma candidatura ao programa Bip-Zip, da Câmara Municipal de Lisboa, consistindo aquele na criação de uma plataforma de partilha focada no ‘universo BIP/ZIP’, articulada à escala da cidade, tem uma existência digital (plataforma) e física, com uma exposição itinerante pelos bairros, acompanhada por momentos de discussão conjunta, por *workshops* mensais e realização de dois ‘Fóruns’, condensando no final a experiência num manual de ferramentas de cocriação de projetos de desenvolvimento local de base comunitária. Da candidatura apresentada resultou o financiamento para a organização de um *workshop* a cargo do CEACTION/UAL, enquanto parceiros. O CEACTION tem em curso o projecto *Um monumento para o Lousal*, trata-se de um projecto de Arte Pública Colaborativa, cujo convite

surgiu na sequência do sucesso do projecto Monumento à Multiculturalidade (Monte de Caparica, Almada). Está a desenvolver-se na aldeia mineira do Lousal, em Grândola. Durante o ano de 2018, foram organizadas e promovidas cinco sessões de trabalho com a comunidade, das quais resultaram propostas escultóricas que foram apresentadas e votadas numa sessão pública com exposição em Junho de 2018. Sobre o projecto foi realizada 1 apresentação em conferência científica internacional com *referee*. Quanto ao projecto *Atlas da Almirante Reis*, projecto realizado em parceria com o CICS.Nova, a Junta de Freguesia de Arroios e a Câmara Municipal de Lisboa, encontra-se em finalização da conceção gráfica do livro a publicar em inícios de 2019. Sobre este projecto foi apresentada 1 comunicação em conferência científica internacional com *referee*, e a publicação 1 artigo em revista nacional com *referee*.

Autónoma TechLab – Centro de Investigação e Tecnologias (Director: Prof. Mário Marques da Silva). Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Actividades Científicas, continuaram os trabalhos em torno do projecto *Low-Cost and Low-Complexity Massive MIMO Systems for 5G*, sob coord. do Prof. Mário M. Silva, que se centra no estudo e investigação sobre sistemas MIMO com imparidades adequados para o 5G, tendo resultado os *outputs* seguintes: 1 artigo em revista indexada na Scopus; 1 Web of Science, e 1 em revista internacional com *referee*, tendo sido ainda apresentada 1 comunicação em conferência científica internacional com *referee*. Quanto ao Projeto *Análise e Processamento de Informação Usando Aprendizagem Supervisionada e Não-supervisionada*, sob coord. do Prof. Gonçalo Valadão, que se centra no estudo e investigação de algoritmos de aprendizagem supervisionada e não-supervisionada, resultou a participação em 4 conferências por convite na *Data Science for Social Good Europe Summit (Agosto, 2018)*. **Relativamente ao projecto *Framework for Data Quality and Cleaning Management in the LOD (DCleanLOD)***, sob coord. da Prof.^a Valéria Pequeno, que tem como objetivo explorar novos desafios e diferentes abordagens no que diz respeito a utilização de dados ligados (presentes na web de dados), contribuindo também para o desenvolvimento de novas aplicações com dados confiáveis, resultaram os *outputs* seguintes publicados: 1 artigo em revista indexada na Scopus, e 1 comunicação em conferência científica internacional com *referee*.

CICH – Centro de Investigação em Ciências Históricas (Diretora: Prof.^a Maria H. C. Coelho)

Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Actividades Científicas, no que diz respeito à Linha de Investigação *História e Cultura das Organizações*, sob coord. do Prof. José A. Mendes, foi publicado o livro comemorativo do Centenário da Companhia de Seguros Zurich em Portugal - *Zurich em Portugal. 100 anos de história. Um compromisso com o futuro (1918-2018)*, de J. Amado Mendes e Duarte Freitas. Foi publicado o livro *José Manuel de Mello - A Cultura da União*, Bertrand Editora (Maio, 2018), sob coord. do Prof. Miguel Faria. Quanto à obra *Guia de História financeira portuguesa: Banca e Seguradoras: Sécs. XIX-XX*, está em

fase de publicação, a qual se aguarda para inícios de 2019. No âmbito da Linha de Investigação *Urbanismo e Monumentos Públicos*, sob coord. do Prof. Miguel Faria foi publicado o livro *Henry l'Évêque (1769-1832): Artista Viajante*, Lisboa, Scribe, (Dez. 2017), obra à qual foi atribuído o Prémio Grémio Literário 2018: menção honrosa. Foi publicada ainda a obra *Estátua Equestre Intervenção de Conservação e Restauro*, World Monuments Fund-Portugal/CML, 2018, com cap. do Prof. Miguel Faria "A Estátua Equestre de D. José I de Machado de Castro".

CARS - Centro de Análise Económica da Regulação Social (Director: Prof. Arlindo Alegre Donário).

Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Actividades Científicas, no âmbito da linha de investigação – *Regulação Económica e Social e Análise Económica do Direito* –, foi publicada a obra *Economia com Destaque para a Microeconomia. Uma visão crítica*, dos Profs. Arlindo A. Donário e Ricardo B. Santos, Edições Sílabo (Out. 2018). O Prof. António D. Santos participou na 7ª *International Conference on Business Sustainability (BS'17)*, Póvoa de Varzim (Nov. 2017); na Conferência Internacional *European Network for Housing Research (ENHR)*, Universidade de Uppsala, Suécia (Junho, 2018); no XXXII Congresso da ASEPELT - Associação Internacional de Economia Aplicada, em Huelva (Julho, 2018), cujo *full paper* foi publicado no nº XXXII dos *Anales de Economía Aplicada* (primera edición en formato e-book: Junio). De sua autoria publicou-se 1 *paper* na *Revista de Estudios de Economía Aplicada* (Agosto, Vol. 35-3, 2017), e 1 *paper* no *Biometrical Letters Journal*, Vol. 54, Issue 2, ISSN (Online) 1896-3811 DOI: <https://doi.org/10.1515/bile-2017-0012>, pertencente à Polish Biometric Society.

NIP@COM - Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas Digitais (Directora: Profª. Paula Lopes).

Em Abril de 2018, foi criado o Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas Digitais - NIP-C@M, núcleo de investigação integrado no Departamento de Ciências da Comunicação, com o objetivo primordial de potenciar sinergias entre docentes e discentes para o desenvolvimento de projetos de investigação no âmbito das práticas e competências mediáticas digitais, incentivando o debate académico no seio da licenciatura em Ciências da Comunicação e do mestrado em Comunicação Aplicada. Para o período em análise a que se reporta o presente Relatório de Actividades Científicas, prosseguiram as atividades em torno de 3 projetos inerentes à Linha de Investigação *Práticas e competências mediáticas digitais*, a saber: projecto 1 "Práticas, consumos e riscos digitais dos jovens universitários de Cabo Verde", sob coord. dos Profs. Bruno Reis, Paula Lopes, e João Madeira (UNI-CV – Cabo Verde), sobre o qual se operacionalizou uma pesquisa empírica com a aplicação de um inquérito extensivo por questionário, composto por 27 perguntas, a uma amostra representativa de 349 inquéritos aos alunos da Universidade de Cabo Verde, com vista à construção de uma base de dados no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Projeto 2: "Práticas, consumos y riesgos digitales de los jovens universitários de Querétaro", sob coord. dos Profs. Bruno Reis, Paula Lopes, e Sergio

Rivera Magos (UAQ-México), em torno do qual se levou a cabo a aplicação de inquéritos por questionário a uma amostra representativa dos alunos do ensino preparatório do Município de Querétaro (600 alunos), com vista à construção de uma base de dados no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Do *working progress* foram sendo elaborados artigos académicos para publicação, tendo resultado desde já 1 cap. de livro nacional, e a participação em 3 conferências científicas internacionais com *referee*.

Projeto 3: “Direitos Digitais: Uma *password* para o futuro”, sob coord. da Prof^a. Paula Lopes e Dra. Fernanda Santos (DECO), que tem como objetivo identificar situações de risco e vulnerabilidades no mundo digital, como o *ciberbullying*, o roubo de perfis e de dados nas redes sociais e exposição a conteúdos violentos e/ou sexualmente explícitos. Com o presente projecto conseguiu-se mapear tendências de práticas e comportamento de risco no âmbito da usabilidade digital juvenil, e pretendeu-se ainda tipificar os comportamentos digitais dos jovens e perceber comparativamente, similitudes e diferenças em relação a outras amostras previamente já recolhidas pelos investigadores do NIP-CQM em Cabo Verde e México. Deste projecto resultaram os *outputs*: organização de 1 *e-book* internacional, com *call for papers*, alusivo as práticas e competências mediáticas juvenis em distintas geografias; publicação de 1 artigo em revista da Web of Science; 1 em revista indexada na Scopus, e 1 em revista internacional com *referee*; 7 *papers* em Atas. Os investigadores participaram em 6 conferências científicas internacionais, e 5 em nacionais com *referee*, respetivamente; 1 em conferência científica internacional, e 3 em nacional, sem *referee*.

Obs.: Dada a impossibilidade de neste espaço descrever, de forma exaustiva, as atividades científicas desenvolvidas nas respetivas Linhas de investigação de cada Centro, a informação encontra-se, na íntegra, em Relatório constituído pela totalidade do Formulário I&D (Anexo n.º 1) rececionados em tempo útil (nem todos os Centros enviaram).

Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento
UAL, 10 de Dezembro 2018

Cristina Dias

Anexo 9 – Lista dos docentes com carga horária atribuída

Lista dos docentes com carga horária atribuída no ano letivo 2017/2018

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Carlos Manuel Pereira Nogueira	Arquitetura	Especialista c/grau licenciado	Artes	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo parcial
Cláudia Costa Rodrigues Pinto	Arquitetura	Doutor	Ciências Físicas	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Egas José Vidigal Vieira	Arquitetura	Especialista c/grau licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Fernando Manuel Alves Rodrigues	Arquitetura	Especialista c/grau licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
Francisco Xavier Aires Mateus	Arquitetura	Especialista c/grau licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
Gonçalo Miguel Folgado Santos	Arquitetura	Licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
Inês Varela Maia Lobo	Arquitetura	Especialista c/grau licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
Joana Simões Vilhena Carvalho	Arquitetura	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
João Manuel Belo Rodeia	Arquitetura	Licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
João Manuel Gomes Silva	Arquitetura	Licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo parcial
João Pedro Rita Fernandes	Arquitetura	Especialista c/grau licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
José Adrião Costa Martins	Arquitetura	Especialista c/grau mestre	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
José Albino Monterroso Teixeira	Arquitetura	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Manuel Carlos Graça Dias	Arquitetura	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Catedrático	Tempo parcial
Manuel Joaquim Soeiro Moreno	Arquitetura	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Manuel Rocha Aires Mateus	Arquitetura	Especialista c/grau licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Catedrático	Colaboração
Maria Tavares Conceição	Arquitetura	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Nuno Miguel Ribeiro Mateus	Arquitetura	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo parcial
Paulo António Pires Vale	Arquitetura	Mestre	Humanidades	Assistente Convidado	Tempo parcial
Pedro Júlio Guerreiro Reis	Arquitetura	Especialista c/grau licenciado	Arquitetura e Construção	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ricardo Manuel Finuras Carvalho	Arquitetura	Doutor	Arquitetura e Construção	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
Rui Miguel Gonçalves Mendes	Arquitetura	Especialista c/grau licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
Telmo Pissarra Abreu Cruz	Arquitetura	Especialista c/grau licenciado	Arquitetura e Construção	Assistente Convidado	Tempo integral

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Ana Filipa Ribeiro Ramalhete	Arquitetura	Doutor	Protecção do ambiente	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral-AC
Alexandre Manuel Fonseca Leite	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ana Maria Nunes Pedro	Ciências da Comunicação	Mestre	Jornalismo e reportagem	Assistente Convidado	Tempo parcial
Bruno Miguel Carriço Reis	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Carlos Manuel Pedro Dias	Ciências da Comunicação	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo parcial
Célia Jesus Fialho Quintas	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Helder Prior	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Isabel Maria Fernandes Silva	Ciências da Comunicação	Doutor	Humanidades	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
João Carlos Santareno Sousa	Ciências da Comunicação	Especialista c/grau licenciado	Artes	Assistente Convidado	Tempo integral
João Francisco Marinho Louro	Ciências da Comunicação	Especialista c/grau mestre	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
José Guilherme Sousa Vitorino	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Luís Filipe Monteiro Lima	Ciências da Comunicação	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Luís José Pereira Carmelo	Ciências da Comunicação	Doutor	Humanidades	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Maria Fátima Lopes Cardoso	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Miguel Nuno Van-der Kellen	Ciências da Comunicação	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo integral
Paula Cristina Rosário Lopes	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Pedro Borges Silva Pinto	Ciências da Comunicação	Especialista c/grau mestre	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo parcial
Raquel Pacheco Mello Cunha	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Reginaldo Rodrigues Almeida	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
Ricardo José Silvestre Silva	Ciências da Comunicação	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo integral
Vítor Manuel Nabais Tomé	Ciências da Comunicação	Doutor	Form. Profs./formadores e ciênc.educação	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
António Manuel Santos Caldeira	Ciências e Tecnologias	Especialista c/grau mestre	Informática	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Daniel Matos Silvestre	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Gonçalo Ramiro Valadão Matias	Ciências e Tecnologias	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Isabel Maria Borges Alvarez	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
João Ernesto Vela Bastos	Ciências e Tecnologias	Mestre	Eng ^a e técnicas afins	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
João Francisco Lêdo Guerreiro	Ciências e Tecnologias	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Joaquim Mesquita Cunha Viana	Ciências e Tecnologias	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
José Campos Beato Aleixo	Ciências e Tecnologias	Mestre	Informática	Assistente Convidado	Tempo parcial
Marco Bruno Correia Costa	Ciências e Tecnologias	Doutor	Eng ^a e Técnicas Afins	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Mário Pedro Marques Silva	Ciências e Tecnologias	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
Nuno Gonçalo Bandeira Brás	Ciências e Tecnologias	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral-AC
Patrícia Pereira Ramos	Ciências e Tecnologias	Doutor	Matemática e Estatística	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Paulo António Enes Silveira	Ciências e Tecnologias	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Professor Catedrático	Tempo integral-AC
Paulo José Serpa Cabrita	Ciências e Tecnologias	Especialista c/grau mestre	Informática	Assistente Convidado	Tempo parcial
Raúl Manuel Mendes Dionísio	Ciências e Tecnologias	Doutor	Eng ^a Electrotécnica e de Computadores	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Rui Gomes Mendonça Neves	Ciências e Tecnologias	Doutor	Física	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Rui Miguel Morgado Dinis	Ciências e Tecnologias	Doutor	Eng ^a e Técnicas afins	Professor Catedrático	Tempo parcial
Sofia Ester Pereira Reis	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Valéria Magalhães Pequeno	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Abel Jesus Gonçalves Barbosa	Ciências Econ. Empresariais	Especialista c/grau licenciado	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Alberto Conceição Carneiro	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo parcial
Alexandre Miguel Picanço Mestre	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Amílcar Santos Gonçalves	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Matemática e Estatística	Professor Catedrático	Tempo integral

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Ana Margarida Alpendre Barbosa	Ciências Econ. Empresariais	Mestre	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Ana Maria Lourenço Quaresma	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ana Sofia Terlica Pereira	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo parcial
Anabela Ferreira Sousa	Ciências Econ. Empresariais	Licenciado	Ciências sociais e do comportamento	Assistente Convidado	Colaboração
António Joaquim Duarte Santos	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
António José Garção Cabeças	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Arlindo Alegre Donário	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
Bruno Henrique Melo Maia	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Matemática e Estatística	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Denise Cristina Capela Santos	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Domingos José Silva Ferreira	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Eng ^a e técnicas afins	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral-AC
Eduardo Almeida Cardadeiro	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral-AC
Georg Michael Jeremias Dutschke	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Gonçalo Jorge Morais Costa	Ciências Econ. Empresariais	Mestre	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Henrique Manuel Lima Fiúza	Ciências Econ. Empresariais	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
João Adelino Pereira Ribeiro	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
João Manuel Varandas Fernandes	Ciências Econ. Empresariais	Especialista c/grau licenciado	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
João Paulo Amaral Nabais	Ciências Econ. Empresariais	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo parcial
Joaquín Texeira Quirós	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Assoc. c/ Agregação	Tempo integral
José Joaquim Afonso Diz	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
José Manuel Alves Pereira	Ciências Econ. Empresariais	Especialista c/grau mestre	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
José Manuel Brás Santos	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
José Manuel Brito Almas	Ciências Econ. Empresariais	Especialista c/grau mestre	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Luís Artur Alves Rita	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Luís Fernando Mira Amaral	Ciências Econ. Empresariais	Mestre	Ciências sociais e do comportamento	Prof. Catedrático Convidado	Tempo parcial
Luís Paulo Ferreira Relógio	Ciências Econ. Empresariais	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
Manuel Jesus Farto	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
Maria Helena Dias Proença	Ciências Econ. Empresariais	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
Maria Helena Lopes Curto	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Maria Rosário Fernandes Justino	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Mário João Coutinho Santos	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
Miguel Cruz	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo parcial
Miguel Serrão Carvalho Melo	Ciências Econ. Empresariais	Especialista c/grau licenciado	Matemática e estatística	Professor Convidado	Colaboração
Nuno Ricardo Borges Santos	Ciências Econ. Empresariais	Licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Assistente Convidado	Tempo integral
Paulo Jorge Malico Sousa	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Serviços Pessoais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Pedro d'Alte Pires Lima	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Renato Telo Barbosa Pereira	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
Sandra Cristina Antunes Ribeiro	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Sérgio Leonel Costa Pontes	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Valter Bruno Fernandes Pinheiro	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Serviços pessoais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Vanessa Maria Pereira Gouveia	Ciências Econ. Empresariais	Especialista c/grau licenciado	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Vera Marisa Dias Pedragosa	Ciências Econ. Empresariais	Doutor	Serviços pessoais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Vitor Manuel Batista Pataco	Ciências Econ. Empresariais	Especialista c/grau mestre	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Alex Sander Xavier Pires	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Alice Maria Mendes Feiteira	Direito	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
Amparo Sereno Rosado	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Ana Cristina Roque Santos	Direito	Doutor	Direito	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
Ana Paula Ferreira Lourenço	Direito	Especialista c/grau mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
André Claro Amaral Ventura	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Anja Martha Bothe	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
António Alfredo Mendes	Direito	Doutor	Direito	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo parcial
António Pedro Azevedo Ferreira	Direito	Doutor	Direito	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
Armindo Saraiva Matias	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo integral
Carlos Carranho Proença	Direito	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Diogo José Leite Campos	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo integral
Eduardo Silva Costa	Direito	Especialista c/grau licenciado	Direito	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
Fernando José Silva	Direito	Doutor	Direito	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
Fernando Ribeiro Lopes	Direito	Licenciado	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Henrique Hilário Dias Silva	Direito	Mestre	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Jónatas Eduardo Mendes Machado	Direito	Doutor	Direito	Professor Assoc. c/Agregação	Tempo parcial
Jorge Cláudio Bacelar Gouveia	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
Jorge Manuel Matias Costa Santos	Direito	Licenciado	saúde	Professor Convidado	Colaboração
José Fernandes Farinha Tavares	Direito	Especialista c/grau mestre	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
José Joaquim Monteiro Ramos	Direito	Licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
José Manuel Matos Pereira	Direito	Doutor	Direito	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo parcial
Júlio César Nunes Tormenta	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Luís Manuel Menezes Leitão	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
Manuel Monteiro Guedes Valente	Direito	Doutor	Direito	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
Manuel Tomé Soares Gomes	Direito	Licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Margarida Andrade Bacharel	Direito	Mestre	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Maria Constança Urbano Sousa	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo integral
Maria Fátima Pinto Galante	Direito	Especialista c/grau licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Maria Margarida Mota Câmara	Direito	Licenciado	Humanidades	Assistente Convidado	Tempo parcial
Miguel Fernando Santos Neves	Direito	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
Nídia Filomena Leiria Antunes	Direito	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
Paulo Jorge Nogueira Costa	Direito	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Pedro Gonçalo Trovão Rosário	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ricardo Lopes Dinis Pedro	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Ruben Bahamonde Delgado	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Rui Manuel Freitas Rangel	Direito	Especialista c/grau mestre	Direito	Professor Convidado	Colaboração
Stela Marcos Neves Barbas	Direito	Doutor	Direito	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
Adolfo António Silveira Martins	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Aline Gallasch Hall Beuvink	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Armando Luís Carvalho Homem	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
Carmen Dolores Palma Figueiredo	História	Licenciado	Ciências Físicas	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Duarte Manuel Roque Freitas	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Fernando Carlos Pinheiro Amorim	História	Especialista c/grau mestre	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Fernando Rodrigues Martins	História	Mestre	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
João Afonso Pancada Correia	História	Especialista c/grau licenciado	Artes	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
João Luís Silva Sousa	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar com Agregação	Tempo parcial
José Manuel Lopes Subtil	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
José Maria Amado Mendes	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
Maria Helena Coelho Macedo	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
Maria Isabel Carvalho Homem	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Maria João Landeiro Tomás	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Miguel Filipe Figueira Faria	História	Doutor	Artes	Professor Assoc. c/Agregação	Tempo integral
Nuno Gonçalo Freitas Monteiro	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo parcial
Roberta Giannubilo Stumpf	História	Doutor	Artes	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Telma Ruas	História	Mestre	Humanidades	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo Integral
Ana Maria Pires Gomes	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
António Francisco Mendes Pedro	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
Carlos José Godinho Calado	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Cláudia Delane Silva Castro	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Fernanda Lencastre Bernardo	Psicologia	Especialista c/grau mestre	Matemática e Estatística	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Francisco Moniz Pereira	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Iolanda Carla Costa Galinha	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
João Evangelista Jesus Hipólito	Psicologia	Doutor	Saúde e Ciências sociais e comport.	Professor Catedrático	Tempo integral
Joaquim Ferreira Monteiro	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
José Manuel Guimarães Magalhães	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Lídia Isabel Joaquim Ferreira	Psicologia	Mestre	Ciências sociais e do comportamento	Assistente Convidado	Tempo parcial
Manuel Sommer	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Maria Luísa Peralta Ribeiro	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Maria Odete Santos Nunes	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
Mónica Rute Taveira Pires	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Nuno Miguel Garcia Rodrigues	Psicologia	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
Paula Cristina Pires Carvalho	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Rui Figueiredo Bernardino	Psicologia	Especialista c/grau licenciado	Saúde	Professor Convidado	Tempo parcial
Rute Sofia Lopes Dias	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Assoc. s/Agregação	Tempo integral
Sandra Bastos Figueiredo	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Sérgio Miguel Pestana Henriques	Psicologia	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
Tânia Raquel Pais Brandão	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
Tito Rosa Laneiro	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Amadeu Ferreira Paiva	Relações Internacionais	Especialista c/grau licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
António José Martins Seguro	Relações Internacionais	Especialista c/grau mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Convidado	Tempo parcial
Brígida João Rocha Brito	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Assoc. s/ Agregação	Tempo integral
Felipe Manuel Pathé Duarte	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Filipe Luís Vasconcelos Romão	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Francisco Manuel Seixas Costa	Relações Internacionais	Licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Convidado	Tempo parcial
Henrique Nuno Santos Morais	Relações Internacionais	Especialista c/grau mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Luís José Leitão Tomé	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado sem Agregação	Tempo integral
Luís Manuel Santos Moita	Relações Internacionais	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
Luís Vasco Valença Pinto	Relações Internacionais	Especialista c/grau licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Catedrático Convidado	Tempo integral-AC
Luísa Maria D`Andrade Godinho	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral-AC
Nancy Elena Ferreira Gomes	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral
Patrícia Laidley Galvão Teles	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo parcial
Ricardo Real Pedrosa Sousa	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar sem Agregação	Tempo integral

Anexo 10 – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações

Anexo 11 – Doutoramentos na UAL (2017/2018)

Doutoramentos na UAL no ano letivo 2017/2018

Data	Doutoramento	Candidato	Tese	Nota
30-out-17	Relações Internacionais	Edoardo Boria	The Cartographic Representation of Political Space: A Theoretical Challenge for the Fields of Geopolitics and International Relations	19
16-nov-17	História	João Sérgio Gilzans d'Oliveira Freire	Portugal na Guerra do Biafra - A Diplomacia do Estado Novo em África: 1967 - 1969	17
15-mar-18	Direito	Hamilton Sarto Serra de Carvalho	A Democracia Moçambicana: Construção, Desafios e Perspetivas	15
23-abr-18	Direito	Daniel Castro Gomes da Costa	Contencioso Eleitoral - Uma análise em Direito Comparado - Portugal versus Brasil	16
18-jul-18	Direito	Geder Luiz Rocha Gomes	A legitimidade e adequação das alternativas penais à pena privativa de liberdade: A experiência brasileira	12

Anexo 12 – Representações do Reitor

Representações do Reitor no ano letivo 2017/2018

Data	Evento	Local
12-09-2017	Apresentação Pública Parceria Portugal-UE no âmbito da Cooperação p/Desenvolvimento	Instituto Defesa Nacional
18-09-2017	"Rankings Masterclass" da Times Higher Education	Reitoria da Universidade do Porto
27-09-2017	27º Digital Business Congress da APDC	Centro Cultural de Belém
27-09-2017	Seminário sobre o "Global Competitiveness Report" organizado pelo Fórum de Administradores e Gestores de Empresas	AESE
29-09-2017	Receção do Dia Nacional da República da Coreia	Hotel Epic Sana
03-10-2017	Jantar oferecido pelo Embaixados da República da Coreia	Hotel Epic Sana
709-10-2017	Reunião dos Coordenadores e Comitês de Área do CYTED (Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento)	UAL
11-10-2017	Receção ao caloiro africano c/Palestra "A vida universitária, suas escolhas e seu impacto futuro"	UAL
12-10-2017	Reunião de representantes do Ensino Superior para a Comissão de Acompanhamento do MFEEE 2014-2021 (EEA Grants)	Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu European Economic Area Financial Mechanism Unidade Nacional de Gestão, National Focal Point
12-10-2017	Receção por motivo da Festa Nacional de Espanha	Embaixada de Espanha
13-10-2017	Sessão de Abertura Jornadas Direito Penal	UAL
16-10-2017	Espectáculo de abertura da Semana da Cultura Coreana	Museu do Oriente
20-10-2017	Conerência Internacional "O Futuro dos Media-Jornalismo e Serviço Público na era digital"	Fundação Calouste Gulbenkian
23-10-2017	Apresentação pública do Programa Empresa Promotora da Língua Portuguesa	Ministério dos Negócios Estrangeiros
30-10-2017	Receção na Embaixada da Turquia por ocasião do Dia Nacional	Embaixada da Turquia
31-10-2017	Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo 2017/2018	ISPA
31-10-2017	Lançamento do Projeto LIS-Water, Lisbon International Centre for Water	LNEC
17-11-2017	Seminário de Comemoração do 50º aniversário de O Ninho	Fórum Lisboa
17-11-2017	Korean Movie Festival	El Corte Inglés
23-11-2017	XV Encontro Nacional de Fundações "O Espaço da Filantropia e os Espaços das Fundações"	Fundação Champalimaud
24-11-2017	Aula inaugural da 3ª edição do Doutoramento em RI	UAL
05-12-2017	Entrega dos Prémios de Voluntariado Universitários 2017	Banco Santander Totta
06-12-2017	Comemoração dos 20 anos da Fundação Portuguesa das Comunicações	Fundação Portuguesa das Comunicações
13-12-2017	Comemorações do Dia da UAL	UAL

Data	Evento	Local
05-01-2018	Apresentação da Representação em Lisboa da OEI (Organização dos Estados Iberoamericanos)	Teatro Thalia
02-02-2018	Sessão Solene do Dia da UCP e comemoração do 50º aniversário	UCP
09-02-2018	Apresentação pública dos resultados da avaliação da OCDE ao sistema de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior	Teatro Thalia
20-02-2018	16º Encontro de Gestores - As prioridades da Autoridade da Concorrência em 2018"	SRS Advogados
22-02-2018	Almoço de Empresários com Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Eng. Manuel Heitor	Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola (CCILE)
23-02-2018	Intervenção, como representante da APESP, na Apresentação do Estudo "Determinantes e Significados do Ingresso dos Jovens no Ensino Superior"	Fundação Calouste Gulbenkian
26-02-2018	1º Fórum Luso-Espanhol de Internacionalização	UAL
05-03-2018	Conferência "As ameaças postas à democracia na Europa pelo crescimento dos nacionalismos"	Fundação Calouste Gulbenkian
06-03-2018	Conferência "Programa Empresas Parlamento sobre a Justiça" organizada pelo Fórum de Administradores de Empresas	Assembleia da República
21-03-2018	Keynote Speaker das Jornadas "PLATICEMAR – Plataforma de Consolidação do Setor TICE e Empreendedorismo na Economia do Mar"	NERLEI
27-03-2018	17º Encontro de Gestores, "Comunicações e sociedade: digitalização como fator decisivo"	SRS Advogados
20-04-2018	Evento de Encerramento do "Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014"	Museu Nacional dos Coches
20-04-2018	Conferência "Investimento empresarial e o crescimento da economia portuguesa"	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
24-04-2018	Tomada de Posse dos novos Membros Titulares dos Órgãos Sociais da APESP	Universidade Lusíada
26-04-2018	Diálogo Inaugural "Mosteiro dos Jerónimos: um diálogo entre o espaço e o tempo"	Mosteiro dos Jerónimos
03-05-2018	Encontro "L'université au XXIème siècle: quel nouvel engagement francophone?", organizado em parceria com a Agência Universitária da Francofonia	Universidade de Aveiro
14-05-2018	VII Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África, organizado pelo IPDAL (Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas)	Sede da CGD
17-05-2018	Receção por ocasião do Dia Nacional da Noruega	Residência do Embaixador da Noruega

Data	Evento	Local
18-05-2018	Sessão Pública de Apresentação da Cátedra “Korea and East Asia” - Conferência "Investimento Coreano em Portugal e na UE e os desafios da economia do conhecimento"	UAL
21-05-2018	IV Encontro de Reitores Universia	Universidade de Salamanca
22-05-2018	IV Encontro de Reitores Universia	Universidade de Salamanca
24-05-2018	Lançamento do livro "Propaganda e Turismo no Estado Novo", de José Guilherme Victorino	UAL
25-05-2018	Intervenção do Reitor no “Resgate dos Valores Culturais de África”, organizado pela Associação de Estudantes Africanos da UAL	UAL
29-05-2018	Conferência "The rights of persons with disabilities and its implementation in Portugal"	Fórum Picoas
30-05-2018	Seminário “Digital Transformation and Women”, organizado pela Associação das Embaixadoras, AWA – Portugal e a Universidade Nova de Lisboa	Universidade Novas de Lisboa
30-05-2018	Abertura da "Conference on the Impact of FIFA’s new Transfer Regulations and Rules on Intermediaries"	UAL
01-06-2018	Sessão da abertura da Conferência Internacional “Segurança Euro-Mediterrânica”	UAL
04-06-2018	Abertura Oficial do Consulado da Letónia em Portugal	Instituto Camões
06-06-2018	Confª CIRSF "Supervisão e Regulação do setor financeiro na EU e no plano internacional – 2018 e próximos desenvolvimentos", organizado pelo Centro de Investigação em Regulação e Supervisão do Sector Financeiro (CIRSF)	Fundação Calouste Gulbenkian
20-06-2018	Conferência "Ensino Superior e Ciência: Responder aos novos desafios da inovação científica e da inovação social"	Assembleia da República
27-06-2018	Lançamento do livro de Eduardo Paz Ferreira "Os anos Trump - o mundo em transe"	Auditório António Domínguez Azevedo
28-06-2018	Lançamento do livro "José Manuel de Melo, a cultura da união", de Miguel Faria	Associação Nacional de Farmácias
09-07-2018	Sessão de apresentação do Plano de Ação ibero-americano	Teatro Thalia
11-07-2018	Abertura das Jornadas Internacionais "Os Desafios do Direito no sec.XXI", no âmbito do Doutoramento em Direito	UAL
12-07-2018	Sessão de reflexão (apresentação e debate) sobre o LIS-Water	LNEC
17-07-2018	Abertura das Jornadas Internacionais "Os desafios do direito no séx. XXI", no âmbito do Mestrado em Direito	UAL
19-07-2018	Receção por ocasião do Dia Nacional da Colômbia	Espaço Espelho de Água
20-07-2018	Dia Calouste Gulbenkian	Fundação Calouste Gulbenkian
25-07-2018	XI Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento (FCD)	Intituto Camões

Anexo 13 – Protocolos, convénios e parcerias

Protocolos, convénio e parcerias - 2017/2018

Celebrados com entidades nacionais:

Data	Pela UAL	Entidade	Tipo
02-08-2017	CEU - Departamento Ciências Económicas e Empresariais	Hospital Lusíadas, SA	Protocolo de Cooperação no âmbito de estágios académicos para finalista da licenciatura em Administração de Unidades de Saúde
21-09-2017	CEU - Centro de Arbitragem	ACP - Automóvel Club de Portugal	Acordo de Parceria na área de serviços de mediação e arbitragem de conflitos
09-10-2017	CEU	APM-REDEMUT, Associação Portuguesa de Mutualidades	Protocolo para a realização e promoção de ações conjunta que decorrem na conjugação dos objetivos específicos de cada uma das instituições. Anexo para desenvolver prestação de serviços especializados na área da comunicação estratégica
06-11-2017	UAL - Departamento de Psicologia	Associação Palco da Tua Arte	Protocolo de Cooperação no âmbito de estágios académicos do Mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento
08-11-2017	CEU	Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas, SA	Protocolo para parceria para a edição de livros e catálogos, bem como para a sua comercialização e distribuição em suporte papel ou digital
13-11-2017	CEU - Departamento de Ciências e Tecnologia	Instituto de Telecomunicações	Acordo de Parceria de unidade de I&D com Instituição Participante no âmbito da candidatura a avaliação - Programa Plurianual de Financiamento de Unidades de I&D 2017/2018)
27-11-2017	CEU	Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado	Protocolo de Cooperação
15-12-2017	CEU - Centro de Arbitragem	APAH - Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares	Protocolo de Cooperação institucional no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de meios alternativos de resolução de conflitos no âmbito da prestação de serviços de saúde
27-12-2017	CEU	Alêtheia Editores	Protocolo para a produção e distribuição do livro "Propaganda e Turismo no Estado Novo"

Data	Pela UAL	Entidade	Tipo
04-01-2018	CEU - Departamento de História	Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE)	Acordo de Parceria de unidade de I&D com Instituição Participante no âmbito da candidatura a avaliação - Programa Plurianual de Financiamento de Unidades de I&D 2017/2018)
08-01-2018	CEU - Departamento de Ciências da Comunicação	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho	Acordo de Parceria de unidade de I&D com Instituição Participante no âmbito da candidatura a avaliação - Programa Plurianual de Financiamento de Unidades de I&D 2017/2018)
10-01-2018	UAL - Departamento de Relações Internacionais	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna da PSP	Protocolo de Cooperação no âmbito do OBSERVARE
08-03-2018	CEU - Centro de Arbitragem	Junta de Freguesia de Alcabideche	Protocolo de Cooperação institucional no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de meios alternativos de resolução de conflitos
11-04-2018	UAL - Ratio Legis	Network of Strategic and International Studies	Protocolo de cooperação nos domínios do ensino, investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e exercício de atividades profissionais em áreas de intervenção comuns
11-04-2018	UAL - Ratio Legis	ACAPO - Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal	Protocolo de Cooperação institucional no âmbito da realização do projeto de investigação "Direitos Humanos e a Implementação da CIDPDP - os desafios da realização dos direitos a um trabalho condigno e à educação"
11-04-2018	UAL - Ratio Legis	BIPP Inclusão para a Deficiência	Protocolo de Cooperação institucional no âmbito da realização do projeto de investigação "Direitos Humanos e a Implementação da CIDPDP - os desafios da realização dos direitos a um trabalho condigno e à educação"
11-04-2018	UAL - Ratio Legis	Fundação AFID Diferença	Protocolo de Cooperação institucional no âmbito da realização do projeto de investigação "Direitos Humanos e a Implementação da CIDPDP - os desafios da realização dos direitos a um trabalho condigno e à educação"

Data	Pela UAL	Entidade	Tipo
02-05-2018	CEU - Centro de Arbitragem	Junta de Freguesia de Olivais	Protocolo de Cooperação institucional no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de meios alternativos de resolução de conflitos
14-05-2018	CEU - Centro de Arbitragem	Junta de Freguesia de Alvalade	Protocolo de Cooperação institucional no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de meios alternativos de resolução de conflitos
17-05-2018	CEU - Centro de Arbitragem	União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão	Protocolo de Cooperação institucional no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de meios alternativos de resolução de conflitos
23-05-2018	UAL - Departamento de Psicologia	Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	Protocolo de Cooperação Institucional para estágios académicos do Mestrado em Psicologia Clínica e Aconselhamento
23-05-2018	CEU	Collegiate Portugal	Protocolo de Cooperação para promover condições especiais de alojamento aos estudantes
08-06-2018	CEU	LH Consultoria e Assessoria em Gestão Desportiva (Goalmanage)	Protocolo para a conjugação de esforços para incentivar e facilitar a cooperação, intercâmbio tecnológico e científico e a expansão de atividades de ensino, pesquisa e extensão
13-07-2018	CEU - Departamento de História	Município de Vila Viçosa	Protocolo de colaboração para o estabelecimento de parceria, na área da História da Arte, tendo em vista a elaboração do processo de candidatura do bem "Vila Viçosa, vila ducal renascentista" a Património Mundial
08-08-2018	UAL	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)	Protocolo de Cooperação para a realização e promoção de ações conjuntas e que decorrem da conjugação dos objetivos específicos de cada uma das instituições
24-08-2018	CEU - Centro de Arbitragem	AGAP - Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal	Protocolo de Cooperação institucional no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de meios alternativos de resolução de conflitos

Celebrados com entidades estrangeiras:

Data	Pela UAL	Entidade	Tipo
24-10-2017	UAL	Istanbul Aydin University, Turquia	Cooperation Protocol or institutional cooperation through a broad range of activities such as exchange students, exchange academic staff, etc.
14-11-2017	UAL	Changwon National University, South Korea	Cooperation Protocol for academic, scientific research and technical training levels in areas of common interest as well as the development of bilateral relations between the civil societies of Portugal and South Korea
08-01-2018	UAL	Universidad Autónoma de Querétaro, Estados Unidos Mexicanos	Protocolo de Cooperação que visa contribuir para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração nas atividades de formação científica e técnica em domínios considerados de interesse comum
31-01-2018	UAL	Universidade Católica de Brasília, Brasil	Carta de Intenções conducentes à assinatura de convénio de cooperação para promoção e desenvolvimento de pesquisas e outras atividades académicas e culturais
23-03-2018	UAL	Hankuk University of Foreign Studies, South Korea	Memorandum of Understanding for the purpose of furthering cooperation through educational and academic exchanges
28-02-2018	CEU	Instituto Universitário do Rio de Janeiro, Brasil	Protocolo de Cooperação para parceria educacional
05-05-2018	UAL	Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique	Protocolo de Cooperação para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração nas atividades de formação científica e técnica em domínio de interesse comum
23-05-2018	UAL	Instituto Politécnico Tundavala, do Lubango, Angola	Protocolo de Cooperação para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração nas atividades de formação científica e técnica em domínios de interesse comum
4--06-2018	UAL	Faculdade Independente do Nordeste, Brasil	Protocolo de Cooperação para o desenvolvimento e aprofundamento da colaboração nas atividades de formação científica e técnica em domínios de interesse comum

Anexo 14 - GRI Gabinete de Relações Internacionais

Gabinete de Relações Internacionais (GRI) Relatório de Atividades 2017-2018

O balanço de atividade do Gabinete de Relações Internacionais no ano de 2017-2018 é bastante positivo, tendo-se cumprido os objetivos propostos.

1. Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional.

Atualização constante da informação sobre o GRI e respetivas atividades no website da UAL, em português e inglês, sobre: Erasmus+, atribuição da Carta Erasmus 2014-2020, Declaração de Compromisso Institucional, lista de protocolos internacionais, candidaturas Erasmus+, documentos de suporte, informação sobre a UAL, informação diversa destinada a alunos incoming tanto das universidades europeias como das brasileiras (mobilidade extraeuropeia) (aulas de português, alojamento, sistema de buddies etc.). Resposta e reencaminhamento aos departamentos de pedidos de informação externos. Tradução para inglês de candidaturas à A3ES, FCT, processo de autoavaliação das unidades orgânicas da Universidade e artigos científicos de membros dos vários centros de investigação. De forma a cumprir os requisitos impostos pela lei da confidencialidade de dados, retirou-se da página relativa às mobilidades Erasmus+ os nomes dos alunos, professores e funcionários incoming e outgoing, que agora se expressam em termos de números, género, país de origem e curso/departamento/serviço.

2. Programas de Mobilidade Internacional/Programa Erasmus+.

No relatório final institucional Erasmus+ que o GRI preencheu e submeteu à Agência Nacional/Comissão Europeia em novembro de 2017 relativamente ao ano anterior, a gestão e execução do projeto obteve uma pontuação de 92/100 pontos, considerada excelente, com uma taxa de execução de mobilidades de 179% e de execução financeira de 100% (mais 11 fluxos do que o contratualizado). Na candidatura às verbas Erasmus+ para o ano letivo de 2018-19, feita em março de 2018, o financiamento obtido foi de 35.270 Euros para 21 participantes (31.175 Euros para 20 participantes em 2016-17, 20.430 Euros para 14 mobilidades em 2015-16), o que representa um acréscimo de cerca de 4.000 Euros. A gestão eficaz da verba/número de bolsas atribuídas para 2017-18 permitiu aumentar o número de mobilidades outgoing para 26, mais 6 do que as atribuídas. As 26 mobilidades distribuem-se da seguinte forma: 17 estudantes, dos quais 4 foram para Espanha (3 de Ciências da Comunicação para as universidades Complutense e Camilo José Cela, 1 de Gestão para a Autónoma de Madrid); 5 foram para a Polónia (Gdansk Academy of Banking, Gestão, AGH University of Science and Technology, Eng. Informática); 4 para a República Checa (Universidade de Pardubice, Gestão); 1 para a Alemanha (University of the Arts, Berlim, Arquitetura); 3 para a Bulgária (University of National and World Economy, Economia). A AGH e a University of National and World Economy são parcerias recentes e este ano foi o primeiro em que estudantes das licenciaturas em economia e de engenharia informática fizeram mobilidade Erasmus+. Seis funcionárias da UAL fizeram mobilidade Erasmus+, das quais: 2 (GAID e Secretária da Administração) na Università Luav di Venezia, Itália; 2 (GRI e SAD) na National School of Political Science and Public Administration, Roménia, e 2 (GRI e Secretaria) na University of World and National Economy, Bulgária. Três professores (1 de Psicologia e 2 de Relações Internacionais) deslocaram-se em missão de ensino à Universidade Comillas, Espanha, e à Universidade La Sapienza, Itália, respetivamente. O relatório final institucional a enviar à Agência Nacional/CE ainda está a ser elaborado (para entrega até 30 de novembro), pelo que a avaliação final sobre a execução do projeto só está prevista para o início de 2018. Prevemos uma boa taxa de

execução de mobilidades e financeira. O número de alunos incoming foi 68, dos quais 19 provenientes do Brasil, ligeiramente superior ao do ano anterior (60, dos quais 11 do Brasil). O número de professores e funcionários visitantes foi 36 (23 em 2016-17, 13 em 2015-16), dos quais 11 professores (4 em 2016-17), 4 para o Departamento de Gestão, 1 para Relações Internacionais, 4 para Ciências da Comunicação, 1 para Engenharia Informática, e um para Direito. Os protocolos Erasmus+ aumentaram para 50 (44 em 2016-17; 38 em 2015-16), resultando na vinda de alunos provenientes dessa cooperação (AGH, La Campania, Bulent e UNWE) e na ida de alunos da UA para novas instituições (AGH, Polónia e UNWE, Bulgária). Demos continuidade ao sistema interno de recrutamento de buddies entre os nossos alunos, que ajudam os alunos incoming antes da sua chegada e durante a sua estadia (esclarecer dúvidas, mostrar a universidade, ajudar a encontrar casa etc.) a integrar-se na nossa comunidade e em Lisboa. Continuámos a ministrar aulas de português (intensivo e extensivo) aos alunos incoming, e criou-se uma vitrina expositora no corredor do Gabinete de Relações Internacionais com souvenirs oferecidos pelos visitantes incoming e pequenos textos escritos pelos estudantes estrangeiros. Os estudantes de Ciências da Comunicação realizaram entrevistas às funcionárias do GRI para posterior divulgação na UAL Media. Também com o objetivo de incentivar a mobilidade e consequente internacionalização da UAL, fizeram-se apresentações sobre o programa Erasmus+ e a mobilidade extraeuropeia nas salas de aula do primeiro ano, que já se traduziram no elevado aumento das mobilidades no presente ano letivo. Os dados de mobilidade estão em anexo.

3. Promoção de redes de investigação com universidades parceiras.

Três professores realizaram mobilidades “out” em universidades em Espanha e em Itália (Relações Internacionais e Psicologia). Os Departamentos de Gestão, Ciências da Comunicação, Relações Internacionais, o GRI, a Biblioteca, o GAID e o então CEP acolheram docentes e funcionários incoming, respetivamente. O GRI realizou traduções científicas para os seguintes departamentos e/ou centros de investigação: CEACTION, CIP, OBSERVARE e RATIO LEGIS. O GRI organizou as conferências do International Institute of Social and Economic Sciences, sedado em Praga, República Checa (3rd Law and Political Science e IISES 43rd International Academic Conference), e a disponibilização de salas, refeições e coffee breaks. A prestação deste serviço, que se realizou em Setembro de 2018, aportou à Universidade o valor de 1.350 Euros

4. Apoio aos departamentos/unidades da UAL

O GRI respondeu aos pedidos de tradução, entre outros, solicitados pela Administração, Centros de Investigação, Departamentos e Secretaria da UAL. O GRI participou em reuniões externas sobre o programa Erasmus+. O GRI teve um papel importante na confirmação de qualificações obtidas na UAL, respondendo a solicitações de recrutadores de empresas internacionais. O GRI participou ativamente no processo de acreditação da UAL junto da A3ES (reuniões, redação de textos, edição de textos e tradução do processo), assim como na organização (incluindo tradução de todos os documentos) do 3º Congresso Internacional do OBSERVARE, realizado em maio de 2017, e na preparação e presença em visitas de entidades externas à Universidade.

Carolina Peralta

Responsável pelo Gabinete de Relações Internacionais, 6 de novembro de 2018

Estudantes da UAL em Mobilidade Erasmus+ 2017-18

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Espanha	Complutense	2	F	5	Ciências da Comunicação	Estudos
	Camilo José Cela	1	F	5	Ciências da Comunicação	Estudos
	Autónoma de Madrid	1	F	5	Gestão	Estudos
República Checa	Universidade de Pardubice	4	2M; 2F	5	Gestão	Estudos
Polónia	Gdansk Academy of Banking	4	1F; 3 M	5	Gestão	Estudos
	AGH University of Science and Technology	1	M	5	Eng. Informática	Estudos
Alemanha	Arts Berlin	1	F	9	Arquitetura	Estudos
Bulgária	National and World Economy	3	1M; 2F	5	Economia	Estudos

Total: 17 (19 em 2016-17, 20 no ano letivo 2015-2016)

C. Comunicação: 3 alunos

Gestão: 9 alunos

Arquitetura: 1 aluno

Economia: 3 alunos

Engenharia Informática: 1 aluno

Professores da UAL em mobilidade Erasmus 2017-2018

País	Universidade	Género	Nº	Curso/Serviço	Duração (dias)
Espanha	Complutense	F	1	Psicologia	3
Itália	La Sapienza	F	2	Relações Internacionais	4

Total: 3 (2016-2 no ano letivo 17; 2 no ano letivo 2015-2016)

Funcionárias da UAL em mobilidade Erasmus 2017-2018

País	Universidade	Género	Nº	Curso/Serviço	Duração (dias)
Itália	IUAV	F	2	Secretaria de Administração, GAID	5
Roménia	National School of Political Science and Public Administration	F	2	GRI, SAD	5
Bulgária	National and World Economy	F	2	GRI, Secretaria	4

Total: 6 (4 no ano letivo de 2016-17, 2 no ano letivo 2015-2016)

Alunos Visitantes Erasmus+ no ano letivo de 2017-2018

País	Universidade	Género	Número	Curso
Espanha	La Salle	F	3	Arquitetura
		M	1	
	Valladolid	F	1	
	Alcalá	F	1	
	Granada	F	1	
		M	1	
	ETSA Madrid	M	1	
		F	1	
	Cartagena	F	3	
	Complutense	F	2	
Autónoma de Madrid	M	1	Gestão	
			Gestão	
Castilha La Mancha	M	1		
Brasil	Escola da Cidade	M	3	Arquitetura
	PUCRS	M	3	
		F	1	
	UFSM	M	1	Ciências
		F	1	Comunicação
		F	1	Direito
		F	1	Economia
	UCAM	M	1	Direito
	UNISC	M	1	
		F	1	
		F	1	Gestão
USP	F	2	História	
	M	2		
Itália	IUAV	F	1	Arquitetura
	POLIMI	M	2	
		F	1	
	La Sapienza	F	2	Ciências
		F	2	Comunicação
	La Campania	M	2	Relações Internacionais
				Relações Internacionais
UNITO	M	1	Psicologia	
	F	1		
Roménia	SNSPA	F	4	Ciências
		M	2	Comunicação
República Checa	Pardubice	F	5	Gestão
		M	1	
Bulgária	UNWE	F	2	Gestão
Polónia	AGH	M	1	Eng. Inf. e Telecomunicações
Eslováquia	Nitra	M	1	Gestão
		F	2	
Turquia	Bulent	M	1	Economia
		M	2	Gestão
Suíça	USI	F	1	Arquitetura

Total de alunos incoming (Erasmus+ e Brasil): 68 (61 em 2016/17 e 60 em 2015-2016)

Legenda: ETSA Madrid (Escuela Superior de Tecnologias de Arquitectura)
 PUCRS (PUC Rio Grande do Sul)
 UFSM(Universidade Federal de Santa Maria)
 UCAM (Universidade Cândido Mendes)
 UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul)
 USP (Universidade de São Paulo)
 IUAV Universidade de Veneza
 POLIMI (Politécnico de Milão)
 UNITO (Universidade de Turim)
 SNSPA (National School of Political and Administrative Studies)
 UNWE (University of National and World Economy)
 AGH University of Science and Technology

Número de alunos por curso e por país de origem

Curso	Nº de alunos	Principal País de Origem	
Arquitectura	28	Espanha	13
C. Comunicação	10	Roménia	6
Gestão	12	República Checa	6
Economia	2	Turquia, Brasil	1
Direito	4	Brasil	4
Psicologia	2	Itália	2
Relações Internacionais	6	Itália	4
Engenharia Informática e Tel.	1	Polónia	1
História	4	Brasil	4

Professores Visitantes na UAL em mobilidade Erasmus 2017-2018

País	Universidade	Género	Nº	Curso/Serviço	Duração (dias)
Polónia	Polish Japanese Academy of IT	F	1	Eng. Informática	3
	Gdansk Academy of Banking	F	1	Gestão	3
Bulgária	UNWE	M; F	2	Gestão	8
Turquia	Uskudar	M	1	Rel. Internacionais	4
	Bulent Ecevit	M	1	Gestão	4
Espanha	Salamanca	M	1	Direito	4
	Valladolid	F	2	C. Comunicação	6
Roménia	NUPSPA	F	2	C. Comunicação	6

Total: 11

Funcionários Visitantes na UAL em mobilidade Erasmus 2017-2018

País	Universidade	Género	Nº	Curso/Serviço	Duração (dias)
Espanha	Córdoba	F	1	GRI/Gestão	180
	Complutense	M	3	Biblioteca	15
	Huelva	F	1	GRI, CEP	4

País	Universidade	Género	Nº	Curso/Serviço	Duração (dias)
Turquia	Bulent Ecevit	M	2	GRI	8
	Hasan Kalyonan	M	1	GRI	4
	Anka Yildirim Beyazit	M	1	GRI	4
Polónia	Gdansk Academy of Banking	F	3	GRI	12
	Szczecin	F	2	GAID	8
		F	3	GRI	12
	Poznan	F	2	GRI	8
		M	1	GRI	4
	Lublin	F	3	GRI	12
		M	1	GRI	4
Itália	IUAV	M	1	GRI/Arquitetura	4

Total: 25 (4 no ano letivo de 2016-17, 2 no ano letivo 2015-2016)

Carolina Peralta

Gabinete de Relações Internacionais, 5 de Novembro de 2018

Anexo 15 - Gabinete de Inserção Profissional

O GIP – Gabinete de Inserção Profissional da Autónoma tem como missão apoiar a inserção e a adaptação à vida profissional dos finalistas e graduados da Universidade, respondendo aos diversos pedidos de recrutamento, promovendo assim a ligação entre o mundo Académico e Empresarial, através da celebração de Protocolos e da divulgação das ofertas das empresas junto do respetivo público-alvo.

RELATÓRIO - ANO LECTIVO 2017/2018

(setembro de 2017 a setembro de 2018)

OFERTAS DAS EMPRESAS EMPREGOS, ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS
DIVULGAÇÃO: Afixação vitrines do GIP e ALUMNI, site institucional da UAL, Facebook da UAL, Facebook do GIP, Facebook dos ALUMNI e LinkedIn dos ALUMNI e pessoalmente
A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
ABREU ADVOGADOS – Sociedade de Advogados
ACD – Escritório de Advocacia
AGÊNCIA LUSA - Serviço noticioso
ALDEIAS SOS – Cuidados a crianças
ANA AEROPORTOS
ANA COTRIM – Escritório de Advocacia
APA LAWYERS - Sociedade de advogados
APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
ARGOFIT – Agência de Recrutamento de talentos
ASAL SEGUROS – Companhia de Seguros
ASSOCIAÇÃO 2000 - IPSS, Instituição Particular de Solidariedade Social
ASSOCIAÇÃO SPIN - Intercâmbio, Formação e Cooperação entre os Povos
AUCHAN - Distribuição comercial de bens e serviços
BENFICA TV – Sport Lisboa e Benfica
BETA-i – Consultora na área de IT
BNP PARIBAS – Instituição Financeira

OFERTAS DAS EMPRESAS EMPREGOS, ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS
DIVULGAÇÃO: Afixação vitrines do GIP e ALUMNI, site institucional da UAL, Facebook da UAL, Facebook do GIP, Facebook dos ALUMNI e LinkedIn dos ALUMNI e pessoalmente (continuação)
BOLD - Consultora em Tecnologias de Informação e Telecomunicações
CARTÓRIO NOTARIAL – Atos Notariais
CATA, LDA – Fabrico de eletrodomésticos
CENTURY 21 - Agência imobiliária
COFINA MEDIA – Sector de media
COLLIERS – Agência Imobiliária
COMBINED INSURANCE, CHUBB – Seguradora de Acidentes Pessoais e Saúde
CONFIDENCIAL IMOBILIÁRIO – Banco de dados estatísticos sobre arrendamento residencial
CONSENSO – Consultora, recrutamento e formação de pessoas
CONTACTUS, SA – Consultora em Sistemas de Informação
COOPER PRETÓNICA – Produção e comercialização de Sistemas globais de segurança eletrónica
CRITICAL – Empresa ligada a serviços de engenharia de sistemas de informação
CVP - CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - Instituição humanitária
DAKE – Representante e distribuidor de cozinhas
DELLENT CONSULTING – Consultora área de engenharia de sistemas de informação e telecomunicações.
DIZ & ASSOCIADOS - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
EATON - Distribuição de energia e proteção de circuitos
EDP - Energias de Portugal
EDU DIGITAL – Plataforma E-learning
EFACEC – Produtos de energia e automação
ELEVUS - Consultoria e Gestão Integrada de Recursos Humanos
EMPOR – Importação e comercialização de tabaco
EVERIS – Produtos e serviços de consultoria
EXCLUSIVE GROUP – Distribuidor de tecnologia de cibersegurança

OFERTAS DAS EMPRESAS EMPREGOS, ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS
DIVULGAÇÃO: Afixação vitrines do GIP e ALUMNI, site institucional da UAL, Facebook da UAL, Facebook do GIP, Facebook dos ALUMNI e LinkedIn dos ALUMNI e pessoalmente (continuação)
FISHING VILLAGES PORTUGAL HOUSING – Produtos de pesca e alojamento local
FIXANDO – Agência de contratação de serviços <i>Online</i>
FLUXOGRAMA - Criação de espaços de trabalho sustentáveis
FORÇA AÉREA - Defesa militar da República
FORGESP – Consultora - Formação e gestão de empresas
FULBRIGHT – Programa de bolsas de estudo
FUNDAÇÃO AIP – A Fundação tem por fim promover, patrocinar e realizar ações que visem o desenvolvimento das atividades das empresas portuguesas, nos domínios associativo, técnico económico e comercial.
FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE - Apoio ao Emprego Jovem.
GARVAL – Sociedade de garantias Mútuas,
GLINTT – Consultora na área de serviços tecnológicos para a Saúde
HAYS – Agência de Recrutamento
IMPACTRIP - Operador turístico
ITAU, S.A. - Serviços de restauração coletiva
KCS IT - Serviços de <i>Outsourcing</i>
KW - Keller Williams – Consultora Imobiliária
L'OREAL TALENT – Fabricante de produtos de beleza e cosméticos
LANDING JOBS – Agência de Recrutamento online
LEAVEN – Empresa do ramo de informática
LEROY MERLIN – Comercialização de bens e serviços
LIBERTY SEGUROS - Seguradora
LUSA – Agência de Notícias
MEDIAWAY - Agência de gestão de marcas
MOOD - Publicação jornalística online
N26 – Instituição bancária online
NEUTROPLAST – Fabricante de embalagens em plástico para sector hospitalar
NOKIA PORTUGAL – Fabricante de equipamento para redes móveis

OFERTAS DAS EMPRESAS EMPREGOS, ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS
DIVULGAÇÃO: Afixação vitrines do GIP e ALUMNI, site institucional da UAL, Facebook da UAL, Facebook do GIP, Facebook dos ALUMNI e LinkedIn dos ALUMNI e pessoalmente (continuação)
NOVA GAMA – Consultora na área das Tecnologias de Informação
OK ESTUDANTE - Serviços de apoio à educação
PAPIRO – Gestão e arquivo de documentos
PESTANA HOTEL - Hotelaria
PLMJ - Sociedade de Advogados
PLURAL ENTERTAINMENT - Produtora de áudio visual
PROSEGUR - Segurança Privada
PWC - PRICEWATERHOUSECOOPERS - Network de serviços de auditoria, consultoria e fiscalidade
QBIT - Agência de Recrutamento e Seleção
RÁDIO HORIZONTE FM - Rádio
REMAX – Agência imobiliária
RHMAIS - Organização e gestão de recursos Humanos
RHODES ENTERTAINMENT – Agência ligada ao ramo do entretenimento
RNA - Rede Nacional de Assistência a pessoas e bens
SANOFI – Comercialização de produtos farmacêuticos
SANTANDER TOTTA – Instituição Bancária
SECURITAS – Segurança Privada
SEINTERNATIONAL – Produção e distribuição de equipamento detetor de radiação
SERLIMA - Prestação de serviços de limpeza
SMAIS, S.A. – Marketing digital
SOCIEDADE ADVOGADOS MFIR
STRONG – Segurança Privada
SUPER BOCK – Cervejeira
TAKEDA - Companhia farmacêutica
TALENTER – Agência de recrutamento área de Recursos Humanos

OFERTAS DAS EMPRESAS EMPREGOS, ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS
DIVULGAÇÃO: Afixação vitrines do GIP e ALUMNI, site institucional da UAL, Facebook da UAL, Facebook do GIP, Facebook dos ALUMNI e LinkedIn dos ALUMNI e pessoalmente (continuação)
TECNORÉM – Construtora Civil
TELCO COMPANY - Desenvolvimento de soluções avançadas de comunicação de rede de alto desempenho.
SIC - TELEVISÃO INDEPENDENTE, S.A.
TESE – Organização não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) Projetos,
TIBNESS – Consultora nas áreas de Fiscalidade e Contabilidade
UPGRADEM - Outsourcing e consultoria de recursos humanos
URBANOS – Serviços de transporte, gestão de stocks, documentação e armazenagem
VALDOC - Plataforma web para criar, assinar, partilhar e arquivar documentos eletrónicos
VARELA DE MATOS ADVOGADOS – Sociedade de Advogados
VIAGENS ABREU – Agência de Viagens
VICAIMA - Indústria de Madeiras e Derivados
VICTÓRIA SEGUROS - Seguradora
WEBTEAM - Soluções baseadas na web
WERT SOLUTIONS - Suporte técnico, instalação e manutenção de softwares
WITHCOMPASS – Gestão de recursos humanos
AGOPE - Construções e Engenharia SA
ZERO A OITO - Editora
ZOOM DO IT - Aplicações baseadas na web e gestão de redes informáticas

PROTOCOLOS CELEBRADOS - Set 2017/Jul 2018						
Empresa	Nome do Aluno	Cód. Aluno	Curso	Funções	Data de Início	Data de Termo
BENFICA TV	JOÃO MIGUEL RODRIGUES ROCHA	20150638	Ciências da Comunicação	Jornalismo	24-09-2018	23-12-2018
COFINA MEDIA, S.A.	ADRIANA PARRINHA FERNANDES	20130328	Ciências da Comunicação	Jornalismo	04-02-2018	04-02-2018
COFINA MEDIA, S.A.	ANA CATARINA MOURALINHO MACHADO	20150758	Ciências da Comunicação	Jornalismo	03-07-2018	02-10-2018
COFINA MEDIA, S.A.	ANDRÉ FILIPE FERREIRA OLIVEIRA	20140301	Ciências da Comunicação	Jornalismo	24-01-2018	02-04-2018
COFINA MEDIA, S.A.	TÂNIA RAQUEL PINTO MONTEIRO	20150437	Ciências da Comunicação	Jornalismo	02-07-2018	02-10-2018
COFINA MEDIA, S.A.	CATARINA ALEXANDRA COELHO CUSTODIO	20140887	Ciências da Comunicação	Jornalismo	27-09-2017	27-12-2018
COFINA MEDIA, S.A.	SARA PATRÍCIA FIGUEIREDO BRITO DOS SANTOS	20150443	Ciências da Comunicação	Jornalismo de redacção	02-10-2017	02-01-2018
COFINA MEDIA, S.A.	MARIA BEATRIZ TRIGUEIROS MARTEL GARCIA	20140646	Ciências da Comunicação	Jornalismo	13-06-2018	12-09-2018
COFINA MEDIA, S.A.	MIREUZA DE LURDES LOPES JÚLIO	20150207	Ciências da Comunicação	Jornalismo	03-07-2018	02-10-2018
COFINA MEDIA, S.A.	MARTA SOFIA VICENTE ABRANTES TABORDA	30001254	P.G. Jornalismo televisivo e	Jornalismo	04-06-2018	04-09-2018
COFINA MEDIA, S.A.	JOÃO MIGUEL RODRIGUES ROCHA	20150638	Ciências da Comunicação	Jornalismo	02-07-2018	02-10-2018
COFINA MEDIA, S.A.	DANIELA SANTOS JORGE	20140359	Ciências da Comunicação	Jornalismo	02-10-2017	02-01-2018
COFINA MEDIA, S.A.	PATRÍCIA RUNA NUNES	20140573	Ciências da Comunicação	Jornalismo de redacção	04-10-2017	02-01-2018
COFINA MEDIA, S.A.	WILMA SHIMAHIRA SILVA CORREIA TAVARES	20150457	Ciências da Comunicação	Jornalismo	02-07-2018	02-10-2018
COFINA MEDIA, S.A.	SOFIA GONÇALVES ROMÃO	20140658	Ciências da Comunicação	Jornalismo	23-01-2018	02-04-2018
DIZ & ASSOCIADOS	SARA PATRÍCIA ABRUNHOSA TOMÉ	20140335	Gestão	Auditora	04-12-2017	02-03-2018
EDUC4ALL - Serviços de apoio à Educação,	CARLOS ANTUNES SIMOES DIAS JOSE	20150188	Gestão	Administrativo	01-03-2018	01-06-2018
FNAC	ANA RITA CABRAL DE VILHENA PIRES	20140164	Ciências da Comunicação	Jornalismo	20-12-2017	20-03-2018
LUSA, Agência de Notícias de Portugal S.A	EVA TERESA MASSY	20160915	Ciências da Comunicação	Jornalismo	17-09-2018	14-12-2018
MULTIMARKET Services Portugal, Lda	ANDREIA SOFIA MONTEIRO MARQUES GALVEIA	20150518	Ciências da Comunicação	Planeamento de Media Di	16-10-2017	16-04-2018
OBSERVADOR ON TIME, S.A.	ANA FILIPA PEREIRA ALVARES	20140625	Ciências da Comunicação	Administrativo	02-11-2017	02-02-2018
OBSERVADOR ON TIME, S.A.	MARIANA GOMES JORGE PICOTO	20140588	Ciências da Comunicação	Jornalismo	02-11-2017	02-02-2018
OBSERVADOR ON TIME, S.A.	SOFIA GONÇALVES ROMÃO	20140658	Ciências da Comunicação	Jornalismo	24-01-2018	02-04-2018
OVERPHARMA, LDA	ROGÉRIO SILVA SANTOS	20150515	Administração e Unidades d	Administrativo	04-09-2017	03-11-2017
PROSEGUR	TIAGO FILIPE EZEQUIEL CONSTANTE	20160094	Gestão	Administrativo	15-06-2018	15-09-2018
PUBLICIS ONE	ANDREIA SOFIA MONTEIRO MARQUES GALVEIA	20150518	Ciências da Comunicação	Planeamento de Media Di	16-10-2017	16-04-2018
PUMA IBERIA, S.L.U.	ALEXANDRA MARTINS PIRES	20160670	Gestão	Departamento Financeiro	21-06-2018	21-12-2018
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	MARIA MIGUEL SIMÕES MARQUES	20140137	Ciências da Comunicação	Jornalismo	08-09-2017	12-01-2018
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	RAQUEL MESTRE MESQUITA	20151354	Ciências da Comunicação	Jornalismo	08-01-2018	06-04-2018
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	WILMA SHIMAHIRA SILVA CORREIA TAVARES	20150457	Ciências da Comunicação	Jornalismo	02-04-2018	29-06-2018
SEINTERNATIONAL	MIREUZA DE LURDES LOPES JÚLIO	20150207	Ciências da Comunicação	Administrativo	09-08-2018	06-11-2018
SISTEMAS AVANZADOS DE TECNOLOGIA, S	CATIANA IRACEMA DA SILVA BAPTISTA	20151402	Mestrado Gestão de Empres	Administrativo	01-03-2018	30-04-2018
SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS E BEBID	FRANCISCA PEREIRA PINHEIRO	20150248	Gestão	Apoio Administrativo	11-04-2017	07-07-2017
TIBNESS - Consultores Associados, LDA	CARLOS MIGUEL DA COSTA GUERRA FERNANDES	20150621	Economia	Administrativo	14-03-2018	14-06-2018
TIME OUT PORTUGAL	RICARDO MANUEL SILVA CARDOSO	20160255	Ciências da Comunicação	Administrativo	10-07-2018	12-10-2018
TVI - Televisão Independente, S.A.	ANA LUISA ANDRADE RODRIGUES	20140956	Ciências da Comunicação	Jornalismo	30-10-2017	30-01-2018
TVI - Televisão Independente, S.A.	NUNO ALEXANDRE DUQUE LOPES REIS CHAVES	20150164	Ciências da Comunicação	Jornalismo	19-06-2018	18-12-2018
TVI - Televisão Independente, S.A.	ELIANE MATILDE DIOGO VUMPA	20141578	Ciências da Comunicação	Produção e Edição de Prog	18-09-2017	30-11-2017
VITÓRIA SEGUROS	ANTÓNIO PEDRO GONÇALVES ANDRADE COELHC	30001293	Mestrado Gestão de Empres	Administrativo	02-04-2018	02-10-2018

PROTOCOLOS DE ESTÁGIOS CELEBRADOS

- LIC. EM ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES DA SAÚDE: 1 estágio
- LIC. EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: 28 estágios
- LIC. EM ECONOMIA: 1 estágio
- LIC. EM ENGENHARIA INFORMÁTICA: 1 estágio
- LIC. EM GESTÃO: 5 estágios
- MESTRADO GESTÃO EMPRESAS: 2 estágios
- PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO TELEVISIVO: 1 estágio

TOTAL: 39 (Trinta e Nove)

ALUNOS INTEGRADOS NAS EMPRESAS APÓS O FINAL DO ESTÁGIO

NOME DO(A) ALUNO(A)	EMPRESA	CURSO	DATA INÍCIO
ANTÓNIO PEDRO GONÇALVES ANDRADE COELHO	VITÓRIA SEGUROS	MESTRADO EM GESTÃO	01/11/2018
SARA PATRÍCIA FIGUEIREDO BRITO DOS SANTOS	COFINA MEDIA	LIC. CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	15/07/2018
SARA PATRÍCIA ABRUNHOSA TOMÉ	DIZ & ASSOCIADOS	LIC. GESTÃO	04/12/2017

ESTÁGIO AO ABRIGO DO PROGRAMA DE BOLSAS SANTANDER UNIVERSIDADES EMPRESA ONDE DECORREU O ESTÁGIO: SARKLEGEND CONSULTORIA, LDA					
NOME	CÓD. ALUNO	CURSO	FUNÇÕES	DATA INÍCIO	DATA FIM
CLAUDIO IVANO DE ALMEIDA PAULO	20141220	ENGENHARIA INFORMÁTICA	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	4/01/2018	04/03/2018
MIREUZA DE LURDES LOPES JÚLIO	20150207	LIC. CIÊNCIAS COMUNICAÇÃO	ADMINISTRATIVA EMPRESA: SEINTERNATIONAL	09/08/2018	06/11/2018

PROGRAMA ENTREPRENEURSHIP & INNOVATION – EUROPEAN INNOVATION ACADEMY –QUE DECORREU EM CASCAIS DE 15 DE JULHO A 3 DE AGOSTO DE 2018 AO ABRIGO DO PROTOCOLO CEU/SANTANDER UNIVERSIDADES				
ALUNOS PARTICIPANTES				
NOME DO(A) ALUNO(A)	CÓDIGO ALUNO(A)	CURSO	DATA INÍCIO	DATA FIM
ANA CATARINA MARQUES RODRIGUES	20150654	LICENCIATURA EM GESTÃO	15/07/2018	03/08/2018
CARLOS MIGUEL DA COSTA GUERRA FERNANDES	20150621	LICENCIATURA EM ECONOMIA	15/07/2018	03/08/2018

Lisboa, 19 de novembro de 2018
Cecília Dias

Anexo 16 – Relatório de Autoavaliação do Gabinete da Qualidade

GABINETE DA QUALIDADE

RELATÓRIO ANUAL DE AUTOAVALIAÇÃO

2017/2018

1. Introdução

Este relatório detalha a atividade desenvolvida pelo Gabinete da Qualidade durante o ano letivo 2017/2018. Destina-se a ser apresentado no Conselho de Avaliação da Qualidade, marcado para o 2018-01-12, conforme art.º 46º dos Estatutos da UAL.

O Coordenador do Gabinete da Qualidade foi até 2018-05-11, o Cooperador Professor Mestre João Vela Basto. Com a sua nomeação para outras responsabilidades (Despacho nº 08 – 2018 / CA-CEU), a responsabilidade da Coordenação do Gabinete da Qualidade passou para o Eng.º João Moura Ferreira, conforme Despacho nº 11 - 2018 / CA-CEU, de 18 de Maio de 2018.

Foi possível assegurar um período de transição e sobreposição de cerca de 2 meses e meio, o que permitiu assegurar a passagem da informação relevante para a Gestão do SIGQ – Sistema Interno de Garantia da Qualidade.

De entre as principais atividades realizadas em 2017/2018, salientam-se:

- Revisão da documentação do SIGQ;
- Inquéritos pedagógicos aos alunos, 1º e 2º Semestre;
- Tratamento de Reclamações, Sugestões e Elogios
- Participação na visita da CAE - Abril de 2018
- Participação nas atividades de Autoavaliação de Ciclos de estudos – Julho de 2018
- Acompanhamento dos Trabalhos do GT2

2. Revisão da documentação do SIGQ

A revisão completa da estrutura e documentação do SIGQ está a decorrer desde Março de 2018. Foi necessária uma revisão completa da documentação para a adaptação:

- aos novos referenciais A3ES, de 2016;
- à alteração de estrutura CEU-UAL de Outubro de 2017.
- as alterações de legislação que foram decorrendo, incluindo a última alteração de diplomas relativos ao Ensino Superior, aprovada em 2018-08-16, relativamente aos procedimentos já existentes. Será necessário incluir outras alterações previstas neste diploma, em outros procedimentos a criar futuramente.

A revisão da documentação inclui:

- **A revisão de todos os PR (Processos)**. Atualmente em número de 21, foram criados 8 novos processos, devido a mudanças da estrutura interna, ou quando a sua dimensão recomendava uma separação das diversas atividades.

Assim, por ex., o PR 10 – Serviços Académicos, foi separado em 4 sub-processos: Secretaria dos Alunos, Secretaria dos Docentes, Secretariado de Apoio Departamental e GAMD (Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos).

Este último sub-processo foi criado de raiz, devido à importância do acompanhamento dos trabalhos de mestrado e Doutoramento, bem como à relevância dada pelo CA-CEU à garantia da Qualidade da Produção Académica, nomeadamente no controlo da originalidade.

Assim, atualmente todos os textos de dissertações e teses são 100% verificados pelo GAMD quanto à sua originalidade, em todas as iterações de submissão.

- **A revisão de todos os impressos associados aos processos.** A revisão incidiu sobre todos impressos existentes, tendo sido criados mais alguns novos. Todos foram codificados, de modo a permitir o controlo de versões, e foram associados aos respetivos processos. Alguns impressos foram redigidos em português e inglês, devido ao seu uso indistinto por estudantes de língua portuguesa ou outras línguas.

Foi ainda revista o seu aspeto gráfico, de modo a seguirem na totalidade o Manual de Imagem Gráfica da UAL.

- **A revisão dos regulamentos internos.** Foram também revistos alguns dos regulamentos internos, compatibilizada a sua imagem gráfica, e feita a sua aprovação ou re-aprovação.

A lista de PR atualmente existentes, bem como a atividades que os constituem, estão detalhados no Anexo 01

3. Inquéritos pedagógicos aos alunos

Em 2018 foi iniciado um novo processo de realização de inquéritos pedagógicos aos alunos, através de realização de inquéritos on-line, realizados através do acesso à Secretaria Virtual.

Estes inquéritos são totalmente anónimos, e de resposta não obrigatória. Como é tradicional neste tipo de inquéritos (mas não obrigatório – este panorama pode mudar), a taxa de resposta é, atualmente, muito baixa. Assim, à data de 2018-10-11, temos as seguintes percentagens de resposta:

Período	Inquéritos Preenchidos	Inquéritos por Preencher	% de resposta
1º semestre 2017/18 (15 Fev a 15 Mar)	3.245	16.036	20 %
2º semestre 2017/18 (22 Mai a 10 Out)	2.326	14.311	14 %

O inquérito do 2º semestre de 2018 ainda está aberto, até 30 de Outubro. O apelo à participação dos Estudantes é uma área em que a Associação de Estudantes pode ter uma participação ativa.

Revisão 2019-02-14 - Relativamente ao Inquérito aos Alunos, 2º Semestre, e devido à fraca taxa de resposta, foram feitas apresentações a praticamente todas as turmas, do 2º ano e anos superiores, de todos os cursos, no sentido de os sensibilizar para a importância da resposta aos inquéritos pedagógicos dos Alunos. Em consequência destas ações, o nº final de respostas, a 2018-11-20 (data de encerramento do inquérito), foi de 3151, o que corresponde a uma percentagem de resposta final de 19%. Esta ação teve a vantagem de divulgar, junto de alunos,

respectivos docentes, e em todos os departamentos, as acções em curso feitas pelo Gabinete da Qualidade, relativamente ao desenvolvimento do SIGQ (Sistema Interno de Gestão da Qualidade).

4. Tratamento de Reclamações, Sugestões e Elogios

Foram recebidas no Gab. Qual. As seguintes reclamações, relativas ao ano letivo 2017/2018:

Id	Data	Motivo	Destinatário
54	24-10-2017	Nº de alunos em sala	Adm Escolar
55	24-10-2017	Atraso lançam. Notas	Adm Escolar
57	14-12-2017	Integração curso Direito	Dir. Dept
58	12-01-2018	Secretaria Aluno	SA
59	14-02-2018	Lançamento nota	SD
60	06-02-2018	Lançamento nota	SD
61	08-02-2018	Atraso lançam. Notas	Adm Escolar
62	09-02-2018	Atraso lançam. Notas	Adm Escolar
63	14-02-2018	Atraso lançam. Notas	Adm Escolar
64	14-02-2018	Atraso lançam. Notas	Adm Escolar
65	15-02-2018	Atraso lançam. Notas	Adm Escolar
66	15-02-2018	Atraso lançam. Notas	Adm Escolar
67	16-12-2017	Atraso lançam. Notas	Adm Escolar
68	28-02-2018	Atraso Divulg Horari Turm	Adm Escolar
69	06-03-2018	Atraso Divulg Horari Turm	Adm Escolar
70	06-03-2018	Atraso Divulg Horari Turm	Adm Escolar
71	06-03-2018	Atraso Divulg Horari Turm	Adm Escolar
72	06-03-2018	Atraso Divulg Horari Turm	Adm Escolar
73	06-03-2018	Atraso Divulg Horari Turm	Adm Escolar
74	06-03-2018	Atraso Divulg Horari Turm	Adm Escolar
75	06-03-2018	Atraso Divulg Horari Turm	Adm Escolar
76	06-03-2018	Atraso Divulg Horari Turm	Adm Escolar
77	06-03-2018	Atraso Divulg Horari Turm	Adm Escolar
78	19-06-2018	Professor	Dir. Dept

Tipificando:

Nº de alunos em sala	1
Integração curso Direito	1
Secretaria Aluno	1
Atraso lançam. Notas	9
Atraso Divulgação Horários Turma	10
Professor	1

Comentários:

No início deste ano letivo, (2018 / 2019) não se verificou nenhuma relação por atraso de divulgação de horários, apenas uma sugestão para que os horários sejam divulgados com mais alguns dias de antecedência, de modo que os Trabalhadores-Estudantes tenham possibilidade de pedir dispensa de horário com mais antecedência nas respetivas empresas (sugestão nº 79, de

2018-09-27).

O atraso no lançamento de notas, durante 2017 / 2018, não se deverá repetir, devido à iniciativa da Administração Escolar de implementar um novo processo de lançamento de notas, diretamente pelo Docente, que deverá diminuir o intervalo de tempo entre o lançamento da nota, e a sua afixação pública. No final do 1º semestre de 2018/19 já se poderão ver os resultados desta iniciativa.

As restantes situações são casos pontuais, que foram resolvidos, na totalidade, pelo diálogo entre os respetivos intervenientes.

5. Participação na visita da CAE - Abril de 2018

O Gabinete da Qualidade foi entrevistado durante a visita da CAE de Abril de 2018. As respetivas perguntas foram registadas, bem como os aspetos significativos que referiram, e foram tomadas em consideração. Foram já incluídas na proposta de Planeamento da Qualidade para 2018 / 2019, que será apresentado para aprovação, na Reunião do Conselho de Avaliação da Qualidade.

6. Participação nas atividades de Autoavaliação de Ciclos de estudos

O Gabinete da Qualidade participou, em Julho de 2018, na resposta ao ponto “7.Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade”, do Guião para a Autoavaliação - Ciclo de Estudos em Funcionamento, da A3ES.

Este ponto detalha duas grandes preocupações (entre outras) da A3ES, terão que ser respondidas pelo SIGQ da UAL:

- “Mecanismos de garantia da qualidade dos ciclos de estudos;
- Acompanhamento e avaliação periódica dos ciclos de estudos;”

Estas preocupações foram também incluídas no Planeamento da Qualidade para 2018-2019.

7. Acompanhamento dos Trabalhos do GT2

O Gabinete da Qualidade está a participar no grupo de Trabalho GT2 – Qualidade no Ensino Superior, no qual participam entidade do ensino Superior, bem como a A3ES., com periodicidade mensal. Tem sido uma experiência muito rica de ensinamento, e de contactos com outras experiências, que temos estado a trazer para a melhoria do SIGQ da Universidade Autónoma.

Lisboa, 2018-10-12,

Revisto em 2019-02-14: Pontos 2., 3. e anexo (PR 20)

O Coordenador do Gabinete da Qualidade

(João Moura Ferreira)

Em Anexo: 01 – Estrutura do SIGQ – Sistema Interno de Gestão da Qualidade

Anexo 01 – Estrutura do SIGQ – Sistema Interno de Gestão da Qualidade

PR01 - Planeamento Estratégico

Administrador Escolar
Presidente CA

Reginaldo Almeida
António Lencastre Bernardo

1. ESTATUTOS DA UAL
2. CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO OU EXTINÇÃO DE UO
3. HOMOLOGAÇÃO DOS PROTOCOLOS E PARCERIAS
4. PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO
5. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA UAL: RELATORIO DO REITOR, RELATÓRIO DA CEU-UAL
6. CONTROLO E DIVULGAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

PR02 - Comunicação Interna e Externa

Coordenador do Gabinete de Comunicação e Relações Externas
Administrador CEU com o pelouro

Manuel Serejo
Reginaldo Almeida

1. REGRAS DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM
2. COMUNICAÇÃO INTERNA
3. GESTÃO DOS PORTAIS INTITUCIONAIS
4. EVENTOS DE COMUNICAÇÃO
5. CAMPANHAS DE INGRESSO

PR03 - Gestão de Recursos Humanos

Coordenador dos Serviços Administrativos e Financeiros

Vasco Marques/
Filomena Rede, Pedro Santos
António Lencastre Bernardo

Administrador CEU com o pelouro

1. ATUALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DOS COLABORADORES DA UAL
2. SELEÇÃO DE COLABORADORES NÃO DOCENTES
3. ADMISSÃO DE COLABORADORES
 - 3.1 NÃO DOCENTES
 - 3.2 DOCENTES
4. SAÍDA DE COLABORADORES (DOCENTES E NÃO DOCENTES)
5. ATUALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS COLABORADORES NÃO DOCENTES

PR04 - Serviços de Apoio aos Estudantes

Administrador Escolar

Administrador CEU com o pelouro

Reginaldo Almeida

1. SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL
2. GESTÃO DA PROMOÇÃO AOS ANTIGOS ALUNOS
3. SERVIÇOS DE APOIO PSICOLÓGICO – GABINETE DE ACONSELHAMENTO E PROMOÇÃO DA SAÚDE
4. SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL
5. BOLSAS POR MÉRITO

PR05 - Sistemas de Informação

Coordenador dos Sistemas de Informação

Administrador CEU com o pelouro

João Vela Bastos
Fernando da Ponte Lourenço

1. PLANEAMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
2. GESTÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS E COMUNICAÇÕES
3. SUPORTE AOS UTILIZADORES
4. SERVIÇOS DE LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
5. SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (TIC)
6. VALIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PR06 - Compras de Bens e Serviços

Responsável pela Aquisição de Bens e Serviços

Administrador CEU com o pelouro

1. COMPRA DE BENS E SERVIÇOS
2. CONFERÊNCIA DOS BENS E SERVIÇOS PRESTADOS
3. GESTÃO DO ECONOMATO

**José Xavier
Fernando da Ponte Lourenço**

PR07 - Gestão de Infraestruturas

Responsável de Edifícios e Recursos

Administrador CEU com o Pelouro

1. PLANO E ORÇAMENTO
2. GESTÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO PERÓDICA
3. LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES
4. MANUTENÇÃO CORRETIVA
5. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE MEIOS
6. VIGILÂNCIA DE ACESSO
7. MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

**Luís de Matos
Pancada Correia**

PR08 - Ensino e Aprendizagem

Reitor e Presidentes CC e CP

José Amado da Silva, Armindo Matias, João Hipólito

Administrador CEU com o pelouro

Reginaldo Almeida

1. CONCEÇÃO E APROVAÇÃO DE CURSOS CONFERENTES DE GRAU (1º, 2º E 3º)
2. ALTERAÇÃO DOS PLANOS DE ESTUDO DOS CURSOS CONFERENTES DE GRAU EM FUNCIONAMENTO (1º, 2º E 3º CICLOS)
 - 2.1 ALTERAÇÃO SIMPLES
 - 2.2 ALTERAÇÃO PROFUNDA
3. CESSAÇÃO DE CURSOS CONFERENTES DE GRAU EM FUNCIONAMENTO (1º, 2º E 3º CICLOS)
4. APROVAÇÃO DE REGULAMENTOS
5. DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE
6. ENSINO E APRENDIZAGEM
7. CREDITAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS
8. MESTRADOS E DOUTORAMENTOS
 - 8.1 PROJETOS DE TESE DE DOUTORAMENTO (Todo Novo)
 - 8.2 PROJETOS DE TESE DE DOUTORAMENTO
 - 8.3 PROVAS PÚBLICAS DE MESTRADO
 - 8.4 PROVAS PÚBLICAS DE DOUTORAMENTO
9. PROVAS DE AGREGAÇÃO
10. TÍTULOS, DISTINÇÕES HONORÍFICAS, PRÉMIOS ESCOLARES

PR09 - Investigação e Desenvolvimento

Técnico Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento

Administrador CEU com o pelouro

**Cristina Dias
José Guilherme Victorino**

1. PLANEAMENTO DA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
2. VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DO CONHECIMENTO
3. PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO E S PROFISSIONAIS DE ALTO NÍVEL
4. PROJETOS INDIVIDUAIS DE INVESTIGAÇÃO PÓS-DOC
5. APOIO À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
6. CONTROLO DA EXECUÇÃO
7. PUBLICAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
8. GESTÃO DE PROJECTOS FINANCIADOS PELA FCT

PR10.00 - Serviços Académicos / Base

Administração Escolar

Administrador CEU com o pelouro

Reginaldo Rodrigues de Almeida

1. PLANEAMENTO ACADÉMICO

2. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO ACADÉMICA

PR10.01 - Serviços Académicos / SA - Secretaria dos Alunos

Secretaria dos Alunos

Administrador CEU com o pelouro

1. PLANEAMENTO ACADÉMICO – Recepção do Planeamento
2. CONCURSOS DE ACESSO
 - 2.1: CANDIDATURAS AO 1º CICLO
 - 2.2: CANDIDATURAS AO 2º e 3º CICLOS
3. INSCRIÇÕES DE ESTUDANTES 1º, 2º e 3º CICLOS
4. ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS E ALUNOS, 1º, 2º e 3º CICLOS
 - 4.1: ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS E ALUNOS, 1º CICLO
 - 4.2: ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS E ALUNOS, 2º E 3º CICLOS
5. INSCRIÇÃO NA ÉPOCA DE AVALIAÇÃO, DO 1º e 2º CICLO
6. PEDIDO DE REVISÃO DE NOTAS DO 1º E 2º CICLO
7. DECLARAÇÃO DE PRESENÇA
8. ANULAÇÃO DE MATRÍCULA
9. CERTIFICAÇÃO 1º CICLO
10. CERTIFICAÇÃO 2º E 3º CICLOS

Ana Matos
Reginaldo Rodrigues de Almeida

PR10.02 - Serviços Académicos / SD - Secretaria do Docente

Secretaria do Docente

Administrador CEU com o pelouro

1. PLANEAMENTO ACADÉMICO – Recepção do Planeamento
2. APOIO À DOCÊNCIA 1.º, 2º E 3º CICLOS
3. REVISÃO DE PROVAS
4. JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIAS
5. LANÇAMENTO DE NOTAS

Noémi Nóbrega
Reginaldo Rodrigues de Almeida

PR10.03 - Serviços Académicos / SAD - Secretariado de Apoio Departamental

Secretariado de Apoio aos Departamentos (SAD)

Administrador CEU com o pelouro

1. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE
2. CRIAÇÃO DE HORÁRIOS
3. ELABORAÇÃO DE FICHAS DE UNIDADE CURRICULAR (FUC)
4. LIVROS DE TERMOS
5. JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIAS DE DOCENTE
6. COMISSÃO CIENTÍFICA
7. PROCESSOS DE PEDIDOS DE CREDITAÇÃO
8. APOIO À PREPARAÇÃO DE CONFERÊNCIAS

Madalena Romão Mira
Reginaldo Rodrigues de Almeida

PR10.04 - Serviços Académicos / GMD

Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos

Administrador CEU com o pelouro

1. CONTROLO DE QUALIDADE DE DISSERTAÇÕES E TESES
2. PLANEAMENTO/PREPARAÇÃO DE PROVAS PÚBLICAS / DEFESAS DE DISSERTAÇÕES
3. PLANEAMENTO/PREPARAÇÃO DE PROVAS PÚBLICAS / DEFESAS DE TESES
4. CERTIFICAÇÃO 2º E 3º CICLOS

José Amado Mendes/Fernando Ferreira
Reginaldo Rodrigues de Almeida

PR11 - Internacionalização

Técnico Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade

Administrador CEU com o pelouro

1. PLANEAMENTO E CONTROLO DA INTERNACIONALIZAÇÃO
2. GESTÃO DAS BOLSAS DE MOBILIDADE – ERASMUS +
 - 2.1 GESTÃO DO PROGRAMA

Carolina Peralta
José Guilherme Victorino

- 2.2 MOBILIDADE OUTGOING
- 2.3 MOBILIDADE INCOMING
- 2.4 MOBILIDADE INCOMING EXTRACOMUNITÁRIA
- 2.5 MOBILIDADE OUTGOING EXTRACOMUNITÁRIA

3 APOIO TÉCNICO À INTERNACIONALIZAÇÃO

PR12 - Biblioteca

Coordenador da Biblioteca

Administrador CEU com o pelouro

1. PLANEAMENTO DAS ATIVIDADES
2. REGULAMENTOS DA BIBLIOTECA
3. MANUAIS DE TRATAMENTO DOCUMENTAL
4. GESTÃO DO REPOSITÓRIO
5. GESTÃO DAS BASES DE DADOS
6. ENTRADA E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO
7. SERVIÇO DE REFERÊNCIA
8. CIRCULAÇÃO E EMPRÉSTIMO
9. CONSERVAÇÃO
10. SERVIÇOS EDITORIAIS
11. APOIO ÀS AVALIAÇÕES DOS CICLOS DE ESTUDO
12. VERIFICAÇÃO DE ORIGINALIDADE
13. ACTIVIDADES INSTITUCIONAIS E CULTURAIS

Catarina Figueirinha Lopes
José Guilherme Victorino

PR13 - Autónoma Academy

Diretor Autónoma Academy -

Comissão Executiva -

(Atualizar)

Eduardo Cardadeiro
José Guilherme Victorino

PR14 - Instituto de Artes e Ofícios

Diretor do Instituto de Artes e Ofícios

Diretor CEU com o pelouro

- 1 PLANEAMENTO DE ABERTURA DOS CURSOS
 - 2 PUBLICAÇÃO/DIVULGA
 - 3 INSCRIÇÕES E SELEÇÃO DOS ALUNOS
 - 4 REALIZAÇÃO DOS CURSOS
 - 5 AVALIAÇÃO DOS CURSOS E DAS S DA IAO
- (Atualizar)

Telma Ruas
José Guilherme Victorino

PR15 - Sistema Integrado da Qualidade

Coordenador do Gabinete da Qualidade

Diretor CEU com o pelouro

1. PLANEAMENTO E OBJECTIVOS DO SISTEMA DA QUALIDADE
2. REVISÃO DO SIQ
3. GESTÃO DOS DOCUMENTOS DO SI
4. ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS E REGISTOS DO SIQ
5. PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIAS
6. PREPARAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA
7. EXECUÇÃO DA AUDITORIA INTERNA
8. ENCERRAMENTO DA AUDITORIA INTERNA
9. ACOMPANHAMENTO DA AUDITORIA EXTERNA DA TUTELA OU A3ES
10. NÃO CONFORMIDADE ATUAL, POTENCIAL E OPORTUNIDADE DE MELHORIA
11. ACOMPANHAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS AÇÕES
12. REUNIÕES MENSAIS COM O GT2

João Moura Ferreira
Fernando Martins

PR16 - Satisfação das Partes Interessadas

Coordenador do Gabinete da Qualidade

João Moura Ferreira

Diretor CEU com o pelouro

Fernando Martins

1. REALIZAÇÃO DE INQUÉRITOS DE SATISFAÇÃO E TRATAMENTO DOS RESULTADOS
2. REALIZAÇÃO DE INQUÉRITOS PEDAGÓGICOS E TRATAMENTO DOS RESULTADOS
3. ELOGIOS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES
4. RECLAMAÇÕES VIA LIVRO DE RECLAMAÇÕES
5. RECLAMAÇÕES VIA PROVEDOR DO ESTUDANTE

PR17 - Competências dos Docentes

Presidente do Conselho Científico

Armindo Saraiva Matias

Administrador CEU com o pelouro

António Lencastre Bernardo

- 1
2. ADMISSÃO DE DOCENTES
3. CONCURSOS PARA PROFESSOR AUXILIAR, ASSOCIADO E CATEDRÁTICO
4. NOMEAÇÃO DOS COORDENADORES CIENTÍFICOS DOS CICLOS DE ESTUDO
5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS DOCENTES

PR18 - Gestão da Formação Interna

Coordenador da Formação

TBA

Administrador CEU com o Pelouro

Fernando Martins

1. LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO, E DEFINIÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO
2. OPERACIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO
3. ACÇÃO DE FORMAÇÃO NÃO PLANEADA
4. RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADE FORMAÇÃO

PR19 - Tesouraria

Responsável da Tesouraria de Alunos

Vasco Marques / Paula Dias

Administrador CEU com o pelouro

Fernando Martins

1. GESTÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS DOS ESTUDANTES
2. RECUPERAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO
3. RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADE FORMAÇÃO
4. TESOURARIA – TAREFAS CORRENTES

PR20 - Atividade Editorial

Coordenador da edição

Catarina Figueirinha Lopes

Diretor CEU com o pelouro

José Guilherme Victorino

1. PLANEAMENTO DA ACTIVIDADE EDITORIAL
2. EDIÇÃO

PR21 - Exposições

Coordenador das exposições

João Pancada Correia

Diretor CEU com o pelouro

José Guilherme Victorino

1. PLANEAMENTO DA ACTIVIDADE EXPOSITIVA
2. EXPOSIÇÕES

Anexo 17 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2017/2018

Situação do Cursos Conferentes de Grau em Funcionamento (Acreditados)

20 de dezembro de 2018

Licenciaturas (1º Ciclo)

Designação do curso	Publicações em Diário da República	Ano da Renovação da Acreditação
Administração de Unidades de Saúde	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 127, de 3 de julho de 2012, Anúncio nº 13203/2012.	2018
Ciências da Comunicação	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 186, de 26 setembro de 2014, Anúncio nº 235/2014.	2018
Direito	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 157, de 17 agosto de 2016, Anúncio nº 183/2016.	2018
Economia	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 176, de 9 setembro de 2015, Anúncio nº 210/2015.	2021
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 80, de 26 de abril de 2016, Anúncio nº 111/2016.	2021
Engenharia Informática	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 81, de 27 de abril de 2016, Anúncio nº 114/2016.	2018
Gestão	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 176, de 9 setembro de 2015, Anúncio nº 211/2015.	2018
Gestão do Desporto	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 129, de 7 julho de 2016, Anúncio nº 164/2016.	2022
História	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 19, de 28 janeiro de 2014, Anúncio nº 26/2014	2018
Informática de Gestão	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 84, de 2 maio de 2016, Anúncio nº 119/2016.	2018
Psicologia	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 31, de 13 fevereiro de 2014, Anúncio nº 41/2014.	2018
Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 177, de 10 setembro de 2015, Anúncio nº 213/2015.	2018

MESTRADOS (2º CICLO)

Designação do curso	Publicações em Diário da República	Ano da Renovação da Acreditação
Arquitectura	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 168, de 31 de agosto de 2017, Anúncio nº 153/2017	2018
Comunicação Aplicada	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 189, de 28 de setembro de 2015, Anúncio nº 226/2015	2018
Direito (Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídico- Criminais)	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 191, de 4 outubro de 2016, Anúncio nº 214/2016	2018
Engenharia Informática e de Telecomunicações	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 17, de 24 de janeiro de 2018, Anúncio nº 13/2018	2023
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 114, de 15 de junho de 2011, Anúncio nº 8246/2011	2018
Gestão de Empresas	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 101, de 25 de maio de 2016, Anúncio nº 137/2016	2018
História, Arqueologia e Património	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 151, de 8 de agosto de 2011, Anúncio nº 11554/2011	2018
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 235, de 4 de dezembro de 2014, Anúncio nº 288/2014	2018
Relações Internacionais	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 143, de 26 julho de 2013, Anúncio nº 261/2013	2018

DOUTORAMENTOS (3º CICLO)

Designação do curso	Publicações em Diário da República	Ano da Renovação da Acreditação
Direito (Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídico- Processuais)	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 54, de 17 março de 2008, Despacho nº 7988/2008.	2018
História	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 174, de 10 setembro de 2007, Despacho nº 20823-T/2007.	2018
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	<i>DR</i> , 2ª Série, Nº 196, de 7 de outubro de 2015, Anúncio nº 234/2015.	2021

**Anexo 18 – Avaliação da proposta DL 38/2018 de 14-02-2018 e da
Nota do Conselho de Ministros de 15-02-2018**

**Avaliação da proposta DL 38/2018 de 2018.02.14 e da
Nota do Conselho de Ministros de 15 de fevereiro de 2018**

1. É invocado como base para o conjunto de propostas apresentadas e para as propostas (ou são já decisões?) do Conselho de Ministros, os trabalhos da OCDE, designadamente o documento “OECD Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal”.

Tenha-se, antes de tudo, em atenção as seguintes observações desse documento:

“13. Unlike many other OECD countries there is no single clear, overarching and shared national strategy in place to provide a vision and guide the tertiary education, research and innovation system and its contribution to Portugal’s development. Rather, many documents co-exist, focused on different institutional processes (national, EU Stability Programme or EU Cohesion Policy) with different policy scopes (economic development, research, innovation, health etc.) and time horizons (aligned to the annual budgetary cycle, the mandate of the government or the seven year cycle of Structural Funds).

14. While these documents share the objectives of supporting the further development of a knowledge-based Portuguese economy, they do not provide a unified, stable and transparent framework of priorities and funding within which Ministries and public agencies perform their work. As a consequence, institutions engaged in research, teaching and innovation-related activities in the country – universities, polytechnics, research units, intermediary organisations and business firms – receive conflicting priorities and signals, and cannot confidently take decisions about mid to long-term investments in their educational programmes, research priorities, or collaborations in support of product or process innovations.

{...}

16. Responsibility for tertiary education, science and innovation in Portugal is shared between different government ministries, {...}

Notwithstanding the merits of each initiative, the plan in which they are based – still informal at this stage – falls short of the overarching strategy needed to provide a vision and stable inter-ministerial framework to guide the future development of the TERI system.

(...)

19. (...) Moreover, the lack of explicit criteria for the allocation of resources among thematic areas would not allow the government to support the transformation of the system in line with national development goals. It has been widely documented in the literature that the process of selection based on excellence naturally favors the strongest actors and areas, to the detriment of the emerging ones.

20. (...) Virtually all evaluations are conducted to comply with Structural Funds requirements and are often procedural, centred on implementation issues rather than results and impacts, and lack a strategic dimension that could help guide future policy actions.

21. International experience shows that successful national strategies for tertiary education, research, and innovation are not the result of a top-down approach that imposes priorities on researchers, rectors, and firms. Rather, sustainable plans take into account the views of different stakeholders. (...)

Tendo este documento a data de 5-02-2018 e referindo expressamente que “This note is a summary of the findings and main recommendations of the review. It is a draft document for consultation purpose only” e ainda “The document reflects the results of the Review at a pre-final stage and has not yet benefited from the comments of the Portuguese authorities.”, e sido publicamente apresentado a 8 do mesmo mês, com uma discussão que merece sérias reservas pelo modo como foi organizada, como é possível que no dia 15-02-2018 sejam apresentados princípios orientadores e propostas de lei já tão específicas para apreciação pública?

Em particular, tendo em atenção que o diagnóstico da OCDE aponta inequivocamente para a ausência de uma estratégia integrada e para a dispersão de responsabilidades, como é possível que em tão curto espaço de tempo estes assuntos tenham sido

abordados? A menos que se persista na mesma lógica de organização, apenas com “retoques” a que se dá o nome de “modernização”.

Poder-se-ia dizer que a discussão pública dessas propostas ultrapassará a crítica da formulação “top-down”, mas o argumento não colhe por três razões:

- i) Como é que um texto que não é final e que pretende ser um elemento de consulta pode servir de elemento definitivo (pois como tal parece ser invocado nas diversas propostas apresentadas) a propostas de decisão já tão “enformadas”?
- ii) Como é que houve tempo de qualidade para, mesmo dentro desse mero documento para consulta, discutir e conciliar pontos de vista entre os diferentes ministérios envolvidos, para superar uma das deficiências em termos de coordenação que esse mesmo documento manifesta?
- iii) E, assim sendo, como é possível fundamentar as propostas tão pormenorizadas de alteração dos decretos existentes, em particular o que diz respeito aos graus académicos?

Este conjunto de observações pretende evidenciar a pouca sustentabilidade, que só se consegue com uma reflexão profunda e largamente partilhada, das propostas feitas.

Se nas recomendações do Relatório da OCDE se refere a necessidade de “Adopt an overarching National Strategy for Knowledge and Innovation covering and providing clear guidance to tertiary education, research and innovation funding and steering organisations” e ainda “Establish a high-level task force at inter-ministerial level to take political responsibility for development of the shared national knowledge strategy, taking into account stakeholder input”, como é possível ter propostas já tão específicas, quando as próprias Recomendações da OCDE apontam para a necessidade de uma consulta a todos os stakeholders envolvidos nesta estratégia em que “The process of preparing the consultation document, undertaking the consultation and collating input is likely to take at least 12 months”. A menos que se queiram tirar das Recomendações indicações “à la carte”, alienando, portanto, a necessidade de uma real estratégia integrada.

Aliás, o próprio documento, ainda pré-final, da OCDE enferma de inconsistências que têm de ser devidamente assinaladas e que devem ressaltar de uma análise aprofundada do conjunto das suas análises e da sua consistência com as recomendações feitas.

Não é o local para o fazer, mas não pode deixar de se assinalar a seguinte referência:

“For any national knowledge and innovation strategy to be effective, it needs to be informed by the expertise and perspectives of those working directly in knowledge-intensive sectors, research and education and take into account the views of a wider range of relevant stakeholders. During its missions to Portugal, the OECD Review Team was impressed by the appetite for greater engagement in policy formation from the business, research and higher education communities and the many constructive suggestions put forward during the numerous discussion events held around the country.”

E porquê? Porque manifestamente o documento ignora problemas relevantes, que foram especificamente discutidos com o seu “Team”, designadamente no que toca ao ensino superior privado. Com efeito, quando se fala de ensino e investigação é praticamente só referido o setor público e quando se fala em área privada é só quase exclusivamente referida a área de empresas e outras instituições privadas ou, quando muito, para dar umas informações estatísticas que, normalmente, assinalam o decréscimo relativo do ensino superior privado, sem qualquer análise da sua situação.

Daí as referências anteriores neste texto “às sérias reservas” a propósito do modo como foi feita a apresentação pública do documento e “a não ser este o local” para discutir o documento da OCDE. Não se entende como tendo, por exemplo, o Reitor da UAL, estado presente em duas sessões com a Equipa da OCDE (na primeira reunião como representante do Colégio de Reitores na Direção da APESP), com quem discutiu vários pontos, não tenha sido convidado para a sessão da tarde onde teria oportunidade de confrontar os elementos da Equipa com a razão desta ausência.

Aí haveria oportunidade para esclarecer as razões de não se ter atendido às informações e problemas discutidos nas reuniões com o Ensino Superior Privado, bem como se conseguem conciliar os objetivos do “inclusiveness and equity” e de “social

and territorial cohesion” com as Recomendações feitas (5.3), designadamente as que estão sob a epígrafe “Ensure closer alignment between allocation of PhD funding and national research priorities and skills development needs”. Ou, ainda, como conciliar estas Recomendações com a sua afirmação, no ponto 19 do seu relatório, já atrás referida, segundo a qual “It has been widely documented in the literature that the process of selection based on excellence naturally favors the strongest actors and areas, to the detriment of the emerging ones.”?

Ou ainda como conciliar a sua permanente recomendação de envolver todos os *stakeholders*, opondo-se a um processo de estratégia *top-down*, com centralizar tudo no Governo e na sua visão (Ponto 2.3 Main Recommendations”)?

Será talvez por isso que a generalidade das referências é ao ensino público, não sendo, portanto, o privado um “stakeholder” relevante?

2. Estando em causa a “Tertiary Education, Research and Innovation System”, as propostas apresentadas centram-se com grande prioridade em I&D, subalternizando radicalmente as áreas de ensino/aprendizagem, a ponto de imporem como condição necessária em todos os ciclos a presença de investigação e desenvolvimento.

É curioso que, ao mesmo tempo, as propostas parecem ignorar as preocupações da European University Association (EUA) que, em vários documentos já de 2018, tem chamado a atenção para a necessidade de melhorar a investigação pedagógica e dos métodos de aprendizagem, através de propostas para “Enhancing Learning and Teaching at the European Level”. Mas nem era preciso chegar aí. Basta atender a uma observação do próprio documento da OCDE:

“Core tertiary education activities: the quality, relevance and inclusiveness of undergraduate and Master’s level education. Effective undergraduate and Master’s level education is crucial for supplying the large body of skilled people needed by modern economies.” para salientar bem o peso (esquecido nas propostas) da educação terciária. Aliás, o próprio contraste com o ponto seguinte “Doctoral Training” mostra bem uma diferença de enfoque na relação ensino/aprendizagem e I&D.

Ou, ainda, com mais ênfase e defesa de que “It is also crucial that Portugal includes improvement of learning and teaching as a core objective in its national strategy for tertiary education and in institutional agreements to raise the profile of the issues at stake and incentivise action at institutional level.”, frase esta inscrita num texto cuja epígrafe “Provide targeted support to encourage pedagogical training and reward good teaching performance” é ainda mais gritante.

Daí decorrem várias considerações de concordância com o que a OCDE propõe para o “Doctoral Training”, em particular quando refere, com inteira concordância minha, que “(Doctoral) Training had traditionally focused almost exclusively on individual research and research-specific skills, with limited focus on helping candidates (o sublinhado é meu) to develop their other skills sets (communication, teaching, management etc.) for work inside or outside academia.”

Acresce que a própria OCDE, noutro ponto, defende que “...the principle that academic staff should both teach and conduct research is both fundamental to the European university tradition and crucial to ensuring high quality research-based instruction in universities and polytechnics. The most appropriate solution would appear to be to introduce more flexibility into the law to allow staff to develop more differentiated profiles, while maintaining the link between teaching and research”.

Não é questão de menor monta, aliás, de que a investigação, tendo de estar em todos os ciclos, possa pôr em causa a possibilidade de existência de “Learning Universities”.

Mas mais relevante ainda é o facto de nas propostas se afirmar que se quer “reforçar a componente de investigação em detrimento da componente curricular”.

A interpretação desta preocupação é ambivalente: ou se está a falar de um “princípio” e, então, a frase é espúria porque a legislação prevê exatamente que um doutoramento é constituído por uma tese, podendo haver um curso, ou seja, o curso não é obrigatório, pelo que o reforço está assegurado legalmente; ou se, pelo contrário, se baseia, pragmaticamente, na generalidade dos processos de doutoramento que têm sido apresentados à A3ES, em que, de facto, a parte curricular assume um papel exageradamente relevante. E, nesse caso, a preocupação evidenciada faz todo o sentido.

Contudo, e atendendo a todos os argumentos anteriores, designadamente nos da flexibilidade entre ensino e investigação e da quase exclusiva concentração do processo de doutoramento na área científica, com alienação de outras capacidades, fará sentido que esse processo incorpore seminários de desenvolvimento dessas áreas, devendo, por isso, designadamente nas provas públicas, serem avaliadas essas capacidades, nomeadamente de comunicação e pedagógicas.

É por isso que se estranha, mesmo no Relatório da OCDE, uma quase ausência de referência às áreas de humanidades e ciências sociais e ao modo como se devem conjugar com as outras áreas científicas.

3. A proposta de concessão de doutoramentos no Politécnico, logo bem traduzida na redação da proposta no ponto 1 do Artigo 4º “As instituições de ensino superior conferem graus académicos de licenciado, mestre e doutor.”, que acaba, à cabeça, com a distinção entre Politécnico e Universidade.

É até curioso que o documento da OCDE, clamando pela singularidade do Politécnico, venha propor a revisão dos seus graus propondo um doutoramento, mas com exigências que, nas condições que atualmente se têm verificado, ultrapassa as exigidas às universidades, ou seja, as exigências de “Academic staff participating in doctoral instruction should participate in R&D centres recognised as very good, excellent, or exceptional by the FCT.”

Mas como o sistema continua a ser dual, o problema da avaliação dos diversos ciclos de estudos nos itens relativos à investigação (aparentemente os únicos que interessam, pois nunca emergem nas propostas quaisquer indicações pedagógicas ou de aprendizagem) leva-nos a uma interessante matriz de 3 x 2 para distinguir os vários campos de avaliação:

	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Ensino Universitário	A	B	C
Ensino Politécnico	D	E	F

Pergunta-se, então: como estabelecer e diferenciar as exigências horizontais e verticais em termos de R&D nos diversos casos?

Uma coisa parece certa: C e F vão confundir-se pois será a FCT a avaliar com os mesmo critérios, a menos que, e isso não é visível em lado nenhum, que também se distingam dois tipos de instituições de I&D, o que, reconheço, não é impossível nem talvez indesejável. Mas será a FCT, nesse caso, quem tem capacidades para esta avaliação?

4. E esta pergunta leva-nos ao problema da avaliação e à posição específica da FCT nesse contexto. É bem claro que avaliações da FCT até hoje (até pela falência dos doutoramentos FCT) têm tido como objetivo o financiamento dos Centros de Investigação e não propriamente a sua acreditação.

É certo que se referem “Centros acreditados pela FCT”, mas agora essa acreditação muda completamente de nível, confundindo-se avaliação com acreditação.

Efetivamente, até aqui a FCT no seu processo de avaliação dos Centros com o objetivo do seu financiamento, valorizou os diversos centros com toda a panóplia clássica de classificações, desde o Insuficiente até ao Excepcional e era nessa base que atribuía financiamentos.

Agora, com esta proposta do Governo, passa a ser um elemento central no processo de Acreditação. É que é condição necessária, embora não suficiente, que um Doutoramento esteja inalienavelmente ligado a um Centro que a FCT tenha avaliado com Muito Bom, Excelente ou Excepcional (reconheça-se que é difícil distinguir em forma tão estreita!). O papel da A3ES qual é então? Apenas o supletivo para avaliar as condições “suficientes”, provavelmente de carácter mais burocrático (ligadas aos rácios impostos). Faz sentido? Não se está a baralhar ainda mais o processo de Acreditação?

Aliás, o Artigo 21º da proposta, designadamente no seu nº 4 é muito estrito no modo como “contabiliza” os docentes integrados relativamente às exigências de acreditação no que toca a Centros de Investigação.

Pode ou não haver, então, Centros de Investigação comuns a mais de uma Instituição Universitária? E nesse caso, como funciona a “contabilização” desses docentes quando numa das Instituições apresenta um doutoramento na área, ou nas áreas

desse Centro? E quando mais do que uma Instituição isoladamente apresenta propostas de doutoramento nas mesmas áreas?

Admito que, no caso de um doutoramento conjunto, o problema se não ponha. Mas se duas ou mais Instituições propuserem um doutoramento conjunto, para a sua acreditação basta que uma delas tenha um Centro de Investigação acreditado com as condições expressas na proposta?

5. Na continuidade desta pergunta fica outra que, de facto, lhe deve ser precedente e que, nas propostas nem sequer é considerada. Pelo menos não se vê qualquer documento relativo a alterações da FCT que lhe deem mais capacidades e competências para realizar esta tarefa de acreditação. E aqui a proposta falha rotundamente.

É que o documento da OCDE fundamenta este papel da FCT, entre outros, numa recomendação clara: na reforma da FCT (onde está ela?). Basta ler a Recomendação 5., do ponto 2.3. – *Main recommendations* do documento da OCDE.

Em particular, saliento a necessidade de uma crescente autonomia face à comunidade científica que financia, o que obriga a uma mudança de organização interna.

E o documento coloca como condição chave desta autonomia uma clara separação “between the “scientific evaluation” bodies and the “decision making” bodies that assign the indicative allocations of resources per areas, instruments.”

Sugere-se em especial a criação na FCT de um “General Advisory Council” mais alargado e com mais competências que o atual “Conselho Consultivo”, bem como mudanças que fortaleçam o Conselho Diretivo da FCT, designadamente com a nomeação de membros adicionais.

Se esta recomendação for seguida é claro que a APESP e em geral o Ensino Superior Particular e Cooperativo tem de ser devidamente tido em conta.

6. Ainda nessa recomendação figura o reforço da sua “scientific panel structure” para assegurar que a FCT é capaz de corresponder efetivamente a novas exigências do conhecimento, emergindo a defesa também da transdisciplinaridade.

Ora é bem claro que se avança com uma proposta de acreditação de Doutoramentos que não está previamente sustentada por uma reestruturação de uma entidade (a FCT) nem pelo reforço dos seus painéis de avaliação, para além dos eventuais conflitos de competências ou sua definição dos mesmos no que toca à relação com a A3ES.

Por outro lado, a proposta, nas várias definições de ciclos e de rácios, umas vezes fala de “uma só área”, outras vezes, de “área ou áreas”, sem que fique claro, o critério para a distinção das duas situações.

Isto tem a ver com a interdisciplinaridade e a transversalidade que tanto se defende mas que ficará bloqueada na concretização de novos ciclos de estudo, se, de uma vez por todas, se não ultrapassar esta rigidez do conceito de área, quando, crescentemente, se exige flexibilidade.

Esta flexibilidade é importante não só para a afetação do tempo dos docentes no interior da Instituição de Ensino Superior, mas também, e sobretudo, quando se pretende que essas instituições estejam, de facto, ao serviço da Sociedade Civil e em estreita cooperação com as empresas.

A este propósito invoque-se uma das Recomendações da OCDE (6.3) que é muito explícita: “Allow institutions the maximum degree to flexibility in creating permanent academic posts after the subsidised fixed-term contract periods have expired, notably through avoiding a narrow definition of the scientific area in which the new post should be created.”

Esta recomendação, que visa principalmente o funcionamento e organização da Instituição e o modo como as carreiras docentes nela se enquadram, é complementada com outra não menos relevante observação (126) relativa ao perigo de decisões que podem constituir um obstáculo à cooperação com as empresas.

Assim, a propósito da iniciativa de criação dos Laboratórios Colaborativos refere-se (ponto 126): “Although each of the six selected partnerships can in theory have significant economic and social impacts in areas of national strategic interests (ocean economy, digital transformation, agriculture, environment), this approach can only concern the collaborative research ‘elites’ and cannot be considered as an

instrument to systematise research-industry relationships. It is unlikely than many firms can commit on a long-term basis the required investment in cooperative research with TEIs.”

Há, no entanto, nas propostas feitas um pequeno passo em frente nesta matéria pois se refere que: “Adicionalmente, os novos requisitos não prejudicam o surgimento de novas ofertas formativas em áreas emergentes ou multidisciplinares, já que a A3ES pode admitir casos excepcionais de acreditação de ciclos em domínios científicos emergentes em que comprovadamente não exista um corpo alargado de pessoal academicamente qualificado.”

Porquê a excecionalidade se a multidisciplinaridade é cada vez mais necessária para responder aos desafios da sociedade? E assim sendo, como “medir” o “corpo alargado de pessoal academicamente qualificado”? Não será pela conjugação das áreas científicas envolvidas na multidisciplinaridade?

E nas “áreas emergentes”? Quem avalia? Com que métrica?

7. Outro ponto crucial é a definição de “docente de carreira” e o seu papel central na identificação dos rácios e, portanto, nas condições exigidas para a acreditação de ciclos. Atente-se neste ponto da proposta: “É determinado ainda que o corpo docente próprio para efeitos de acreditação é o corpo docente de carreira e não apenas (o sublinhado é meu) os docentes em tempo integral, o que estimula o recrutamento para posições de carreira.”

“Se o “apenas” foi entendido no seu significado habitual, isso quereria dizer que os docentes em tempo integral não eram os únicos que contavam, mas contavam. Só que essa interpretação, normal aliás, não torna muito perceptível o reclamado estímulo de recrutamento para posições de carreira, a menos que isso signifique que uma pessoa com outra atividade não académica, mas com as condições de participar nas atividades de ensino/aprendizagem e até de I&D, se vincula para esse efeito a uma só instituição e nela faça essa carreira paralela.

É que se não é esta a interpretação, a frase devia ser do tipo “é o corpo de docentes de carreira e já não os docentes em tempo integral”. Teremos de invocar a Pitonisa de Delfos?

Acresce ainda a situação híbrida de docentes em tempo integral que concorrem a projetos de investigação e, tendo ganho a atribuição de projetos, são “obrigados” a sair desse “tempo integral” pois ficam altamente limitados na colaboração a dar à Instituição a que estavam vinculados. Continuam estes docentes a ser considerados como “professores de carreira” na Instituição?

8. Perante todas estas incoerências e inconsistências como é possível apresentar um calendário de transição para o novo sistema (mas qual?) em tempo tão curto?

José Amado da Silva
Reitor